

RELATORIO
DO
MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1924 — 1925

ANNEXOS B, C, D e E

Z. H.

RELATORIO

APRESENTADO

AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

COMPREHENDENDO O PERIODO DECORRIDO

DE

30 de Abril de 1924 a 3 de Maio de 1925

ANNEXOS B, C, D e E

2º VOLUME



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

1926

M.R.E. - 00000000	
Nº	11.099/04 23/11/04
Proc.	Demora (G.M.) 92, de 29/10/04

omb. junto à Santa Se.)

INDICE

ANNEXO B

	Pags.
Quadros do pessoal da Secretaria de Estado, em 30 de Abril de 1925.....	3
Quadro do Corpo Diplomatico Brasileiro, em 30 de Abril de 1925.....	11
Quadro do Corpo Diplomatico Estrangeiro, em 1 de Maio de 1925.....	23
Corpo Consular Brasileiro, em 30 de Abril de 1925.....	31
Corpo Consular Estrangeiro, em 30 de Abril de 1925.....	45
Quadro dos empregados da Secretaria de Estado, por antiguidade de classe, em 30 de Abril de 1925.....	61
Quadro dos funcionarios addidos da Secretaria de Estado, em 30 de Abril de 1925.....	63
Quadro do Corpo Diplomatico Brasileiro, por antiguidade de classe, em 30 de Abril de 1925.....	65
Quadro do Corpo Consular Brasileiro, por antiguidade de classe, em 30 de Abril de 1925.....	69
Quadro dos agentes diplomaticos e consulares em disponibilidade, em 30 de Abril de 1925.....	75

ANNEXO C

LEIS, DECRETOS E CIRCULARES

N. 1

LEIS

Decreto n. 4.842-A, de 31 de Julho de 1924 — Approva a Convenção sobre a uniformidade da nomenclatura para a classificação de mercadorias, assignada em Santiago em 1923.....	3
Decreto n. 4.851, de 1 de Setembro de 1924 — Autoriza a abrir o credito especial necessario para occorrer ás despesas com a recepção do principe herdeiro da Italia.....	3
Decreto n. 4.853, de 12 de Setembro de 1924 — Veda a aposentadoria ou reforma em mais de um cargo e com vencimentos maiores que os da actividade....	4
Decreto n. 4.882, de 22 de Novembro de 1924 — Approva o Tratado relativo á solução judicial das controversias que venham a surgir entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Confederação Suissa.....	4
Decreto n. 4.928, de 6 de Fevereiro de 1925 — Approva a Convenção Postal Universal, os accórdos e respectivos protocollos firmados pelos representantes do Brasil ao 8º Congresso da União Postal Universal.....	5

DECRETOS

	Pags.
Decreto n. 16.496, de 28 de Maio de 1924 — Manda observar as instruções que regerão os trabalhos da Delegação Permanente do Brasil á Liga das Nações	6
Decreto n. 16.497, de 28 de Maio de 1924 — Crêa um Consulado honorario em Boston.....	12
Decreto n. 16.499, de 28 de Maio de 1924 — Publica a adhesão da Lethonia ás Convenções de Bruxellas de 15 de Março de 1886, relativas á permuta de documentos officaes e outras publicações.....	12
Decreto n. 16.516, de 25 de Junho de 1924 — Publica as adhesões do Estado Livre da Irlanda e do Territorio de Tanganyika á Convenção Internacional Radiotelegraphica de Londres.....	14
Decreto n. 16.517, de 25 de Junho de 1924 — Publica a adhesão da Cidade Livre de Dantzic ás Convenções de Bruxellas, para a permuta de documentos officaes e outras publicações.....	15
Decreto n. 16.524, de 1 de Julho de 1924 — Concede, pelo prazo de 60 dias, isenção, em todas as alfandegas do paiz, de direitos e de taxas de expediente, para os generos de primeira necessidade e dá outras providencias.....	16
Decreto n. 16.529, de 22 de Julho de 1924 — Fixa a data a partir da qual deverão ser attendidas as requisições militares no Districto Federal e nos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná e Matto Grosso.....	18
Decreto n. 16.539, de 5 de Agosto de 1924 — Rectifica os arts. 27 e 28 do decreto n. 14.663, de 1 de Fevereiro de 1921, que regula a concessão de licença dos funcionarios publicos, civis e militares, da União.....	18
Decreto n. 16.553, de 13 de Agosto de 1924 — Cassa o "exequatur" ao Consul da Guatemala em São Paulo.....	19
Decreto n. 16.554, de 13 de Agosto de 1924 — Publica a adhesão do Japão á Convenção Internacional, assignada em Roma a 9 de Dezembro de 1907, para a criação de uma repartição internacional de hygiene publica.....	19
Decreto n. 16.571, de 27 de Agosto de 1924 — Promulga o Ajuste relativo á repressão da circulação das publicações obscenas, assignado em Paris a 4 de Maio de 1910.....	20
Decreto n. 16.572, de 27 de Agosto de 1924 — Promulga a Convenção internacional para a repressão do trafico de mulheres brancas e o respectivo Protocollo de encerramento, assignados em Paris a 4 de Maio de 1910.....	25
Decreto n. 16.613, de 24 de Setembro de 1924 — Promulga os Protocollos contendo emendas aos artigos 6, 16 e 26 do Pacto da Liga das Nações.....	35
Decreto n. 16.615, de 30 de Setembro de 1924 — Supprime o Consulado honorario em Dusseldorf.....	47
Decreto n. 16.616, de 30 de Setembro de 1924 — Supprime o Consulado honorario em Addis Abbaba.....	48
Decreto n. 16.617, de 30 de Setembro de 1924 — Supprime o Consulado honorario em Damasco.....	48
Decreto n. 16.618, de 30 de Setembro de 1924 — Supprime o Consulado honorario em Haifa.....	49
Decreto n. 16.619, de 30 de Setembro de 1924 — Reduz a categoria da Representação Consular em Cáracas.....	49

Decreto n. 16.620, de 30 de Setembro de 1924 — Crêa um Consulado honorario em Bombaim.....	50
Decreto n. 16.627, de 1 de Outubro de 1924 — Publica a ratificação da Servia, Croacia e Slovenia dos actos do VII Congresso da União Postal Universal, de Madrid, em 1920.....	50
Decreto n. 16.628, de 1 de Outubro de 1924 — Publica a adesão da Syria e do Libano á Convenção Internacional de Berna, revista em Berlim, para a protecção de obras litterarias e artisticas.....	52
Decreto n. 16.633, de 11 de Outubro de 1924 — Concede, a partir desta data e até 31 de Dezembro proximo futuro, isenção, em todas as alfandegas do paiz, de direitos e taxas de expediente para o arroz, banha, carne secca ou xarque, batatas, feijão, leite condensado, manteiga e milho	53
Decreto n. 16.640, de 22 de Outubro de 1924 — Publica a adesão do Luxemburgo á Convenção de Bruxellas, relativa á publicação de tarifas aduaneiras.....	55
Decreto n. 16.641, de 22 de Outubro de 1924 — Publica a adesão da Palestina á Convenção de Berna de 1908, para a protecção de obras litterarias e artisticas, e ao Protocollo de 1924, adicional á dita Convenção.....	56
Decreto n. 16.642, de 22 de Outubro de 1924 — Publica a adesão da Syria e do Libano á Convenção para a protecção da propriedade industrial e ao Ajuste sobre repressão das falsas indicações de procedencia de mercadorias.....	57
Decreto n. 16.659, de 5 de Novembro de 1924 — Publica a adesão da Grecia a actos internacionaes relativos á protecção da propriedade industrial.....	59
Decreto n. 16.660, de 5 de Novembro de 1924 — Publica a adesão do Panamá ao Instituto Internacional de Agricultura, de Roma.....	60
Decreto n. 16.661, de 5 de Novembro de 1924 — Publica a adesão do Luxemburgo ao Accordo de Madrid, de 14 de Abril de 1891, revisto em Bruxellas em 1900 e em Washington em 1911, relativo ao registro internacional das marcas de fabrica e de commercio	61
Decreto n. 16.662, de 5 de Novembro de 1924 — Publica a adesão da Nova Zelandia á Convenção Sanitaria Internacional de Paris, de 1912.....	62
Decreto n. 16.685, de 26 de Novembro de 1924 — Promulga os actos firmados na Quinta Conferencia I. Americana, de Santiago do Chile, em 1923.....	63
Decreto n. 16.704, de 10 de Dezembro de 1924 — Publica a adesão da Rumania ao Ajuste de Berna, de 1920, relativo á conservação ou ao restabelecimento dos direitos de propriedade industrial attingidos pela guerra mundial.....	163
Decreto n. 16.705, de 10 de Novembro de 1924 — Publica a adesão da Colonia da Costa do Ouro á Convenção Internacional para a repressão do trafico de brancas.....	165
Decreto n. 16.742-A, de 31 de Dezembro de 1924 — Faz publica a ratificação da Hungria á Convenção Sanitaria Internacional, de Paris, de 1912.....	167
Decreto n. 16.800, de 14 de Fevereiro de 1925 — Crêa um Consulado honorario em Concordia, Republica Argentina.....	168
Decreto n. 16.801, de 14 de Fevereiro, de 1925 — Crêa um Consulado honorario em Corrientes, Republica Argentina.....	169
Decreto n. 16.818, de 21 de Fevereiro de 1925 — Crêa um Consulado honorario em Kristianstad, na Suecia.....	169
Decreto n. 16.819, de 21 de Fevereiro de 1925 — Crêa um Consulado honorario em Lausanne, na Suissa.....	169
Decreto n. 16.820, de 21 de Fevereiro de 1925 — Crêa um Consulado honorario em Coruña, na Hespanha.....	170

	Pags.
Decreto n. 16.821, de 21 de Fevereiro de 1925 — Crêa um Consulado honorario em Saninti Gall, na Suissa.....	170
Decreto n. 16.822, de 21 de Fevereiro de 1925 — Crêa um Consulado honorario em Medellin, na Republica da Colombia.....	170
Decreto n. 16.823, de 21 de Janeiro de 1925 — Publica a adhesão do Irak á Convenção Postal de Madrid.....	171
Decreto n. 16.824, de 21 de Fevereiro de 1925 — Publica a adhesão da Nova Zelandia á Convenção Internacional de Roma, para a criação de uma Repartição Internacional de Hygiene Publica.....	172
Decreto n. 16.825, de 21 de Fevereiro de 1925 — Publica a adhesão do Egypto á Convenção para o melhoramento da sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.....	173
Decreto n. 16.826, de 21 de Fevereiro de 1925 — Faz publica a ratificação, pela Venezuela, de actos postaes assignados em Madrid a 30 de Novembro de 1920	174
Decreto n. 16.858, de 27 de Março de 1925 — Crêa um Consulado honorario em Viborg (Finlandia).....	175
Decreto n. 16.859, de 27 de Março de 1925 — Faz publico o deposito de ratificação, pela Venezuela, do Convenio sobre encomendas postaes, assignado em Buenos Aires em 1921.....	175
Decreto n. 16.860, de 27 de Março de 1925 — Faz publico o deposito de ratificação, pela Republica de Nicaragua, dos actos postaes, assignados em Buenos Aires em 1921.....	176
Decreto n. 16.878, de 16 de Abril de 1925 — Cassa o “execquatur” ao Consul do Haiti em Pernambuco.....	176
Decreto n. 16.886, de 17 de Abril de 1925 — Publica a adhesão do Uruguay á Convenção Internacional de Armas e Munições.....	177
Decreto n. 16.887, de 17 de Abril de 1925 — Promulga o Tratado para a Solução Judicial de Controversias entre o Brasil e a Suissa, de 23 de Junho de 1924	177
Decreto n. 16.888, de 17 de Abril de 1925 — Crêa um Consulado honorario em Katowicé.....	182

N. 3

CIRCULARES

Circular n. 9, de 1º de Julho de 1924, ao Corpo Diplomatico e ao Consular Brasileiro, sobre a expedição de sementes, plantas ou partes vivas de plantas	183
Circular n. 10, de 19 de Agosto de 1924, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre nota do banco pela remessa de emolumentos a Londres.....	183
Circular n. 12, de 12 de Setembro de 1924, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre assignaturas nos rôes de equipagem.....	184
Circular telegraphica, de 2 de Janeiro de 1925, ao Corpo Diplomatico e ao Consular Brasileiros, sobre os pagamentos que se effectuam pela Delegacia do Thesouro Nacional em Londres.....	185
Circular n. 2, de 14 de Março de 1925, ao Corpo Diplomatico Estrangeiro, sobre franquias aduaneiras.....	189
Circular n. 4, de 17 de Abril de 1925, ao Corpo Diplomatico Estrangeiro, sobre franquias aduaneiras.....	190

Circular n. 5, de 29 de Abril de 1925, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre certificados de vida para os pensionistas residentes no estrangeiro.....	Pags. 191
Circular n. 6, de 29 de Abril de 1925, ao Corpo Consular Brasileiro, referente á abolição do sello proporcional sobre venda de embarcações.....	192

ANNEXO D

CONTABILIDADE

Renda dos Consulados Geraes e Consulados remunerados pelo Thesouro Nacional no exercicio de 1924.....	1
Renda liquida dos Consulados não remunerados pelo Thesouro Nacional no exercicio de 1924.....	7
Movimento de estampilhas, a cargo da Secção de Contabilidade, no exercicio de 1924.....	9
Resumo das tabellas do orçamento da despesa do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1925.....	11
Tabellas explicativas do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1925.....	13
Resumo das tabellas da proposta do orçamento da despesa do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1926.....	29
Proposta do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para 1926.....	30

ANNEXO E

MONTEPIO

Quadro dos contribuintes do montepio dos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores que falleceram e a cujas familias foram abonadas quantias para funeral ou luto e pensões, desde 1890 até 30 de Abril de 1925.....	3
---	---

ANNEXO B

Quadros do pessoal da Secretaria de Estado, do
Corpo diplomatico e do Corpo consular do Brasil. — Quadro
do Corpo diplomatico estrangeiro acreditado
no Brasil. — Quadro do Corpo consular estrangeiro

N. 1

Quadro do pessoal da Secretaria de Estado das Relações Exteriores

EM 30 DE ABRIL DE 1925

Ministro de Estado

José Felix Alves Pacheco.

Gabinete do Ministro

CHEFE DO GABINETE

Sebastião Sampaio, Consul geral.

OFFICIAL DE GABINETE

Joaquim Eulalio do Nascimento Silva, Consul de 1ª classe.

AUXILIARES

Acyr do Nascimento Paes, 2º official.

Moacyr Ribeiro Briggs, 3º official.

Perillo Gomes, 3º official.

Sub-Secretario de Estado

.....

Gabinete do Sub-Secretario de Estado

.....

Secção de Contabilidade

DIRECTOR DE SECÇÃO

Manoel Coelho Rodrigues.

PRIMEIROS OFFICIAES

Henrique Pinheiro de Vasconcellos.

Fernando de Souza Dantas, em licença.

Renato de Lacerda Lago.

SEGUNDOS OFFICIAES

Francisco de Miranda Mascarenhas.

Heitor Collet.

TERCEIROS OFFICIAES

Pedro de Paranaguá, em licença.

Ivan Galvão.

Mauro Pontes.

Maria José Pinheiro de Vasconcellos.

Narcez de Lima Ferreira.

DACTYLOGRAPHO

Fabio Antão de Medeiros Muniz.

Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos

DIRECTOR GERAL

Zacarias de Góes Carvalho.

AUXILIAR DE GABINETE

SEGUNDO OFFICIAL

Fernando Lobo.

Secção do Protocollo

DIRECTOR DE SECÇÃO

Henrique José de Saules.

PRIMEIROS OFFICIAES

Ayres de Maya Monteiro, em commissão.
Antonio de São Clemente.

SEGUNDO OFFICIAL

Luiz Guimarães Fernandes Pinheiro.

TERCEIRO OFFICIAL

Murillo Tasso Fragoso.

CALLIGRAPHO

Gaspar de Araujo Monteverde.

DACTYLOGRAPHA

Georgina Martins.

Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da America

DIRECTOR DE SECÇÃO

Luiz Pereira Ferreira de Faro Junior.

PRIMEIRO OFFICIAL

Luiz Carlos de Andrade Filho.

SEGUNDO OFFICIAL

Ronald de Carvalho.

TERCEIRO OFFICIAL

Afranio de Mello Franco Filho.

**Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da Europa e
Asia**

DIRECTOR DE SECÇÃO

Raphael de Mayrinck.

PRIMEIRO OFFICIAL

Mauricio Nabuco.

SEGUNDO OFFICIAL

Affonso Barbosa de Almeida Portugal.

TERCEIRO OFFICIAL

Manoel Moreira de Barros e Silva.

DACTYLOGRAPHA

Maria Antonietta de Araujo Jorge.

Secção dos Limites e Actos Internacionaes

DIRECTOR DE SECÇÃO

Arthur Guimarães de Araujo Jorge.

PRIMEIROS OFFICIAES

Mario de Barros e Vasconcellos. (Em commissão no Gabinete.)

Hildebrando Pompêo Pinto Accioly. (Em commissão na Delegação Permanente junto á Liga das Nações.)

SEGUNDOS OFFICIAES

Oswaldo de Moraes Corrêa.

Edgardo Barbedo.

TERCEIRO OFFICIAL

Jorge Latour.

CARTOGRAPHO

Francisco Eduardo de Oliveira Basto.

ZELADOR DA MAPPOTHECA

Estevão Mercuriñ.

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares

DIRECTOR GERAL

Raul Adalberto de Campos.

AUXILIAR DE GABINETE

SEGUNDO OFFICIAL

Henrique Pecegheiro do Amaral

DACTYLOGRAPHAS

Alice de Hoffbauer Antunes.

Cecilia Pereira Leite.

Secção dos Negocios Commerciaes e Consulares da America

DIRECTOR DE SECÇÃO

Sylvio Romero, filho.

PRIMEIRO OFFICIAL

.....
SEGUNDO OFFICIAL

Adriano de Souza Quartin.

TERCEIRO OFFICIAL

Raul Braga de Azevedo.

Secção dos Negocios Commerciaes e Consulares da Europa, Asia, Africa e Oceania

DIRECTOR DE SECÇÃO

Gregorio Pecegheiro do Amaral.

PRIMEIRO OFFICIAL

Manoel Raymundo de Menezes.

SEGUNDO OFFICIAL

Cesar de Mesquita Serva, em licença.

TERCEIRO OFFICIAL

Affonso Lopes de Almeida.

Secção do Archivo e da Bibliotheca

DIRECTOR DE SECÇÃO

Napoleão Reys.

PRIMEIRO OFFICIAL

Rodolpho Gonçalves de Siqueira.

SEGUNDO OFFICIAL

.....

TERCEIRO OFFICIAL

Jorge Jobim, em licença.

CONSERVADOR DO ARCHIVO E DA BIBLIOTHECA

Luiz Esteves de Almeida.

AJUDANTE DO CONSERVADOR

Carlos Alberto Garcez Palha.

Portaria

PORTEIRO

Braz José de Oliveira.

AJUDANTE DO PORTEIRO

Carlos Salgado.

CONTINUOS

Americo Ventura Rodrigues.
Salvador Felipe González.
Amphiloquio Teixeira Alves.
Bernardino José Barroso Pereira.
Francisco de Paula da Silva Braga.
João Opytaciano dos Santos.
Horacio José Rosas.
Clodomiro Ferraz.
Euclides José Tavares.
Francisco José Gonçalves.

CORREIOS

Carlos Pinto da Costa.
Antonio Joaquim de Souza.

TELEPHONISTA

Benigna Santos.

N. 2

Quadro do Corpo Diplomatico Brasileiro

EM 30 DE ABRIL DE 1925

ASSUMPÇÃO

PARAGUAY

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

José de Paula Rodrigues Alves.

PRIMEIRO SECRETARIO

Gustavo Vianna Kelsch, ausente.

SEGUNDO SECRETARIO

Mario da Costa Guimarães.

BERLIM

ALLEMANHA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Adalberto Guerra Duval.

PRIMEIRO SECRETARIO

José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão, em ferias extraordinarias.

Lourival de Guillobel.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Cyro de Freitas Valle, ausente.
João de Avellar Magalhães Calvet.

ADDIDO COMMERCIAL

Joaquim Antonio de Souza Ribeiro.

BERNA

SUISSA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Raul do Rio Branco.

PRIMEIRO SECRETARIO

Antonio José do Amaral Murtinho, em commissão.

SEGUNDO SECRETARIO

Temistocles da Graça Aranha, interinamente.
Joaquim de Souza Leão Filho, em ferias extraordinarias.

BOGOTÁ

COLOMBIA

MINISTRO RESIDENTE

Mario de Belfort Ramos, ausente.

SEGUNDO SECRETARIO

Argeu de Segadas Machado Guimarães, Encarregado de Negocios.

BRUXELLAS

BELGICA

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Alfredo de Barros Moreira.

PRIMEIRO SECRETARIO

Mario Pimentel Brandão.

SEGUNDO SECRETARIO

Carlos Elias de Latorre Lisboa.

BUENOS AIRES

ARGENTINA

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Pedro Toledo.

PRIMEIRO SECRETARIO

Carlos de Rostaing Lisboa, Encarregado de Negocios.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Americo Galvão Bueno.

Felix Bocayuva, serve addido.

Jorge Olinto de Oliveira, serve addido.

.....

ADDIDO COMMERCIAL

Narciso Peixoto de Magalhães.

CAIRO

EGYPTO

MINISTRO RESIDENTE

José Francisco de Barros Pimentel.

SEGUNDO SECRETARIO

.....

CARACAS

VENEZUELA

MINISTRO RESIDENTE

Frederico de Castello Branco Clark, em comissão.

SEGUNDO SECRETARIO

Abelardo Bretanha Bueno do Prado, Encarregado de Negocios.

COPENHAGUE

DINAMARCA

MINISTRO RESIDENTE

Lucillo Antonio da Cunha Bueno.

SEGUNDO SECRETARIO

Rubens Ferreira de Mello.

HAVANA

CUBA E AMERICA CENTRAL

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Annibal Velloso Rebello.

SEGUNDO SECRETARIO

Carlos da Silveira Martins Ramos.

HAYA

PAIZES BAIXOS

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Luiz Guimarães Filho, ausente.

PRIMEIRO SECRETARIO

Octavio Fialho, Encarregado de Negocios.

SEGUNDO SECRETARIO

.....

LA PAZ
BOLIVIA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Luiz de Lima e Silva, ausente.

PRIMEIRO SECRETARIO

.....

SEGUNDO SECRETARIO

Felippe Silvino Brandão, Encarregado de Negocios.

LIMA
PERÚ

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

.....

PRIMEIRO SECRETARIO

Pedro de Moraes Barros, Encarregado de Negocios.

SEGUNDO SECRETARIO

Ruy Pinheiro Guimarães.

LISBOA
PORTUGAL

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

José Manoel Cardoso de Oliveira.

PRIMEIRO SECRETARIO

Lafayette de Carvalho e Silva.

SEGUNDOS SECRETARIOS

.....

José Roberto de Macedo Soares, ausente.

LONDRES

GRÃ-BRETANHA

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Raul Regis de Oliveira.

PRIMEIROS SECRETARIOS

Carlos Martins Pereira e Souza.

Luiz Avelino Gurgel do Amaral, ausente.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Antonio Camillo de Oliveira Filho.

Heitor Lyra, em commissão.

ADDIDO COMMERCIAL

Julio Augusto Barbosa Carneiro, em commissão.

MADRID

HESPANHA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Hippolito Pacheco Alves de Araujo.

PRIMEIRO SECRETARIO

Jarbas Loretti da Silva Lima.

SEGUNDO SECRETARIO

Antonio Moreira de Abreu.

MEXICO

MEXICO

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Augusto Carneiro Brienne do Nascimento Feitosa.

PRIMEIRO SECRETARIO

.....

SEGUNDO SECRETARIO

Jacome Baggi Berenguer Cezar.

MONTEVIDEO

URUGUAY

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

José Thomaz Nabuco de Gouveia, em Missão Especial.

PRIMEIRO SECRETARIO

.....

SEGUNDO SECRETARIO

Carlos Alves de Souza Filho.

OSLO

NORUEGA

MINISTRO RESIDENTE

Alberto Jorge de Ipanema Moreira.

SEGUNDO SECRETARIO

José de Alencar Mello.

PARIS

FRANÇA

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Luiz Martins de Souza Dantas.

PRIMEIROS SECRETARIOS

Pedro Leão Velloso Neto.

Carlos Taylor.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Carlos Celso de Ouro Preto.

João Ruy Barbosa.

Trajano Medeiros do Paço, em férias extraordinarias.

ADDIDO COMMERCIAL

Francisco Guimarães.

PEKIM

CHINA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

.....

PRIMEIRO SECRETARIO

.....

PRAGA

TCHECO-SLOVAQUIA

MINISTRO RESIDENTE

Carlos Lemgruber Kropf.

SEGUNDO SECRETARIO

Djalma Pinto Ribeiro Lessa, em férias extraordinarias.

QUITO

EQUADOR

MINISTRO RESIDENTE

Arminio de Mello Franco.

SEGUNDO SECRETARIO

Octavio de Teffé von Hoonholtz.

ROMA

ITALIA

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Oscar de Teffé.

PRIMEIRO SECRETARIO

Paulo N. Coelho de Almeida.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Labienco Salgado dos Santos.

Leopoldo Teixeira Leite Filho.

ADDIDO COMMERCIAL

Deoclecio de Campos.

SANTA SÉ

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Carlos Magalhães de Azeredo.

PRIMEIRO SECRETARIO

Eduardo de Lima Ramos.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Carlos Maximiano de Figueiredo.

Caio de Mello Franco, ausente.

SANTIAGO

CHILE

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Abelardo Roças, ausente.

PRIMEIRO SECRETARIO

Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, Encarregado de Negocios.

SEGUNDO SECRETARIO

Antonio Barrozo Fernandes Filho.

STOCKHOLMO

SUECIA

MINISTRO RESIDENTE

Alfredo de Almeida Brandão.

SEGUNDO SECRETARIO

Arthur dos Guimarães Bastos, em commissão.

TOKIO

JAPÃO

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Rinaldo de Lima e Silva.

PRIMEIRO SECRETARIO

.....

SEGUNDO SECRETARIO

.....

VARSOVIA

POLONIA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Alcibiades Peçanha.

PRIMEIRO SECRETARIO

Carlos Alberto Muniz Gordilho.

SEGUNDO SECRETARIO

Ildeu Vaz de Mello, em commissão.

VIENNA

AUSTRIA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda.

PRIMEIRO SECRETARIO

.....

SEGUNDO SECRETARIO

Rubens Dunham.

WASHINGTON

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Sylvino Gulgel do Amaral.

PRIMEIRO SECRETARIO

Samuel de Souza Leão Gracie.

SEGUNDO SECRETARIO

Roberto Mendes Gonçalves.

.....

LIGA DAS NAÇÕES

CHEFE DA DELEGAÇÃO PERMANENTE BRASILEIRA, EM GENEVRA, EM-
BAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO, EM COMMISSÃO

Deputado Afranio de Mello Franco.

DELEGADO ADJUNTO — MINISTRO RESIDENTE

Frederico de Castello Branco Clark.

PRIMEIRO SECRETARIO

Hildebrando Pompeo Pinto Accioly.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Sylvio Rangel de Castro.

Heitor Lyra.

ASSESSORES TECHNICOS PARA AS QUESTÕES — NAVAES E AEREAS

Contra Almirante Augusto Carlos de Souza e Silva.

MILITARES E AEREAS

Major Estevão Leitão de Carvalho.

DE COMMUNICAÇÕES E TRANSITO

Capitão Elyseu Montarroyos.

ECONOMICAS E FINANCEIRAS

Addido Commercial Julio Augusto Barbosa Carneiro.

RELATIVAS AO TRABALHO

Affonso Toledo Bandeira de Mello.

N. 3

Quadro do Corpo Diplomatico Estrangeiro

EM 1 DE MAIO DE 1925

AMERICA

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

EDWIN VERNON MORGAN, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

ROBERT M. SCOTTEN.

THOMAS SLONARD DANIELS, Secretario.

Capitão HUGH BARCLAY, Addido Militar.

Capitão de Fragata WILLIAM T. MALLISON, Addido Naval.

WILLIAM L. SCHURZ, Addido Commercial.

REPUBLICA ARGENTINA

Dr. ANTONIO MORA Y ARAUJO, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, ausente.

Dr. JUAN A. ARECO, Conselheiro de Embaixada, Encarregado de Negocios, interino.

Capitão de Fragata MARIO FUICATI, Addido Naval.

REPUBLICA DA BOLIVIA

ALBERTO DIEZ DE MEDINA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.

ROBERTO PARAVICINI, 1º Secretario de Legação, Encarregado de Negocios, interino.

Tenente Coronel ANGEL RODRIGUEZ, Addido Militar.

REPUBLICA DO CHILE

Dr. MIGUEL CRUCHAGA TOCORNAL, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Dr. MIGUEL LUIS ROCUANT, Conselheiro de Embaixada.

HIPOLITO SERRUYS, Secretario de Embaixada. (Nomeado.)

JORJE SAAVEDRA AGUERO, Secretario de Embaixada, ausente.

Commandante ARTHUR MERINO BENITEZ, Addido Militar.

GUILLERMO MEDINA LABRA, Addido Commercial.

RAUL ZANARTE CAVERO, Addido.

REPUBLICA DA COLOMBIA

L. LAUREANO GARCIA ORTIZ.

Dr. L. TANGO DE ARGÁEZ, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario. (Nomeado.)

MAXIMILIANO GRILLO, Encarregado de Negocios, interino.

REPUBLICA DE CUBA

Dr. ENRIQUE PEREZ CISNEROS, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.

Dr. JOSÉ LUIZ GOMES GARRIGA, Primeiro Secretario de Legação, Encarregado de Negocios, interino.

ENRIQUE PERTIERRO MORALES, Addido Commercial.

REPUBLICA DO EQUADOR

Dr. RAPHAEL MARIA ARIZAGA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario. (Ausente.)

THOMAS VEGA TORAL, Secretario de Legação, ausente. (Os archivos da Legação se acham sob a guarda do Consulado.)

REPUBLICA DE GUATEMALA

Dr. EDUARDO POIRIER, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Dr. ALVARO TORRE DIAZ, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

RODOLFO ARTURO NERVO, Conselheiro de Embaixada.

Capitão FRANCISCO GONZALEZ SWAIN, Addido Militar.

OCTAVIO REYES SPINDOLA, Addido.

REPUBLICA DO PANAMÁ

BELISARIO PORRAS, Ministro Residente, ausente.

REPUBLICA DO PARAGUAY

ROGELIO IBARRA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.

SILVANO MOSQUEIRA, Secretario de Legação, ausente.

REPUBLICA DO PERÚ

Dr. VICTOR M. MAÚRTUA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

OSCAR BARRENECHEA Y RAYGADA, Primeiro Secretario de Legação.

Capitão de Fragata CARLOS ROTALDE, Addido Naval.

Tenente Coronel RODRIGO ZARATE, Addido Militar.

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

DIONISIO RAMOS MONTERO, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. TEOFILO PINEYRO CHAIN, Primeiro Secretario de Legação.

D. RAMOS MONTERO filho, Secretario de Legação.

CARLOS S. MARQUES, Addido Commercial.

REPUBLICA DE VENEZUELA

Dr. JOSÉ ABEL MONTILLA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.

JULIO A. MICHELENA, Secretario da Legação.

EUROPA

ALLEMANHA

HUBERT KNIPPING, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

HEINRICH VON KAUFMANN, Conselheiro de Legação.

REYNALD FREYTAG, Secretario de Legação, ausente.

Dr. HANS KASTNER, Secretario da Legação.

AUSTRIA

ANTON RETSCHEK, Ministro Residente. (Nomeado.)

BELGICA

PAUL MAY, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario. (Nomeado.)

EDUARDO DE STREEL, Secretario de Embaixada, Encarregado de Negocios, interino.

DINAMARCA

OTTO CARL MOHR, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.

KARL KRUSE, Secretario de Legação, Encarregado de Negocios, interino.

FRANÇA

ALEXANDRE ROBERT CONTY, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, ausente.

HENRI HOPPENOT, Primeiro Secretario de Embaixada, Encarregado de Negocios, interino.

Commandante SALATS, Addido Militar.

PAUL PLOTON, Addido Commercial.

GRÃ BRETANHA

Sir JOHN A. C. TILLEY, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

PATRICK RAMSAY, Conselheiro de Embaixada. (Nomeado.)

ROBERT GEORGE HOWE, Segundo Secretario de Embaixada.

Capitão G. S. C. SALMOND, Addido Naval. (Nomeado.)

Coronel C. R. V. KINSMAN, Addido Militar.

Commandante A. V. Bettington, Addido Aereo.

ERNEST HAMBLOCH, Primeiro Secretario Commercial.

HESPANHA

ANTONIO BENITEZ, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. CARLOS DE MIRANDA, Secretario de Embaixada.

Commandante JULIAN CHACEL NORMA, Addido Militar.

Dr. EMILIO BOIX, Addido Commercial.

ITALIA

Marechal PIETRO BADOGLIO, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

RAFFAELE BOSCARELLI, Conselheiro de Embaixada.

VICENZO BERARDES, Secretario de Embaixada.

Coronel DOMENICO SICILIANI, Addido Militar, ausente.

Dr. HUMBERTO TOMIZZOLI, Conselheiro de Emigração.

Dr. GIOVANNI BATTISTA MANFEROCE, Addido Commercial, ausente.

NORUEGA

F. HERMAN GADE, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

CARL F. SANDBERG, Conselheiro Commercial.

REIDAR SOLUM, Chanceller de Legação, em funções de Secretario.

PAIZES BAIXOS

Cavalheiro CHARLES DE RAPPARD, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario. (Nomeado.)

Barão DE BREUGEL DOUGLAS, Secretario de Legação, Encarregado de Negocios, interino.

PIERRE JACQUES VAN DER GRIENT, Chanceller de Legação, em funções de Secretario.

ALOIS WAWRA, Director de Chancellaria hungaro, Addido á Legação.

(A Legação dos Paizes Baixos está encarregada dos interesses húngaros no Brasil.)

POLONIA

NICOLAS JURYSTOWSKI, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

GEORGES WARCHALOWSKI, Segundo Secretario de Legação.

PORTUGAL

Dr. DUARTE LEITE PEREIRA DA SILVA, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Dr. JOAQUIM PEDROSO, Conselheiro de Embaixada.

Dr. JOÃO DE LEBRE E LIMA, Terceiro Secretario, em funções de Primeiro Secretario.

Dr. JOAQUIM PEDROSO, Conselheiro de Embaixada, ausente.

Dr. JOÃO DE LEBRE E LIMA, Terceiro Secretario.

Dr. MANOEL DE ANTAS D'OLIVEIRA, Terceiro Secretario.

J. DE CARVALHO NEVES, Addido Commercial, ausente.

A. DA COSTA IVO, Addido Financeiro.

SANTA SÉ

Monsenhor ENRICO GASPARRI, Nuncio Apostolico.

Monsenhor BASILIO DE SANTIS, Auditor da Nunciatura.

SUECIA

JOHAN THEODOR PAUES, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

SUISSA

ALBERT GERTSCH, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

CHARLES REDARD, Secretario de Legação, Addido Commercial.
(A Legação da Suissa está encarregada dos interesses liechtensteinsenses no Brasil.)

TCHECOSLOVAQUIA

Dr. VLASTIMIL KYBAL, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. KAREL DITTRICH, Secretario de Legação.

Dr. VACLAV KRESTA, Secretario de Legação.

ASIA

CHINA

SHIA YI-DING, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.

Ou TSIN-SHUING, Primeiro Secretario de Legação, Encarregado de Negocios, interino.

TRIANG TCHANG TSIEN, Delegado, Secretario da Legação.
(Nomeado.)

LIU NAI-TCHIUN, Addido, ausente.

JAPÃO

SHICHITA TATSUKE, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

ARATA AOKI, Conselheiro de Embaixada, ausente.

RYOJI NODA, Primeiro Secretario de Embaixada.
TOYOKICHI TUKUMA, Terceiro Secretario de Embaixada.
Capitão de Fragata So MORIMOTO, Addido Naval.
Capitão YUTAKA TAKEUCHI, Addido Militar.

N. 4

Corpo Consular Brasileiro

EM 30 DE ABRIL DE 1925

CONSULADOS GERAES E CONSULADOS

ALLEMANHA

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Berlin — Dr. Bento Carvalho do Paço, Consul Geral.

Hamburgo — Filinto Elysio Rodrigues Vianna de Abreu, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Bremen — Oscar Bernardino Paranhos da Silva, Consul.

Munich — Mario Navarro da Costa, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Altona — Rodolpho Richter, Consul.

Baden-Baden — Carlos Renaux, Consul.

Bonn — Otto Mattheis, Consul.

Colonia — Cezar Cabral, Consul.

Dresden — Dr. Ataliba Florence, Consul.

Elberfeld — João Paulino de Siqueira Campos, Consul.

Hannover — Pindaro Tasso Jatahy, Consul.

Magdeburgo — Otto de Freitas Loewe, Consul.

Nuremberg — Louiz Otto Scheyer, Consul.

Wiesbaden — Dr. Fritz Berl , Consul.

ARGENTINA

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Buenos Aires — Alcino Santos Silva, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Alvear — Carlos Carlton Coelho Cintra, Consul.

Paso de los Libres — Demetrio de Toledo, Consul.

Posadas — Manuel de Oliveira Costa, Consul.

Rosario — Socrates Moglia, Consul.

Santo Tomé — Protasio Baptista Gonçalves, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Concordia — José de Almeida Aroma, Consul.

Corrientes — Armando Muller dos Reis, Consul.

AUSTRIA

CONSULADO DE CARREIRA

Vienna — Annibal de Saboia Lima, Consul.

CONSULADO HONORARIO

Graz — Julius Gerstl.

BELGICA

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Antuerpia — José Maria de Campos Paradedá, Consul Geral.

CONSULADO DE CARREIRA

Bruxellas — Nemesio Dutra, encarregado do Consulado.

BOLIVIA

CONSULADOS DE CARREIRA

Cobija — João Remigio Figueiras, encarregado do Consulado.
Porto-Sucre — Dr. José de Mendonça Lima, Vice-Consul, encarregado.
Guajará-Mirim — Raul Vacchias, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

La Paz — Juan Muñoz Reys, Consul.
Puerto Suarez —

BULGARIA

CONSULADO HONORARIO

Sofia — Com jurisdição em todo o Reino da Bulgaria — Pzco Poukanitcharoff, Consul.

CHILE

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Valparaíso — José Carlos de Mesquita Telles, Vice-Consul, encarregado.

CONSULADO HONORARIO

Santiago — Douglas Stewart, Consul.

CHINA

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Shanghai — Augusto Sarmiento Pereira Brandão, Consul geral.

CONSULADO HONORARIO

Tientsin — Louis Macgowan, Consul.

COLOMBIA

CONSULADO GERAL HONORARIO

Bogotá — Manuel Marulanda, Consul Geral.

CONSULADOS HONORARIOS

Barranquilla — J. Henry Helm, Consul.

Cali — Leonidas Marulanda, Consul.

Cartagena — Ramon del Castillo, Consul.

Medellin — Manuel Escobaro, Consul.

COSTA RICA

CONSULADO HONORARIO

S. José — Felipe Herrero Garcia, Consul.

CUBA

CONSULADOS HONORARIOS

Havana — Dr. Gonzalo Arostegui, Consul.

Santiago — Dr. Felipe S. Veranes, Consul.

DINAMARCA

CONSULADO DE CARREIRA

Copenhagen — Hamilton Paulino da Silva Pires, Consul.

CONSULADO HONORARIO

Reykjavik (Islandia) — Pjetur Andreas Olafson, Consul.

DOMINICANA (REPUBLICA)

CONSULADO HONORARIO

Santo Domingo — Silvestre Aybar y Nunez, Consul.

EGYPTO

CONSULADO DE CARREIRA

Alexandria — Eduardo Porto Ozorio Bordini, Consul.

EQUADOR

CONSULADO GERAL HONORARIO

Quito — Rafael Vasconez Gomez, Consul Geral.

CONSULADOS HONORARIOS

Cuenca — Remigio Crespo Toral, Consul.

Guayaquil — Julio Burbano Zuniga, Consul.

Loja — Agustin Arias Valdivieso, Consul.

ESPANHA E POSSESSÕES

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Barcelona — Dr. José Marcelino de Moraes Barros, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Cadiz — José Fonseca Filho, Consul.

Madrid — Alvaro da Cunha, Consul.

Vigo — Mario Savard de Saint Brisson Marques, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Corunha — João Ferreira de Andrade Couto, Consul.

Las Palmas (Canarias) — Alfredo Sierra Valle, Consul.

Malaga — Francisco Crooke y Heredia, Consul.

San Sebastian — Alfredo Blake de Sant'Anna, Consul.

Santa Cruz (Teneriffe) — Juan Yañez y Perdon, Consul.

ESTADOS UNIDOS E POSSESSÕES

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Nova Orleans — Carlos Ferreira de Araujo, Consul Geral.

Nova York — Helio Lobo, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Baltimore — George William Chester, Consul.

Chicago — Alvaro de Magalhães, Consul.

New-port-News — Harry Arthur Keitz, Vice-Consul, encarregado do Consulado.

Norfolk — Oscar Correia, Consul.

Philadelphia — Henry C. Sheppard, encarregado do Consulado.

CONSULADOS HONORARIOS

Boston — Jayme Mackay de Almeida, Consul.

São Thomaz — (Ilhas Virgens) — George Levi, Consul.

Cleveland (Ohio) — Carl W. Brand, Consul.

Honolulu (Hawaii) — Antonio Daniel de Castro, Consul.

Los Angeles — Arthur Ferreira Machado Guimarães, Consul.

Manilha (Fillippinas) —

Pensacola — Vincent José Vidal, Vice-Consul, encarregado.

San Francisco — Ludwig Mathias Hoefler, Consul.

ESTHONIA

CONSULADO HONORARIO

Reval

FINLANDIA

CONSULADO DE CARREIRA

Helsingfors — Eskil Funck, Vice-Consul, encarregado do Consulado.

CONSULADO HONORARIO

Viborg — Julio Kuosmanen, Consul.

FRANÇA E POSSESSÕES

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Havre — Octaviano Augusto Machado de Oliveira, Consul Geral.

Marselha — Antonio Carlos Moreira Telles, encarregado do Consulado.

Paris — João Baptista Lopes, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Bordéos — Matheus de Albuquerque, Consul.

Boulogne sur Mer — Philomeno Padula, Consul.

Cayenna (G. Franceza) — João Constantino Pinto Peixoto, Consul.

Cherburgo — Alfredo de Mesquita Bastos, Consul.

Dakar — Alberto Gracie, Consul.

La Rochelle-Pallice — Horacio Sully de Souza, Consul.

Lyon — Pedro Neves de Paula Leite, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Cannes — Gerard Blakeman Atkins, Consul.

Nantes — Ernesto Lisbôa, Consul.

Nice — Ernesto de Campos Lima, Consul.

Toulouse — E. Lamothe, Consul.

GRÃ-BRETANHA E POSSESSÕES

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Liverpool — Manuel Pinto de Souza Dantas, Consul Geral.

Londres — Francisco Garcia Pereira Leão, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Barbados (Antilhas) — Aluisio Martins Torres, Consul.

Calcutá (India) — Heraclito Hermes de Vasconcellos, Consul.

Capetown (Colonia do Cabo) — Charles Henry W. Fleming, encarregado do Consulado.

Cardiff — Domingos de Oliveira Alves, Consul.

Dublin — John Geo Fottaell, Vice Consul, encarregado do Consulado.

Glasgow — Emilio São Felix Simonsen, Consul interino.

Montreal (Canadá) — Antonio Rabello Braga, Consul.

Manchester — Hipolyto Hermes de Vasconcellos, Consul.
Southampton — John de Grouchy, Vice-Consul, encarregado do Consulado.

CONSULADOS HONORARIOS

Bombaim (India Inglesa, com jurisdição em toda a Presidencia)
— Manoel Agostinho de Heredia, Consul.
Colombo (*Ceylão*) — Fernando de Montes Kruger, Consul.
Dover — Pery Crundel, Vice Consul, encarregado.
Durban (*Natal*) — George Gordon Edwards, Consul.
Gibraltar — Aurelio Onetti, Consul.
Hong-Kong — José Miguel Alves, Consul.
Johannesburgo (*Transwaal*) — John Massey, Consul.
Kingston (*Jamaica*) — Louis P. Fernandes, Consul.
La Vallette (*Malta*) — John Dunbar Vella, Consul.
Port of Spain (*Trindade*) — Ernesto Gomez, Consul.
Santa Lucia (*Antilhas*) — Gregor Mac Gregor Peter, Consul.
Singapura — Henry Campbell, Consul dos Estados Unidos da America, encarregado do Consulado.
Swansea — Galileu de Braga Mello, Consul.
Sydney (*Australia*) — James Edwards Barron, Consul.
Terra Nova — John Fenelon, Consul.

GRECIA

CONSULADOS HONORARIOS

Athenais — Andreas Elliados, Consul.
Salonica — Salomom Ezratty, Consul.

GUATEMALA

CONSULADO HONORARIO

Guatemala — José H. Muñoz, Consul.

HAITI

CONSULADO HONORARIO

Port-au-Prince — Justin Meves, Consul.

HUNGRIA

CONSULADO HONORARIO

Budapest — Joseph Kovás, Consul.

ITALIA

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Genova — Alfredo Varella, Consul Geral.

Napoles — Fabio Ramos, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Livorno — Pedro Nunes de Sá, Consul.

Milão — Alfredo Dias de Mello, Consul.

Roma — João Eudoxio de Vasconcellos, Consul.

Trieste — Mario Castello Branco, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Chiavari — Emilio Podestá, Consul.

Florença — Com.^{te} Alexandre Kraus Filho, Consul.

Marsala — Nestore Fortunati, Consul.

Palermo — Francesco Paolo Dichiera Russo, Consul.

Rapallo — Juarez Nogueira, Consul.

San Remo —

Savona — Giovanni Buscaglione, Consul.

Spezzia — Francesco Capellini, Consul.

Turim — Giovanni Borgno, Consul.

Veneza — Giuseppe Faggione, Consul.

Ventimiglia — Alfredo Gallian, Consul.

JAPÃO

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Yokohama — Luiz Villares Fragoso, Consul Geral.

CONSULADO DE CARREIRA

Kobe — Pedro Vicente do Couto, Vice-Consul, encarregado.

CONSULADO HONORARIO

Nagasaki — Takutaro Nagami.

LETONIA

CONSULADO HONORARIO

Riga — Alfredo Dinbergs, Consul.

MARROCOS

CONSULADOS HONORARIOS

Tanger — Francisco Figueira, Consul.

MEXICO

CONSULADO DE CARREIRA

Tampico — Manoel da Veiga Menezes, Consul.

CONSULADO HONORARIO

Mexico — Antonio Carneiro da Fontoura, Consul.

MONACO

CONSULADO HONORARIO

Montecarlo — Henry Trüb, Consul.

NICARAGUA

CONSULADO HONORARIO

Managua

NORUEGA

CONSULADO DE CARREIRA

Oslo — Rodolpho Riegel, Consul.

PAIZES BAIXOS

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Amsterdam — Leonardo Olavo da Silva Castro, Consul Geral.

CONSULADO DE CARREIRA

Rotterdam — Carlos de Carvalho e Souza, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Haya — Th. de Groen, Consul.

Willemstad (Ilha de Curaçáo) — Julius Penha Junior, Consul.

Paramaribo — José Rodrigues, Consul.

PANAMA'

CONSULADO DE CARREIRA

Panamá — Nestor de Braga Mello, Consul.

PARAGUAY

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Assumpção — Roberto Mesquita, Consul Geral.

PERU'

CONSULADO DE CARREIRA

Iquitos — Felipe de Mello, Consul.

CONSULADO HONORARIO

Lima — Arthur Peres Palacio, Consul.

POLONIA E DANTZIG

CONSULADOS DE CARREIRA

Dantzig — Carlos Ribeiro de Faria, Consul.

Varsovia — Sigismundo Kieskowski, Vice Consul, encarregado do Consulado.

CONSULADO HONORARIO

Katowise — Paulo Gerechter, Consul.

PORTUGAL E POSSESSÕES

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Lisbôa — Landulpho Borges da Fonseca, Consul Geral.

Porto — Dr. José Basileu Neves Gonzaga Filho, Consul Geral.

CONSULADO DE CARREIRA

Funchal (Madeira) — Amynthas de Lima, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Aveiro — Luiz Caldas Lins, Consul.

Braga — Rozo Lagôa, Consul.

Coimbra — Carlos Balbino Dias, Consul.

Lourenço Marques — Léon Cohen, Consul.

Quelimane (Africa) — Rodolpho Huber, Consul.

Leiria — Antonio Ferreira Monteiro da Silva, Consul.

S. Vicente (Cabo Verde) — Augusto Vera Cruz, Consul.

Villa do Conde — Eduardo de Andrade Villares, Consul.

ROMANIA

CONSULADO DE CARREIRA

Galatz — Osorio Dutra, Consul.

RUSSIA DOS SOVIETS

CONSULADO DE CARREIRA

Odessa —

SALVADOR

CONSULADO HONORARIO

S. Salvador — Jorge Harrison, Consul.

SUECIA

CONSULADO DE CARREIRA

Gothemburgo — Braz Calmon da Gama, Consul.

CONSULADO HONORARIO

Kristianstad — Hjalmar Carlborn, Consul.

Stockholmo — Rudolf Ashell, Consul.

SUISSA

CONSULADOS DE CARREIRA

Genebra — Fernando Augusto Georlette, Consul.

Zurich — Victor Ferreira da Cunha, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Lausanne — Jacques Schwob, Consul.

Saint Gall — João Emilio Ribeiro, Consul.

SYRIA E PALESTINA

CONSULADOS HONORARIOS

Beyruth — Fortunato Sellan, Consul.

TCHECOSLOVAQUIA

CONSULADO DE CARREIRA

Praga — Vinicio da Veiga, Consul (nomeado.)

TURQUIA

CONSULADO DE CARREIRA

Constantinopla — Paulo Demôro, Consul (nomeado.)

URUGUAY

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Montevidéo — Dr. Alberto Baez Conrado, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Artigas — Murillo Martins de Souza, Consul.

Melo — Noé de Florambel Pinto Peixoto, Consul ausente.

Paysandú — Dr. Joaquim Pereira da Costa, Consul.

Rio-Branco — Euribiades Barbosa Gonçalves, Consul.

Rivera — Joaquim Maria Pedreira Junior, Consul.

Salto — Mario Augusto de Azevedo, Consul.

Santa Rosa — José Calmon da Gama, Consul.

VENEZUELA

CONSULADO GERAL HONORARIO

Caracas — Ramon Veloz, Consul.

YUGO SLAVIA

CONSULADO HONORARIO

Belgrado — Jacques B. Jonathan, Consul.

ADDIDOS COMMERCIAES

Berlim — Joaquim Antonio de Souza Ribeiro.

Buenos-Aires — Narciso Peixoto de Magalhães.

Londres — Julio Barbosa Carneiro, em commissão.

Paris — Francisco Guimarães.

Roma — Dr. Deoclecio de Campos.

Washington —

Na presente lista consular não estão incluídos os nomes dos
Vice-Consules e Agentes Consulares.

N. 5

Corpo Consular Estrangeiro

EM 30 DE ABRIL DE 1925

CONSULADOS GERAES E CONSULADOS

ALLEMANHA

CONSULADOS

Bahia — Heinrich Hoffmeister.

Belém — S. Hermann, encarregado.

Curityba — João Garbers, encarregado.

Blumenau — Otto Rohkohl.

Florianopolis —

Cuyabá — Karl Sergel, encarregado.

Fortaleza — Oscar Huland.

Joinville — Heinrich Meyer.

Porto-Alegre — Henrich Daehnardt.

Recife — W. Lüdemann, encarregado.

Rio de Janeiro — A cargo da Legação.

Santos — Otto Huebele.

S. Luiz — Julius D. Jacobsen, Consul interino.

S. Paulo — Karl Pistor.

Victoria — August Arens.

Juiz de Fóra — Tem um Vice-Consulado.

ARGENTINA

CONSULADOS GERAES

Rio de Janeiro — Pedro G. Goytia.

Porto-Alegre — Horacio Bossi Cáceres.

CONSULADOS

Corumbá — Juan M. da Costa, encarregado.

Recife — Argentino B. Rossani.

S. Paulo — Eugenio J. Cattini.

Tem Vice-Consulados em *Antonina*, na *Bahia*, *Belém*, *Foz do Iguassú*, *Itaqui*, *Manáos*, *Paranaguá*, *Rio Grande*, *S. Borja*, *Santos*, *S. Francisco do Sul* e *Uruguayana*.

AUSTRIA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Hugo Ornstein.

CONSULADOS

Bahia — Richard Schwartz.

Belém — Pedro M. Steiner.

Curitiba — Bertholdo Hauer.

Recife — Constantino Barza.

Santos — Karl Reibel.

S. Paulo — Antonio Zerrenner.

Victoria — Robert Langen.

Não tem Vice-Consulados.

BELGICA

CONSULADO GERAL

S. Paulo — F. Longrée.

CONSULADOS

Bahia — Antonio Petersen.

Belém — Paul Le Cointe.

Bello Horizonte — Pierre Delville, encarregado.

Fortaleza — Raul de Souza Carvalho.

Goyaz — Henry Alfred Péclat.

Manáos — Joaquim Gonçalves de Araujo.

Porto-Alegre — Jean Lahorgue, encarregado.

Recife — Paul Henry, encarregado.

Rio Grande — Alphonse Barcelone, encarregado.

Rio de Janeiro — A cargo da Embaixada.

Santos — Alfredo Deneaux, encarregado.

São Luiz — Carlos S. de Oliveira Neves, encarregado.

Victoria — Jean Zinzen.

Tem um Vice-Consulado em *Maceió* e uma Agencia Consular em *Paranaguá*.

BOLIVIA

CONSULADOS GERAES

Belém — Romero Ovando.

Rio de Janeiro — Dr. Luiz Soares de Souza Henriques.

CONSULADOS

Aracajú — José da Silva Ribeiro.

Bahia — Antonio Balbino de Carvalho.

Corumbá — Carlos Melquiades Barbey.

Curityba — Paulo Ildefonso de Assumpção.

Florianopolis — Ernesto Mendel.

Fortaleza — Maximiniano Leite Barbosa.

Maceió — Ezequiel Pereira da Silva Goulart.

Manáos — José Vaz de Oliveira, encarregado.

Nittheroy — Luiz H. de Iparraguirre.

Porto-Alegre — Leopoldo Lemmertz, encarregado.

Porto-Velho — José Domingo Arce Lacaze.

Recife — João Eustaquio Pereira.

Santos — José de Souza Dantas.

S. Luiz — José Francisco Jorge.

S. Paulo — José Faustino de Andrade Silva.

Victoria — Brasílio Pimenta Filho.

Tem Vice-Consulados em *Abunã*, *Brasilea*, *Guajará-Mirim* e *S. Luiz de Cáceres*.

CHILE

CONSULADOS GERAES

Rio de Janeiro — Samuel Gracie.

S. Paulo — Julio Cesar Campos.

CONSULADOS

Bahia — Alberto Moraes Martins Catharino.

Belém — Arnaldo Valente Lobo, encarregado.

Fortaleza — José Gentil Alves de Carvalho.

Manáos — Raul de Azevedo.

Porto-Alegre — Edmundo Eichemberg.

Recife — Antonio Loyo de Amorim.

Rio Grande —

S. Francisco do Sul — Otto Selinke.

Não tem Vice-Consulados.

CHINA

CONSULADO

Recife — João Pessôa de Queiroz.

COLOMBIA

CONSULADOS GERAES

Manáos — Demetrio Salamanca.

Rio de Janeiro — Dr. Antonio Carlos Simoens da Silva.

CONSULADOS

Fortaleza — José Candido de Souza Carvalho.

S. Paulo — Julio Cezar Hoffmann Uribe.

Tem Agencias Consulares em *Marin (Baixo Japurã)* e *Porto Velho*.

COSTA RICA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Dr. Americo Galvão Bueno.

CONSULADO GERAL

Recife — Dr. Martinho Garcez Caldas Barreto.

Não tem Vice-Consulados.

CUBA

Tem, apenas, um Vice-Consulado no *Rio de Janeiro*.

DINAMARCA

CONSULADOS

Bahia — Alberto Thomas Bailie.

Porto Alegre — Oscar Christiano Paetzel.

Recife — Adolf Egmund Klein.

Rio Grande — Sinclair Robinson.

Rio de Janeiro — A cargo da Legação.

S. Paulo — Niels Christian Emil Hansen.

Tem Vice-Consulados em *Belém*, *Florianopolis*, *Paranaguá*, *Santos* e *S. Luiz*.

EQUADOR

CONSULADOS

Belém — José Nunes de Lima, encarregado.

Manãos —

Rio de Janeiro — Octavio do Nascimento Brito.

Não tem Vice-Consulados.

ESPAÑHA

CONSULADO GERAL

S. Paulo — José Maria y O'Donnell.

CONSULADOS

Bahia — Francisco Virgilio Sevillano y Carbajal.

Recife — Luiz Amador Sanchez.

Rio de Janeiro — Ramiro Fernandez Pintado y Camacho.

Santos — José Ozores Fernandes, encarregado.

S. Francisco do Sul — Carlos Haeberer.

Tem Vice-Consulados em *Bagé*, *Belém*, *Bello Horizonte*, *Campo Grande*, *Campos*, *Corumbá*, *Curityba*, *Florianopolis*, *Fortaleza*, *Guaryupé*, *Jahú*, *Manãos*, *Parahyba*, *Pelotas*, *Piracicaba*, *Poços de Caldas*,

Porto Alegre, Rio Grande, Sant'Anna do Livramento, S. Luiz, Therezina, Uberaba, Uruguayana e Victoria e Agencias Consulares em Araraquara, Atibaia, Barra do Pirahy, Baurú, Bebedouro, Botucatu, Campinas, Cantanduvas, Descalvado, Espirito Santo do Pinhal, Glycerio, Ipaussú Itapira, Jacaréhy, Mocóca, Ribeirão Preto, Rio Preto, Santo Anastacio e S. Carlos.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Alphonse Gaulin.

CONSULADOS

Bahia — Homer Brett.

Bélem — Jack Dway Hickerson.

Porto Alegre — William F. Hoffmann, encarregado.

Recife — Elliot Verne Richardson.

Santos — Herndon W. Goforth.

S. Paulo — Arminius T. Haeberle.

Tem Vice-Consules em Manáos e Rio Grande e Agentes Consulares em Curityba, Fortaleza, S. Luiz e Victoria.

FINLANDIA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Oscar Rodrigues da Costa.

Tem Vice-Consulados na Bahia, Recife e Santos.

FRANÇA

CONSULADOS

Bahia — Léon Hippeau.

Belém — Paulo Lecointe.

Porto Alegre — Fernand Puech.

Rio de Janeiro — Regulus Napoleon Eugéne Lucciardi.

S. Paulo e Santos — Ermil Maral de Verneuil.

Tem Vice-Consulados em Recife e Parahyba e Agencias Consulares em *Bello Horizonte, Campos, Curityba, Cuyabá, Fortaleza, Florianopolis, Maceió, Manáos, Natal, Parnahyba, Pelotas, S. Francisco, S. Luiz e Victoria.*

GRÁ-BRETANHA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Godfrey Digby Napier Haggard.

CONSULADOS

Bahia — Léonard Archibald Henry Parish.

Belém — Frederik Jorge Coultas.

Bello-Horizonte — Dr. Elysio de Carvalho Britto.

Porto Alegre — Dr. Thomas Cantrell Dillon.

Recife — Wallace Ingham, encarregado.

S. Paulo — Cyril Lynch, Vice Consul, encarregado.

Tem Vice-Consulados em *Aracajú, Curityba, Florianopolis, Fortaleza, Ilhéos, Maceió, Manáos, Morro Velho, Natal, Parahyba, Paranaguá, Parnahyba, Porto Velho, Rio Grande, Santos, S. Francisco, S. João d'El-Rey, S. Luiz e Victoria.*

GRECIA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Demetrius Sfezzo.

CONSULADOS

S. Paulo — Nicolas Janacopoulos.

Tem Vice-Consulados na *Bahia, em Belém, Florianopolis, Fortaleza, Natal, Parahyba, Paranaguá, Porto Velho, Recife, Rio Grande, Santos e S. Luiz.*

GUATEMALA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Carlos Augusto Faller.

CONSULADOS

Santos — João Manuel Alfaya Rodrigues.
S. Paulo — Arthur Gomes da Rocha Azevedo.
Não tem Vice-Consulados.

HAITI

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Luiz de Moraes Junior.

CONSULADOS

Bahia — Dr. Edgard Ribeiro Sanches.
Florianopolis — João Pedro de Oliveira Carvalho.
Manáos — Dr. Alcides Bahia.
Porto Alegre — Edmundo H. Teltscher Bastian.
Recife —
S. Paulo — Joaquim Ferreira da Rosa Sobrinho.
Não tem Vice-Consulados.

HONDURAS

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Roberto J. Kinsmann Benjamin.
Não tem Vice-Consulados.

HUNGRIA

CONSULADO

S. Paulo — Guillaume Fillinger.
Não tem Vice-Consulados.

ITALIA

CONSULADO GERAL

S. Paulo — Giovanni Battista Dolfini.

CONSULADOS

Bahia — Antonio Scaldaferri.
Belém — Cav. Ludovico Manzini.
Bello Horizonte — Eduard Pervan.
Curityba — Cav. Nob. Tommasi Ugo.
Florianopolis — Cav. Gaetano Veschiotti.
Porto Alegre — Luigi Arduini.
Recife — Cav. Publio Landucci.
Rio de Janeiro — Sylvio Camerani, encarregado.

Tem Vice-Consulados na *Bahia*, em *Juíz de Fóra*, *Ribeirão Preto* e *Santos* e Agencias Consulares em *Bagé*, *Bento Gonçalves*, *Botucatu*, *Campinas*, *Caxias*, *Curumbá*, *Cuyabá*, *Fortaleza*, *Franca*, *Itapetininga*, *Jaboticabal*, *Jacarézinho*, *Jahú*, *Laguna*, *Maceió*, *Manáos*, *Mococa*, *Nova Veneza*, *Obidos*, *Ouro Fino*, *Palmeiras*, *Parahyba*, *Petropolis*, *Piracicaba*, *Ponta Grossa*, *Rio Grande*, *Salto*, *Sant'Anna do Livramento*, *Santa Maria da Bocca do Monte*, *Santa Thereza*, *Santa Victoria do Palmar*, *Santos*, *S. Carlos do Pinhal*, *S. Luiz*, *Taquaritinga*, *Taubaté*, *Uruguayana* e *Victoria*.

JAPÃO

CONSULADO GERAL

S. Paulo — Kadsu Saito.

CONSULADOS

Baurú — Tomiya Koseki, encarregado.
Ribeirão Preto — Suetaka Hayao, encarregado.
Rio de Janeiro — Ryoji Noda Jorakui.
 Tem um Vice-Consulado em *Santos*.

MEXICO

CONSULADOS

Bahia —
Belém — Manuel Ignacio Pereira da Motta.
Manáos — Breislau M. de Castro Junior.

Porto Alegre — Carlos Fontoura.

Recife — João Dubeux.

Rio de Janeiro — A cargo da Embaixada provisoriamente.

S. Luiz — Amadeu da Cunha Santos Arozo.

S. Paulo — Joaquim Candido de Azevedo

Tem um Vice-Consulado em *Santos*.

MONACO

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Albino da Silva Bandeira.

Não tem Vice-Consulados.

NICARAGUA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Roberto J. Kinsmann Benjamin.

CONSULADO

S. Paulo — Dr. Christiano Costa.

Não tem Vice-Consulados.

NORUEGA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Fredrik Herman Gade.

CONSULADOS

Porto Alegre — John Baade, encarregado.

Recife — John William Ayres.

Santos — Harald Hansen, encarregado.

S. Paulo — Pedro Gad.

Tem Vice-Consulados na *Bahia*, em *Belém*, *Fortaleza*, *Florianopolis*, *Maceió*, *Parahyba*, *Paranaguá*, *Rio Grande* e *S. Luiz*.

PAIZES BAIXOS

CONSULADOS

- Bahia* — Manuel José do Conde Junior.
Curityba — Wilhelm Schack.
Florianopolis — Carlos Hoepcke, encarregado.
Fortaleza — Joaquim da Costa e Souza.
Maceió — Robert William Browning Paterson, encarregado.
Manáos — H. E. Weitingh.
Natal — Henry J. Green.
Parahyba — Gustav Moelmann, encarregado.
Porto Alegre — G. A. Menalda.
Recife — Julius von Söhsten.
Rio Grande — Jah de Boer.
Rio de Janeiro — A cargo da Legação.
Santos — G. A. Honing.
S. Luiz — Hans Kemnitzer.
Victoria — J. Zinzen.
Tem Vice-Consulados em *Belém* e *São Paulo*.

PANAMÁ

CONSULADOS

- Rio de Janeiro* — Theodoro Langgaard de Menezes.
S. Paulo — Samuel Augusto das Neves.
Não tem Vice-Consulados.

PARAGUAY

CONSULADO GERAL

- Rio de Janeiro* — Pedro Arrua Rodas, encarregado.

CONSULADOS

- Bella Vista* — Dr. Rodrigo de Oliveira.
Corumbá — Juan R. da Costa.
Manáos — Antonio Duarte de M. Arcesa.

Porto Alegre — Sebastião Kraemer.

S. Paulo — Daniel Monteiro de Abreu.

Santos — Manuel Augusto Alfaya Rodrigues.

Tem Vice-Consulados em *Fóz do Iguassú, Nu Verá, Ponta Porã*
e *Porto Murtinho*.

PERU'

CONSULADOS GERAES

Manáos — Ricardo J. Mac Lean.

Rio de Janeiro — Othon Leonardos Junior.

CONSULADOS

Bahia — Manuel Cerqueira Conde.

Belém — Francisco A. Loyaza.

Fortaleza — Minervino de Abreu.

Porto Velho — Julio Medina Cáceres.

Recife — Joaquim Rodrigues da Costa Magalhães.

S. Paulo — Mario Guastini.

Senna Madureira — Fabriciano Hoyos.

Teffé — Cunegundes Machado.

Tem Vice-Consulados em *Benjamim Constant, Porto Alegre* e
Santos.

POLONIA

CONSULADO

Curityba — Zbigniew August Miszke.

Rio de Janeiro — A cargo do Departamento Consular junto
à Legação.

PORTUGAL

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Carlos de Almeida Afonseca Sampayo
Garrido.

CONSULADOS

Bahia — Gonçalo de Figueiredo Vasconcellos da Guerra Mourão.

Belém — Manuel Fran Paxeco.

Bello Horizonte — Avelino Fernandes, encarregado.

Fortaleza — Julio Augusto do Amaral Teixeira de Souza Pinto.

Manãos — Carlos Augusto Alves Cotelô.

Porto Alegre — Eduardo de Carvalho.

Recife — Agapito Pedroza Rodrigues.

Santos — Julio Augusto Borges dos Santos.

S. Luiz — Agnelo Lopes da Cunha Pessôa.

S. Paulo — Dr. José Augusto de Magalhães.

Tem Vice-Consulados em *Alemquer, Altamira, Amparo, Aracajú, Araraquara, Bananal, Barbacena, Barra do Pirahy, Baurú, Bebedouro, Botucatú, Bragança, Cabo Frio, Campinas, Campos, Casa Branca, Caxias, Codó, Corumbá, Curitiba, Cuyabá, Florianopolis, Franca, Goyaz, Granja, Iguape, Ilhéos, Itapira, Jaboticabal, Jaguarão, Juiz de Fôra, Macahé, Maceió, Natal, Nictheroy, Obidos, Ouro Preto, Parahyba do Norte, Parahyba do Sul, Paranaguá, Parnahyba, Pelotas, Petropolis, Piracicaba, Pirassinunga, Porto Velho, Ribeirão Preto, Rio Grande, Rio Preto, Santarém, Santa Maria, Santa Victoria do Palmar, São Carlos do Pinhal, Sobral, Taubaté, Therezina, Tres Lagoas, Turyassú, Tutoya, Uberaba, Varginha, Victoria e Agencia Consular em Cururupú.*

ROMANIA

CONSULADO

Rio de Janeiro — Arthur Wraubeck, Consul.

Não tem Vice-Consulados.

SALVADOR

CONSULADOS

Rio de Janeiro — Octavio Reis.

Não tem Vice-Consulados.

SUECIA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Arendt Holmberg.

S. Paulo — Johan Gustaf Stal.

Tem Vice-Consulados na *Bahia, Belém, Porto Alegre, Recife, Rio Grande, Santos e S. Luiz.*

SUISSA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Albert Gertsch.

CONSULADOS

Bahia — Luis Trübner, encarregado.

Belém — Albert Suter, ausente.

Curityba — Jacob Thommen, encarregado.

Porto Alegre — Hugo Luchsinger, encarregado.

Recife — René Louis Hauscheer.

S. Paulo — E. Darbelley, encarregado.

Não tem Vice-Consulados.

URUGUAY

CONSULADO GERAL

Estados do Sul — Florencio Rivas (Com séde em Porto Alegre).

CONSULADOS

Antonina — Lorenzo Bergamino.

Aracajú — José de Barros Pimentel Filho.

Bagé —

Bahia — Antonio Basañez.

Belém — Antonio Leite Chermont.

Corumbá — Juan M. Vallejo (hijo).

D. Pedrito — Rafael Alvarez.

Fortaleza — José Candido Cavalcanti Filho, encarregado.

Jaguarão — Cecilio Srigaray.

Manáos — Leopoldo de Moraes e Mattos, encarregado.

Paranaguá — Francisco Tezanos.

Pelotas — Antonio Romeu.

Porto Alegre — Antonio di Pasca, encarregado.

Porto Murtinho — José Grosso Ledesma, encarregado.

Quarahy — Léon Itté, encarregado.

Recife — Mario Garcia Cames.

Rio Grande — Rodolfo B. Vieira.

Rio de Janeiro — Alfredo Roberto Fischer.

Sant'Anna do Livramento — Juan Francisco Costa.

Santa Maria — Antonio de Lapuente.

Santa Victoria do Palmar — Hector Hernandez Malmsten.

Santos — Alberto Muñoz.

S. Luiz — Joaquim Francisco Vinhas Junior, encarregado.

Uruguayna — Rafael Alvarez.

Tem Vice-Consulados em *Barra do Quarahy*, *Barranco Branco*, *Florianopolis*, *Itajahy*, *Itaqui*, *Maceió*, *Passo Fundo*, *S. João Baptista do Quarahy*, *S. Francisco do Sul* e *S. Paulo*.

VENEZUELA

CONSULADOS

Belém e Manáos — Bartolomé Level, G.

Recife — Mario Melo.

Rio de Janeiro — Carlos da Rocha Lima.

S. Paulo — Dr. José Lannes.

Tem um Vice-Consulado em *Santos*.

N. 6

Quadro dos empregados da Secretaria de Estado, por antiguidade de classe, em 30 de abril de 1925

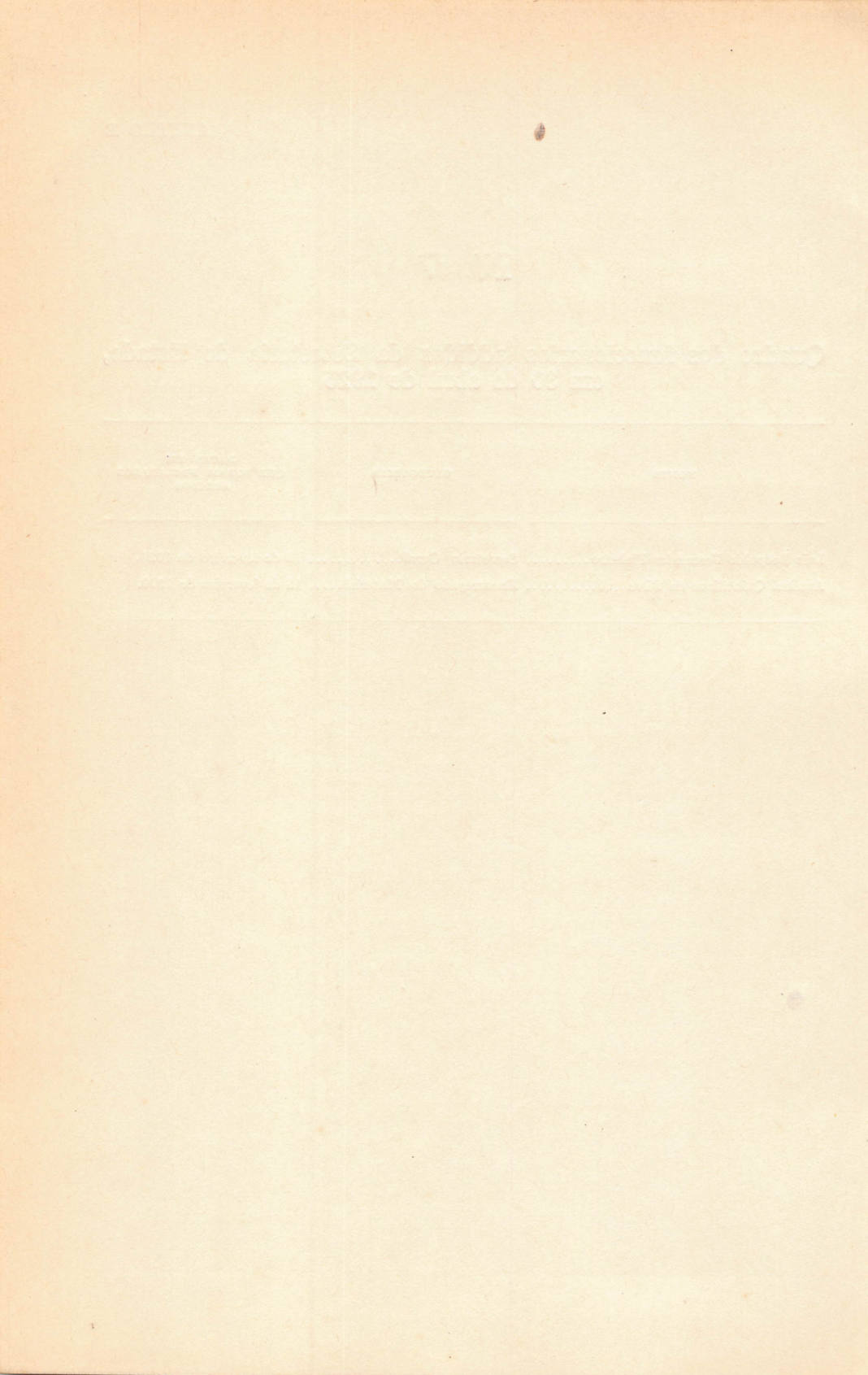
NOMES	CATEGORIAS	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE
Raul Adalberto de Campos.....	Director Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares.....	24 de abril de 1918.
Zacarias de Góes Carvalho.....	Director Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos.....	31 de julho de 1923.
Dr. Clovis Bevilacqua.....	Consultor Juridico.....	27 de junho de 1906.
Gregorio Pecegheiro do Amaral.....	Director de Secção.....	31 de março de 1911.
Napoleão Reys.....	Idem.....	16 de maio de 1913.
Sylvio Romero Filho.....	Idem.....	14 de novembro de 1916.
Henrique José de Saules.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Arthur Guimarães de Araujo Jorge.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Manoel Coelho Rodrigues.....	Idem.....	31 de outubro de 1918.
Raphael de Mayrinck.....	Idem.....	16 de abril de 1920.
Luiz Pereira Ferreira de Faro Junior.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Manoel Raymundo de Menezes.....	Primeiro Official.....	28 de fevereiro de 1913.
Henrique Pecegheiro do Amaral.....	Idem.....	20 de maio de 1914.
Ayres de Maya Monteiro.....	Idem.....	29 de outubro de 1914.
Mario de Barros e Vasconcellos.....	Idem.....	14 de novembro de 1916.
Antonio de São Clemente.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Rodolpho Gonçalves de Siqueira.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Henrique Pinheiro de Vasconcellos.....	Idem.....	24 de janeiro de 1919.
Fernando de Souza Dantas.....	Idem.....	24 de setembro de 1919.
Maurício Nabuco.....	Idem.....	6 de abril de 1920.
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Renato de Lacerda Lago.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Luiz Carlos de Andrade Filho.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Juvenal Meirelles Mesquita.....	Segundo Official.....	24 de abril de 1918.
Oswaldo de Moraes Correia.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Ronald de Carvalho.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Edgardo Barbedo.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Adriano de Souza Quartim.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Luiz Guimarães Fernandes Pinheiro.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Francisco de Miranda Mascarenhas.....	Idem.....	31 de outubro de 1918.
Cesar de Mesquita Serva.....	Idem.....	8 de novembro de 1920.
Heitor Collet.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Afonso Barbosa de Almeida Portugal.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Fernando Lobo.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Acyr Paes.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Moacyr Ribeiro Briggs.....	Terceiro Official.....	24 de abril de 1918.
Raul Braga de Azevedo.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Pedro de Paranaguá.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcellos.....	Idem.....	24 de setembro de 1918.
Jorge Latour.....	Idem.....	31 de outubro de 1918.
Jorge de Oliveira Jobim.....	Idem.....	17 de setembro de 1919.
Ivan Galvão.....	Idem.....	1 de abril de 1920.
Afonso Lopes de Almeida.....	Idem.....	15 de maio de 1920.
Mauro Pontes.....	Idem.....	1 de setembro de 1920.
Afranio de Mello Franco Filho.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Orlando Guerreiro de Castro.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Murillo Tasso Fragoso.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Narcez de Lima Ferreira.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Manoel Moreira de Barros e Silva.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Perillo Gomes.....	Idem.....	13 de março de 1924.

NOMES	CATEGORIAS	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE
Francisco Eduardo de Oliveira Basto.	Cartographo.....	19 de novembro de 1920.
Gaspar de Araujo Monteverde.....	Calligrapho.....	24 de abril de 1918.
Luiz Esteves de Almeida.....	Conservador do Archivo e da Bibliotheca.....	24 de abril de 1918.
Carlos Alberto Garcez Palha.....	Ajudante do Conservador..	30 de junho de 1919.
Estevão Mercurin.....	Zelador da Mappotheca...	30 de junho de 1919.
Fabio Antão de Medeiros.....	Dactylographo.....	24 de agosto de 1918.
Balthazar Franklin Tavora.....	Idem.....	24 de agosto de 1922.
Georgina Martins.....	Idem.....	4 de agosto de 1922.
Alice de Hoffbauer Antunes.....	Idem.....	24 de agosto de 1922.
Maria Antonietta Araujo Jorge.....	Idem.....	24 de agosto de 1922.
Cecilia Pereira Leite.....	Idem.....	24 de agosto de 1922.
Annibal Xavier Rodrigues.....	Guarda-livros.....	24 de agosto de 1922.
Braz José Oliveira.....	Porteiro.....	7 de julho de 1922.
Carlos Salgado.....	Ajudante de Porteiro.....	7 de julho de 1922.
Americo Ventura Rodrigues.....	Continuo.....	25 de maio de 1905.
Salvador González.....	Idem.....	23 de fevereiro de 1912.
Amphiloquio Teixeira Alves.....	Idem.....	1 de outubro de 1913.
Bernardino Barroso.....	Idem.....	14 de julho de 1915.
Francisco de Paula da Silva Braga...	Idem.....	14 de novembro de 1916.
João Opytaciano dos Santos.....	Idem.....	8 de janeiro de 1918.
Clodomiro Ferraz.....	Idem.....	8 de janeiro de 1918.
Horacio José Rosa.....	Idem.....	8 de janeiro de 1918.
Francisco José Gonçalves.....	Idem.....	4 de julho de 1923.
Carlos Pinto da Costa.....	Correio.....	30 de setembro de 1903.
Antonio Joaquim de Souza.....	Idem.....	28 de fevereiro de 1921.
Eustachio Torres Estruc.....	Servente.....	31 de dezembro de 1920.
Manoel Miranda.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Abrelino Pereira.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Antonio Alves de Lyra.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Eduardo Galdino dos Santos.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Sebastião José Moreira.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Joaquim Marques Ferreira.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Pedro Messa.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Francisco Luiz Coutinho Braga.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Salvador Pelicore Rizzo.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
José Sartori.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Aristides de Oliveira Palmeira.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Manoel Marcellino de Souza.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Vicente Giudice.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Eduardo Francisco dos Santos.....	Servente.....	31 de dezembro de 1920.
José Teixeira Sampaio.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Francisco Reynaldo.....	Idem.....	7 de julho de 1922.
Aulicene Augusto dos Santos.....	Idem.....	7 de julho de 1922.
Antonio Joaquim Vaz.....	Idem.....	10 de novembro de 1922.
João Francisco dos Santos Junior.....	Idem.....	4 de julho de 1923.
Benigna Santos.....	Telephonista.....	24 de agosto de 1922.

N. 7

Quadro dos funcionarios addidos da Secretaria de Estado,
em 30 de abril de 1925

NOMES	CATEGORIAS	DATAS EM QUE FORAM DECLARADOS ADDIDOS
Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro.....	Secretario Geral.....	18 de fevereiro de 1920.
Annibal Quintiliano da Silva.....	Encarregado do Material.....	18 de fevereiro de 1920.



N. 8

Quadro do Corpo Diplomatico Brasileiro, por antiguidade
de classe, em 30 de abril de 1925

EMBAIXADORES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Carlos Magalhães de Azeredo.....	28 de janeiro de 1919....	Santa Sé.
Luiz Martins de Souza Dantas.....	17 de outubro de 1919....	França.
Alfredo de Barros Moreira.....	24 de fevereiro de 1921...	Belgica.
José Manoel Cardoso de Oliveira	27 de julho de 1922.....	Portugal.
Sylvino Gurgel do Amaral.....	27 de julho de 1922.....	Chile.
Raul Regis de Oliveira.....	27 de julho de 1922.....	Grã-Bretanha.
Oscar de Teffé.....	7 de novembro de 1922 ..	Italia.
Pedro de Toledo.....	11 de novembro de 1922 ..	Argentina.
Antonio Augusto Carneiro de Brienne do Nascimento Feitosa.....	17 de outubro de 1924.....	Mexico.
Rinaldo de Lima e Silva.....	17 de outubro de 1924.....	Japão.
Abelardo Roças.....	17 de outubro de 1924.....	Chile.

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Alcibiades Peçanha.....	7 de outubro de 1910....	Polonia.
Raul Paranhos do Rio Branco.....	30 de abril de 1912.....	Suissa.
Adalberto Guerra Durval.....	12 de novembro de 1914..	Allemanha.
Hippolyto Pacheco Alves de Araujo..	7 de março de 1917.....	Hespanha.
Luiz Guimarães Filho.....	8 de agosto de 1917.....	Paizes-Baixos.
José de Paula Rodrigues Alves.....	24 de julho de 1918.....	Paraguay.
Annibal Velloso Rebello.....	7 de agosto de 1918.....	Cuba e America Central.
Luiz de Lima e Silva.....	23 de março de 1921....	Bolivia.
Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda	14 de novembro de 1922..	Austria.
Alfredo de Almeida Brandão.....	31 de janeiro de 1923....	Suecia.

MINISTROS RESIDENTES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
José Francisco de Barros Pimentel...	20 de julho de 1917.....	Egypto.
Carlos de Lemgruber Kropf.....	7 de agosto de 1918.....	Tcheco-Slovaquia.
Alberto Jorge de Ipanema Moreira ..	5 de setembro de 1921...	Noruega.
Arminio de Mello Franco.....	1 de outubro de 1921....	Equador.
Mario de Belfort Ramos.....	27 de julho de 1922.....	Colombia.
Lucillo Antonio da Cunha Bueno.....	27 de julho de 1922.....	Dinamarca.
Frederico de Castello Branco Clark..	13 de novembro de 1922..	Venezuela.

PRIMEIROS SECRETARIOS DE LEGAÇÃO

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Felix Bocayuva.....	25 de março de 1912.....	Republica Argentina.
José Joaquim Moniz de Aragão.....	16 de maio de 1913.....	Allemanha.
Eduardo de Lima Ramos.....	16 de maio de 1913.....	Santa Sé.
Carlos de Rostaing Lisbôa.....	4 de junho de 1914.....	Republica Argentina.
Mario Pimentel Brandão.....	4 de junho de 1914.....	Belgica.
Lafayette de Carvalho e Silva.....	4 de junho de 1914.....	Portugal.
Pedro Leão Velloso Neto.....	16 de fevereiro de 1916..	França.
Antonio José do Amaral Murtinho...	20 de julho de 1917.....	Suissa.
Gustavo Vianna Kelsch.....	31 de janeiro de 1918.....	Paraguay.
Jarbas Loretti da Silva Lima.....	31 de janeiro de 1918.....	Hespanha.
Carlos Martins Pereira e Souza.....	31 de janeiro de 1918.....	Grã-Bretanha.
Samuel de Souza Leão Gracie.....	24 de abril de 1918.....	Estados Unidos.
Luiz Avelino Gurgel do Amaral.....	24 de julho de 1918.....	Grã-Bretanha.
Pedro de Moraes Barros.....	24 de julho de 1918.....	Perú.
Carlos Taylor.....	24 de julho de 1918.....	França.
Jeronymo de Avelar Figueira de Mello	7 de agosto de 1918.....	Chile.
Octavio Fialho.....	26 de fevereiro de 1919...	Paizes Baixos.
Paulo Nieuwerve Coelho de Almeida.	5 de outubro de 1921....	Italia.
Carlos Alberto Moniz Gordilho.....	27 de julho de 1922.....	Polonia.
Lourival de Guillobel.....	27 de julho de 1922.....	Berlim.
João Severiano da Fonseca Hermes		
Filho.....	14 de novembro de 1922..	Uruguay.
Gastão Paranhos do Rio Branco (1)...	28 de novembro de 1924..	

1 Aguarda ordens no Rio de Janeiro.

SEGUNDOS SECRETARIOS DE LEGAÇÃO

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Carlos Elias de Latorre Lisboa.....	16 de julho de 1912.....	Belgica.
Octavio de Tefé von Hoonholtz.....	4 de junho de 1914.....	Equador.
Carlos Celso de Ouro Preto.....	29 de outubro de 1914....	França.
Sylvio Rangel de Castro.....	10 de julho de 1915.....	Genebra — Liga das Nações
João Ruy Barbosa.....	30 de setembro de 1915....	França.
Labienco Salgado dos Santos.....	16 de fevereiro de 1916 ..	Italia.
Americo Galvão Bueno.....	25 de maio de 1916.....	Republica Argentina.
José Roberto de Macedo Soares.....	20 de julho de 1917.....	Portugal.
Antonio Camillo de Oliveira Filho.....	27 de fevereiro de 1918...	Grã-Bretanha.
Cyro de Freitas Valle.....	27 de fevereiro de 1918...	Allemanha.
João de Avellar Magalhães Calvet.....	24 de abril de 1918.....	Allemanha.
Themistocles da G. Aranha.....	24 de julho de 1918.....	Suissa.
Leopoldo Teixeira Leite Filho.....	24 de julho de 1918.....	Italia.
Antonio Moreira de Abreu.....	24 de julho de 1918.....	Hespanha.
Carlos Maximiano de Figueiredo.....	7 de agosto de 1918.....	Santa Sé.
Rubens Dunham.....	2 de janeiro de 1919....	Austria.
Felippe Silviano Brandão.....	4 de fevereiro de 1919...	Bolivia.
Caio de Mello Franco.....	26 de fevereiro de 1919...	Santa Sé.
Rubens Ferreira de Mello.....	17 de setembro de 1919...	Dinamarca.
Joaquim de Souza Leão Filho.....	17 de setembro de 1919...	Suissa.
Arthur dos Guimarães Bastos.....	11 de setembro de 1920...	Suecia.
Trajan Medeiros do Paço.....	11 de setembro de 1920...	França.
Ruy Pinheiro Guimarães.....	11 de setembro de 1920...	Perú.
Roberto Mendes Gonçalves.....	11 de setembro de 1920...	Estados Unidos.
Djalma Pinto Ribeiro Lessa.....	11 de setembro de 1920...	Tcheco-Slovaquia.
Argeu de Segadas Machado Guimarães.....	11 de setembro de 1920...	Colombia.
Antonio Barroso Fernandes Filho.....	5 de setembro de 1921...	Chile.
Carlos da Silveira Martins Ramos....	5 de setembro de 1921...	Cuba.
Jacome Baggi Berenguer Cesar.....	5 de setembro de 1921....	Mexico.
Abelardo Bretanha Bueno do Prado ..	1 de outubro de 1921.....	Venezuela.
Jorge Olyntho de Oliveira.....	15 de julho de 1922.....	Buenos Aires.
Heitor Lyra.....	25 de novembro de 1922..	Genebra — Liga das Nações
Ildeu Vaz de Mello.....	25 de julho de 1923.....	Polonia.
José de Alencar Netto.....	25 de julho de 1923.....	Noruega.
Mario da Costa Guimarães.....	25 de julho de 1923.....	Paraguay.
Antonio de Vilhena Ferreira Braga...	13 de março de 1924.	
Mario de Lima Barbosa.....	13 de março de 1924.	
Carlos Alves de Souza Filho.....	6 de dezembro de 1924..	Uruguay.

N. 9

Quadro do Corpo Consular Brasileiro, por antiguidade de classe, em 30 de abril de 1925

CONSULES GERAES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Dr. Alberto Baez Conrado.....	24 de dezembro de 1906 .	Montevideo.
Filinto Elysio Rodrigues Vianna de Abreu.....	5 de março de 1913.....	Hamburgo.
Manoel Pinto de Souza Dantas.....	22 de outubro de 1914....	Liverpool.
Dr. José Marcellino de Moraes Barros.	12 de novembro de 1914..	Barcelona.
Helio Lobo.....	10 de julho de 1915.....	Nova York.
Landulpho Borges da Fonseca.....	24 de abril de 1918.....	Lisboa.
Dr. José Basileu Neves Gonzaga Filho	24 de abril de 1918.....	Porto.
José Monteiro de Godoy.....	14 de novembro de 1918..	Marselha.
Alcino dos Santos Silva.....	26 de fevereiro de 1919..	Buenos Aires.
Dr. Bento de Carvalho do Paço.....	20 de março de 1914....	Berlim.
Augusto Sarmiento Pereira Brandão....	24 de março de 1915.....	Shanghai.
Dr. Alfredo Varela.....	28 de março de 1917.....	Genova.
José Maria de Campos Paradedda.....	31 de dezembro de 1917 .	Antuerpia.
Octaviano Augusto Machado de Oliveira.....	24 de abril de 1918.....	Havre.
Fabio Ramos.....	24 de abril de 1918.....	Napoles.
Francisco Garcia Pereira Leão.....	24 de abril de 1918.....	Londres.
José Pinto da Fonseca Guimarães....	24 de abril de 1918.....	Valparaizo.
Carlos Ferreira de Araujo.....	24 de abril de 1918.....	New-Orleans.
João Baptista Lopes.....	24 de abril de 1918.....	Paris.
Luiz Villares Fragoso.....	24 de abril de 1918.....	Yokohama.
Leonardo Olavo da Silva Castro.....	14 de novembro de 1918..	Amsterdam.
Roberto de Mesquita.....	13 de fevereiro de 1924...	Assumpção.
Sebastião Sampaio.....	13 de março de 1924.....	Southampton.

CONSULES DE 1ª CLASSE

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Philomeno Padula.....	28 de janeiro de 1911....	Bouelogne sur Mer.
Domingos de Oliveira Alves.....	28 de janeiro de 1911....	Cardiff.
Alvaro da Cunha.....	25 de fevereiro de 1911....	Madrid.
Hippolyto Hermes de Vasconcellos....	8 de março de 1911....	Iquitos.
Matheus de Albuquerque.....	23 de fevereiro de 1913....	Bordéas.
Socrates Moglia.....	28 de fevereiro de 1913....	Rosario de Santa Fé.
Joaquim Maria Pedreira Junior.....	12 de novembro de 1914....	Rivera.
Rodolpho Riegel Filho.....	23 de fevereiro de 1916....	Oslo.
Emilio de S. Felix Simonsen.....	1 de maio de 1917.....	Kobe.
Carlos de Carvalho e Sousa.....	24 de abril de 1918.....	Rotterdam.
Mario Augusto de Azevedo.....	24 de abril de 1918.....	Salto.
Paulo Demôro.....	24 de abril de 1918.....	Constantinopla.
Victor Ferreira da Cunha.....	24 de abril de 1918.....	Zurich.
George William Chester.....	24 de abril de 1918.....	Baltimore.
Carlos Ribeiro de Faria.....	24 de abril de 1918.....	Dantzig.
Oscar Paranhos da Silva.....	24 de abril de 1918.....	Bremen.
Mario Savard de Saint-Brisson Marques.....	24 de abril de 1918.....	Vigo.
Mancel de Oliveira Costa.....	24 de abril de 1918.....	Posadas.
Mario Castello Branco.....	24 de abril de 1918.....	Trieste.
Nicolau José Debané.....	24 de abril de 1918.....	Capetown.
Guilherme Fernandes da Silva (1)....	24 de abril de 1918.....	
Joaquim Eulalio do Nascimento Silva	24 de abril de 1918.....	Glasgow.
Alvaro de Magalhães.....	24 de abril de 1918.....	Chicago.
Annibal de Saboia Lima.....	24 de abril de 1918.....	Vienna.
Braz Calmon da Gama.....	14 de novembro de 1918....	Gothemburgo.
Pedro Neves de Paula Leite.....	24 de janeiro de 1919....	Lyon.
Eduardo Porto Ozorio Bordini.....	26 de fevereiro de 1919....	Alexandria.
Fernando Augusto Georlette.....	4 de outubro de 1922....	Genebra.
Eduardo de Aguiar Vallim.....	4 de outubro de 1922....	Philadelphia.
João Eudoxio de Vasconcellos.....	4 de outubro de 1922....	Roma.
Antonio Filinto de Souza Bastos.....	13 de fevereiro de 1924....	Bruxellas.
Nestor de Braga Mello.....	13 de fevereiro de 1924....	Panamá.
José Fonseca Filho.....	13 de fevereiro de 1924....	Cadiz.

(1) Aguarda orden no Rio de Janeiro.

CONSULES DE 2ª CLASSE

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Dr. Joaquim Pereira da Costa.....	2 de maio de 1910.....	Paysandú.
Carlos Carlton Coelho Cintra.....	2 de maio de 1910.....	Alvear.
Dr. Protasio Baptista Gonçalves.....	21 de outubro de 1911....	Santo Thomé.
Heraclito Hermes de Vasconcellos.....	28 de fevereiro de 1913...	Calcuttá.
Mario de Deus Fernandes.....	12 de novembro de 1914...	Odessa.
Mario Drolhe Costa.....	5 de janeiro de 1915....	Dublin.
Amynthas de Lima.....	2 de fevereiro de 1915...	Funchal.
Aluisio Martins Torres.....	8 de janeiro de 1917....	Barbados.
Alberto Gracie.....	8 de janeiro de 1917....	Dakar.
João Constantino Pinto Peixoto.....	28 de março de 1917....	Cayena.
Oscar Correia.....	8 de maio de 1917....	Norfolk.
Manuel da Veiga Menezes.....	8 de janeiro de 1918....	Tampico.
Horacio Sully de Souza.....	24 de abril de 1918....	La Rochelle-Pallice.
Antonio Rabello Braga.....	24 de abril de 1918....	Montreal.
Fernando de Mesquita Braga.....	24 de abril de 1918....	Varsovia.
Euribiades Barbosa Gonçalves.....	24 de abril de 1918....	Rio Branco.
Alfredo de Mesquita Bastos.....	24 de abril de 1918....	Cherburgo.
José Calmon da Gama.....	24 de abril de 1918....	Santa Rosa.
Alfredo Polzin.....	24 de abril de 1918....	Newport-News.
Pedro Nunes de Sá.....	24 de abril de 1918....	Livorno.
Noé de Florambel Pinto Peixoto.....	11 de novembro de 1918..	Melo.
Mario Navarro da Costa.....	14 de novembro de 1918..	Munich.
Felippe de Mello.....	24 de abril de 1918....	Iquitos.
Osonio Dutra.....	12 de março de 1919....	Galatz.
Alfredo Dias de Mello.....	22 de fevereiro de 1919..	Milão.
Hamilton Paulino da Silva Pires.....	1 de janeiro de 1920....	Copenhague.
Murillo Martins de Souza.....	11 de fevereiro de 1921..	Artigas.
Candido de Louza.....	5 de outubro de 1922...	Cobija.
Raul Vacchias.....	5 de outubro de 1922...	Guayará-Mirim.
Demetrio de Toledo.....	5 de outubro de 1922...	Paso de los Libres.
Vinício Veiga.....	13 de fevereiro de 1924..	Braga.
Antonio Torres.....	13 de fevereiro de 1924..	Helsingfors.

CONSULES DE 2ª CLASSE ADJUNTOS

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Wenceslau de Souza Guimarães.....	2 de janeiro de 1914....	Montevideo.
Milton Cesar Weguelin Vieira.....	4 de junho de 1914....	Genova.
James Philip Mee.....	10 de julho de 1915....	Liverpool.
João Baptista Borges Machado.....	2 de fevereiro de 1916....	Porto.
Luiz de Magalhães Tavares.....	4 de janeiro de 1918....	Paris.
Carlos Miranda da Silveira Lobo....	24 de abril de 1918....	Barcelona.
João Carlos Muniz.....	24 de abril de 1918....	Nova York.
Henrique de Carvalho Marques de Hollanda.....	24 de abril de 1918....	Lisboa.
Jayme do Nascimento Britto.....	24 de abril de 1924....	Havre.
José Fabrino de Oliveira Bayão.....	24 de abril de 1918....	Londres.
Pericles Barbosa Lima.....	13 de fevereiro de 1924....	Antuerpia.
José Lavrador.....	13 de fevereiro de 1924....	Buenos Aires.
.....		

INSPECTORES CONSULARES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
José Custodio Alves de Lima.....	24 de abril de 1918....	America do Norte, America Central e Asia.
João Fausto de Aguiar.....	24 de abril de 1918....	America do Sul e Sul da Africa.
Henrique Carlos Martins Pinheiro....	10 de março de 1920....	Europa e Norte da Africa.

ADDIDOS COMMERCIAES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	SÉDES DE SEUS POSTOS
Deoclecio de Campos.....	8 de março de 1911....	Roma.
Francisco Guimarães.....	28 de fevereiro de 1913...	Paris.
Narciso Peixoto de Magalhães.....	28 de março de 1917....	Buenos Aires.
Julio Augusto Barbosa Carneiro (1)...	8 de janeiro de 1919....	Londres.
Joaquim Antonio de Souza Ribeiro....	24 de março de 1920....	Berlim.
.....		

(1) Em commissão, em Genebra na Delegação P. brasileira junto á Liga das Nações.

AUXILIARES DE CONSULADO

NOMES	DATAS DA ADMISSÃO OU DA NOMEAÇÃO	POSTOS EM QUE SERVEM
William Howarth.....	10 de julho de 1883.....	Liverpool.
Joaquim Clington.....	15 de março de 1884.....	Lisbôa.
Quintino Gramacho.....	1 de maio de 1886.....	Porto.
William George Smith.....	1 de setembro de 1892...	Liverpool.
John de Grouchy.....	11 de setembro de 1899...	Southampton.
Eugenio Raisin.....	15 de novembro de 1899...	Bordéas.
François Huibant.....	1 de janeiro de 1901....	Havre.
Alfredo Retumba.....	6 de janeiro de 1901....	Porto.
Maurício Morel.....	15 de abril de 1902.....	Havre.
Thomaz Russel Brooks.....	15 de setembro de 1902....	Cardiff.
Ernesto Francisco d'Almeida de Campos Velho.....	1 de janeiro de 1903.....	Porto.
Raul Gaia.....	18 de fevereiro de 1904....	Lisbôa.
José Augusto da Silva Ribeiro.....	22 de outubro de 1904....	Porto.
Augusto Pinto Chaim.....	15 de março de 1906.....	Porto.
André Luxich.....	20 de agosto de 1906.....	Trieste.
Julio Mirellis Garcia.....	3 de janeiro de 1907.....	Barcelona.
Mario Rowley Mendes.....	3 de junho de 1907.....	Montevideo.
João Antonio Rodrigues Martins.....	2 de junho de 1908.....	Genova.
Carlos Maria do Carmo de Noronha.....	31 de julho de 1908.....	Lisbôa.
Henrique Carlos de Martins Pinheiro Filho.....	4 de outubro de 1908....	Paris.
A. Caseaux Dasquez.....	2 de abril de 1909.....	Montevideo.
Nicanor Damasio e Mello de Oliveira.....	30 de novembro de 1909...	Antuerpia.
Manoel Dias Fernandes.....	18 de março de 1910.....	Vigo.
Luiz Damaso da Costa Moraes.....	1 de janeiro de 1911.....	Porto.
Jorge Clington.....	20 de julho de 1911.....	Lisbôa.
Tertius Griffith Anslow.....	18 de dezembro de 1911...	Liverpool.
Eurico Costa.....	1 de março de 1912.....	Buenos-Aires.
José Rodrigues Martins.....	1 de outubro de 1912....	Genova.
Lucien Turqué.....	2 de outubro de 1912....	Bordéas.
Francisco Sebastian.....	22 de abril de 1913.....	Barcelona.
Caio Eugenio de Moraes Barros.....	21 de junho de 1913.....	Cadiz.
Manoel Garcia Paranhos.....	12 de julho de 1913.....	Montevideo.
Ildefonso Navarro Leitão.....	10 de novembro de 1913...	Rosario de Santa Fé.
Alexandre Georgette.....	13 de outubro de 1914...	Antuerpia.
Eduardo Agostini.....	1 de janeiro de 1903.....	Paris.
Eugenio Oddino.....	1 de janeiro de 1916.....	Napolis.
David Moretzohn Barbosa Lage.....	16 de fevereiro de 1916...	Halifax.
José Antunes Sampaio Guimarães.....	20 de maio de 1916.....	Lisbôa.
João Baptista Barreto Leite.....	1 de junho de 1916.....	Rivera.
Benedicto Costa.....	10 de junho de 1916.....	Genova.
Paulo Coelho Rodrigues.....	11 de julho de 1916.....	Syria.
Theodoro da Silva Ribeiro Junior.....	15 de julho de 1916.....	Bordéas.
Antonio C. Moreira Telles.....	11 de agosto de 1916.....	Marselha.
Narciso José Nogueira Braga.....	30 de agosto de 1916.....	Cardiff.
Renato de Macedo Sodré.....	25 de setembro de 1916...	Paris.
Jayme Holstein Morse.....	11 de outubro de 1916...	Nova York.
Waldemar Mendes de Almeida.....	1 de fevereiro de 1917...	Paris.
Raul Conrado.....	2 de maio de 1917.....	Buenos-Aires.
Gabriel de Andrade.....	15 de outubro de 1917...	Nova York.
Carlos Escobeiro Fernandes.....	1 de novembro de 1917...	Nova Orleans.
Joaquim Pinto Dias.....	24 de abril de 1918.....	Genova.
Edgard Rangel do Monte.....	24 de abril de 1918.....	Buenos-Aires.
Luiz Gonzaga Mendes de Almeida.....	24 de abril de 1918.....	Montevideo.
Henrique Schuler.....	24 de abril de 1918.....	Bremen.
Arnaldo Guimarães.....	24 de abril de 1918.....	Cherburgo.
Eurico da Camara.....	24 de abril de 1918.....	Napoles.
Antonio de Brandão Mendes.....	24 de abril de 1918.....	Posadas.
Waldemar de Araujo.....	24 de abril de 1918.....	Buenos-Aires.
Ildefonso Falcão.....	24 de abril de 1918.....	Amsterdã.
Alberto de Almeida Cavalcanti.....	24 de abril de 1918.....	Liverpool.
João Carlos de Mesquita Telles.....	24 de abril de 1918.....	Valparaizo.
Christino do Valle Junior.....	24 de abril de 1918.....	Paris.
Francisco Gualberto de Oliveira Filho.....	24 de abril de 1918.....	Vienna.
Felipe de Santa Cruz Guimarães.....	24 de abril de 1918.....	Londres.
Paulo de Souza Dantas.....	24 de abril de 1918.....	Nova York.

AUXILIARES DE CONSULADO

NOMES	DATAS DA ADMISSÃO OU DA NOMEAÇÃO	POSTOS EM QUE SERVEM
Alfredo dos Santos Couceiro.....	24 de abril de 1918.....	Rotterdam.
Claudionor Augusto de Campos.....	24 de abril de 1918.....	Marselha.
Pedro Alcantara Nabuco de Abreu Filho.....	24 de abril de 1918.....	Hamburgo.
Antonio Augusto de Souza Bandeira...	15 de dezembro de 1918.....	Paris.
Roberto Nobrega Beltrão.....	24 de abril de 1919.....	Amsterdam.
Odon Sarmento.....	4 de março de 1920.....	Hamburgo.
Jorge de São Clemente.....	9 de abril de 1920.....	Nova York.
Fernando Murinho Braga.....	9 de setembro de 1920.....	Norfolk.
Braz de Andrade.....	9 de setembro de 1920.....	Glasgow.
Nemesio Dutra.....	30 de novembro de 1920.....	Genova.
Raul Ribeiro da Silva.....	10 de dezembro de 1920.....	Hamburgo.
Ignacio Soares de Bulhões.....	22 de dezembro de 1920.....	Manchester.
Vicente Avelino.....	13 de janeiro de 1921.....	Londres.
João Godoy de Oliveira Rocha.....	25 de janeiro de 1921.....	Manchester.
Alvaro Gastão de Aragão e Mello...	29 de janeiro de 1921.....	Glasgow.
Elpidio Pereira.....	14 de fevereiro de 1921.....	Paris.
Alipio Dutra.....	25 de fevereiro de 1921.....	Paris.
José Antonio de Freitas.....	17 de maio de 1921.....	Lisbôa.
Antonio José de Paula Fonseca Filho.....	5 de setembro de 1921.....	Montevideo.
Adolpho Camargo das Neves.....	9 de fevereiro de 1922.....	Havre.
Ruy do Prado Marcondes.....	9 de fevereiro de 1922.....	Napoles.
Florianio Nunes Pereira.....	17 de maio de 1922.....	Hamburgo.
Octaviano Machado Filho.....	31 de maio de 1922.....	La Rochelle.
Edmundo Lopes Carneiro da Fontoura.....	14 de junho de 1922.....	Glasgow.
Raul Gomes.....	11 de agosto de 1922.....	Hamburgo.
Alberto Martins Ribeiro.....	23 de agosto de 1922.....	Napoles.
Narbal Costa.....	23 de agosto de 1922.....	Munich.
Octaviano Conrado.....	23 de agosto de 1922.....	Salto.
Arthur Iberê de Lemos.....	23 de agosto de 1922.....	Berlim.
Mario Wright de Miranda Pacheco.....	23 de agosto de 1922.....	Paris.
Jorge Kirchoffer Cabral.....	23 de agosto de 1922.....	Genebra.
Luiz Felipe do Rego Rangel.....	23 de agosto de 1922.....	Marselha.
Helenio de Miranda Moura.....	18 de setembro de 1922.....	Antuerpia.
Armando Braga Ruy Barbosa.....	14 de outubro de 1922.....	Southampton.
Marietta da Silva Lange.....	14 de outubro de 1922.....	Nova York.
Dario Caetano da Silva.....	18 de outubro de 1922.....	Londres.
Oscar Pires do Rio.....	21 de outubro de 1922.....	Lisbôa.
Octaviano de Sá Neves da Rocha....	14 de novembro de 1922.....	Lisbôa.
José Enéas Ferraz Filho.....	26 de fevereiro de 1923.....	Roma.
Armando Laredo.....	3 de novembro de 1923.....	Londres.
Alberto Rangel.....	17 de setembro de 1923.....	Bremen.
Ubirajara Nogueira Reys.....	15 de fevereiro de 1924.....	
Clovio Gurjão.....	5 de maio de 1924.....	Buenos Aires.
Decio Martins Coimbra.....	1 de março de 1925.....	Paso de los Libres.

N. 10

Quadro dos agentes diplomaticos e consulares em disponibilidade em 30 de abril de 1925

NOMES	CATEGORIA	DATA DA DISPONIBILIDADE
Dr. Olyntho Maximo de Magalhães..	Env. Ext. e Min. Plen. c/a comm. de Embaixador..	17 de outubro de 1919.
Domicio da Gama.....	Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.....	17 de outubro de 1924.
Augusto Cockrane de Alencar.....	Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.....	17 de outubro de 1924.
Alberto de Faria.....	Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.....	26 de maio de 1924.
Gustavo Mattos de Souza Bandeira..	Segundo Secretario.....	9 de maio de 1924.
João Leopoldo Modesto Leal.....	Segundo Secretario.....	13 de março de 1924.
José Pinto de Souza Dantas.....	Consul Geral.....	13 de março de 1924.

ANNEXO C

LEIS, DECRETOS E CIRCULARES.

N. 1

LEIS

DECRETO N. 4.842-A — DE 31 DE JULHO DE 1924

Approva a Convenção sobre a uniformidade da nomenclatura para a classificação de mercadorias, assignada em Santiago em 1923.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º. E' approvada a Convenção sobre a uniformidade da nomenclatura para a classificação de mercadorias, assignada na Conferencia Internacional Americana, em 1923, na cidade de Santiago do Chile.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.851 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1924

Autoriza a abrir o credito especial necessario para occorrer ás despesas com a recepção do principe herdeiro da Italia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito especial necessario para occorrer ás despesas com a recepção do principe herdeiro da Italia.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.853 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1924

Veda a aposentadoria ou reforma em mais de um cargo e com vencimentos maiores que os da actividade

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º. Os funcçionarios, civis ou militares, só podem ser aposentados ou reformados em um só cargo ou posto, não lhes sendo concedida, em caso algum, aposentadoria ou reforma com vantagens pecuniarias ou vencimentos excedentes dos que remuneravam o cargo ou posto por elles exercido no momento de serem aposentados ou reformados.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

Fernando Setembrino de Carvalho.

Alexandrino Faria de Alencar.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Francisco Sá.

Sampaio Vidal.

Felix Pacheco.

DECRETO N. 4.882 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1924

Approva o Tratado relativo á solução judicial das controversias que venham a surgir entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Confederação Suissa

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º. E' approvedo o Tratado assignado no Rio de Janeiro a 23 de junho de 1924, relativo á solução das controversias que venham a surgir entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Confederação Suissa.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.928 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1925

Approva a Convenção Postal Universal, os accórdos e respectivos protocollos firmados pelos representantes do Brasil ao 8º Congresso da União Postal Universal

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado:

Faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Ficam approvados a Convenção Postal Universal, os accórdos sobre cartas e caixas com valor declarado e encomendas postaes e os respectivos protocollos, firmados pelos representantes do Brasil ao 8º Congresso da União Postal Universal, reunido em Stockholmo a 4 de julho do anno de 1924.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 6 de fevereiro de 1925.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,
Vice-Presidente.

MEMORIA DE LA COMISION DE LA VERDAD

La Comision de la Verdad, creada por el Decreto 17.713 del 19 de mayo de 1980, tiene el honor de presentar a usted el presente informe, el cual constituye el primer documento de la Comision de la Verdad.

Este informe tiene como finalidad informar a la Comision de la Verdad sobre el trabajo que se ha desarrollado hasta el momento.

El informe se divide en tres partes: la primera describe el trabajo que se ha desarrollado hasta el momento; la segunda describe el trabajo que se ha desarrollado en el futuro; y la tercera describe el trabajo que se ha desarrollado en el futuro.

La Comision de la Verdad, creada por el Decreto 17.713 del 19 de mayo de 1980, tiene el honor de presentar a usted el presente informe, el cual constituye el primer documento de la Comision de la Verdad.

Este informe tiene como finalidad informar a la Comision de la Verdad sobre el trabajo que se ha desarrollado hasta el momento.

El informe se divide en tres partes: la primera describe el trabajo que se ha desarrollado hasta el momento; la segunda describe el trabajo que se ha desarrollado en el futuro; y la tercera describe el trabajo que se ha desarrollado en el futuro.

La Comision de la Verdad, creada por el Decreto 17.713 del 19 de mayo de 1980, tiene el honor de presentar a usted el presente informe, el cual constituye el primer documento de la Comision de la Verdad.

Este informe tiene como finalidad informar a la Comision de la Verdad sobre el trabajo que se ha desarrollado hasta el momento.

El informe se divide en tres partes: la primera describe el trabajo que se ha desarrollado hasta el momento; la segunda describe el trabajo que se ha desarrollado en el futuro; y la tercera describe el trabajo que se ha desarrollado en el futuro.

N. 2

DECRETOS

DECRETO N. 16.496 — DE 28 DE MAIO DE 1924

*Manda observar as instrucções que regerão os trabalhos da
Delegação Permanente do Brasil á Liga das Nações*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil decreta que sejam observadas as instrucções, que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, e que regerão os trabalhos da Delegação Permanente do Brasil á Liga das Nações.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

**Instrucções que regerão os trabalhos da Delegação Per-
manente do Brasil á Liga das Nações**

I — COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO

Art. I. A Delegação do Brasil á Sociedade das Nações, creada com o character de permanente pelo decreto n. 16.412, de 13 de março do corrente anno, é constituida do seguinte pessoal:

a) do chefe da Delegação, com cathegoria de Embaixador, o qual será o representante do Brasil no Conselho Executivo da Sociedade, o presidente da representação nacional ás assembléas e o órgão principal de ligação das referidas delegação e representação com o Secretario Geral;

b) de um delegado adjunto, escolhido entre os ministros residentes, delegado ás assembléas, auxiliar immediato e substituto eventual do chefe da Delegação, quando este não propuzer ao Governo a designação de outro para tal fim;

c) de dous secretarios, um primeiro e um segundo, tirados de entre os avulsos do Corpo Diplomatico;

d) de cinco assessores-technicos, a saber:

Um para as questões navaes e aereas;

Um para as questões militares e aereas;

Um para as questões relativas ás communicações e ao transito;

Um para as questões economicas e financeiras;

Um para as questões que se relacionem com o "Bureau International du Travail".

Art. II. Todos esses assessores deverão, por intermedio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, manter contacto frequente com os ministerios respectivos, de sorte a conhecer bem a orientação do Governo nos assumptos affectos ás diversas pastas e que hajam de ser tratados na esphera internacional.

Art. III. Os membros brasileiros de outras commissões ou instituções da Sociedade e designados ou eleitos pela mesma não farão parte da Delegação Permanente, mas deverão manter com esta as mais estreitas relações.

Art. IV. Nas conferencias internacionaes que se realizem por iniciativa directa ou sob os auspicios da Liga e para as quaes o Brasil for convidado, os assessores technicos farão obrigatoriamente parte da Delegação que o Governo escolher e não terão direito a nenhuma remuneração nova por esse serviço, salvo o pagamento das viagens, quando a reunião for fóra de Genebra.

II — DA SÉDE DA DELEGAÇÃO

Art. V. A Delegação terá séde permanente em Genebra, onde deverão obrigatoriamente residir todos os seus membros.

Ella será dotada de uma installação propria e gosará dos fóros de extra-territorialidade, que lhe forem porventura concedidos pelo Governo Suisso, na fórmula do art. 7º do Pacto da Sociedade das Nações, servindo de residencia do chefe da Delegação e dispondo de accomodações sufficientes para o trabalho de todo o pessoal.

III — DO REGIMEN DO TRABALHO

Art. VI. O trabalho do delegado adjunto e dos assessores technicos e dos secretarios será feito normalmente na séde da Delegação, em horas determinadas pelo chefe della.

Quando as reuniões do Conselho não tiverem lugar na sede da Sociedade ou as commissões technicas se reunirem fóra de Genebra, o delegado adjunto e os technicos que a ellas tiverem de comparecer o communicarão préviamente ao chefe da Delegação, para que este communique ao Governo e requisite o pagamento das passagens.

IV — DAS ATTRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. VII. Ao chefe da Delegação compete:

a) dirigir todos os trabalhos da Delegação e dar com frequencia e minudencia conta delles ao Ministro das Relações Exteriores;

b) representar o Brasil perante o conselho da Sociedade;

c) presidir a Delegação ás assembléas e traçar a orientação geral a que os delegados brasileiros deverão obedecer;

d) determinar os serviços que terão de ser executados pelo delegado-adjunto;

e) designar os secretarios para os trabalhos fóra da sede da Delegação;

f) incumbir os assessores technicos do estudo de questões relacionadas com as suas especialidades; aproveitá-los no serviço de secretaria, quando o serviço assim o exigir; designá-los para o serviço fóra da sede da Delegação;

g) communicar-se directamente com os representantes do Brasil nos diversos paizes, solicitando sua collaboração, quando o serviço o pedir;

h) trazer sempre amplamente informado o Governo sobre os trabalhos da Sociedade;

i) apresentar até o dia 15 de janeiro um relatório dos trabalhos da Delegação e da Liga para ser publicado em Anexo do Relatório Annual do Ministerio das Relações Exteriores;

j) assignar a correspondencia dirigida ao Governo e ás Embaixadas e Legações;

k) dar as férias regulamentares e as pequenas licenças de favor, permittidas nos regulamentos, ao pessoal da Delegação.

Art. VIII. Ao delegado-adjunto compete:

a) substituir o chefe da Delegação, em seus impedimentos, nas reuniões do Conselho e na chefia da Delegação Permanente;

b) desempenhar missões que o chefe da Delegação lhe conferir;

c) tomar parte, como delegado, nos trabalhos das assembléas;

d) fiscalizar o serviço da Secretaria, cujo expediente distribuirá aos secretarios e examinará antes de ser apresentado ao chefe da Delegação;

e) preparar a correspondencia dirigida ao Ministerio do Exterior sobre os assumptos referentes á Sociedade;

f) receber e encaminhar ao Ministerio do Exterior os relatorios e estudos dos assessores technicos, depois de revistos pelo chefe da Delegação, e as cópias destinadas ás outras Secretarias de Estado, conforme a natureza de cada assumpto.

Art. IX. Aos assessores technicos compete:

a) representar o Brasil nas commissões technicas da Sociedade que tratam de suas especialidades;

b) desempenhar as missões que lhes forem conferidas pelo chefe da Delegação ou pelo Governo, na séde da Delegação ou fóra della;

c) estudar todas as questões relativas ás suas especialidades, em andamento na Sociedade, de fôrma a habilitar a Delegação a agir, opportunamente, com perfeito conhecimento dos factos, na defesa dos interesses do Brasil, e para dar ás questões soluções que recommendem o espirito de justiça e os propositos elevados do Governo Brasileiro;

d) manter em dia o estudo dos assumptos relativos á sua especialidade;

e) enviar, em duplicata, ao Ministerio do Exterior, por intermedio do chefe da Delegação Permanente, os relatorios, estudos e pareceres que fizerem, deixando tambem cópia no archivo da Delegação;

f) suggerir ao chefe da Delegação e ao Ministerio os alvitres e iniciativas que julgarem uteis á marcha dos trabalhos a seu cargo.

Art. X. Aos secretarios compete:

a) cumprir as determinações do chefe da Delegação;

b) executar o serviço conforme fôr distribuido pelo delegado-adjunto;

c) manter em dia o serviço da Secretaria e o expediente com o Ministerio.

V — DAS FÉRIAS E LICENÇAS

Art. XI. Todos os membros da Delegação terão direito a férias de um mez, as quaes lhes serão dadas pelo chefe da Delegação, mediante pedido escripto do interessado e de fôrma a conciliar sempre essa concessão com o interesse do serviço. Não serão concedidas férias a mais de um funcionario da

Delegação ao mesmo tempo. Durante as assembléas não é permittido a ninguem da Delegação ausentar-se sob nenhum pretexto de Genebra.

Art. XII. O chefe da Delegação poderá conceder a qualquer de seus auxiliares, fóra do mez da realização da Assembléa, licença de favor, permittida nos regulamentos, e que não exceda de 15 dias.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. XIII. A actual secção de Limites e Actos Internacionais da Secretaria de Estado passa a constituir, simultaneamente, para todos os effeitos, uma secção de ligação com o Secretariado Geral da Sociedade das Nações, dependendo neste particular directamente do Ministro do Exterior, sem prejuizo da subordinação regulamentar da secção á Directoria Geral de Negocios Politicos e Diplomaticos. O respectivo director de secção providenciará para a organização de uma bibliotheca especializada annexa e mandará desde logo tirar cópia de todo o archivo referente aos assumptos até hoje tratados na Liga, remettendo essas copias á Secretaria da Delegação Permanente, a qual, por sua vez, diligenciará para que o Ministerio possua todos os documentos relativos aos trabalhos da Liga e do Secretariado Geral, e á collaboração dos representantes officiaes ou não officiaes do Brasil nesses trabalhos. O director da secção incumbirá cada um dos officiaes que trabalham sob suas ordens de acompanhar o seguimento de determinados assumptos, de sorte a formar especialistas em cada materia e conservar em dia os promptuarios ou *dossiers* das diversas questões ou problemas. O mesmo director requisitará do gabinete a designação de dactylographos necessarios para o bom e rapido andamento do serviço. Esses dactylographos serão pagos pela verba propria do gabinete e não terão titulo de nomeação, podendo ser dispensados em qualquer tempo.

Art. XIV. O Governo expedirá decretos nomeando consultores honorarios para os assumptos relacionados com a Sociedade das Nações todos aquelles que tiverem representado o Brasil nas diversas assembléas já realizadas. Esses consultores formarão uma junta ou conselho e não perceberão vencimentos. O Governo, sempre que julgar necessario ouvir-os a respeito de qualquer questão importante trazida a debate no seio da Liga, poderá pedir-lhes o seu parecer, ou convo-

cal-os para que se reunam sob a presidencia do consultor juridico do Ministerio e se manifestem.

Os pareceres assim emittidos serão lavrados por escripto por um relator designado pelo consultor juridico, ou por este, quando avocar a função, e enviados, com as assignaturas de todos, ao Ministro de Estado, que os fará presentes ao Presidente da Republica com a sua opinião, para este resolver de modo definitivo. Qualquer voto em separado que algum daquelles consultores honorarios entenda apresentar será tambem remettido juntamente com os pareceres.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1924. — *Felix Pacheco*.

DECRETO N. 16.497 — DE 28 DE MAIO DE 1924

Crêa um Consulado honorario em Boston

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 4º, letra *a*, do decreto n. 14.058, de 11 de Fevereiro de 1920,

Decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em Boston, nos Estados Unidos da America; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.499 — DE 28 DE MAIO DE 1924

Publica a adhesão da Lethonia ás Convenções de Bruxellas de 15 de março de 1886, relativas á permuta de documentos officiaes e outras publicações

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Lethonia ás Convenções assignadas em Bruxellas a 15 de março de 1886, relativas á permuta de documentos officiaes e publicações scientificas e literarias, e á permuta immediata do Jornal Official e dos Annaes e documentos parlamentares, — conforme communicou ao Minis-

terio das Relações Exteriores a Embaixada da Belgica nesta Capital, por Nota de 6 de maio corrente, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.
José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO

Embaixada da Belgica — N. 552. — Rio de Janeiro, 6 de maio de 1924.

Sr. Ministro — O Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros da Lethonia participou ao Sr. Paul Hymans, em 27 de março de 1924, que o seu Governo declara adherir ás Convenções de 15 de Março de 1886 relativamente:

1º) ás permutas internacionaes dos documentos officiaes e publicações scientificas e literarias;

2º) á permuta immediata do Jornal Official, assim como dos Annaes e documentos parlamentares.

Vossa Excellencia não ignora, Senhor Ministro, que, nos termos das disposições convencionaes desses actos diplomaticos, cabe á Belgica notificar ás Potencias contractantes e adherentes as adhesões que se verificarem.

Por conseguinte, tenho a honra de communicar a Vossa Excellencia a adhesão da Lethonia ás Convenções de 15 de março de 1886, relativas:

1º) ás permutas internacionaes dos documentos officiaes e publicações scientificas e literarias;

2º) á permuta immediata do Jornal Official, assim como dos Annaes e documentos parlamentares.

Aproveito esta occasião, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excellencia as seguranças de minha mais alta consideração.

(ass.º) Barão A. Fallon.

A Sua Excellencia o Senhor Felix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil.

DECRETO N. 16.516 — DE 25 DE JUNHO DE 1924

Publica as adhesões do Estado Livre da Irlanda e do Territorio de Tanganyika á Convenção Internacional Radio-telegraphica de Londres

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publicas as adhesões do Estado Livre da Irlanda e do Territorio de Tanganyika á Convenção Internacional Radio-telegraphica, assignada em Londres a 5 de julho de 1912, conforme communicação do Governo da Grã-Bretanha, transmitida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada Britannica nesta capital, por Nota n. 76, de 6 de junho corrente, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1924, 103° da Independência e 26° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO

Embaixada Britannica — n. 76 — Rio de Janeiro, 6 de junho de 1924.

Senhor Ministro — Com referencia á minha Nota n. 23, de 21 de fevereiro ultimo, relativa á Convenção Internacional Radio-telegraphica assignada em Londres a 5 de julho de 1912, tenho a honra de informar a Vossa Excellencia, de ordem do meu Governo, que lhe foram notificadas as seguintes adhesões á dita Convenção, nas datas abaixo mencionadas:

Estado Livre de Irlanda, 22 de abril de 1924.

Territorio de Tanganyika, 5 de março de 1924.

Aproveito esta oportunidade para renovar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mais alta consideração. —
John Tilley.

A Sua Excellencia o Senhor Felix Pacheco,
Ministro das Relações Exteriores.

Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.517, DE 25 DE JUNHO DE 1924

Publica a adhesão da Cidade Livre de Dantzig ás Convenções de Bruxellas, para a permuta de documentos officiaes e outras publicações

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Cidade Livre de Dantzig ás Convenções assignadas em Bruxellas a 15 de março de 1886, relativas á permuta de documentos officiaes e publicações scientíficas e literarias, e á permuta immediata do Jornal Official e dos Annaes e documentos parlamentares, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada da Belgica nesta capital, por Nota de 31 de maio proximo passado, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO

Embaixada da Belgica — N. 657 — Rio de Janeiro, 31 de maio de 1924.

Senhor Ministro — O Ministro da Polonia em Bruxellas participou ao Ministro dos Negocios Estrangeiros, em data de 15 de março de 1924, que em virtude do art. 104 do Tratado de Paz, assignado em Versalhes a 28 de junho de 1919, dando ao seu Governo a attribuição de dirigir os negocios exteriores da Cidade Livre de Dantzig, a Polonia declava adherir em nome da Cidade Livre ás Convenções de 15 de março de 1886, relativamente:

1°) ás permutas internacionaes dos documentos officiaes e publicações scientíficas e literarias;

2°) á permuta immediata do Jornal Official assim como dos Annaes e documentos parlamentares.

Vossa Excellencia não ignora, Senhor Ministro, que nos termos das disposições convencionaes desses actos diplomaticos, cabe á Belgica notificar ás Potencias contractantes e adherentes as adhesões que se verificarem.

Por conseguinte, tenho a honra de communicar ao Governo dos Estados Unidos do Brasil a adhesão da Cidade Livre de Dantzig ás Convenções de 15 de março de 1886, relativas:

1º) ás permutas internacionaes dos documentos officiaes e publicações scientificas e literarias;

2ª) á permuta immediata do Jornal Official bem como dos Annaes e documentos parlamentares.

Aproveito esta occasião, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excellencia as seguranças de minha alta consideração.

— Barão A. Fallon.

A Sua Excellencia o Senhor Felix Pacheco,
Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil.

Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.524 — DE 1 DE JULHO DE 1924

Concede, pelo prazo de 60 dias, isenção, em todas as alfandegas do paiz, de direitos e de taxas de expediente, para os generos de primeira necessidade e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que é manifesta a crise das subsistencias, a ponto de tornar a vida insupportavel ás classes menos favorecidas, que constituem a maioria da população;

Considerando que os generos alimenticios continuam a ser vendidos em todo o paiz por preços excessivamente elevados e que isso se tem accentuado a despeito das providencias constantes do decreto n. 16.419, de 19 de março de 1924;

Considerando que vários órgãos representativos do commercio tem, nesse sentido, appellado para o Governo Federal, reclamando sua immediata interferencia no caso;

Considerando que de diferentes Estados e Municipalidades tem o Governo recebido constantes appellos, no intuito de minorar a carestia da vida;

Considerando, ainda, que, ao lado de medidas de character permanente, tem o Governo o dever de tomar providencias que, sem ferir a liberdade de commercio e os interesses legitimos da producção, contribuam para melhorar as condições de vida da população:

Resolve, usando das autorizações constantes do art. 2º, lettra *b*, do decreto legislativo n. 4.034, de 12 de janeiro de 1920, combinado com o art. 7º da lei n. 4.182, de 13 de novembro de 1920, decretar:

Art. 1.º Fica concedida, a partir desta data e pelo prazo de 60 dias, isenção, em todas as alfandegas do paiz, de direitos e de taxas de expediente, para os seguintes generos: arroz, assucar, banha, batatas, carne secca ou xarque, feijão e milho, devendo os interessados, para obtenção desse favor, apresentar os competentes pedidos de licença ao Ministerio da Fazenda.

Art. 2.º O Ministerio da Agricultura adquirirá no exterior, desde já, cem mil saccos de arroz, duzentos mil saccos de assucar, vinte e sete mil caixas de banha, quatro mil e quinhentas toneladas de batatas, duzentos mil saccos de milho, quarenta mil fardos de carne secca, noventa mil saccos de feijão, si, em iguaidade de condições de preços, não puder adquirir esses generos no mercado interno.

Art. 3.º De accôrdo com a autorização contida no art. 2º, lettra *g*, do decreto n. 4.034, de 12 de janeiro de 1920, serão abertos os creditos que se tornarem necessarios á execução do presente decreto.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

R. A. de Sampaio Vidal.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Francisco Sá.

José Felix Alves Pacheco.

Alexandrino Faria de Alencar.

Fernando Setembrino de Carvalho.

DECRETO N. 16.529 — DE 22 DE JULHO DE 1924

Fixa a data a partir da qual deverão ser attendidas as requisições militares no Districto Federal e nos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná e Matto Grosso

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de accôrdo com o disposto no art. 2º da lei n. 4.263, de 14 de janeiro de 1921, resolve fixar na data de hoje, para começar a obrigação de serem attendidas as requisições militares de tudo quanto for indispensavel para completar os meios de aprovisionamento e transporte das forças armadas de terra ou mar no Districto Federal e nos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná e Matto Grosso, requisições que serão feitas nos termos da mencionada lei.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Fernando Setembrino de Carvalho.

Alexandrino Faria de Alencar.

João Luiz Alves.

A. R. de Sampaio Vidal.

Francisco Sá.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Felix Pacheco.

DECRETO N. 16.539 — DE 5 DE AGOSTO DE 1924

Rectifica os arts. 27 e 28 do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921 que regula a concessão de licença dos funcionarios publicos, civis e militares, da União.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, á vista do que expoz o consultor geral da Republica, em seu parecer de 17 de junho ultimo, resolve declarar que os §§ 1º e 2º do art. 28 do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, pertencem ao art. 27, devendo ficar incorporados a este dispositivo do alludido decreto.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

José Felix Alves Pacheco.

R. A. Sampaio Vidal.

Francisco Sá.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Alexandrino Faria de Alencar.

Fernando Setembrino de Carvalho.

DECRETO N. 16.553 — DE 13 DE AGOSTO DE 1924

Cassa o "exequatur" ao Consul da Guatemala em São Paulo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando devidamente as informações recebidas do Governo do Estado de São Paulo, com relação ao Sr. Dr. Leopoldo de Freitas, submettido a inquerito para apuração da connivencia que possa haver tido no levante militar occorrido na capital do mesmo Estado;

Decreta:

Fica sem effeito o *exequatur* concedido em 24 de abril de 1907 ao Senhor Doutor Leopoldo de Freitas para exercer o cargo de Consul da Guatemala na cidade de São Paulo.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.554 — DE 13 DE AGOSTO DE 1924

Publica a adhesão do Japão á Convenção Internacional, assignada em Roma a 9 de dezembro de 1907, para a criação de uma repartição internacional de hygiene publica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo do Japão á Convenção Internacional firmada em Roma, a 9 de dezembro de 1907, para a criação de uma repartição internacional de hygiene publica, com séde em Paris, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada da Italia nesta capital, por nota de 17 de abril ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO

Embaixada da Italia — N. 654/90. — Pos. XII. — Rio de Janeiro, 17 de abril de 1924.

A Sua Excellencia o Doutor Felix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro:

Senhor Ministro — O Governo japonéz, a 7 de março, notificou ao Governo Reral a sua propria adhesão ao accôrdo internacional firmado em Roma aos 9 de dezembro de 1907, para a criação em Paris de uma Repartição internacional de hygiene publica.

De conformidade com o artigo 6º do referido accôrdo, cumpro o dever de informar Vossa Excellencia da dita adhesão, accrescentando que o Japão pediu ser inscripto na primeira categoria dos Estados adherentes.

Solicitando a Vossa Excellencia queira ter a bondade de tomar nota da presente communicação, reitero-lhe os protestos da minha mais alta consideração. — *Pietro Badoglio.*

DECRETO N. 16.571 — DE 27 DE AGOSTO DE 1924

Promulga o Ajuste relativo á repressão da circulação das publicações obscenas assignado em Paris a 4 de maio de 1910

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sancionado pelo decreto n. 4.756, de 28 de novembro de 1923, a resolução do Congresso Nacional que approvou o Ajuste relativo á repressão da circulação das publicações obscenas, assignado em Paris a 4 de maio de 1910; e havendo sido depositada a respectiva ratificação brasileira no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da França, aos tres dias do mez de junho ultimo:

Decreta que o referido Ajuste, appenso por cópia ao presente decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que, entre os Estados Unidos do Brasil e os paizes representados na Conferencia Internacional relativa á repressão da circulação de publicações obscenas, reunida em Paris em 1910, foi concluido e assignado, aos quatro dias do mez de maio do dito anno, um Ajuste, do teôr seguinte:

Arrangement relatif à la répression de la circulation des publications obscènes

Les Gouvernements des Puissances désignées ci-après, également désireux de faciliter, dans la mesure de leurs législations respectives, la communication mutuelle de renseignements en vue de la recherche et de la répression des délits relatifs aux Publications obscènes, ont résolu de conclure un Arrangement à cet effet et ont, en conséquence, désigné leurs Plénipotentiaires qui se sont réunis en Conférence, à Paris, du 18 avril au 4 mai 1910, et sont convenus des dispositions suivantes:

ART. 1.

Chacun des Gouvernements contractants s'engage à établir ou à désigner une autorité chargée:

1.º De centraliser tous les renseignements pouvant faciliter la recherche et la répression des actes constituant des infractions à leur législation interne en matière d'écrits, dessins, images ou objets obscènes, et dont les éléments constitutifs ont un caractère international;

2.º De fournir tous renseignements susceptibles de mettre obstacle à l'importation des publications ou objets visés au paragraphe précédent comme aussi d'en assurer ou d'en accélérer la saisie, le tout dans les limites de la législation interne;

3.º De communiquer les lois qui auraient déjà été rendues ou qui viendraient à l'être dans leurs Etats, relative-ment à l'objet du présent Arrangement.

Les Gouvernements contractants se feront connaître mutuellement, par l'entremise du Gouvernement de la République française, l'autorité établie ou désignée conformément au présent article.

ART. 2.

L'autorité désignée à l'article 1^{er} aura la faculté de correspondre directement avec le service similaire établi dans chacun des autres Etats contractants.

ART. 3.

L'autorité désignée à l'article 1^{re} sera tenue, si la législation intérieure de son pays ne s'y oppose pas, de communiquer les bulletins des condamnations prononcées dans ledit pays aux autorités similaires de tous les autres Etats contractants lorsqu'il s'agira d'infraction visées par l'article 1^{re}.

ART. 4.

Les Etats non signataires sont admis à adhérer au présent Arrangement. Ils notifieront leur intention à cet effet par un acte qui sera déposé dans les archives du Gouvernement de la République française. Celui-ci en enverra, par la voie diplomatique, copie certifiée conforme à chacun des Etats contractants et les avisera, en même temps, de la date du dépôt.

Six mois après cette date, l'Arrangement entrera en vigueur dans l'ensemble du territoire de l'Etat adhérent, qui deviendra ainsi Etat contractant.

ART. 5.

Le présent Arrangement entrera en vigueur six mois après la date du dépôt des ratifications.

Dans le cas où l'un des Etats contractants le dénoncerait, cette dénonciation n'aurait d'effet qu'à l'égard de cet Etat.

La dénonciation sera notifiée par un acte qui sera déposé dans les archives du Gouvernement de la République française.

Celui-ci en enverra, par la voie diplomatique, copie certifiée conforme à chacun des Etats contractants et les avisera en même temps de la date du dépôt.

Douze mois après cette date, l'Arrangement cessera d'être en vigueur dans l'ensemble du territoire de l'Etat qui l'aura dénoncé.

ART. 6.

Le présent Arrangement sera ratifié et les ratifications en seront déposées à Paris dès que six des Etats contractants seront en mesure de le faire.

Il sera dressé de tout dépôt de ratifications un procès-verbal, dont une copie, certifiée conforme, sera remise, par la voie diplomatique à chacun des Etats contractants.

ART. 7.

Si un Etat contractant désire la mise en vigueur du présent Arrangement dans une ou plusieurs de ses colonies, possessions ou circonscriptions consulaires judiciaires, il notifiera son intention à cet effet par un acte qui sera déposé dans les archives du Gouvernement de la République française. Celui-ci en enverra, par la voie diplomatique, copie certifiée conforme à chacun des Etats contractants et les avisera, en même temps, de la date du dépôt.

Six mois après cette date, l'Arrangement entrera en vigueur dans les colonies, possessions ou circonscriptions consulaires judiciaires visées dans l'acte de notification.

La dénonciation de l'Arrangement par un des Etats contractants pour une ou plusieurs de ses colonies, possessions ou circonscriptions consulaires judiciaires s'effectuera dans les formes et conditions déterminées à l'alinéa 1^{er} du présent article. Elle portera effet douze mois après la date du dépôt de l'acte de dénonciation dans les archives du Gouvernement de la République française.

ART. 8.

Le présent Arrangement, qui portera la date du 4 mai 1910, pourra être signé à Paris, jusqu'au 31 juillet suivant, par les Plénipotentiaires des Puissances représentées à la Conférence relative à la répression de la circulation des Publications obscènes.

Fait à Paris, le quatre mai mil neuf cent-dix, en un seul exemplaire, dont une copie conforme sera délivrée à chacun des Gouvernements signataires.

POUR L'ALLEMAGNE:

(L. S.) Signé: ALBRECHT LENTZE.

(L. S.) — CURT JÖEL.

POUR L'AUTRICHE et POUR LA HONGRIE:

(L. S.) Signé: A. NEMES, Chargé d'Affaires d'Autriche-Hongrie.

POUR L'AUTRICHE:

(L. S.) Signé: J. EICHHOFF, Conseiller de Section Impérial Royal autrichien.

POUR LA HONGRIE:

(L. S.) Signé: G. LERS, Conseiller ministériel Royal hongrois.

POUR LA BELGIQUE:

(L. S.) Signé: JULES LEJEUNE.

(L. S.) — ISIDORE MAUS.

POUR LE BRÉSIL:

(L. S.) Signé: J. C. DE SOUZA BANDEIRA.

POUR LE DANEMARK:

(L. S.) Signé: C. E. COLD.

POUR L'ESPAGNE:

(L. S.) Signé: OCTAVIO CUARTERO.

POUR LES ETATS-UNIS:

(L. S.) Signé: A. BAILLY-BLANCHARD.

POUR LA FRANCE:

(L. S.) Signé: R. BÉRENGER.

POUR LA GRANDE-BRETAGNE:

(L. S.) Signé: E. W. FARNALL.

(L. S.) — F. S. BULLOCK.

(L. S.) — G. A. AITKEN.

POUR L'ITALIE:

(L. S.) Signé: J. C. BUZZATTI.

(L. S.) — GEROLAMO CALVI.

POUR LES PAYS-BAS:

(L. S.) Signé: A. DE STUERS.

(L. S.) — RETHAAN MACARE.

POUR LE PORTUGAL:

(L. S.) Signé: COMTE DE SOUZA ROZA.

POUR LA RUSSIE:

(L. S.) Signé: ALEXIS DE BELLEGARDE.

(L. S.) — WLADIMIR DÉRUGINSKY.

POUR LE SUISSE:

(L. S.) Signé: LARDY.

E, tendo sido o mesmo Ajuste, cujo teor fica acima transcripto, approvado pelo Congresso Nacional, o confirmo e ratifico e, pela presente, o dou por firme e valioso, para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que elle será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que assino e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos doze dias do mez de Janeiro de mil novecentos e vinte e quatro, 103° da Independencia e 36° da Republica.

(Assignado) ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.572 — DE 27 DE AGOSTO DE 1924

Promulgo a Convenção internacional para a repressão do trafico de mulheres brancas e o respectivo Protocollo de encerramento, assignados em Paris a 4 de maio de 1910

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sancionado pelo decreto n. 4.756, de 28 de novembro de 1923, a resolução do Congresso Nacional que approvou a Convenção internacional relativa á repressão do trafico de mulheres brancas e o respectivo Protocollo de encerramento, assignados em Paris a 4 de maio de 1910; e havendo sido depositada a ratificação brasileira desses actos no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da França, aos tres dias do mez de junho ultimo:

Decreta que a referida Convenção e o seu Protocollo de encerramento, appensos por copia ao presente decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contém.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES,

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que, entre os Estados Unidos do Brasil e os paizes representados na Segunda Conferencia internacional para a repressão do trafico de mulheres brancas,, reunida em Paris em 1910, foi concluida e assignada, aos quatro dias do mez de maio do dito anno, uma Convenção internacional, acompanhada de um Protocollo de encerramento, da mesma data, tudo do teor seguinte:

**Convention internationale relative à la répression de la Traite
des Blanches**

Les Souverains, Chefs d'état et Gouvernements des Puissances ci-après désignées,

également désireux de donner le plus d'efficacité possible à la répression du trafic connu sous le nom de "Traité des Blanches", ont résolu de conclure une Convention à cet effet et, après qu'un projet eut été arrêté dans une première Conférence réunie à Paris du 15 au 25 juillet 1902, ont désigné leurs Plénipotentiaires, qui se sont réunis dans une deuxième Conférence à Paris du 18 avril au 4 mai 1910 et qui se sont convenus des dispositions suivantes:

ART. 1.

Doit être puni quiconque, pour satisfaire les passions d'autrui, a embauché, entraîné ou détourné, même avec son consentement, une femme ou fille mineure, en vue de la débauche, alors même que les divers actes qui sont les éléments constitutifs de l'infraction auraient été accomplis dans des pays différents.

ART. 2.

Doit être aussi puni quiconque, pour satisfaire les passions d'autrui, a, par fraude ou à l'aide de violences, menaces, abus d'autorité, ou tout autre moyen de contrainte, embauché, entraîné ou détourné une femme ou fille majeure, en vue de la débauche, alors même que les divers actes qui sont les éléments constitutifs de l'infraction auraient été accomplis dans des pays différents.

ART. 3.

Les Parties Contractantes dont la législation ne serait pas dès à présent suffisante pour réprimer les infractions prévues par les deux articles précédents s'engagent à prendre ou à proposer à leurs législatures respectives les mesures nécessaires pour que ces infractions soient punies suivant leur gravité.

ART. 4.

Les Parties Contractantes se communiqueront, par l'entremise du Gouvernement de la République française, les lois qui auraient déjà été rendues ou qui viendraient à l'être dans leurs états, relativement à l'objet de la présente Convention.

ART. 5.

Les infractions prévues par les articles 1 et 2 seront, à partir du jour de l'entrée en vigueur de la présente Convention, réputées être inscrites de plein droit au nombre des infractions donnant lieu à extradition d'après les Conventions déjà existantes entre les Parties Contractantes.

Dans les cas où la stipulation qui précède ne pourrait recevoir effet sans modifier la législation existante, les Parties Contractantes s'engagent à prendre ou à proposer à leurs législatures respectives les mesures nécessaires.

ART. 6.

La transmission des commissions rogatoires relatives aux infractions visées par la présente Convention s'opérera :

1° Soit par communication directe entre les autorités judiciaires;

2° Soit par l'entremise de l'agent diplomatique ou consulaire du pays requérant dans le pays requis; cet agent enverra directement la commission rogatoire à l'autorité judiciaire compétente et recevra directement de cette autorité les pièces constatant l'exécution de la commission rogatoire;

(dans ces deux cas, copie de la commission rogatoire sera toujours adressée en même temps à l'autorité supérieure de l'Etat requis);

3° Soit par voie diplomatique.

Chaque Partie Contractante fera connaître, par une communication adressée à chacune des autres Parties Contra-

etantes, celui ou ceux des modes de transmission susvisés qu'elle admet pour les commissions rogatoires venant de cet état.

Toutes les difficultés qui s'élèveraient à l'occasion des transmissions opérées dans les cas des 1^o et 2^o du présent article seront réglées par la voie diplomatique.

Sauf entente contraire, la commission rogatoire doit être rédigée soit dans la langue de l'autorité requise, soit dans la langue convenue entre les deux états intéressés, ou bien elle doit être accompagnée d'une traduction faite dans une de ces deux langues et certifiée conforme par un agent diplomatique ou consulaire de l'état requérant ou par un traducteur-juré de l'état requis.

L'exécution des commissions rogatoires ne pourra donner lieu au remboursement de taxes ou frais de quelque nature que ce soit.

ART. 7.

Les Parties Contractantes s'engagent à se communiquer les bulletins de condamnation, lorsqu'il s'agit d'infractions visées par la présente Convention et dont les éléments constitutifs ont été accomplis dans des pays différents.

Ces documents seront transmis directement, par les autorités désignées conformément à l'article 1^{er} de l'Arrangement conclu à Paris le 18 mai 1904, aux autorités similaires des autres états contractants.

ART. 8.

Les états non signataires sont admis à adhérer à la présente Convention. A cet effet, ils notifieront leur intention par un acte qui sera déposé dans les archives du Gouvernement de la République française. Celui-ci en enverra par la voie diplomatique copie certifiée conforme à chacun des états contractants et les avisera en même temps de la date du dépôt. Il sera donné aussi, dans le dit acte de notification, communication des lois rendues dans l'état adhérent relativement à l'objet de la présente Convention.

Six mois après la date du dépôt de l'acte de notification, la Convention entrera en vigueur dans l'ensemble du territoire de l'état adhérent, qui deviendra ainsi état contractant.

L'adhésion à la Convention entraînera de plein droit, et sans notification spéciale, adhésion concomitante et entière à l'Arrangement du 18 mai 1904, qui entrera en vigueur, à la

même date que la Convention elle-même, dans l'ensemble du territoire de l'État adhérent.

Il n'est toutefois pas dérogé, par la disposition précédente, à l'article 7 de l'Arrangement précité du 18 mai 1904, qui demeure applicable au cas où un État préférerait faire acte d'adhésion seulement à cet Arrangement.

ART. 9.

La présente Convention, complétée par un *Protocole de clôture* qui en fait partie intégrante, sera ratifiée, et les ratifications en seront déposées à Paris, dès que six des États contractants seront en mesure de le faire.

Il sera dressé de tout dépôt de ratification un procès-verbal, dont une copie certifiée conforme sera remise par la voie diplomatique à chacun des États contractants.

La présente Convention entrera en vigueur six mois après la date du dépôt des ratifications.

ART. 10.

Dans le cas où l'un des États contractants dénoncerait la Convention, cette dénonciation n'aurait d'effet qu'à l'égard de cet État.

La dénonciation sera notifiée par un acte qui sera déposé dans les archives du Gouvernement de la République française. Celui-ci en enverra, par la voie diplomatique, copie certifiée conforme à chacun des États contractants et les avisera en même temps de la date du dépôt.

Douze mois après cette date, la Convention cessera d'être en vigueur dans l'ensemble du territoire de l'État qui l'aura dénoncée.

La dénonciation de la Convention n'entraînera pas de plein droit dénonciation concomitante de l'Arrangement du 18 mai 1904, à moins qu'il n'en soit fait mention expresse dans l'acte de notification; sinon, l'État contractant devra, pour dénoncer le dit Arrangement, procéder conformément à l'article 8 de ce dernier accord.

ART. 11.

Si un État contractant désire la mise en vigueur de la présente Convention dans une ou plusieurs de ses colonies, possessions ou circonscriptions consulaires judiciaires, il notifiera son intention à cet effet par un acte qui sera déposé

dans les archives du Gouvernement de la République française. Celui-ci en enverra, par la voie diplomatique, copie certifiée conforme à chacun des États contractants et les avisera en même temps de la date du dépôt.

Il sera donné, dans le dit acte de notification, pour ces colonies, possessions ou circonscriptions consulaires judiciaires, communication des lois qui y ont été rendues relativement à l'objet de la présente Convention. Les lois qui, par la suite, viendraient à y être rendues donneront lieu également à des communications aux États contractants, conformément à l'article 4.

Six mois après la date du dépôt de l'acte de notification, la Convention entrera en vigueur dans les colonies, possessions ou circonscriptions consulaires judiciaires visées dans l'acte de notification.

L'État requérant fera connaître, par une communication adressée à chacun des autres États contractants, celui ou ceux des modes de transmission qu'il admet pour les commissions rogatoires à destination des colonies, possessions ou circonscriptions consulaires judiciaires, qui auront fait l'objet de la notification visée au 1^{er} alinéa du présent article.

La dénonciation de la Convention par un des États contractants, pour une ou plusieurs de ses colonies, possessions ou circonscriptions consulaires judiciaires, s'effectuera dans les formes et conditions déterminées au 1^{er} alinéa du présent article. Elle portera effet douze mois après la date du dépôt de l'acte de dénonciation dans les archives du Gouvernement de la République française.

L'adhésion à la Convention par un État contractant pour une ou plusieurs de ses colonies, possessions ou circonscriptions consulaires judiciaires entraînera, de plein droit et sans notification spéciale, adhésion concomitante et entière à l'Arrangement du 18 mai 1904. Ledit Arrangement y entrera en vigueur à la même date que la Convention elle-même. Toutefois, la dénonciation de la Convention par un État contractant pour une ou plusieurs de ses colonies, possessions ou circonscriptions consulaires judiciaires n'y entraînera pas de plein droit, à moins de mention expresse dans l'acte de notification, dénonciation concomitante de l'Arrangement du 18 mai 1904; d'ailleurs, sont maintenues les déclarations que les Puissances signataires de l'Arrangement du 18 mai 1904 ont pu faire touchant l'accession de leurs colonies audit Arrangement.

Néanmoins, à partir de la date de l'entrée en vigueur de

la présente Convention, les adhésions ou dénonciations s'appliquant à cet Arrangement et relatives aux colonies, possessions ou circonscriptions consulaires judiciaires des états contractants s'effectueront conformément aux dispositions du présent article.

ART. 12.

La présente Convention, qui portera la date du 4 mai 1910, pourra être signée à Paris, jusqu'au 31 juillet suivant, par les Plénipotentiaires des Puissances représentées à la deuxième Conférence relative à la répression de la Traite des Blanches.

Fait à Paris, le quatre mai mil neuf cent dix, en un seul exemplaire, dont une copie certifiée conforme sera délivrée à chacune des Puissances signataires.

POUR L'ALLEMAGNE:

(Sous réserve de l'article 6.)

(L. S.) Signé: ALBRECHT LENTZE.

(L. S.) — CURT JÖEL.

POUR L'AUTRICHE ET POUR LA HONGRIE:

(L. S.) Signé: A. NEMES, Chargé d'Affaires d'Autriche-Hongrie.

POUR L'AUTRICHE:

(L. S.) Signé: J. EICHHOFF, Conseiller de Section Impérial Royal autrichien.

POUR LA HONGRIE:

(L. S.) Signé: G. LERS, Conseiller ministériel Royal hongrois.

POUR LA BELGIQUE:

(L. S.) Signé: JULES LEJEUNE.

(L. S.) — ISIDORE MAUSS.

POUR LE BRÉSIL:

(Sous réserve de l'article 5.)

(L. S.) Signé: J. C. DE SOUZA BANDEIRA,

POUR LE DANEMARK:

(L. S.) Signé: G. E. COLD.

POUR L'ESPAGNE:

(L. S.) Signé: OCTAVIO CUARTERO.

POUR LA FRANCE:

(L. S.) Signé: R. BÉRENGER.

POUR LA GRANDE-BRETAGNE:

(L. S.) Signé: FRANCIS BERTIE.

POUR L'ITALIE:

(L. S.) Signé: J. C. BUZZATTI.

(L. S.) — GEROLAMO CALVI.

POUR LES PAYS-BAS:

(L. S.) Signé: A. DE STUERS.

(L. S.) — RETHAAN MACARE.

POUR LE PORTUGAL:

(L. S.) Signé: COMTE DE SOUZA ROZA.

POUR LA RUSSIE:

(L. S.) Signé: ALEXIS DE BELLEGARDE.

(L. S.) — WLADIMIR DÉRUGINSKY.

POUR LA SUÈDE:

(L. S.) Signé: F. DE KLERCKER.

Protocole de clôture

Au moment de procéder à la signature de la Convention de ce jour, les Plénipotentiaires soussignés jugent utile d'indiquer l'esprit dans lequel il faut entendre les articles 1, 2 et 3 de cette Convention et suivant lequel il est désirable que, dans l'exercice de leur souveraineté législative, les États contractants pourvoient à l'exécution des stipulations arrêtées ou à leur complément.

A. — Les dispositions des articles 1 et 2 doivent être considérés comme un *minimum* en ce sens qu'il va de soi que les Gouvernements contractants demeurent absolument libres de punir d'autres infractions analogues, telles, par exemple, que l'embauchage des majeures alors qu'il n'y aurait ni fraude ni contrainte.

B. — Pour la répression des infractions prévues dans les articles 1 et 2, il est bien entendu que les mots "femme ou

filles mineures, femme ou fille majeure" désignent les femmes ou les filles mineures ou majeures de vingt ans accomplis. Une loi peut toutefois fixer un âge de protection plus élevé à la condition qu'il soit le même pour les femmes ou les filles de toute nationalité.

C. — Pour la répression des mêmes infractions, la loi devrait édicter, dans tous les cas, une peine privative de liberté, sans préjudice de toutes autres peines principales ou accessoires; elle devrait aussi tenir compte, indépendamment de l'âge de la victime, des circonstances aggravantes diverses qui peuvent se rencontrer dans l'espèce, comme celles qui sont visées par l'article 2 ou le fait que la victime aurait été effectivement livrée à la débauche.

D. — Le cas de rétention, contre son gré, d'une femme ou fille dans une maison de débauche n'a pu, malgré sa gravité, figurer dans la présente Convention, parce qu'il relève exclusivement de la législation intérieure.

Le présent Protocole de clôture sera considéré comme faisant partie intégrante de la Convention de ce jour et aura même force, valeur et durée.

Fait et signé en un seul exemplaire, à Paris, le 4 mai 1910.

POUR L'ALLEMAGNE:

Signé: ALBRECHT LENTZE.

— CURT JÖEL.

POUR L'AUTRICHE ET POUR LA HONGRIE:

Signé: A. NEMES, Chargé d'Affaires d'Autriche-Hongrie.

POUR L'AUTRICHE:

Signé: J. EICHHOFF, Conseiller de Section Impérial Royal autrichien.

POUR LA HONGRIE:

Signé: G. LERS, Conseiller ministériel Royal hongrois.

POUR LA BELGIQUE:

Signé: JULES LEJEUNE.

— ISIDORE MAUS.

POUR LE BRÉSIL:

Signé: J. C. DE SOUZA BANDEIRA.

POUR LE DANEMARK:

Signé: C. E. COLD.

POUR L'ESPAGNE:

Signé: OCTAVIO CUARTERO.

POUR LA FRANCE:

Signé: R. BÉRENGER.

POUR LA GRANDE-BRETAGNE:

Signé: FRANCIS BERTIE.

POUR L'ITALIE:

Signé: J. C. BUZZATTI.

— GEROLAMO CALVI.

POUR LES PAYS-BAS:

Signé: A. DE STUERS.

— RETHAAN MACARE.

POUR LE PORTUGAL:

Signé: COMTE DE SOUZA ROZA.

POUR LA RUSSIE:

Signé: ALEXIS DE BELLEGARDE.

— WLADIMIR-DÉRUGINSKY.

POUR LA SUÈDE:

Signé: F. DE KLERCKER.

E tendo sido a mesma Convenção e o mesmo Protocollo de encerramento, acima transcriptos, approvados pelo Congresso Nacional, confirmo e ratifico ambos os Actos e, pela presente, os dou por firmes e valiosos, para produzirem os seus devidos effeitos, promettendo que ambos serão cumpridos inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que as-
signo e é sellada com o sello das armas da Republica e sub-
scripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos
doze dias do mez de janeiro de mil novecentos e vinte e qua-
tro, 103° da Independencia e 36° da Republica.

(L. S.) ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.613 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1924

Promulga os Protocollos contendo emendas aos artigos 6, 16 e 26 do Pacto da Liga das Nações

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sancionado, pelo Decreto n. 4.806, de 12 de janeiro proximo passado, a resolução do Congresso Nacional que approvou os Protocollos relativos a emendas aos artigos 6, 16 e 26 do Pacto da Liga das Nações, votadas pela segunda assembléa da mesma Liga, e, tendo-se effectuado, no dia 13 de agosto ultimo, o deposito do respectivo instrumento brasileiro de ratificação;

Decreta que os referidos Protocollos, appensos por cópia ao presente decreto, sejam executados e cumpridos tão fielmente como nelles se contém.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.
José Felix Alves Pacheco.

Société des Nations

League of Nations

AMENDEMENTS AU PACTE

**AMENDMENTS TO THE
COVENANT**

PROTOCOLE RELATIF À UN AMEN-
DEMENT À L'ARTICLE 6 DU
PACTE.

PROTOCOL OF AN AMENDMENT
TO ARTICLE 6 OF THE COVE-
NANT.

La deuxième Assemblée de la Société des Nations, sous la présidence de Son Excellence le Jonkheer H. A. van Karnebeek, assisté de l'Honorable sir Eric Drummond, Secrétaire général, a adopté dans sa séance du 5 Octobre 1921 la résolution suivante, com-

The Second Assembly of the League of Nations, under the Presidency of His Excellency Jonkheer H. A. van Karnebeek, with the Honourable Sir Eric Drummond, Secretary-General, adopted at its meeting of October 5th, 1921, the following resolution, being an

portant amendement à l'annexe du Pacte. Amendment to Annex of the Covenant.

«Que la liste suivante soit insérée à l'annexe au Pacte: «That the following shall be inserted in the Annex to the Covenant:

III

III

RÉPARTITION DES DÉPENSES DE LA SOCIÉTÉ. ALLOCATION OF THE EXPENSES OF THE LEAGUE.

<i>États</i>	<i>Unités à payer</i>	<i>States</i>	<i>Units payable</i>
Afrique du Sud.....	15	Albania	2
Albanie	2	Argentina	35
Argentine	35	Australia	15
Australie	15	Austria	2
Autriche	2	Belgium	15
Belgique	15	Bolivia	5
Bolivie	5	Brazil	35
Brésil	35	British Empire.....	90
Empire Britannique..	90	Bulgaria	10
Bulgarie	10	Canada	35
Canada	35	Chile	15
Chili	15	China	65
Chine	65	Colombia	10
Colombie	10	Costa-Rica	2
Costa-Rica	2	Cuba	10
Cuba	10	Czecho-Slovakia	35
Danemark	10	Denmark	10
Espagne	35	Esthonia	5
Esthonie	5	Finland	5
Finlande	5	France	90
France	90	Greece	10
Grèce	10	Guatemala	2
Guatémala	2	Haiti	5
Haiti	5	Honduras	2
Honduras	2	India	65
Inde	65	Italy	65
Italie	65	Japan	65
Japon	65	Latvia	5
Lettonie	5	Liberia	2
Libéria	2	Lithuania	5
Lithuanie	5	Luxemburg	2

<i>États</i>	<i>Unités à payer</i>	<i>States</i>	<i>Units payable</i>
Luxembourg	2	Netherlands	15
Nicaragua	2	New Zealand	10
Norvège	10	Nicaragua	2
Nouvelle-Zélande . . .	10	Norway	10
Panama	2	Panama	2
Paraguay	2	Paraguay	2
Pays-Bas :	15	Peru	10
Pérou	10	Persia	10
Perse	10	Poland	15
Pologne	15	Portugal	10
Portugal	10	Roumania	35
Roumanie	35	Salvador	2
Salvador	2	Serb - Croat - Slovene State	35
Serbe-Croate-Slovène (État)	35	Siam	10
Siam	10	South Africa	15
Suède	10	Spain	35
Suisse	10	Sweden	15
Tchéco-Slovaquie . . .	35	Switzerland	10
Uruguay	10	Uruguay	10
Vénézuela	5	Venezuela	5

Les soussignés dûment autorisés, déclarent accepter, au nom des Membres de la Société qu'ils représentent, l'amendement ci-dessus.

The undersigned, being duly authorised, declare that they accept, on behalf of the Members of the League which they represent, the above amendment.

Le présent Protocole restera ouvert à la signature des Membres de la Société; il sera ratifié et les ratifications seront déposées aussitôt que possible au Secrétariat de la Société.

The present Protocol will remain open for signature by the Members of the League; it will be ratified and the ratifications will be deposited as soon as possible with the Secretariat of the League.

Il entrera en vigueur conformément aux dispositions de l'article 26 du Pacte.

It will come into force in accordance with the provisions of Article 26 of the Covenant.

Une copie certifiée conforme du présent Protocole sera transmise par le Secrétaire général à tous les Membres de la Société.

A certified copy of the present Protocol will be transmitted by the Secretary-General to all Members of the League.

Fait à Genève, le cinq Octobre mil neuf cent vingt et un, en un seul exemplaire, dont les textes français et anglais feront également foi et qui restera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société.

Done at Geneva, on the fifth day of October, one thousand nine hundred and twenty-one, in a single copy, of which the French and English texts are both authentic and which will be kept in the archives of the Secretariat of the League.

Le Président de la deuxième Assemblée:

President of the Second Assembly:

VAN KARNEBEEK

Le Secrétaire général:

Secretary-General:

ERIC DRUMMOND

PROTOCOLE RELATIF À UN AMENDEMENT À L'ARTICLE 6 DU PACTE.

PROTOCOL OF AN AMENDMENT TO ARTICLE 6 OF THE COVENANT.

La deuxième Assemblée de la Société des Nations, sous la présidence de Son Excellence le Jonkheer H. A. van Karnebeek, assisté de l'Honorable sir Eric Drummond, Secrétaire général, a adopté dans sa séance du 5 Octobre 1921 la résolution suivante, comportant amendement à l'article 6 du Pacte.

The Second Assembly of the League of Nations, under the Presidency of His Excellency Jonkheer H. A. van Karnebeek, with the Honourable Sir Eric Drummond, Secretary-General, adopted at its meeting of October 5th, 1921, the following resolution, being an Amendment to Article 6 of the Covenant:

«Que le dernier paragraphe de l'article 6 du Pacte soit remplacé par le paragraphe suivant:

«That the last paragraph of Article 6 of the Covenant should be replaced by the following paragraph:

«*Les dépenses de la Société seront supportées par les Membres de la Société, dans la proportion décidée par l'Assemblée.*»

«*The expenses of the League shall be borne by the Members of the League in the proportion decided by the Assembly.*»

Les soussignés dûment autorisés, déclarent accepter, au nom des Membres de la So-

The undersigned, being duly authorised, declare that they accept, on behalf of the Mem-

ciété qu'ils représentent, l'amendement ci-dessus.

bers of the League which they represent, the above amendment.

Le présent Protocole restera ouvert à la signature des Membres de la Société; il sera ratifié et les ratifications seront déposées aussitôt que possible au Secrétariat de la Société.

The present Protocol will remain open for signature by the Members of the League; it will be ratified and the ratifications will be deposited as soon as possible with the Secretariat of the League.

Il entrera en vigueur conformément aux dispositions de l'article 26 du Pacte.

It will come into force in accordance with the provisions of Article 26 of the Covenant.

Une copie certifiée conforme du présent Protocole sera transmise par le Secrétaire général à tous les Membres de la Société.

A certified copy of the present Protocol will be transmitted by the Secretary-General to all Members of the League.

Fait à Genève, le cinq Octobre mil neuf cent vingt et un, en un seul exemplaire, dont les textes français et anglais feront également foi et qui restera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société.

Done at Geneva, on the fifth day of October, one thousand nine hundred and twenty-one, in a single copy, of which the French and English texts are both authentic and which will be kept in the archives of the Secretariat of the League.

Le Président de la deuxième Assemblée:

President of the Second Assembly:

VAN KARNEBEEK

Le Secrétaire général:

Secretary-General:

ERIC DRUMMOND

PROTOCOLE RELATIF À UN AMENDEMENT À L'ARTICLE 16 DU PACTE.

PROTOCOL OF AN AMENDMENT TO ARTICLE 16 OF THE COVENANT.

La deuxième Assemblée de la Société des Nations, sous la présidence de Son Excellence le Jonkheer H. A. van Karnebeek, assisté de l'Hono-

The Second Assembly of the League of Nations, under the Presidency of His Excellency Jonkheer H. A. van Karnebeek, with the Honourable Sir

table sir Eric Drummond, Secrétaire général, a adopté dans sa séance du 4 Octobre 1921 la résolution suivante, comportant amendement à l'article 16 du Pacte.

«La dernière partie du premier alinéa de l'article 16 du Pacte sera rédigé comme suit:

«Ceux-ci s'engagent à rompre immédiatement avec lui toutes relations commerciales ou financières, à interdire tous rapports entre les personnes résidant sur territoire et celles résidant sur le territoire de l'État en rupture de pacte et à faire cesser toutes communications financières, commerciales ou personnelles entre les personnes résidant sur le territoire de cet État et celles résidant sur le territoire de tout autre État membre ou non de la Société.»

Les soussignés dûment autorisés, déclarent accepter, au nom des Membres de la Société qu'ils représentent, l'amendement ci-dessus.

Le présent Protocole restera ouvert à la signature des Membres de la Société; il sera ratifié et les ratifications seront déposées aussitôt que possible au Secrétariat de la Société.

Il entrera en vigueur conformément aux dispositions de l'article 26 du Pacte.

Une copie certifiée conforme du présent Protocole sera

Eric Drummond, Secretary-General, adopted its meeting of October 4th, 1921, the following resolution, being an Amendment to Article 16 of the Covenant.

«The latter part of the first paragraph of Article 16 of the Covenant shall read as follows:

«...which hereby undertake immediately to subject it to the severance of all trade or financial relations the prohibition of all intercourse between persons residing in their territory and persons residing in the territory of the Covenant-breaking State, and the prevention of all financial, commercial or personal intercourse between persons residing in the territory of the Covenant-breaking State and persons residing in the territory of any other State, whether a Member of the League or not.»

The undersigned, being duly authorised, declare that they accept, on behalf of the Members of the League which they represent, the above amendment.

The present Protocol will remain open for signature by the Members of the League; it will be ratified and the ratifications will be deposited as soon as possible with the Secretariat of the League.

It will come into force in accordance with the provisions of Article 26 of the Covenant

A certified copy of the present Protocol will be transmit-

transmise par le Secrétaire général à tous les Membres de la Société. ted by the Secretary-General to all Members of the League.

Fait à Genève, le cinq Octobre mil neuf cent vingt et un, en un seul exemplaire, dont les textes français et anglais feront également foi et qui restera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société. Done at Geneva, on the fifth day of October, one thousand nine hundred and twenty-one, in a single copy, of which the French and English texts are both authentic and which will be kept in the archives of the Secretariat of the League.

Le Président de la deuxième Assemblée: *President of the Second Assembly:*

VAN KARNEBEEK

Le Secrétaire général: *Secretary-General:*

ERIC DRUMMOND

PROTOCOLE RELATIF À UN AMEN- DEMENT À L'ARTICLE 16 DU PACTE. PROTOCOL OF AN AMENDMENT TO ARTICLE 16 OF THE COVENANT.

La deuxième Assemblée de la Société des Nations, sous la présidence de Son Excellence le Jonkheer H. A. van Karnebeek, assisté de l'Honorable sir Eric Drummond, Secrétaire général, a adopté dans sa séance du 4 Octobre 1921 la résolution suivante, comportant amendement à l'article 16 du Pacte. The Second Assembly of the League of Nations, under the Presidency of His Excellency Jonkheer H. A. van Karnebeek, with the Honourable Sir Eric Drummond, Secretary-General, adopted at its meeting of October 4th, 1921, the following resolution, being an Amendment to Article 16 of the Covenant.

«Le second alinéa de l'article 16 sera rédigé comme suit: «The second paragraph of Article 16 shall read as follows:

«Il appartient au Conseil d'émettre un avis sur le point de savoir s'il y a ou non rupture du Pacte. Au cours des délibérations du Conseil sur cette question, il ne sera pas tenu compte du vote des Membres «It is for the Council to give an opinion whether or not a breach of the Covenant has taken place. In deliberations on this question in the Council the votes of Members of the League alleged to have resorted to

accusés d'avoir eu recours à la guerre et des Membres contre qui cette guerre est entreprise.»

Les soussignés dûment autorisés, déclarent accepter, au nom des Membres de la Société qu'ils représentent, l'amendement ci-dessus.

Le présent Protocole restera ouvert à la signature des Membres de la Société; il sera ratifié et les ratifications seront déposées aussitôt que possible au Secrétariat de la Société.

Il entrera en vigueur conformément aux dispositions de l'article 26 du Pacte.

Une copie certifiée conforme du présent Protocole sera transmise par le Secrétaire général à tous les Membres de la Société.

Fait à Genève, le cinq Octobre mil neuf cent vingt et un, en un seul exemplaire, dont les textes français et anglais feront également foi et qui restera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société.

war and of Members against whom such action was directed shall not be counted.»

The undersigned, being duly authorised, declare that they accept, on behalf of the Members of the League which they represent, the above amendment.

The present Protocol will remain open for signature by the Members of the League; it will be ratified and the ratifications will be deposited as soon as possible with the Secretariat of the League.

It will come into force in accordance with the provisions of Article 26 of the Covenant.

A certified copy of the present Protocol will be transmitted by the Secretary-General to all Members of the League.

Done at Geneva, on the fifth day of October, one thousand nine hundred and twenty-one, in a single copy, of which the French and English texts are both authentic and which will be kept in the archives of the Secretariat of the League.

Le Président de la deuxième Assemblée:

President of the Second Assembly:

VAN KARNEBEEK

Le Secrétaire général:

Secretary-General:

ERIC DRUMMOND

PROTOCOLE RELATIF À UN AMEN-
DEMENT À L'ARTICLE 16 DU
PACTE.

PROTOCOL OF AN AMENDMENT
TO ARTICLE 16 OF THE COVE-
NANT.

La deuxième Assemblée de la Société des Nations, sous la présidence de Son Excellence le Jonkheer H. A. van Karnebeek, assisté de l'Honorable sir Eric Drummond, Secrétaire général, a adopté dans sa séance du 4 Octobre 1921 la résolution suivante, comportant amendement à l'article 16 du Pacte.

The Second Assembly of the League of Nations, under the Presidency of His Excellency Jonkheer H. A. van Karnebeek, with the Honourable Sir Eric Drummond, Secretary-General, adopted at its meeting of October 4th, 1921, the following resolution, being an Amendment to Article 16 of the Covenant.

«Le troisième alinéa de l'article 16 sera rédigé comme suit :

«The third paragraph of Article 16 shall read as follows:

«Le Conseil doit notifier à tous les Membres de la Société la date à laquelle il recommande d'appliquer les mesures de pression économique visées au présent article.»

«The Council will notify to all Members of the League the date which it recommends for the application of the economic pressure under this Article.»

Les soussignés dûment autorisés, déclarent accepter, au nom des Membres de la Société qu'ils représentent, l'amendement ci-dessus.

The undersigned, being duly authorised, declare that they accept, on behalf of the Members of the League which they represent, the above amendment.

Le présent Protocole restera ouvert à la signature des Membres de la Société; il sera ratifié et les ratifications seront déposées aussitôt que possible au Secrétariat de la Société.

The present Protocol will remain open for signature by the Members of the League; it will be ratified and the ratifications will be deposited as soon as possible with the Secretariat of the League.

Il entrera en vigueur conformément aux dispositions de l'article 26 du Pacte.

It will come into force in accordance with the provisions of Article 26 of the Covenant.

Une copie certifiée conforme du présent Protocole sera transmise par le Secrétaire général à tous les Membres de la Société.

A certified copy of the present Protocol will be transmitted by the Secretary-General to all Members of the League.

Fait à Genève, le cinq Octobre mil neuf cent vingt et un, en un seul exemplaire, dont les textes français et anglais feront également foi et qui restera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société.

Done at Geneva, on the fifth day of October, one thousand nine hundred and twenty-one, in a single copy, of which the French and English texts are both authentic and which will be kept in the archives of the Secretariat of the League.

Le Président de la deuxième Assemblée:

President of the Second Assembly:

VAN KARNEBEEK

Le Secrétaire général:

Secretary-General:

ERIC DRUMMOND

PROTOCOLE RELATIF À UN AMENDEMENT À L'ARTICLE 26 DU PACTE.

PROTOCOL OF AN AMENDMENT TO ARTICLE 26 OF THE COVENANT.

La deuxième Assemblée de la Société des Nations, sous la présidence de Son Excellence le Jonkheer H. A. van Karnebeek, assisté de l'Honorable sir Eric Drummond, Secrétaire général, a adopté dans sa séance du 3 Octobre 1921 la résolution suivante, comportant amendement à l'article 26 du Pacte.

The Second Assembly of the League of Nations, under the Presidency of His Excellency Jonkheer H. A. van Karnebeek, with the Honourable Sir Eric Drummond, Secretary-General, adopted at its meeting of October 3th, 1921, the following resolution, being an Amendment to Article 26 of the Covenant.

«Le premier alinea de l'article 26 du Pacte sera remplacé par le texte suivant:

«The first paragraph of Article 26 of the Covenant shall be replaced by the following text:

«Les Amendements au présent Pacte dont le texte aura été voté par l'Assemblée à la majorité des trois quarts, parmi lesquels doivent figurer les voix de tous les Membres du Conseil représentés à la réunion, entreront en vigueur dès leur ratification par les Mem-

«Amendments to the present Covenant the text of which shall have been voted by the Assembly on a three-fourths majority, in which there shall be included the votes of all the Members of the Council represented at the meeting, will take effect when ratified

*bres de la Société dont les re- by the Members of the League
présentants composaient le whose Representatives compo-
Conseil lors du vote, et par la sed the Council when the vote
majorité de ceux dont les re- was taken and by the majority
présentants forment l'Assem- of those whose Representatives
blée.» form the Assembly.»*

Les soussignés, dûment au- The undersigned, being duly
torisées, déclarent accepter, au authorised, declare that they
nom des Membres de la So- accept, on behalf of the Mem-
ciété qu'ils représentent, l'a- bers of the League which they
mendement ci-dessus. represent, the above amend-
ment.

Le présent Protocole restera The present Protocol will
ouvert à la signature des remain open for signature by
Membres de la Société; il sera the Members of the League;
ratifié et les ratifications se- it will be ratified and the ra-
ront déposées aussitôt que tifications will be deposited as
possible au Secrétariat de la soon as possible with the Se-
Société. cretariat of the League.

Il entrera en vigueur con- It will come into force in
formément aux dispositions de accordance with the provisions
l'article 26 du Pacte. of Article 26 of the Covenant.

Une copie certifiée conforme A certified copy of the pre-
du présent Protocole sera sent Protocol will be transmit-
transmise par le Secrétaire ted by the Secretary-General
général à tous les Membres de to all Members of the League.
la Société.

Fait à Genève, le cinq Octo- Done at Geneva, on the fifth
bre mil neuf cent vingt et un, day of October, one thousand
en un seul exemplaire, dont nine hundred and twenty-one,
les textes français et anglais in a single copy, of which the
feront également foi et qui French and English texts are
restera déposé dans les archi- both authentic and which will
ves du Secrétariat de la So- be kept in the archives of the
ciété. Secretariat of the League.

*Le Président de la deuxième President of the Second As-
Assemblée: sembly:*

VAN KARNEBEEK

Le Secrétaire général: Secretary-General:

ERIC DRUMMOND

PROTOCOLE RELATIF À UN AMEN-
DEMENT À L'ARTICLE 26 DU
PACTE.

PROTOCOL OF AN AMENDMENT
TO ARTICLE 26 OF THE COVE-
NANT.

La deuxième Assemblée de la Société des Nations, sous la présidence de Son Excellence le Jonkheer H. A. van Karnebeek, assisté de l'Honorable sir Eric Drummond, Secrétaire général, a adopté dans sa séance du 3 Octobre 1921 la résolution suivante, comportant amendement à l'article 26 du Pacte.

«Après le premier alinéa de l'article 26 il sera ajouté un alinéa que sera rédigé comme suit :

«Si dans les vingt-deux mois qui suivent le vote de l'Assemblée, le nombre de ratifications requis n'a pas été réuni, la résolution d'amendement reste sans effet.»

Les soussignés dûment autorisés, déclarent accepter, au nom des Membres de la Société qu'ils représentent, l'amendement ci-dessus.

Le présent Protocole restera ouvert à la signature des Membres de la Société; il sera ratifié et les ratifications seront déposées aussitôt que possible au Secrétariat de la Société.

Il entrera en vigueur conformément aux dispositions de l'article 26 du Pacte.

The Second Assembly of the League of Nations, under the Presidency of His Excellency Jonkheer H. A. van Karnebeek, with the Honourable Sir Eric Drummond, Secretary-General, adopted at its meeting of October 3th, 1921, the following resolution, being an Amendment to Article 26 of the Covenant.

«A paragraph reading as follows shall be added after the first paragraph of Article 26 :

«If the required number of ratifications shall not have been obtained within twenty two months after the vote of the Assembly, the proposed amendment shall remain without effect.»

The undersigned, being duly authorised, declare that they accept, on behalf of the Members of the League which they represent, the above amendment.

The present Protocol will remain open for signature by the Members of the League; it will be ratified and the ratifications will be deposited as soon as possible with the Secretariat of the League.

It will come into force in accordance with the provisions of Article 26 of the Covenant.

Une copie certifiée conforme du présent Protocole sera transmise par le Secrétaire général à tous les Membres de la Société.

A certified copy of the present Protocol will be transmitted by the Secretary-General to all Members of the League.

Fait à Genève, le cinq Octobre mil neuf cent vingt et un, en un seul exemplaire, dont les textes français et anglais feront également foi et qui restera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société.

Done at Geneva, on the fifth day of October, one thousand nine hundred and twenty-one, in a single copy, of which the French and English texts are both authentic and which will be kept in the archives of the Secretariat of the League.

Le Président de la deuxième Assemblée:

President of the Second Assembly:

VAN KARNEBEEK

Le Secrétaire général:

Secretary-General:

. ERIC DRUMMOND

DECRETO N. 16.615 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1924

Supprime o Consulado honorario em Düsseldorf

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando desnecessaria a existencia de um Consulado em Düsseldorf e

Usando da autorização que a lei lhe concede:

Decreta:

Artigo unico. Fica suprimido o Consulado honorario em Düsseldorf, na Allemanha, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.616 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1924

Supprime o Consulado honorario em Addis Abbaba

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando desnecessaria a existencia de um Consulado em Addis Abbaba e

Usando da autorização que a lei lhe concede:

Decreta:

Artigo unico. Fica supprimido o Consulado honorario em Addis Abbaba, na Abyssinia, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.617 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1924

Supprime o Consulado honorario em Damasco

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando desnecessaria a existencia de um Consulado em Damasco e

Usando da autorização que a lei lhe concede:

Decreta:

Artigo unico. Fica supprimido o Consulado honorario em Damasco, na Syria, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.618 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1924

Supprime o Consulado honorario em Haifa

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando desnecessaria a existencia de um Consulado em Haifa e

Usando da autorização que a lei lhe concede:

Decreta:

Artigo unico. Fica supprimido o Consulado honorario em Haifa, na Palestina, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.619 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1924

Reduz a categoria da Representação Consular em Caracas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando desnecessaria a existencia de um Consulado Geral honorario em Caracas e

Usando da autorização concedida pela lettra *a* do art. 4° do Decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920:

Decreta:

Artigo unico. Fica supprimido o Consulado Geral em Caracas e creado, em seu lugar, um Consulado honorario na mesma cidade, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.620 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1924

Crêa um Consulado honorario em Bombaim

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando ser necessaria a existencia de um Consulado honorario em Bombaim, por ter sido supprimido o Consulado de carreira, que alli existia, e

Usando da autorização concedida pela lettra *a* do art. 4º do Decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920:

Decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em Bombaim, na India Inglesa, com jurisdicção em toda a Presidencia do mesmo nome, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.627 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1924

Publica a ratificação da Servia, Croacia e Slovenia dos actos do VII Congresso da União Postal Universal, de Madrid, em 1920

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a ratificação do Rei dos Servios, Croatas e Slovenos dos actos do VII Congresso da União Postal Universal, firmados a 30 de novembro de 1920, em Madrid, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Hespanha nesta Capital, por Nota n. 84, de 20 de Agosto do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente Decreto.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO OFFICIAL

Legação da Hespanha — N. 84 — Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1924.

Senhor Ministro,

Cumprindo instrucções de Sua Majestade o Rei, meu Augusto Soberano, tenho a honra de passar, em appenso, ás mãos de Vossa Excellencia duas cópias do certificado que attesta o deposito, nos Archivos do Ministerio d'Estado, do instrumento pelo qual o Rei dos Servios, Croatas e Slovenos ratificou os Accórdos e Convenios firmados em Madrid, a 30 de novembro de 1920, relativo ao VII Congresso da União Postal Universal.

Aproveito esta oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia as seguranças da minha alta consideração. — Antonio Benitez.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores.

*

Ministerio d'Estado. — 4ª Chancellaria.

O abaixo assignado, Sub-secretario do Ministerio d'Estado, Certifica: — Que, de conformidade com os artigos referentes á ratificação das Convenções e Ajustes assignados em Madrid, em 30 de novembro de 1920, por occasião do VII Congresso da União Postal Universal, foi depositado nos Archivos do Ministerio d'Estado, em 28 de junho de 1924, um instrumento, achado em boa e devida fórma, datado de 15 de junho de 1924, pelo qual S. M. o Rei dos Servios, Croatas e Slovenos ratificou:

- I. A Convenção Postal Universal.
- II. A Convenção relativa á troca de encomendas postaes.
- III. O Ajuste relativo á troca de cartas e de caixas com valor declarado.
- IV. O Ajuste relativo á assignatura de jornaes e publicações periodicas.
- V. O Ajuste relativo ao serviço de cobrança.
- VI. O Ajuste relativo ao serviço de vales-postaes.
- VII. O Ajuste relativo ao serviço de transferencia de creditos de contas correntes postaes.

Em fé de que o presente certificado é passado e, delle, será endereçada cópia conforme aos Governos das Potencias signatarias da Convenção acima mencionada, bem como ao

Bureau Internacional da União Postal e ao Secretariado da Liga das Nações.

Feito em Madrid, em 30 de junho de mil novecentos e vinte e quatro. — *Espinosa de los Monteros*.

Cópia certificada e conforme. — O Sub-secretario do Ministerio d'Estado, *F. Espinosa de los Monteros*.

DECRETO N. 16.628 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1924

Publica a adhesão da Syria e do Libano á Convenção Internacional de Berna, revista em Berlim, para a protecção de obras litterarias e artisticas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Syria e do Libano, pelo intermedio do Governo Francez, á Convenção Internacional de Berna, revista em Berlim, a 13 de novembro de 1908, para a protecção de obras litterarias e artisticas; conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Suissa nesta Capital, por Nota n. GG 4/10, de 26 de agosto do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO OFFICIAL

Legação da Suissa no Brasil — N. GG 4/10 — Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que, por Nota de 18 de junho ultimo, a Embaixada da França communicou ao Conselho Federal Suizzo que, de conformidade com o artigo 26 da Convenção de Berna, revista, para a protecção das obras litterarias e artisticas, de 13 de novembro de 1908, o Governo Francez declara adherir pelo grupo dos Estados da Syria e do Libano á dita Convenção.

De accôrdo com o teor do artigo 25 desse Acto internacional, esta adhesão entrou em vigos a partir de 1 de agosto de 1924, data da presente notificação, feita pelo Governo Federal.

A Embaixada da França accrescenta que foi encarregada de pedir a inscripção desse grupo de Estados na VI das classes previstas de contribuintes para as despesas com o Bureau Internacional.

Encarregando-me de levar o que precede ao conhecimento de Vossa Excellencia, o Conselho Federal julga dever observar que — a situação dos paizes sob mandato, não estando determinada no regimen da União litteraria, no ponto de vista de seus direitos (representação nas Conferencias diplomaticas de revisão), nem no de suas obrigações (contribuições financeiras) — parece opportuno que uma decisão uniforme para todos os paizes desta categoria sobrevenha durante a proxima Conferencia de revisão, prevista pelo artigo 24 da Convenção.

Aproveito esta nova occasião, Senhor Ministro, para lhe reiterar as seguranças da minha alta consideração. — *Charles Redard.*

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.633 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1924

Concede, a partir desta data e até 31 de dezembro proximo futuro, isenção em todas as alfandegas do paiz, de direitos e taxas de expediente para o arroz, banha, carne secca ou xarque, batatas, feijão, leite condensado, manteiga e milho

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que persistem os mesmos motivos que levaram o Governo a expedir o decreto n. 16.524, de 1 de julho do corrente anno;

Considerando que, na vigencia daquelle acto, diversos generos alimenticios e de primeira necessidade foram vendidos aos consumidores por preços mais razoaveis;

Considerando que, das proprias zonas de producção, continuam os pedidos ao Governo quanto á remessa de generos alimenticios;

Considerando, ainda mais, que as cotações desses generos se teem elevado constantemente;

Resolve, usando da autorização a que se refere o art. 2º, lettra *b*, do decreto legislativo n. 4.034, de 12 de janeiro de 1920, decretar:

Art. 1º. Fica concedida, a partir desta data e até o dia 31 de dezembro proximo futuro, isenção, em todas as

alfandegas do paiz, de direitos e taxas de expediente, para os seguintes generos: arroz, banha, carne seccâ ou xarque, batatas, feijão, leite condensado, manteiga e milho.

Art. 2º. Os inspectores das alfandegas ficam autorizados a providenciar no sentido de serem desembaraçados os generos mencionados neste decreto, mediante os pedidos dos interessados e de accôrdo com as seguintes condições:

I. Terão a faculdade de importar generos alimenticios sómente os commerciantes matriculados, cabendo ás inspectorias das alfandegas exigir os documentos que, para esse fim, entenderem necessarios.

II. A mercadoria, para que possa gozar da isenção, deverá ser embarcada até o dia 31 de dezembro proximo futuro.

III. As mercadorias que já estiverem nos portos e aquellas que já houverem embarcado ficam sujeitas ao mesmo regimen deste decreto.

IV. Os generos alimenticios serão entregues, de preferencia, á Superintendencia do Abastecimento, caso seja isso preciso, pelos preços que forem ajustados na conformidade do regulamento approved pelo decreto n. 14.027, de 21 de janeiro de 1920.

V. Os generos importados deverão ser dados a consumo, por intermedio das casas de varejo, dentro do prazo maximo de trinta (30) dias, a contar do respectivo desembarço por parte das alfandegas, sob pena de multa, nos termos do regulamento citado.

Paragrapho unico. Os inspectores das alfandegas darão, immediatamente, conhecimento á Superintendencia do Abastecimento, para cumprimento do disposto neste numero e para fins estatisticos, dos generos que houverem sido desembarcados nos termos do presente decreto.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

R. A. Sampaio Vidal.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Francisco Sá.

José Felix Alves Pacheco.

Alexandrino Faria de Alencar.

Fernando Setembrino de Carvalho.

DECRETO N. 16.640 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1924

Publica a adesão do Luxemburgo á Convenção de Bruxellas, relativa á publicação de tarifas aduaneiras

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão do Grão Ducado de Luxemburgo á Convenção Internacional de Bruxellas, concluida a 5 de julho de 1890, relativa á publicação de tarifas aduaneiras, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada da Belgica, por Nota n. 1.030, de 1 de setembro do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO OFFICIAL

Embaixada da Belgica — Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1924 — N. 1.030.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de communicar a Vossa Excellencia que o Grão Ducado do Luxemburgo acaba de notificar ao Governo do Rei sua adesão á Convenção Internacional concluida em Bruxellas a 5 de julho de 1890 e relativa á publicação de tarifas aduaneiras.

De conformidade com o artigo 14 da Convenção acima citada, recebi ordem de dar conhecimento dessa accessão ao Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil, que é participe da União Internacional de Tarifas.

Aproveito esta occasião, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mais alta consideração. — Barão *Albéric Fallon*.

A Sua Excellencia o Senhor Felix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.641 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1924

Publica a adhesão da Palestina á Convenção de Berna de 1908, para a protecção de obras litterarias e artisticas, e ao Protocollo de 1924, addicional á dita Convenção

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Palestina á Convenção de Berna, revista, para a protecção de obras litterarias e artisticas, de 13 de novembro de 1908, e ao Protocollo de 20 de março de 1924, addicional á dita Convenção; conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Suissa nesta Capital, em Nota de 26 de setembro do corrente anno, sob n. GG 4/13, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO OFFICIAL

Legação da Suissa no Brasil — Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1924. — N. GG 4/13.

Senhor Ministro,

Em notas de 17 de março, 23 de abril e 13 de agosto, a Legação da Grã-Bretanha em Berna participou ao Conselho Federal Suisso a adhesão da Palestina á Convenção de Berna, revista, de 13 de novembro de 1908, para a protecção das obras litterarias e artisticas, bem como ao Protocollo de 20 de março de 1924 addicional a essa Convenção.

De accôrdo com a notificação do Governo-Britannico, esta adhesão começou a vigorar a partir de 21 de março de 1924. Ella realizou-se em virtude do artigo 19 do mandato referente á Palestina, e o Governo-Britannico não julga necessario esclarecer, nestas circumstancias, si ella incide no artigo 25 da Convenção acima citada ou, como se tem praticado em convenções modernas desta natureza, em relação a territorios na mesma situação, no artigo 26 relativo a colonias e possesões estrangeiras.

Encarregando-me de levar o que precede ao conhecimento de Vossa Excellencia, o Conselho Federal Suisso julga opportuno lembrar as observações que formulou a proposito da adhesão do grupo dos Estados da Syria e do Libano á Con-

venção de Berna, revista, de 1908, a saber “que não estando determinada a situação dos paizes sob mandato no regimen da União litteraria, quer sob o ponto de vista de seus direitos (representação nas Conferencias diplomaticas de revisão), quer no de suas obrigações (contribuições financeiras), parece opportuno que uma decisão para todos os paizes desta categoria sobrevenha por occasião da proxima Conferencia de revisão, prevista pelo artigo 24 da Convenção.

Tenho a honra de lhe reiterar, Senhor Ministro, as seguranças da minha mais alta consideração. — *Charles Redard.*

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.642 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1924

Publica a adhesão da Syria e do Libano á Convenção para a protecção da propriedade industrial e ao Ajuste sobre repressão das falsas indicações de procedencia de mercadorias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Syria e do Libano á Convenção internacional para a protecção da propriedade industrial, assignada em Paris em 1883, e revista em Bruxellas a 14 de Dezembro de 1900 e em Washington a 2 de Junho de 1911, e ao Ajuste de Madrid de 14 de Abril de 1891, concernente á repressão das falsas indicações de procedencia de mercadorias, revisto em Washington a 2 de Junho de 1911, — conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta capital, por Nota de 26 de Agosto ultimo, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO OFFICIAL

Legação da Suissa no Brasil — Rio de Janeiro, 26 de Agosto de 1924 — N. GG 2/6.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, por notas de 18 de Junho ultimo, a Embaixada de

França participou ao Conselho Federal Suisso que, de accordo com o artigo 16 bis da Convenção da União de Paris de 20 de Março de 1883 para a protecção da propriedade industrial, revista em Bruxellas a 14 de Dezembro de 1900 e em Washington a 2 de Junho de 1911, o Governo Francez declara adherir pelo grupo dos Estados da Syria e do Libano á referida Convenção, bem como ao Ajuste de Madrid de 14 de Abril de 1891, concernente á repressão das falsas indicações de procedencia, revisto em Washington a 2 de Junho de 1911.

De conformidade com o artigo 16, alinea 3, da alludida Convenção, essas duas adhesões produzirão effeito um mez após a remessa da notificação feita pelo Governo Federal aos outros paizes unionistas, portanto a partir do 1º de Setembro de 1924.

Alem disto, a Embaixada de França communicou ao meu Governo que ella estava encarregada de pedir a inscripção deste grupo de Estados na VI das classes previstas para a parte contribuidora para as despesas da Repartição Internacional e que uma Repartição da propriedade industrial foi creada pelo grupo dos Estados da Syria e do Libano, nas condições estabelecidas no artigo 12 da citada Convenção.

Incumbindo-me de levar o que precede ao conhecimento de Vossa Excellencia, meu Governo julga dever observar que a situação dos Paizes sob mandato não estando fixada no regimen da união industrial nem sob o ponto de vista de seus direitos (representação), nem quanto ás suas obrigações (contribuições financeiras), parece opportuno que uma decisão commum a todos os paizes desta categoria venha attender a este duplo ponto de vista, por occasião da proxima Conferencia de revisão, prevista pelo artigo 14 da Convenção geral.

Aproveito esta nova occasião, Senhor Ministro, para lhe reiterar as seguranças de minha mais alta consideração. —
Charles Redard.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.659 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1924

*Publica a adhesão da Grecia a actos internacionaes relativos
à protecção da propriedade industrial*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Grecia á Convenção Internacional para a protecção da propriedade industrial, assignada em Paris a 20 de Março de 1883, revista em Bruxellas a 14 de Dezembro de 1900 e em Washington a 2 de Junho de 1911, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Suissa nesta Capital, em Nota n. GG 2/9, de 23 de Setembro do corrente anno, cuja traducção acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 5 de Novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO OFFICIAL

Legação da Suissa no Brasil — N. GG 2/9 — Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1924.

Senhor Ministro,

De ordem de meu Governo, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, em nota de 18 de Agosto de 1924, a Legação Hellenica na Suissa participou ao Conselho Federal Suisso a adhesão da Grecia á Convenção da União para a Protecção da Propriedade Industrial, assignada em Paris a 20 de Março de 1883, revista em Bruxellas a 14 de Dezembro de 1900 e em Washington a 2 de Junho de 1911.

De accôrdo com o artigo 16, alinea 3, da Convenção da União de Paris, revista, esta adhesão entrará em vigor um mez após a remessa da presente notificação, que é feita pelo Governo Suisso aos paizes unionistas, seja a partir de 2 de Outubro de 1924..

Nô que diz respeito á contribuição das despesas do Bureau Internacional da Propriedade Industrial em Berna, o Governo Hellenico deseja que a Grecia fique classificada na 5ª classe.

Pedindo a Vossa Excellencia queira tomar nota deste acto de adhesão, aproveito o ensejo para lhe renovar, Senhor Ministro, as seguranças da minha mais alta consideração.
— *Charles Redard*.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.660 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1924

Publica a adhesão do Panamá ao Instituto Internacional de Agricultura, de Roma

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Republica do Panamá á Convenção assignada em Roma a 7 de Junho de 1905 para a creação do Instituto Internacional de Agricultura, -- conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada Italiana nesta capital por Nota de 2 de Outubro ultimo, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 5 de Novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.
José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO OFFICIAL

Embaixada de Italia — N. 1386/176 — Pos. XII — Rio de Janeiro, 2 de Outubro de 1924.

Senhor Ministro — Com referencia á communicação desta Embaixada n. 408 de 23 de maio ultimo e em cumprimento das instrucções recebidas de Roma, tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que não tendo sido apresentada pelos Estados adherentes ao Instituto Internacional de Agricultura nenhuma objecção dentro do prazo prefixado á admissão da Republica do Panamá ao referido Instituto, é considerada como definitiva.

Acceite, Senhor Ministro, os protestos da minha alta consideração. — *Pietro Badoglio*.

A Sua Excellencia Dr. Felix Pacheco, Ministro dos Negocios Exteriores — Rio de Janeiro.

Embaixada de Italia — Num.º 791/108 — Pos. XII.

A Regia Embaixada de Italia pede ao Ministerio dos Negocios Exteriores do Brasil que lhe faça saber si ha alguma objecção da parte do Governo do Brasil a que o Governo da Republica de Panamá seja admittido ao Instituto Internacional de Agricultura, com inscripção no V grupo.

Rio de Janeiro, 23 de Maio de 1924. — Ao Ministerio dos Negocios Exteriores do Brasil — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.661 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1924

Publica a adhesão do Luxemburgo ao Accordo de Madrid, de 14 de Abril de 1891, revisto em Bruxellas em 1900 e em Washington em 1911, relativo ao registro internacional das marcas de fabricas e de commercio

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo do Grão-Ducado de Luxemburgo ao Accordo de Madrid, de 14 de Abril de 1891, revisto em Bruxellas a 14 de Dezembro de 1900 e em Washington a 2 de Junho de 1911, relativo ao registro internacional das marcas de fabrica e de commercio, devendo essa adhesão ser considerada effectiva a partir de 1 de Setembro de 1924, — conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta capital, por Nota de 26 de Agosto ultimo, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 5 de Novembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.
José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO OFFICIAL

Legação da Suissa no Brasil — N. GG 5/2 — Rio de Janeiro, 26 de Agosto de 1924.

Senhor Ministro — De ordem do meu Governo, tenho a honra de participar a Vossa Excellencia que por Nota de 15 de Julho de 1924, o Governo do Grão-Ducado de Luxemburgo notificou ao Conselho Federal Suisso sua adhesão ao Accordo

de Madrid, de 14 de Abril de 1891, revisto em Bruxellas a 14 de Dezembro de 1900 e em Washington a 2 de Junho de 1911, relativo ao registro internacional de marcas de fabrica e de commercio.

A entrada deste Estado na União, restringida ao que se refere, deve ser considerada como effectiva a partir de 1 de Setembro de 1924, data indicada pelo proprio Governo Luxemburguez.

Pedindo a Vossa Excellencia queira tomar nota do que precede, aproveito esta occasião para renovar-lhe, Senhor Ministro, a segurança da minha mais alta consideração. — *Charles Redard.*

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.662 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1924

Publica a adhesão da Nova Zelandia á Convenção Sanitaria Internacional de Paris, de 1912

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Nova Zelandia á Convenção Sanitaria Internacional assignada em Paris a 17 de janeiro de 1912, — conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada da Republica Franceza nesta Capital por Nota de 3 de outubro ultimo, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 5 de Novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.
José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO OFFICIAL

Embaixada da Republica Franceza no Brasil — N. 92 —
Rio de Janeiro, 3 de Outubro de 1924.

Sr. Ministro — O Embaixador da Grã-Bretanha em Paris notificou ao Governo Francez a accessão da Nova Zelan-

dia á Convenção Sanitaria Internacional de 17 de janeiro de 1912.

De conformidade com o art. 159 da dita Convenção, meu Governo me encarregou de levar esta adesão ao conhecimento do Governo Federal brasileiro.

Queira acceitar, Sr. Ministro, as seguranças da minha alta consideração. — A. R. Conty.

A S. Ex. o Sr. Felix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores, Palacio Itamaraty, Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.685 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1924

Promulga os actos firmados na Quinta Conferencia I. Americana, de Santiago do Chile, em 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sancionado pelos decretos ns. 4.807, 4.808, 4.810, de 12 de Janeiro, e 4.842 A, de 31 de Julho do corrente anno, as Resoluções do Congresso Nacional que approvaram os seguintes Actos: Convenção sobre a publicidade das leis, decretos e regulamentos aduaneiros; Tratado para evitar ou prevenir conflictos entre os Estados americanos; Convenção para a protecção das marcas de fabrica, commercio ou agricultura e dos nomes commerciaes; e Convenção sobre a uniformidade de nomenclatura para a classificação de mercadorias, — firmados pelos Delegados do Brasil á Quinta Conferencia Internacional Americana, realizada em Santiago do Chile de 26 de Março a 3 de Maio de 1923; e tendo-se effectuado o respectivo deposito de ratificação, no Ministerio das Relações Exteriores da Republica do Chile, a 8 do corrente mez,

Decreta que esses Actos, appensos por cópia ao presente decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contém.

Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.
José Felix Alves Pacheco.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES

Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Faço saber aos que a presente Carta de Ratificação virem que, entre os Estados Unidos do Brasil e os Paizes representados na V Conferencia Internacional Americana, de Santiago do Chile, foram votados os seguintes actos: Convenção sobre a publicidade das leis, decretos e regulamentos aduaneiros, Tratado para evitar ou prevenir conflictos entre os Estados americanos, Convenção para a protecção das marcas de fabrica, commercio ou agricultura e Convenção sobre a uniformidade de nomenclatura para a classificação de mercadorias e dos nomes commerciaes, o primeiro dos quaes foi assignado aos vinte e oito dias do mez de abril e os outros aos tres dias do mez de maio de mil novecentos e vinte e tres, a saber:

CONVENÇÃO

Sobre a publicidade das leis, decretos e regulamentos
aduanheiros

Suas Excellencias os Senhores Presidentes dos Estados Unidos de Venezuela, do Panamá, dos Estados Unidos da America, do Uruguay, do Equador, do Chile, de Guatemala, de Nicaragua, de Costa-Rica, dos Estados Unidos do Brasil, do Salvador, da Colombia, de Cuba, do Paraguay, da Republica Dominicana, de Honduras, da Republica Argentina e do Haití:

Desejando que os seus respectivos paizes fossem representados na Quinta Conferencia Internacional Americana, a ella mandaram, devidamente autorizados, para approvar as resoluções, recommendações, convenções e tratados que julgarem uteis aos interesses da America, os seguintes Senhores Delegados:

Venezuela: *Pedro César Dominici, César Zumeta, José Austria.*

Panamá: *Narciso Garay, José Lefevre.*

Estados Unidos da America: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe.*

Uruguay: *J. Antonio Buero, Eugenio Martinez Thedy.*

Equador: *Rafael M. Arízaga, José Rafael Bustamante, Dr. Alberto Muñoz Vernaza.*

Chile: *Agustín Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luiz Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcebiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río.*

Guatemala: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall.*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo.*

Costa Rica: *Alejandro Alvarado Quirós.*

Estados Unidos do Brasil: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, James Darcy, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo.*

S. Salvador: *Cecilio Bustamante.*

Colombia: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri.*

Cuba: *José Vidal y Caro, Carlos Garcia Vélez, Aristides Agüero, Manuel Márquez Sterling.*

Paraguay: *Manuel Gondra, Higinio Arbo.*

Republica Dominicana: *Tulio E. Cestero.*

Honduras: *Benjamín Villaseca Mujica.*

Argentina: *Manuel Augusto Montes de Oca, Fernando Saiguier, Manuel Malbrán.*

Haití: *Arthur Rameau.*

Os quaes, depois de terem apresentado as suas credenciaes, que foram consideradas em bôa e devida fórma, deliberaram celebrar a seguinte Convenção sobre a publicidade das leis, decretos e regulamentos aduaneiros:

As Altas Partes Contractantes, considerando que é de relevante interesse para o Commercio dos paizes americanos que se dê a maior publicidade a todas as leis, decretos e regulamentos aduaneiros, convêm no seguinte:

Artigo I

As Altas Partes Contractantes compromettem-se a se communicarem mutuamente todas as leis, decretos e regulamentos que regem a entrada ou sahida de mercadorias, assim como todas as leis, decretos e regulamentos sobre a entrada e sahida de navios nos respectivos portos.

Artigo II

As Altas Partes Contractantes compromettem-se a publicar, por extenso ou em resumo, as leis, decretos ou regulamentos mencionados no Artigo I e que lhe forem communicados pelos diversos paizes americanos que hajam ratificado esta Convenção.

Artigo III

As Altas Partes Contractantes communicarão ao Conselho Central Executivo da Alta Commissão Inter-Americana as leis, decretos ou regulamentos a que se refere o Art. I.

Artigo IV

As Altas Partes Contractantes resolvem incumbir o Conselho Central Executivo da Alta Commissão Inter-Americana do preparo de um annuario, tão minucioso quanto seja possivel, das leis, decretos ou regulamentos aduaneiros vigentes nos paizes americanos. O dito annuario será redigido em inglez, hespanhol, portuguez e francez.

Artigo V

Esta Convenção entrará em vigor logo que seis Estados signatarios a tenham ratificado.

Artigo VI

Os paizes americanos não representados na Quinta Conferencia Internacional Americana poderão adherir em qualquer momento a esta Convenção. O respectivo protocollo será assignado em Santiago do Chile, ficando os textos originaes desta Convenção depositados nos Archivos do Governo da Republica do Chile.

Artigo VII

As ratificações desta Convenção serão depositadas no Ministerio das Relações Exteriores da Republica do Chile.

O Governo dessa Republica notificará desse deposito, por via diplomatica, aos Governos signatarios; tal notificação valerá como troca de ratificações.

Artigo VIII

A presente Convenção poderá ser denunciada, em qualquer momento. A denuncia deverá ser feita ao Governo da Republica do Chile e produzirá effeito, quanto ao Estado que a faça, ao expirar o prazo de um anno, contado da data do recebimento da communicação respectiva.

Artigo IX

As divergencias que se suscitarem entre as Altas Partes Contractantes, sobre a interpretação ou execução desta Convenção, serão decididas por arbitramento.

EM TESTEMUNHO do que, os Delegados Plenipotenciarios assignam a presente Convenção e põem nella o sello da Quinta Conferencia Internacional Americana, na cidade de Santiago do Chile, aos tres do mez de maio de mil e novecentos e vinte e tres, em Hespanhol, Portuguez, Inglez e Francez. Esta Convenção deve ser entregue ao Ministerio das Relações Exteriores da Republica do Chile, para que se tirem cópias authenticas, que serão enviadas, por via diplomatica, a cada um dos Estados signatarios.

POR VENEZUELA: *Pedro César Dominici, César Zumeta e José Austria*. — Pelo PANAMÁ: *Narciso Garay e José Lefèvre*. — Pelos ESTADOS UNIDOS DA AMERICA: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler e Leo S. Rowe*. — Pelo URUGUAY: *J. Antonio Buero, Justino Jiménez de Aréchaga e Eugenio Martínez Thedy*. — Pelo EQUADOR: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante e Alberto Muñoz Vernaza*. — Pelo CHILE: *Agustín Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcebiades Rodan, Guillermo Subercaseaux e Alejandro del Río*. — POR GUATEMALA: *Eduardo Poirier e Máximo Soto Hall*. — POR NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasos e Arturo Elizondo*. — POR COSTA-RICA: *Alejandro Alvarado Quirós*. — Pelos ESTADOS UNIDOS DO BRASIL: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira e Helio Lobo*. — POR S. SALVADOR: *Cecilio Bustamante*. — Pela COLOMBIA: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez e Carlos Uribe Echeverri*. — POR CUBA: *José Vidal y Caro, Carlos García Vélaz, Aristides Agüero e Manuel Marques Sterling*. — Pelo PARAGUAY: *Manoel Gondra e Higinio Arbo*. — Pela REPUBLICA DOMINICANA: *Tulio M. Cestero*. — POR HONDURAS: *Benjamin Vilaseca Mujica*. — Pela ARGENTINA: *Manuel Augusto Montes de Oca, Fernando Saguier e Manuel Malbrán*. — Pelo HAITI: *Arturo Rameau*.

CONVENCIÓN

Sobre publicidad de documentos aduaneros

S. S. E. E. los Presidentes de Venezuela, de Panamá, de los Estados Unidos de América, del Uruguay, del Ecuador, de Chile, de Guatemala, de Nicaragua, de Costa Rica, del Brasil, de El Salvador, de Colombia, de Cuba, del Paraguay, de la República Dominicana, de Honduras, de la República Argentina y de Haití:

Deseando que sus países respectivos fueran representados en la Quinta Conferencia Internacional Americana, enviaran a ella, debidamente autorizados, para aprobar las Recomendaciones, Resoluciones, Convenciones y Tratados que juzgaren útiles para los intereses de América, a los siguientes Señores Delegados:

Venezuela: *Pedro César Dominici, César Zumeta, José Austria;*

Panamá: *Narciso Garay, José Lefevre;*

Estados Unidos de América: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Portridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe;*

Uruguay: *J. Antonio Buero, Justino Jiménez de Aréchaga, Eugenio Martínez Thedy;*

Ecuador: *Rafael M. Arízaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza;*

Chile: *Agustín Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río;*

Guatemala: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall;*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo;*

Costa Rica: *Alejandro Alvarado Quirós;*

Estados Unidos del Brasil: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, James Darcy, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo;*

El Salvador: *Cecilio Bustamante;*

Colombia: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri.*

Cuba: *José C. Vidal y Caro, Carlos García Vélez, Aristides Agüero, Manuel Márques Sterling;*

Paraguay: *Manuel Gondra, Higinio Arbo*;
Republica Dominicana: *Tulio M. Cestero*;
Honduras: *Benjamin Villaseca Mujica*;
Republica Argentina: *Manuel Augusto Montes de Oca*,
Fernando Saguier, Manuel E. Malbrán; y
Haití: *Arturo Rameau*.

Quienes, después de haberse comunicado sus poderes y encontrándolos en buena y debida forma, han acordado celebrar la siguiente Convención:

Las Altas Partes Contratantes, considerando que es de sumo interés para el comercio de los países americanos que se dé la mayor publicidad a todas las leyes, decretos y reglamentos aduaneros, convienen en lo siguiente:

Artículo I

Las Altas Partes Contratantes se comprometen a comunicarse mutuamente todas las leyes y reglamentos que rigen la entrada o salida de mercaderías, así como todas las leyes, decretos y reglamentos relativos a la entrada o salida de navés de sus puertos respectivos.

Artículo II

Las Altas Partes se comprometen a publicar en extenso o en resumen las leyes, decretos y reglamentos mencionados en el Artículo I, y que les sean comunicados por los diversos países americanos que hayan ratificado esta Convención.

Artículo III

Las Altas Partes Contratantes comunicarán al Consejo Central Ejecutivo de la Alta Comisión Interamericana las leyes, decretos y reglamentos a que se refiere el Artículo I.

Artículo IV

Las Altas Partes Contratantes resuelven encomendar al Consejo Central Ejecutivo de la Alta Comisión Interamericana la preparación de un anuario, tan detallado como sea posible, de las leyes, decretos y reglamentos aduaneros vigentes en los países americanos. Dicho anuario se redactará en castellano, inglés, portugués y francés.

Artículo V

Esta Convención entrará en vigencia en cuanto haya sido ratificada por seis Estados signatarios.

Artículo VI

Los países americanos que no estén representados en la Quinta Conferencia Internacional Americana podrán adherirse en cualquier momento a esta Convención. La firma del Protocolo respectivo se efectuará en Santiago de Chile, quedando depositados los textos originales de esta Convención en los archivos del Gobierno de la República de Chile.

Artículo VII

Las ratificaciones de la Convención serán depositadas en el Ministerio de Relaciones Exteriores de la República de Chile.

El Gobierno de la República de Chile notificará por la vía diplomática este depósito a los Gobiernos firmantes; dicha notificación valdrá como cambio de ratificaciones.

Artículo VIII

La presente Convención podrá ser denunciada en cualquier momento. La denuncia deberá hacerse ante el Gobierno de la República de Chile y afectará el Estado que la formule un año después de la fecha de la notificación.

Artículo IX

Las diferencias que se susciten entre las Altas Partes Contratantes con respecto a la interpretación o ejecución de esta Convención se decidirán por arbitraje.

EN TESTIMONIO de lo cual, firman y sellan la presente Convención en Santiago de Chile, a los veintiocho días del mes de Abril del año mil novecientos veintitres, en castellano, inglés, portugués y francés. Esta Convención será depositada en el Ministerio de Relaciones Exteriores de la República de Chile a fin de que se saquen copias certificadas para enviarlas, por la vía diplomática, a cada uno de los Estados signatarios.

(Firmado) por VENEZUELA: *Pedro César Dominici, César Zumeta, José Austria*; por PANAMÁ: *Narciso Garay, José Leffevre*; por ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo*

S. Rowe; por URUGUAY: *J. Antonio Buero, Justino Jiménez de Aréchaga, Eugenio Martínez Thedy*; por ECUADOR: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza*; por CHILE: *Agustín Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Rodán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río*; por GUATEMALA: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall*; por NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo*; por COSTA RICA: *Alejandro Alvarado Quirós*; por ESTADOS UNIDOS DEL BRASIL: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo*; por EL SALVADOR: *Cecilio Bustamante*; por COLOMBIAS: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri*; por CUBA: *José C. Vidal y Caro, Carlos García Velez, Aristides Agüero, Manuel Márquez Sterling*; por PARAGUAY: *Manuel Gondra, Higinio Arbo*; por REPÚBLICA DOMINICANA: *Tulio M. Cestero*; por HONDURAS: *Benjamin Villaseca Mujica*; por REPÚBLICA ARGENTINA: *Manuel Augusto Montes de Oca, Fernando Saguier, Manuel E. Malbrán*; y por HAÍTÍ: *Arturo Rameau*.

CONVENTION

On publicity of customs documents

Their Excellencies the Presidents of Venezuela, Panamá, United States of America, Uruguay, Ecuador, Chile, Guatemala, Nicaragua, Costa Rica, Brazil, Salvador, Colombia, Cuba, Paraguay, Dominican Republic, Honduras, Argentine Republic and Hayti:

Being desirous that their respective countries may be represented at the Fifth International Conference of American States, have sent there to the following Delegates, dully authorized to approve the recommendations, resolutions, conventions and treaties which they might deem advantageous to the interests of America.

Venezuela: *Pedro César Dominici, César Zumeta, José Austria*;

Panamá: *Narciso Garay, José E. Lefevre*;

United States of America: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, Frank C. Partridge, George E. Vincent, William Eric Fowler, Leo S. Rowe*;

Uruguay: *J. Antonio Buero, Justino Jiménez de Aréchaga, Eugenio Martínez Thedy*;

Ecuador: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza;*

Chile: *Agustin Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río;*

Guatemala: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall;*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo;*

Costa Rica: *Alejandro Alvarado Quirós;*

United States of Brazil: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo;*

El Salvador: *Cecilio Bustamante;*

Colombia: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri;*

Cuba: *José C. Vidal y Caro, Carlos García Vélez, Aristides Agüero, Manuel Márquez Sterling;*

Paraguay: *Manuel Gondra, Hyginio Arbo;*

Dominican Republic: *Tulio M. Cestero;*

Honduras: *Benjamin Villaseca Mujica;*

Argentine Republic: *Manuel Augusto Montes de Oca, Fernando Sagüier, Manuel E. Malbrán;*

Hayti: *Arthur Rameau.*

Who, after having presented their credentials and the same having been found in due and proper form, have agreed upon the following Convention on Publicity of Customs Documents:

The High Contracting Parties, considering that it is of the utmost importance to give the greatest publicity to all customs laws, decrees, and regulations, agree as follows:

Article I

The High Contracting Parties agree to communicate to each other all the laws, decrees and regulations that govern the importation or the exportation of merchandise, as well as all laws, decrees and regulations referring to vessels entering into or sailing from their ports.

Article II

The High Contracting Parties agree to publish in full or in an abridged form the laws, decrees and regulations mentioned in Art. I, which have been communicated to them by several American Countries that have ratified this Convention.

Article III

The High Contracting Parties will communicate to the Central Executive Council of the Inter American High Commission the laws, decrees or regulations to which Art. I refers.

Article IV

The High Contracting Parties resolve to entrust to the Central Executive Council of the Inter American High Commission the preparation of a hand-book as detailed as possible, of the customs laws, decrees, and regulations enforced in the American Countries. This hand-book will be published in English, Spanish, Portuguese and French.

Article V

This Convention will become effective as soon as it is ratified by six Signatory States.

Article VI

The American Countries not represented at the Fifth International Conference of American States may adhere to this Convention at any time. The respective protocol will be signed in Santiago, Chile, the original texts of this Convention being filed in the archives of Government of the Republic of Chile.

Article VII

The ratifications of this Convention will be deposited with the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Chile.

The Government of the Republic of Chile will notify the Signatory States, through diplomatic channels, of the deposit of these ratifications; this notification will be equivalent to an exchange of ratifications.

Article VIII

This Convention may be denounced at any time. The denunciation must be made to the Government of the Republic of Chile and will affect the Government making such denouncement, one year after the date of notification.

Article IX

Any controversy which may arise between the High Contracting Parties with respect to the execution or interpretation of this Convention, shall be decided by arbitration.

This Convention is issued in Spanish, English, Portuguese and French, each of which texts is authentic.

In Witness Whereof, the Delegates sign this Convention in English, Spanish, Portuguese and French and affix the seal of the Fifth International Conference of American States, in the city of Santiago, Chile, on the 3rd. day of May in the year one thousand nine hundred and twenty three.

This Convention shall be filed in the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Chile in order that certified copies may be made and forwarded through appropriate diplomatic channels to each of the Signatory States.

(Signed) for VENEZUELA: *Pedro César Dominici, César Zumeta, José Austria*; for PANAMÁ: *Narciso Garay, J. E. Lefevre*; for the UNITED STATES OF AMERICA: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe*; for URUGUAY: *J. Antonio Buero, Justino Jiménez de Aréchaga, Eugenio Martínez Thedy*; for ECUADOR: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza*; for CHILE: *Agustín Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río*; for GUATEMALA: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall*; for NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo*; for COSTA RICA: *Alejandro Alvarado Quirós*; for the UNITED STATES OF BRAZIL: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo*; for EL SALVADOR: *Cecilio Bustamante*; for COLOMBIA: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri*; for CUBA: *José C. Vidal y Caro, Carlos García Vélez, Aristides Agüero, Manuel Márquez Sterling*; for PARAGUAY: *Manuel Gondra, Higinio Arbo*; for the DOMINICAN REPUBLIC: *Tulio M. Cestero*; for HONDURAS: *Benjamín Villaseca Mujica*; for the ARGENTINE REPUBLIC: *Manuel A. Montes de Oca, Fernando Sagüier, Manuel E. Malbrán* and for HAYTI: *Arthur Rameau*.

CONVENTION

Concernant la publicité des documents douaniers

LL. EE. les Présidents du Vénézuëla, de Panamá, des Etats-Unis d'Amérique, de l'Uruguay, de l'Equateur, du Chili, du Guatémala, de Nicaragua, de Costa Rica, du Brésil, du Salvador, de la Colombie, de Cuba, du Paraguay, de la République Dominicaine, de Honduras, de la République Argentine et d'Haiti:

Désirant que leurs pays respectifs fussent représentés à la Cinquième Conférence Internationale Américaine, ont envoyé, dûment autorisés, pour approuver les Recommandations, Résolutions, Conventions et Traités qu'ils jugeraient utiles aux intérêts de l'Amérique, MM. les Délégués dont les noms suivent:

Vénézuëla: *Pedro César Dominici, César Zumeta, José Austria;*

Panamá: *Narciso Garay, José E. Lefevre;*

Etats-Unis d'Amérique: *Henri P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe;*

Uruguay: *J. Antonio Buero, Justino Jiménez de Aréchaga, Eugenio Martínez Thédy;*

Equateur: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza;*

Chili: *Agustin Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Rio;*

Guatémala: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall;*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo;*

Costa-Rica: *Alejandro Alvarado Quirós;*

Etats-Unis du Brésil: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, J. de P. Rodriguez Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo;*

Le Salvador: *Cecilio Bustamante;*

Colombie: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri;*

Cuba: *José C. Vidal y Caro, Carlos García Véléz, Aristides Aguero, Manuel Márquez Sterling;*

Paraguay: *Manuel Gondra, Higinio Arbo;*

République Dominicaine: *Tulio M. Cestero;*

Honduras: *Benjamín Villaseca Mujica*;

République Argentine: *Manuel Augusto Montes de Oca*,
Fernando Saguier, *Manuel E. Malbrán*; et

Haiti: *Arthur Rameau*.

Lesquels, après avoir communiqué leurs pleins pouvoirs à la Conférence, qui les a trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes au sujet de la Publicité des Documents Douaniers.

Les Hautes Parties Contractantes, considérant qu'il est de toute première importance de donner une plus grande publicité à toutes les lois, décrets et règlements douaniers, décident ce qui suit :

Article I

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent à se communiquer réciproquement toutes les lois, décrets, règlements qui régissent l'entrée ou la sortie des marchandises, de même que toutes les lois, décrets ou règlements, relatifs à l'entrée ou à la sortie des navires de leurs ports respectifs.

Article II

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent à publier, "in extenso" ou en résumé, les lois, décrets ou règlements mentionnés à l'article I, et qui leur seront communiqués par les divers pays américains qui auront ratifié cette Convention.

Article III

Les Hautes Parties Contractantes communiqueront au Conseil Central Exécutif de la Haute Commission Interaméricaine les lois, décrets ou règlements auxquels se réfère l'article I.

Article IV

Les Hautes Parties Contractantes décident de charger le Conseil Central Exécutif de la Haute Commission Interaméricaine de la préparation d'un Annuaire, aussi détaillé que possible, des lois, décrets ou règlements douaniers en vigueur dans les pays américains. Cet Annuaire sera rédigé en espagnol, anglais, portugais et français.

Article V

Cette Convention entrera en vigueur aussitôt qu'elle aura été ratifiée par six états Signataires.

Article VI

Les Pays Américains qui ne se sont pas fait représenter à la Cinquième Conférence Internationale Américaine pourront adhérer à n'importe quel moment à cette Convention. La signature du Protocole respectif se fera à Santiago du Chili, les textes originaux de cette Convention restant déposés dans les archives du Gouvernement de la République du Chili.

Article VII

Les ratifications de cette Convention seront déposés au Ministère des Affaires Etrangères de la République du Chili.

Le Gouvernement de la République du Chili notifiera ce dépôt par la voie diplomatique aux Gouvernements Signataires; cette notification tiendra lieu d'échange de ratifications.

Article VIII

La présente Convention pourra être dénoncée à n'importe quel moment. La dénonciation sera adressée au Gouvernement de la République du Chili et aura son plein effet, pour l'Etat qui l'aura faite, à l'expiration d'une année, comptée à partir de la date de réception de la communication respective.

Article IX

Les différends qui pourraient se produire entre les Hautes Parties Contractantes, en ce qui concerne l'interprétation ou l'exécution de cette Convention, se décideront par arbitrage.

Cette Convention est rédigée en espagnol, anglais, portugais et français et tous les textes seront considérés comme authentiques.

EN FOI DE QUOI, les Délégués Plénipotentiaires souscrivent la présente Convention et y apposent le sceau de la Cinquième Conférence Internationale Américaine, à Santiago

du Chili, le trois Mai mil neuf cent vingt trois, en espagnol, en anglais, en portugais et en français. Cette Convention est déposée au Ministère des Affaires Etrangères de la République du Chili, afin qu'il en soit fait des copies authentiques, qui seront envoyées par la diplomatie à chacun des États Signataires.

(Signé) : pour le VÉNÉZUELA: *Pedro Cesar Dominici, C. Zumeta, José Austria*; pour PANAMÁ: *Narciso Garay, J. E. Iefevre*; pour les ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, William Eric Fowler, L. S. Rowe*; pour l'URUGUAY: *J. A. Buero, Justino Jimenez de Aréchaga, Eugenio Martinez Thédy*; pour l'ÉQUATEUR: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, A. Muñoz Vernaza*; pour le CHILI: *Agustin Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate S., L. Barros B., Emilio Bello C., Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Rio*; pour le GUATÉMALA: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall*; pour le NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo*; pour COSTA-RICA: *Alejandro Alvarado Quirós*; pour les ÉTATS UNIS DU BRÉSIL: *Afranio de Mello Franco, S. Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo*; pour le SALVADOR: *Cecilio Bustamante*; pour la COLOMBIE: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri*; pour CUBA: *J. C. Vidal Caro, Carlos Garcia Vélez, A. de Aguero, M. Marquez Sterling*; pour le PARAGUAY: *M. Gondra, Higinio Arbo*; pour la RÉPUBLIQUE DOMINICAINE: *Tulio M. Cestero*; pour le HONDURAS: *Benjamin Villaseca M.*; pour la RÉPUBLIQUE ARGENTINE: *M. A. Montes de Oca, Fernando Sagüier, Manuel E. Malbran*; pour HAÏTI: *Arthur Rameau.*

TRATADO

Para evitar ou prevenir conflictos entre os Estados Americanos

Os Governos representados na Quinta Conferencia Internacional Americana, desejando fortalecer cada vez mais os principios de justiça e de respeito mutuo, nos quaes se inspira a politica que mantem nas suas relações reciprocas, e avivar nos seus povos sentimentos de concordia e de leal amizade, que contribuam para consolidar as ditas relações,

Confirmam o seu mais sincero desejo de manter-se em paz immutavel, não só entre si, senão tambem com todas as outras nações do mundo;

Condemnam a paz armada, que exagera as forças militares e navaes além das necessidades da segurança interna e da soberania e independencia dos Estados; e,

Com o firme proposito de promover todos os meios que evitem ou previnam os conflictos que eventualmente possam surgir entre elles, conveem no presente Tratado, ajustado e concluido pelos Srs. Delegados Plenipotenciarios, cujos plenos poderes foram achados em bôa e devida fôrma pela Conferencia, a saber:

Venezuela: *César Zumeta, José Austria.*

Panamá: *José E. Lefevre.*

Estados Unidos da America do Norte: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Williard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe.*

Uruguay: *Eugenio Martínez Thedy.*

Equador: *José Rafael Bustamante.*

Chile: *Manoel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luiz Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alexandro del Rio.*

Guatemala: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall.*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo.*

Estados Unidos do Brasil: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, Helio Lobo.*

Colombia: *Guillermo Valencia.*

Cuba: *José C. Vidal y Caro, Carlos Garcia Vélez, Aristides Agüero, Manoel Márquez Sterling.*

Paraguay: *Manoel Gondra.*

Republica Dominicana: *Tulio M. Cestero.*

Honduras: *Benjamin Villaseca Mujica.*

Argentina: *Manoel E. Malbrán.*

Haiti — *Arthur Rameau.*

Artigo I

Toda questão que, por qualquer causa, se suscitar entre duas ou mais das Altas Partes Contractantes, e que não tiver podido ser resolvida pela via diplomatica nem submettida a arbitramento em virtude de Tratados existentes, será sujeita a investigação e relatorio de uma Commissão constituída pela maneira estabelecida pelo art. IV. As Altas Partes Contra-

clantes se obrigam, em caso de conflicto, a não emprehender mobilisações, concentrações de tropa sobre a fronteira da outra parte, nem executar acto algum hostile nem preparatorio de hostilidades, desde que se promova a convocação de Comissão Investigadora, até depois de apresentado o relatório da mesma ou de decorrido o prazo a que se refere o artigo VII. Esta estipulação não abroga nem restringe os compromissos estabelecidos nos Convenios de Arbitramento, que existam entre duas ou mais das Altas Partes Contractantes, nem as obrigações que delles de derivam.

Fica entendido que, nos conflictos que surjam entre Nações que não teem Tratados Geraes de Arbitramento, não caberá a investigação em questões que affectem preceitos constitucionaes, nem em questões já resolvidas por Tratados de outra natureza.

Artigo II

As questões a que se refere o art. I serão entregues á Comissão Investigadora, quando as negociações ou processos diplomaticos para as solucionar ou submeter a arbitramento se tenham mallogrado, ou nos casos em que circumstancias de facto tornem impossivel negociação alguma ou seja imminente um conflicto armado entre as partes. Qualquer dos dois Governos directamente interessados na investigação dos factos que derem origem á questão, poderá promover a convocação da Comissão Investigadora, para cujo objecto será sufficiente communicar officialmente essa decisão á outra parte e a uma das Comissões Permanentes creadas no artigo III.

Artigo III

Constituir-se-ão duas comissões com séde em Washington (E. U. da America do Norte) e em Montevidéo (Uruguay) e que serão chamadas Permanentes. Ficarão constituidas pelos tres Agentes Diplomaticos Americanos de mais antiguidade entre os acreditados nas ditas capitães e se organizarão quando chamadas pelas Chancellarias daquelles Estados, designando seus respectivos Presidentes. As suas funções se limitarão a receber das partes interessadas o pedido de convocação da Comissão Investigadora e a participal-o immediatamente á outra parte. O Governo, que pedir a dita convocação, nomeará no mesmo acto as pessoas que, por seu lado, completarão a Comissão Investigadora e o da parte contraria fará, egualmente, a designação dos membros que lhe co-

responderem, logo que receber a notificação. A parte que promover o procedimento que este Tratado estabelece poderá dirigir-se, ao fazel-o, á Commissão Permanente, que julgar mais efficaz, para uma rapida constituição da Commissão Investigadora. Recebido o pedido de convocação e feitas as notificações, ficará *ipso facto* suspensa a questão ou a controversia grave que as partes vinham sustentando sem chegar a accôrdo.

Artigo IV

A Commissão Investigadora compor-se-ha de cinco membros, todos nacionaes de Estados Americanos, e designados na fôrma seguinte: Cada Governo indicará no momento da convocação dois delles, dos quaes só um poderá ser da sua propria nacionalidade. O quinto será eleito de commum accôrdo pelos já designados e desempenhará as funções de Presidente; essa eleição, porém, não poderá recahir em cidadão algum das nacionalidades já representadas na Commissão. Qualquer dos dois Governos poderá, e por motivos que se reservará para si proprio, não dar a sua acceitação ao membro eleito, e, nesse caso, o substituto será designado dentro dos trinta dias seguintes á notificação desta recusa, de commum accôrdo entre as partes, e, não havendo esse accôrdo, a designação se fará pelo Presidente de uma Republica Americana não interessada no conflicto, e que será eleito por sorteio pelos commissionedos já nomeados de uma lista de nunca mais de seis Chefes de Estado Americano, formada da maneira seguinte: Cada Governo que fôr parte na questão, ou, se os Governos directamente interessados nella forem mais de dois, o Governo ou os Governos de um e outro lado da controversia designarão tres Presidentes de Nações Americanas, que mantenham as mesmas relações amistosas com todas as partes em conflicto. Quando houver mais de dois Governos directamente interessados em uma controversia, e os interesses de dois ou mais delles estejam identificados, o Governo ou os Governos, que estiverem de cada lado da questão, poderão augmentar o numero dos seus commissionedos, tanto quanto fôr indispensavel, afim de que ambas as partes na controversia tenham sempre representação igual na Commissão.

Constituida assim a Commissão na capital-séde da Commissão Permanente que fez a convocação, participará aos Governos respectivos a data da sua installação e poderá determinar logo o logar ou os logares nos quaes deverá funcio-

nar, tomando em consideração as maiores facilidades de investigação.

A Comissão Investigadora estabelecerá por si mesma as regras de seu procedimento. A este respeito recommenda-se a incorporação a essas normas processuaes das disposições consignadas nos arts. 9, 10, 11, 12 e 13 da Convenção subscripta em Washington em fevereiro de 1923, entre o Governo dos Estados Unidos da America do Norte e os Governos das Republicas de Guatemala, Salvador, Honduras, Nicaragua e Costa-Rica, os quaes vão transcriptos no Appendice a este Convenio.

As suas decisões e o relatorio final serão accordados pela maioria dos seus membros.

Cada parte responderá pelos seus proprios gastos e por uma parte igual nos gastos geraes da Commissão.

Artigo V

As partes na controversia fornecerão os antecedentes e as informações necessarias para a investigação. A Commissão deverá apresentar o seu relatorio antes de um anno, a contar da data da sua installação. Se não se tiver podido completar a investigação nem redigir o relatorio dentro do prazo fixado, poderá o prazo estabelecido ser ampliado por seis mezes mais, sempre que a este respeito estiverem de accôrdo as partes em controversia.

Artigo VI

As resoluções da Commissão serão consideradas como relatorios sobre as questões que constituirem objecto da investigação, mas não terão o valor ou a força de sentenças judiciais ou arbitraes.

Artigo VII

Transmittindo o relatorio da Commissão aos Governos em conflicto, disporão estes de um termo de seis mezes para procurar novamente a solução da difficuldade em face das conclusões do referido relatorio; e, se, durante esse novo prazo, não puderem ainda chegar a uma solução amistosa, as partes em controversia recuperarão toda a sua liberdade de acção para proceder como acreditarem conveniente para os seus interesses no assumpto que foi materia da investigação.

Artigo VIII

O presente Tratado não abroga convenios analogos existentes ou que possam vir a existir entre duas ou mais das Altas Partes Contractantes, nem deroga parcialmente nenhuma das suas clausulas, ainda que contenham circumstancias ou condições particulares que diffiram das aqui estipuladas.

Artigo IX

O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes Contractantes, segundo os respectivos preceitos constitucionaes, e os instrumentos de ratificação serão depositados no Ministerio das Relações Exteriores da Republica do Chile, que os comunicará pela via diplomatica aos demais Governos signatarios; e entrará em vigor entre as Partes Contractantes á medida que estas o forem ratificando.

Este Tratado vigorará indefinidamente: pode ser denunciado e os seus effeitos, no que se refere ao denunciante, cessarão um anno depois da notificação da denuncia, ficando o pacto subsistente para os demais signatarios.

A denuncia será dirigida ao Governo do Chile, o qual a transmittirá aos demais Governos signatarios para os devidos effeitos.

Artigo X

Poderão adherir ao presente Tratado os Estado Americanos que não tiverem tido representação nesta Quinta Conferencia, enviando o instrumento official, no qual se consigne esta adhesão, ao Ministerio das Relações Exteriores da Republica do Chile, o qual o notificará ás outras Partes Contractantes.

APPENDICE

Artigo I

Os Governos signatarios outorgam a todas as Comissões que se constituírem a faculdade de citar e juramentar as testemunhas e receber provas e testemunhos.

Artigo II

Durante a investigação serão ouvidas as Partes e poderão estas ser representadas por um ou mais agentes e advogados.

Artigo III

Todos os membros da Commissão prometterão, perante a mais alta autoridade judicial do lugar onde fôr installada, o fiel e leal desempenho do seu commettido.

Artigo IV

A investigação se realizará contradictoriamente.

Consequentemente, a Commissão notificará a cada Parte as allegações que a outra apresentar e fixará termos para receber provas.

Uma vez notificadas as Partes, a Commissão procederá á investigação, ainda que não compareçam.

Artigo V

Desde o momento em que ficar organizada a Commissão Investigadora, poderá esta fixar a situação na qual devem permanecer as Partes que mantem a controversia, a pedido de qualquer dellas, afim de não aggravar o mal e para que a situação se conserve no mesmo estado até que a Commissão apresente o seu relatorio.

EM FÉ do que, firmam e sellam com o sello da Quinta Conferencia Internacional Americana o presente Tratado em Santiago do Chile, aos tres dias do mez de Maio do anno de mil novecentos e vinte e tres, em hespanhol, inglez, portuguez e francez. Este Tratado será depositado no Ministerio das Relações Exteriores da Republica do Chile afim de que se tirem copias legalisadas para as remetter pela via diplomatica a cada um dos Estados signatarios.

(Assignados) — Por VENEZUELA: *C. Zumeta*, José Austria; por PANAMÁ: *J. E. Lefevre*; pelos ESTADOS UNIDOS DA AMERICA DO NORTE: *Henry P. Fletcher*, *Frank B. Kellogg*, *Atlee Pomerene*, *Williard Saulsbury*, *George E. Vincent*, *Frank C. Partridge*, *William Eric Fowler*, *L. S. Rowe*; pelo URUGUAY: *Eugenio Martínez Thedy*, com resalvas no que estabelece o Artigo 1º (primeiro) ao excluir da investigação as questões que affectam preceitos constitucionaes; pelo EQUADOR: *Josê Rafael Bustamante*; pelo CHILE: *Manoel Rivas Vicuña*, *Carlos Aldunate S.*, *L. Barros B.*, *Emilio Bello C.*, *Antonio Huneeus*, *Alcibiades Roldán*, *Guillermo Subercaseaux*,

Alejandro del Río; por GUATEMALA: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall*; por NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo*; pelos ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL: *Afranio de Mello Franco, S. Guryel do Amaral, Helio Lobo*; por COLOMBIA: *Guillermo Valencia*; por CUBA: *J. C. Vidal y Caro, Carlos García Vélaz, A. de Agüero, M. Márquez Sterling*; por PARAGUAY: *M. Gondra*; pela REPUBLICA DOMINICANA: *Tulio M. Cestero*; por HONDURAS: *Benjamin Villaseca M.*; pela REPUBLICA ARGENTINA: *Manuel E. Malbrán*; por HAITI: *Arthur Rameau*.

TRATADO

Para evitar e prevenir conflictos entre los Estados Americanos.

Los Gobiernos representados en la Quinta Conferencia Internacional de los Estados Americanos, deseando fortalecer cada vez más los principios de justicia y de respeto mutuo, en que inspiran la política que observan en sus relaciones reciprocas y avivar en sus pueblos sentimientos de concordia y de leal amistad, que contribuyan a consolidar dichas relaciones.

Confirman su más sincero anhelo de mantenerse en paz inmutable, no sólo entre sí, sino también con todas las otras naciones de la tierra;

Condenan la paz armada, que exagera las fuerzas militares y navales más allá de las necesidades de la seguridad interior y de la soberanía y independencia de los Estados; y,

Con el propósito decidido de promover todos los medios que eviten o prevengan los conflictos que, eventualmente, puedan ocurrir entre ellos, convienen en el presente Tratado, ajustado, y concluido por los señores Delegados Plenipotenciarios, cuyos Plenos Poderes fueron hallados en buena y debida forma por la Conferencia, a saber:.

Venezuela: *César Zumeta, José Austria*.

Panamá: *José Lefèvre*.

Estados Unidos da America: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe*.

Uruguay: *Eugenio Martínez Thedy*.

Ecuador: *José Rafael Bustamante*.

Chile: *Manoel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luiz Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcebiades Roldán, Guilherme Subercaseaux, Alejandro del Río.*

Guatemala: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall.*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo.*

Estados Unidos del Brasil: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, Helio Lobo.*

Colombia: *Guillermo Valencia.*

Cuba: *José C. Vidal y Caro, Carlos García Vélez, Aristides Agüero, Manoel Márques Sterling.*

Paraguay: *Manoel Gondra.*

Republica Dominicana: *Tulio M. Cestero.*

Honduras: *Benjamín Villaseca Mujica.*

Argentina: *Manuel E. Malbrán.*

Haiti: *Arturo Rameau.*

Artículo I

Toda cuestión que por cualquiera causa, se suscitare entre dos o más de las Altas Partes Contratantes, y que no hubiera podido ser resuelta por la vía diplomática, ni llevada a arbitraje en virtud de Tratados existentes, será sometida a la investigación o informe de una Comisión constituida del modo que establece el artículo IV. Las Altas Partes Contratantes se obligan, en caso de conflicto, a no iniciar movilizaciones, concentraciones de tropa sobre la frontera de la otra parte, ni ejecutar ningún acto hostil ni preparatorio de hostilidades, desde que se promueva la convocatoria de la Comisión Investigadora, hasta después de producido el informe de la misma, o de transcurrido el plazo a que se refiera el artículo VII.

Esta estipulación no abroga ni restringe los compromisos establecidos en los Convenios de Arbitraje, que existan entre dos o más de las Altas Partes Contratantes, ni las obligaciones que de ellos derivan.

Es enterdido que en los conflictos que surjan entre Naciones que no tienen Tratados generales de Arbitraje, no procederá la investigación en cuestiones que afecten prescripciones constitucionales, ni en cuestiones ya resueltas por Tratados de otra naturaleza.

Artículo II

Las cuestiones a que se refiere el artículo I serán deferidas a la Comisión de Investigación, cuando las negocia-

ciones ó procedimientos diplomáticos, para solucionarlas ó para someterlas a arbitraje, hayan fracasado, ó en los casos en que circunstancias de hecho hagan imposible negociación alguna y sea inminente un conflicto armado entre las partes. Cualquiera de los dos Gobiernos directamente interesados en la investigación de los hechos que originaren la cuestión, podrá promover la convocatoria de la Comisión Investigadora, para cuyo efecto bastará comunicar oficialmente esta decisión a la otra parte y a una de las Comisiones Permanentes creadas en el artículo III.

Artículo III

Se constituirán dos Comisiones con sede en Wáshington (Estados Unidos de America) y en Montevideo (Uruguay), y que serán llamadas Permanentes. Estarán formadas por los tres Agentes Diplomáticos Americanos de más antigüedad entre los acreditados en dichas capitales, y al llamado de las Cancillerías de aquellos Estados se organizarán, designando sus respectivos Presidentes. Sus funciones se limitarán a recibir de las partes interesadas el pedido de convocatoria de la Comisión Investigadora, y a notificarlo inmediatamente a la otra parte. El Gobierno que solicite el llamado designará en el mismo acto a las personas que, por su lado, integrarán la Comisión Investigadora, y el de la parte adversa hará, igualmente, la designación de los miembros que le corresponda, tan pronto como reciba la notificación.

La parte que promueva el procedimiento que este Tratado establece, podrá dirigirse, al hacerlo, a la Comisión Permanente que juzgue más eficaz para una rápida constitución de la Comisión Investigadora. Recibido el pedido de convocatoria y hechas las notificaciones, quedará *ipso facto* suspendida la cuestión ó la controversia grave que las partes venían sustentando sin llegar a averinamiento.

Artículo IV

La Comisión de Investigación se compondrá de cinco miembros, todos nacionales de Estados Americanos, y designados en la siguiente forma: Cada Gobierno señalará, en el momento de la convocatoria, a dos de ellos, de los cuales uno solo podrá ser de su propia nacionalidad. El quinto será elegido de común acuerdo por los ya designados, y desempeñará las funciones de Presidente; pero esta elección no podrá recaer en ciudadano alguno de las nacionalidades ya representadas en la Comisión. Cualquiera de los dos Gobiernos

podrá, y por motivos que se reserve, no dar su aceptación al miembro electo, y en tal caso, el reemplazante será designado dentro de los treinta días siguientes a la notificación de esta recusación, de común acuerdo entre las partes, y en defecto de este acuerdo, la designación se hará por el Presidente de una República Americana no interesada en el conflicto, y que será elegido por sorteo por los comisionados ya nombrados, de una lista de no más de seis Jefes de Estado Americanos, formada como sigue: Cada Gobierno, que sea parte en la cuestión, ó si los Gobiernos directamente interesados en ella son más de dos, el Gobierno ó los Gobiernos de uno y otro lado de la controversia, designarán tres Presidentes de Naciones Americanas, que mantengan las mismas amistosas relaciones con todas las partes en conflicto.

Cuando haya más de dos Gobiernos directamente interesados en una controversia, y los intereses de dos ó más de ellos estén identificados, el Gobierno ó Gobiernos que estén de cada lado de la cuestión podrán aumentar el número de sus comisionados, tanto cuanto sea indispensable, a fin de que ámbos lados en la controversia tengan siempre igual representación en la Comisión.

Constituida así la Comisión en la capital asiento de la Permanente que hizo la convocatoria, participará a los Gobiernos respectivos la fecha de su instalación, y podrá determinar luego el lugar ó los lugares en que deba funcionar, tomando en cuenta las mayores facilidades de investigación.

La Comisión Investigadora establecerá por sí misma las reglas de su procedimiento. En este respecto se recomienda la incorporación a dichas normas procesales de las disposiciones consignadas en los artículos 9, 10, 11, 12 y 13 de la Convención suscripta en Wáshington en febrero de 1923, entre el Gobierno de los Estados Unidos de America y los Gobiernos de las Repúblicas de Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicaragua y Costa Rica, y que se transcriben en el Apéndice que sigue a este Convenio.

Sus decisiones e informe final serán acordados por la mayoría de sus miembros.

Cada parte soportará sus propios gastos y una parte igual en los gastos generales de la Comisión.

Artículo V

Las partes en la controversia suministrarán los antecedentes e informaciones necesarias para la investigación. La

Comisión deberá presentar su informe antes de un año, a contar desde la fecha de su instalación. Si no hubiese podido completarse la investigación ni redactarse el informe dentro del término fijado, podrá ampliarse por seis meses más el plazo establecido, siempre que estuvieren de acuerdo a este respecto las partes en controversia.

Artículo VI

Las resoluciones de la Comisión se considerarán como informes sobre las cuestiones que fueren objeto de la investigación, pero no tendrán el valor o fuerza de sentencias judiciales o arbitrales.

Artículo VII

Transmitido el informe de la Comisión a los Gobiernos en conflicto, éstos dispondrán de un término de seis meses para procurar nuevamente el arreglo de la dificultad en vista de las conclusiones del mencionado informe; y si durante este nuevo plazo no pudieran todavía llegar a una solución amistosa, las partes en controversia recuperarán toda su libertad de acción para proceder como crean conveniente a sus intereses en el asunto que fué materia de la investigación.

Artículo VIII

El presente Tratado no abroga convenios análogos que existan o puedan existir entre dos o más de las Altas Partes Contratantes, ni deroga parcialmente ninguna de sus cláusulas, aunque contengan circunstancias o condiciones particulares que difieran de las aquí estipuladas.

Artículo IX

El presente Tratado será ratificado por las Altas Partes Contratantes, previos los respectivos procedimientos constitucionales, y los instrumentos de ratificación depositados en el Ministerio de Relaciones Exteriores de la República de Chile, que los comunicará por la vía diplomática a los demás Gobiernos signatarios; y entrará en vigor entre las Partes Contratantes a medida que vayan ratificándolo.

Este Tratado regirá indefinidamente; puede ser denunciado y sus efectos, en cuanto al denunciante, cesarán un año

después de la notificación de la denuncia, quedando el pacto subsistente para los demás signatarios.

La denuncia será dirigida al Gobierno de Chile, quien la transmitirá a los demás Gobiernos signatarios para los efectos consiguientes.

Artículo X

Podrán adherir al presente Tratado los Estados Americanos que no hayan tenido representación en esta Quinta Conferencia, enviando el instrumento oficial en que se consigne esta adhesión al Ministerio de Relaciones Exteriores de la República de Chile, quien lo notificará a las otras Partes Contratantes.

APENDICE

Artículo I

Los Gobiernos signatarios otorgan a todas las Comisiones, que lleguen a constituirse, la facultad de citar y juramentar testigos y de recibir pruebas y testimonios.

Artículo II

Durante la investigación serán oídas las Partes, y podrán ser representadas por uno o más agentes y abogados.

Artículo III

Todos los miembros de la Comisión jurarán ante la más alta autoridad judicial del lugar en donde aquélla se instale, el fiel y leal desempeño de su cometido.

Artículo IV

La investigación se llevará a cabo contradictoriamente. En consecuencia, la Comisión notificará a cada Parte las exposiciones que la otra presente y fijará términos para recibir pruebas.

Una vez notificadas las Partes, la Comisión procederá a la investigación, no obstante que ellas no comparezcan,

Artículo V

Desde el momento en que quede organizada la Comisión de Investigación, podrá esta fijar la situación en que deban permanecer las Partes que sostienen la controversia, a solicitud de cualquiera de ellas, a fin de no agravar el mal y de que las cosas se conserven en el mismo estado mientras la Comisión rinda su informe.

En testimonio de lo cual, firman (y sellan con el sello de la Quinta Conferencia Interracional Americana el presente Tratado en Santiago de Chile, a los tres días del mes de Mayo del año mil novecientos veintitres, en castellano, inglés, portugués y francés. Este Tratado será depositado en el Ministerio de Relaciones Exteriores de la República de Chile a fin de que se saquen copias certificadas para enviarlas, por la vía diplomática, a cada uno de los Estados Signatarios.

(Firmado) Por VENEZUELA: *C. Zumeta, José Austria*; por PANAMÁ: *J. E. Lefèvre*; por los ESTADOS UNIDOS DE AMERICA: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, L. S. Rowe*; por URUGUAY: *Eugenio Martínez Thedy*, con salvedades en cuanto a lo que establece el artículo 1° (primero) al excluir de la investigación las cuestiones que afecten prescripciones constitucionales; por el ECUADOR: *José Rafael Bustamante*; por CHILE: *Manoel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate S., L. Barros B., Emilio Bello C., Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río*; por GUATEMALA: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall*; por NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo*; por los ESTADOS UNIDOS DEL BRASIL: *Afranio de Mello Franco, S. Gurgel do Amaral, Helio Lobo*; por COLOMBIA: *Guillermo Valencia*; por CUBA: *J. C. Vidal y Caro, Carlos García Vélez, A. de Agüero, M. Márquez Sterling*; por PARAGUAY: *M. Gondra*; por la REPÚBLICA DOMINICANA: *Tulio M. Cestero*; por HONDURAS: *Benjamin Villaseca M.*; por la REPÚBLICA ARGENTINA: *Manoel E. Malbrán*; por HAITI: *Arthur Rameau*.

TREATY

to avoid or prevent conflicts between the American States

The Governments represented at the Fifth International Conference of American States, desiring to strengthen progressively the principles of justice and of mutual respect which inspire the policy observed by them in their reciprocal relations, and to quicken in their peoples sentiments of concord and of loyal friendship which may contribute toward the consolidation of such relations,

Confirm their most sincere desire to maintain an immutable peace, not only between themselves but also with all the other nations of the earth;

Condemn armed peace which increases military and naval forces beyond the necessities of domestic security and the sovereignty and independence of States, and,

With the firm purpose of taking all measures which will avoid or prevent the conflicts which may eventually occur between them, AGREE to the present TREATY, negotiated and concluded by the Plenipotentiary Delegates whose full powers were found to be in good and due form by the Conference.

Venezuela: *César Zumeta, José Austria.*

Panamá: *José Lefevre.*

United States of America: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Williard Saulsbury; George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe.*

Uruguay: *Eugenio Martínez Thedy.*

Ecuador: *José Rafael Bustamante.*

Chile: *Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseux, Alejandro del Río.*

Guatemala: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall.*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo.*

United States of Brazil: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, Helio Lobo.*

Columbia: *Guillermo Valencia.*

Cuba: *José C. Vidal y Caro, Carlos García Vélaz, Aristides Agüero, Manoel Márquez Sterling.*

Paraguay: *Manuel Gondra.*

Dominican Republic: *Tulio M. Cestero.*
Honduras: *Benjamin Villaseca Mujica.*
Argentina: *Manuel E. Malbrán.*
Haiti: *Arturo Rameau.*

Article I

All controversies which for any cause whatsoever may arise between two or more of the High Contracting Parties and which it has been impossible to settle through diplomatic channels, or to submit to arbitration in accordance with existing treaties, shall be submitted for investigation and report to a Commission to be established in the manner provided for in Articles IV. The High Contracting Parties undertake, in case of disputes, not to begin mobilization or concentration of troops on the frontier of the other Party, nor to engage in any hostile acts or preparations for hostilities, from the time steps are taken to convene the Commission until the said Commission has rendered its report or until the expiration of the time provided for Article VII.

This provision shall not abrogate nor limit the obligations contained in treaties of arbitration in force between two or more of the High Contracting Parties, nor the obligations arising out of them.

It is understood that in disputes arising between Nations which have no general treaties of arbitration, investigation shall not take place in questions affecting constitutional provisions, nor in questions already settled by other treaties.

Article II

The controversies referred to in Article I shall be submitted to the Commission of Inquiry whenever it has impossible to settle them through diplomatic negotiations or procedure or by submission to arbitration, or in cases in which the circumstances of fact render all negotiation impossible and there is imminent danger of an armed conflict between the Parties. Any one of the Governments directly interested in the investigation of the fact is giving rise to the controversy may apply for the convocation of the Commission of Inquiry and to this end it shall be necessary only

to communicate officially this decision to the other Party and to one of the Permanent Commission established by Article III.

Article III

Two Commissions to be designated as permanent shall be established with their seats at Washington (United States of America) and at Montevideo (Uruguay). They shall be composed of the three American diplomatic agents longest accredited in said capitals, and at the call of the Foreign Offices of those States they shall organize, appointing their respective chairmen. Their functions shall be limited to receiving from the interested Parties the request for a convocation of the Commission of Inquiry, and to notifying the other Party thereof immediately. The Government requesting the convocation shall appoint at the same time the persons who shall compose the Commission of Inquiry in representation of that Government, and the other Party shall, likewise, as soon as it receives notification, designate its members.

The Party initiating the procedure established by this Treaty may address itself, in doing so, to the Permanent Commission which it considers most efficacious for a rapid organization of the Commission of Inquiry. Once the request for convocation has been received and the Permanent Commission has made the respective notifications the question or controversy existing between the Parties and as to which no agreement has been reached, will *ipso facto* be suspended.

Article IV

The Commission of Inquiry shall be composed of five members, all nationals of American States, appointed in the following manner: each Government shall appoint two at the time of convocation, only one of whom may be a national of its country. The fifth shall be chosen by common accord by those already appointed and shall perform the duties of President. However, a citizen of a nation already represented on the Commission may not be elected. Any of the Governments may refuse to accept the elected member, for reasons which it may reserve to itself, and in such event a substitute shall be appointed, with the mutual consent of the Parties, within thirty days following the notification of

this refusal. In the failure of such agreement, the designation shall be made by the President of an American Republic not interested in the dispute, who shall be selected by lot by the Commissioners already appointed, from a list of not more than six American Presidents to be formed as follows: each Government party to the controversy, or if there are more than two Governments directly interested in the dispute, the Government or Governments on each side of the controversy, shall designate three Presidents of American States which maintain the same friendly relations with all the Parties to the dispute.

Whenever there are more than two Governments directly interested in a controversy, and the interest of two or more of them are identical, the Government or Governments on each side of the controversy shall have the right to increase the number of their Commissioners, as far as it may be necessary, so that both sides in the dispute may always have equal representation on the Commission.

Once the Commission has been thus organized in the capital city, seat of the Permanent Commission which issued the order of convocation, it shall notify the respective Governments of the date of its inauguration, and it may then determine upon the place or places in which it will function, taking into account the greater facilities for investigation.

The Commission of Inquiry shall itself establish its rules of procedure. In this regard there are recommended for incorporation into said rules of procedure the provisions contained in Articles 9, 10, 11, 12 and 13 of the Convention signed in Washington, February, 1923, between the Government of the United States of America and the Governments of the Republics of Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicaragua, and Costa Rica, which appear in the appendix to this Treaty.

Its decisions and final report shall be agreed to by the majority of its members.

Each Party shall bear its own expenses and a proportionate share of the general expenses of the Commission.

Article V

The Parties to the controversy shall furnish the antecedents and data necessary for the investigation. The Commission shall render its report within one year from the date of its inauguration. If it has been impossible to finish the investigation or draft the report within the period agreed

upon, it may be extended six months beyond the period established, provided the Parties to the controversy are in agreement upon this point.

Article VI

The findings of the Commission will be considered as report upon the disputes, which were the subjects of the investigation, but will not have the value or force of judicial decisions or arbitral awards.

Article VII

Once the report is in possession of the Governments parties to the dispute, six months' time will be available for renewed negotiations in order to bring about a settlement of the difficulty in view of the findings of said report; and if during this new term they should be unable to reach a friendly arrangement, the Parties in dispute shall recover entire liberty of action to proceed as their interests may dictate in the question dealt with in the investigation.

Article VIII

The present Treaty does not abrogate analogous conventions which may exist or may in the future exist between two or more of the High Contracting Parties; neither does it partially abrogate any of their provisions, although they may provide special circumstances or conditions differing from those herein stipulated.

Article IX

The present Treaty shall be ratified by the High Contracting Parties, in conformity with their respective constitutional procedures, and the ratifications shall be deposited in the Ministry for Foreign Affairs of the Republic of Chile, which will communicate them through diplomatic channels to the other Signatory Governments, and it shall enter into effect for the Contracting Parties in the order of ratification.

The Treaty shall remain in force indefinitely; any of the High Contracting Parties may denounce it and the denunciation shall take effect as regards the Party denouncing one year after notification thereof has been given.

Notice of the denunciation shall be sent to the Government of Chile, which will transmit it for appropriate action to the other Signatory Governments.

Article X

The American States which have not been represented in the Fifth Conference may adhere to the presente Treaty, transmitting the official documents setting forth such adherence to the Ministry for Foreign Affairs of Chile, which will communicate it to the other Contracting Parties.

In Witness Whereof, the Plenipotentiaries and Delegates sign this Convention in Spanish, English, Portuguese and French, and affix the seal of the Fifth International Conference of American States in the city of Santiago, Chile, on the 3rd day of May in the year one thousand nine hundred and twenty three.

This Convention shall be filed in the Ministry for Foreign Affairs of the Republic of Chile in order that certified copies thereof may be forwarded through diplomatic channels to each of the Signatory States.

(Signed) FOR VENEZUELA: *C. Zumeta, José Austria*; for PANAMÁ: *J. E. Lefevre*; for the UNITED STATES OF AMERICA: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Williard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, L. S. Rowe*; for URUGUAY: *Eugenio Martínez Thedy*, with reservations relative to the provisions of Article I (first), in so far as they exclud from the investigation questions that affect constitutional provisions; for ECUADOR: *José Rafael Bustamante*; for CHILE: *Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate S., L. Barros B., Emilio Bello C., Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río*; for GUATEMALA: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall*; for NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasòs, Arturo Elizondo*; for the UNITED STATES OF BRAZIL: *Afranio de Mello Franco, S. Gurgel do Amaral, Helio Lobo*; for COLOMBIA: *Guillermo Valencia*; for CUBA: *J. C. Vidal y Caro, Carlos Garcia Vélez, A. de Agüero, M. Marquez Sterling*; for PARAGUAY: *M. Gondra*; for the DOMINICAN REPUBLIC: *Tulio M. Cestero*; for HONDURAS: *Benjamin Villaseca M.*; for the ARGENTINE REPUBLIC: *Manoel E. Malbrán*; for HAYTI: *Arthur Rameau*.

APPENDIX

Article I

The Signatory Governments grant to all the Commissions which may be constituted the power to summon witnesses, to administer oaths and to receive evidence and testimony.

Article II

During the investigation the Parties shall be heard and may have the right to be represented by one or more agents and counsel.

Article III

All members of the Commission shall take oath duly and faithfully to discharge their duties before the highest judicial authority of the place where it may meet.

Article IV

The Inquiry shall be conducted so that both Parties shall be heard. Consequently, the Commission shall notify each Party of the statements of facts submitted by the other, and shall fix periods of time in which to receive evidence.

Once the Parties are notified, the Commission shall proceed to the investigation, even though they fail to appear.

Article V

As soon as the Commission of Inquiry is organized, it shall at the request of any of the Parties to the dispute, have the right to fix the status in which the Parties must remain, in order that the situation may not be aggravated and matters may remain in *statu quo* pending the rendering of the report by Commission.

TRAITÉ

pour le règlement pacifique des conflits entre les États Américains

Les Gouvernements représentés à la Cinquième Conférence Internationale Américaine:

Désirant fortifier de plus en plus les principes de justice et de respect mutuels dont s'inspire la politique qu'ils observent dans leurs relations réciproques;

Développer parmi leurs peuples les sentiments de concorde et d'amitié loyale qui servent à consolider les dites relations;

Confirment leur plus sincère désir de maintenir une paix immuable, non seulement entre eux, mais encore avec toutes les nations de la terre;

Condamnent la paix armée qui exagère les forces militaires et navales au-delà des nécessités de leurs sécurité intérieure et de la souveraineté et de l'indépendance des États;

Forment le ferme propos de consacrer, par tous les moyens, le règlement pacifique des conflits qui pourraient, éventuellement, s'élever;

Conviennent de conclure le présent Traité et à cet effet ont nommé pour leurs Plénipotentiaires, savoir:

Vénézuéla: *César Zumeta, José Austria.*

Panamá: *José E. Lefèvre.*

Etats-Unis d'Amérique: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Williard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe.*

Uruguay: *Eugenio Martínez Thedy.*

Équateur: *José Rafael Bustamante.*

Chili: *Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibíades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río.*

Guatémala: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Halle.*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo.*

Etats-Unis du Brésil: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, Helio Lobo.*

Colombie: *Guillermo Valencia.*

Cuba: *José C. Vidal y Caro, Carlos García Vélez, Aristides Agüero, Manuel Márquez Sterling.*

Paraguay: *Manuel Gondra.*

République Dominicaine: *Tulio M., Cestero.*

Honduras: *Benjamin Villaseca Mujica.*

Argentine: *Manuel E. Malbrán.*

Haiti: *Arthur Rameau.*

Lesquels, après avoir communiqué leurs pleins pouvoirs à la Conférence, qui les a trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

Article I

Tout différend qui, pour quelque cause que ce soit, naîtra entre deux ou plusieurs des Hautes Parties Contractantes, et qui n'aura pas pu être résolu par la voie diplomatique, ni soumis à l'arbitrage, en vertu de Traités existants, sera remis pour investigation et étude à une Commission constituée comme il est établi à l'Article IV. Les Hautes Parties Contractantes s'engagent, en cas de conflit, à ne pas commencer les

mobilisations et concentrations de troupes sur les frontières, et à n'exécuter aucun acte hostile, ni faire aucun préparatif d'hostilité, à partir du moment où sera faite la convocation de la Commission d'enquête jusqu'après l'établissement de son rapport, ou passé le délai fixé à l'Article 7.

Cette clause n'abroge ni ne restreint les engagements pris dans les Conventions d'arbitrage qui existent entre deux ou plusieurs des Hautes Parties Contractantes, ni les obligations qui en dérivent.

Il est entendu que pour les conflits qui naîtraient entre les Nations qui n'ont pas de Traités généraux d'arbitrage, l'enquête n'aura pas lieu pour les questions qui touchent aux prescriptions constitutionnelles, ni pour les questions déjà tranchées par des traités d'une autre espèce.

Article II

Les questions auxquelles se rapporte l'Article I seront déferées à la Commission d'enquête, quand les négociations ou procédés diplomatiques utilisés pour les solutionner ou les soumettre à l'arbitrage auront échoué, ou dans les cas où des circonstances de fait auront rendu impossible toute négociation et qu'un conflit sera imminent. L'un des deux Gouvernements directement intéressés à la recherche des faits qui auront provoqué la question, pourra susciter la convocation de la Commission d'enquête et, à cet effet, il suffira de communiquer officiellement cette décision à l'autre partie et à l'une des Commissions Permanentes prévues à l'article III.

Article III

Deux Commissions Permanentes, siégeant respectivement à Washington (Etats-Unis d'Amérique) et à Montevideo (Uruguay) seront constituées. Elles seront formées par les trois agents diplomatiques américains les plus anciens parmi ceux accrédités dans les dites Capitales, et, à l'appel des Chancelleries de ces Etats s'organiseront et désigneront leur Président respectif. Leurs fonctions se limiteront à recevoir des parties intéressées la demande de convocation de la Commission d'enquête et à la notifier immédiatement à l'autre partie. Le Gouvernement qui sollicitera la convocation, désignera, en même temps, les personnes qui en ce qui le concerne feront partie de la Commission d'enquête, et celui de la partie adverse fera également la désignation des membres qu'il doit choisir aussitôt qu'il aura reçu la notification.

La partie qui mettra en mouvement la procédure établie par ce Traité pourra s'adresser, pour cela, à la Commission Permanente qu'il jugera la plus capable de constituer rapidement la Commission d'enquête. Dès la réception de la demande de convocation et une fois les notifications faites, le différend ou les controverses graves que les parties soutenaient sans pouvoir se mettre d'accord, resteront en suspens *ipso facto*.

Article IV

La Commission d'enquête se composera de cinq membres, tous citoyens d'États Américains, et qui seront indiqués de la manière suivante : chaque Gouvernement désignera deux membres, au moment de la convocation, dont un seul pourra être un de ses nationaux. Le cinquième sera élu d'un commun accord, par ceux déjà désignés et remplira les fonctions de Président, mais ce choix ne pourra retomber sur l'un des citoyens des nationalités déjà représentées dans la Commission. L'un des deux Gouvernements pourra, pour des motifs réservés, ne pas accepter le membre élu, et dans ce cas le remplaçant de celui-ci sera désigné dans les trente jours qui suivront la notification de ce refus, de commun accord entre les Parties. A défaut d'accord, la désignation sera faite par le Président d'une des Républiques Américaines non intéressées dans le conflit, qui sera élu par tirage au sort par les commissaires déjà nommés d'après une liste non supérieure à six Chefs d'États Américaines, formée comme suit : chaque Gouvernement qui serait partie dans la question controversée, désignera trois Présidents de Nations Américaines qui maintiendraient les mêmes relations amicales avec les parties en conflit.

S'il y a plus de deux Gouvernements intéressés directement dans une controverse, et que les intérêts de deux ou de plusieurs dentre eux se rattachent, le ou les Gouvernements qui ont pris parti dans la question pourront augmenter le nombre de leurs commissaires autant que cela sera indispensable, afin que chaque partie intéressée ait toujours une égale représentation dans la Commission.

La Commission ainsi constituée, au siège de la Permanente qui a fait la convocation, communiquera la date de son installation aux Gouvernements respectifs et pourra fixer ensuite le lieu ou les lieux où elle devra fonctionner, en tenant compte des plus grandes facilités d'investigation qu'elle y pourra trouver.

La commission d'enquête règlera, elle-même, la procédure dont elle usera. C'est à cette fin, qu'il est recommandé d'y inclure les dispositions consignées aux articles 9, 10, 11, 12 et 13 de la Convention souscrite à Washington, en Février 1923, entre le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique et ceux des Républiques de Guatémala, Salvador, Honduras, Nicaragua et Costa-Rica, qui sont transcrites dans l'Appendice qui fait suite à cette Convention.

Ses décisions et le rapport final seront adoptés par la majorité de ses membres.

Chaque partie supportera ses propres dépenses et une part égale des frais généraux de la Commission.

Article V

Les parties en litige fourniront les antécédents et les renseignements nécessaires à l'enquête. La Commission devra présenter son rapport dans le délai d'un an, à compter de la date de son installation. Si l'enquête ou la rédaction du rapport n'était pas terminée dans le délai fixé, ce dernier pourrait être prolongé de six mois, après accord entre les parties.

Article VI

Les décisions de la Commission seront considérées comme rapports sur les questions qui font l'objet de l'enquête, mais elles n'auront ni la valeur ni la force de sentences judiciaires ou arbitrales.

Article VII

Après la transmission du rapport de la Commission aux Gouvernements en conflit, ceux-ci disposeront d'un délai de six mois pour rechercher à nouveau la solution de la difficulté d'après les conclusions du dit rapport: et si, pendant ce nouveau délai, ils ne pouvaient arriver à un arrangement amical, ils recouvreraient toute leur liberté d'action pour procéder comme ils le jugeraient convenable à leurs intérêts dans la question qui aurait motivé l'enquête.

Article VIII

Le présent Traité n'abroge pas les Conventions analogues qui existent ou qui pourraient exister entre deux ou plusieurs des Hautes Parties Contractantes ni ne déroge partiellement à

aucune de leurs clauses, même si elles contiennent des circonstances ou de conditions particulières qui différeraient de celles stipulées ici.

Article IX

Le présent Traité sera ratifié par les Hautes Parties Contractantes suivant la procédure constitutionnelle respective, et les instruments de ratification seront déposés au Ministère des Affaires Etrangères de la République du Chili, qui les communiquera par la voie diplomatique aux autres Gouvernements signataires. Il entrera en vigueur, pour les Parties Contractantes, à mesure qu'elles le ratifieront.

Ce Traité restera en vigueur indéfiniment. S'il arrivait qu'une des Hautes Parties Contractantes voulût le dénoncer, la dénonciation ne produira ses effets qu' à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement du Chili; mais le Pacte subsistera pour les autres Gouvernements signataires.

La dénonciation sera adressée au Gouvernement du Chili, que la transmettra aux autres Gouvernements signataires pour les effets qui doivent en résulter d'après les prescriptions du présent Traité.

Article X

Les États Américains qui n'auront pas été représentés à la Cinquième Conférence, pourront adhérer au présent Traité, en envoyant l'instrument officiel établissant leur adhésion, au Ministère des Affaires Etrangères de la République du Chili, qui en informera les autres Parties Contractantes.

EN FOI DE QUOI, les Plénipotentiaires ont signé le présent Traité qui a été revêtu du sceau de la Cinquième Conférence Internationale Américaine.

Fait à Santiago-du-Chili, le trois Mai mil neuf cent vingt trois, en espagnol, en anglais, en portugais et en français. Ce Traité sera déposé au Ministère des Affaires Etrangères de la République du Chili, afin qu'il en soit fait des copies authentiques, qui seront envoyées, par la voie diplomatique, à chacun des États signataires.

(Signé). Pour le VENEZUELA: *C. Zumeta, José Austria*; pour PANAMÁ: *J. E. Lefèvre*; pour les ETATS-UNIS D'AMÉRIQUE: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellog, Atlee Pomerene*,

Williard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, L. S. Rowe; pour L'URUGUAY: *Eugenio Martínez Thédy*, avec réserve, en ce qui concerne l'article premier (Art. 1) qui exclue de l'enquête les questions se rapportant aux prescriptions constitutionnelles; pour L'EQUATEUR: *José Rafael Bustamante*; pour le CHILI: *Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate S., L. Barros B., Emilio Bello C., Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Rio*; pour le GUATÉMALA: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall*; pour le NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo*; pour les ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL: *Afranio de Mello Franco, S. Gurgel do Amaral, Helio Lobo*; pour la COLOMBIE: *Guillermo Valencia*; pour CUBA: *J. C., Vidal y Caro, Carlos García Vélez, A. de Agüero, M. Márquez Sterling*; pour le PARAGUAY: *M. Gondra*; pour la RÉPUBLIQUE DOMINICAINE: *Tulio M. Ces-tero*; pour le HONDURAS: *Benjamin Villaseca M.*; pour la RÉPUBLIQUE ARGENTINE: *Manuel E. Malbrán*; pour HAÏTI: *Arthur Rameau.*

APPENDICE

Article I

Les Gouvernements signataires délèguent à toutes les Commissions qui seront constituées, la faculté de convoquer et de faire prêter serment aux témoins, de recevoir des preuves et des témoignages.

Article II

Pendant l'investigation les Parties seront entendues et pourront être représentées par un ou plusieurs agents et avocats.

Article III

Tous les membres de la Commission prêteront serment, devant le plus haute autorité judiciaire de l'endroit où elle sera installée, de remplir fidèlement et loyalement leur mission.

Article IV

L'investigation sera faite contradictoirement. En conséquence, la Commission informera chaque Partie des exposés que l'autre lui présentera et fixera les délais pour recevoir les preuves.

Une fois les Parties averties, la Commission procédera à l'Enquête, même en leur absence.

Article V

A partir du moment où la Commission d'Enquête sera organisée, elle pourra fixer la situation dans laquelle les Parties doivent se maintenir, sur la demande de l'une d'Elles afin de ne pas aggraver le mal et pour que les choses restent dans le même état, tant que la Commission ne se sera pas prononcée.

CONVENÇÃO

Para a protecção das marcas de fabrica, commercio ou agricultura e dos nomes commerciaes

SS. EE. os Senhores Presidentes de Venezuela, do Panamá, dos Estados Unidos da America, do Uruguay, do Equador, do Chile, da Guatemala, da Nicaragua, de Costa Rica, do Brasil, do Salvador, da Colombia, de Cuba, do Paraguay, da Republica Dominicana, de Honduras, da Republica Argentina e do Haiti:

Desejando que os seus respectivos paizes estivessem representados na Quinta Conferencia Internacional Americana, mandaram a ella, devidamente autorizados, para approvar as Resoluções, Recommendações, Convenções e Tratados que julgassem uteis aos interesses da America, os seguintes Senhores Delegados:

Venezuela: *Pedro César Dominici, César Zumeta, José Austria;*

Panamá: *Narciso Garay, José Lefevre;*

Estados Unidos da America: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomcrene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe;*

Uruguay: *J. Antonio Buero, Justino Jiménez de Aréchaga, Eugenio Martinez Thedy;*

Equador: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza;*

Chile: *Agustin Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Rio;*

Guatemala: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall;*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo;*

Costa Rica: *Alejandro Alvarado Quirós;*

Estados Unidos do Brasil: *Afranio de Mello Franco, Sylvio Gurgel do Amaral, James Darcy, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Móreira, Helio Lobo;*

Salvador: *Cecilio Bustamante;*

Colômbia: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri;*

Cuba: *José C. Vidal y Caro, Carlos Garcia Vélez, Aristides Agüero, Manuel Márquez Sterling;*

Paraguay: *Manuel Gondra, Higinio Arbo;*

Republica Dominicana: *Tulio M. Cestero;*

Honduras: *Benjamin Vilaseca Mujica;*

Argentina: *Manuel Augusto Montes de Oca, Fernando Saquier, Manuel Malbrán;*

Haiti: *Arthur Rameau.*

Os quaes, depois de terem apresentado as suas credenciaes, que foram consideradas em boa e devida fórma, deliberaram celebrar a seguinte Convenção para a protecção das marcas de fabrica, commercio ou agricultura e dos nomes commerciaes, que reforma a de 1910:

Artigo I

Paragrapho 1º. As Altas Partes Contractantes convêm em que toda marca de fabrica, commercio ou agricultura, registrada ou depositada em um dos Estados signatarios da Convenção, por toda pessoa que se acha domiciliada em qualquer delles, directamente ou por meio de representante legal, poderá obter em os demais Estados a mesma protecção que estes concedem ás marcas registradas ou depositadas em seu próprio territorio, sem prejuizo de direitos de terceiros e desde que sejam attendidas as condições e formalidades exigidas pela legislação interna de cada Estado e cumpridas as seguintes estipulações:

a) O interessado no registro ou deposito da marca deverá apresentar á respectiva Secretaria Interamericana, por intermedio da Repartição correspondente do Estado de primeiro registro ou deposito, um pedido de reconhecimento dos direitos que allegar, de accôrdo com os requisitos exigidos no Appendice desta Convenção, o qual é declarado parte integrante da mesma;

b) O interessado pagará, além dos direitos ou emolumentos fixados pela legislação interna de cada Estado onde pretenda o reconhecimento dos seus direitos e além de outras despesas a que tal reconhecimento dê lugar, uma somma equivalente a cincoenta dollars ouro americano (\$50.00), por uma só vez em cada periodo e por uma só marca, somma essa destinada a cobrir as despesas da respectiva Secretaria Interamericana.

Paragrapho 2º. A protecção durará periodo igual ao concedido pelas leis do respectivo Estado.

Paragrapho 3º. No fim de cada periodo poderá ser renovada em cada Estado a protecção concedida por esta Convenção, desde que sejam observados os requisitos constantes da alinea b) d'este artigo. O interessado poderá também apresentar directamente á respectiva Secretaria Interamericana o pedido de renovação.

Paragrapho 4º. Os nomes commerciaes, quer formem ou não parte de uma marca, serão protegidos em todos os Estados signatarios, sem obrigação de deposito ou registro, de accordo com a lei interna de cada Estado.

Artigo II

A data da apresentação do primeiro pedido, no paiz em que o mesmo fôr feito, de registro ou deposito por intermedio da respectiva Secretaria Interamericana, determinará, em falta de outros meios de prova da propriedade da marca, a prioridade para o registro ou deposito em qualquer um dos Estados Contractantes.

Artigo III

Paragrapho 1º. Os Estados Contractantes, logo após o recebimento de um pedido de reconhecimento transmittido pela respectiva Secretaria Interamericana, resolverão se a protecção póde ser concedida de accôrdo com as suas leis respectivas e notificarão, com a maior brevidade possivel, da sua decisão á Secretaria Interamericana.

Paragrapho 2º. Caso haja objecção do registro ou deposito de uma marca de accôrdo com esta Convenção, o prazo para replicar no Estado em que houver sido feita começará a correr noventa dias depois de remettido o aviso de tal objecção á respectiva Secretaria Interamericana. Esta não intervirá de outro qualquer modo no processo a que dê lugar a opposição.

Artigo IV

A transferencia de marca registrada ou depositada em qualquer dos Estados Contractantes será igualmente valida em qualquer dos outros Estados, com a mesma força e effeitos como se houvesse sido effectuada de accôrdo com as suas respectivas leis, sempre que se trate de uma marca que tenha sido registrada ou depositada no Estado em que se peça o reconhecimento da transferencia de accôrdo com esta Convenção e comtanto que não sejam contrariados os principios do Artigo V desta Convenção. A transferencia será notificada por intermedio da Administração do Estado do primeiro registro ou depósito e da respectiva Secretaria Interamericana, pagos antecipadamente os direitos cobrados em cada Estado pela dita transferencia.

Artigo V

Paragrapho 1°. Em qualquer questão de indole civil, criminal ou administrativa levantada em um Estado a respeito de uma marca, tal como opposição, falsificação, imitação ou apropriação indebita, ou ainda a falsa indicação, da procedencia de um producto, só serão competentes as autoridades do mesmo Estado e observadas as suas proprias leis.

Paragrapho 2°. Quando a uma marca fôr negada a protecção por esta Convenção num Estado signatario por motivo de um previo registro ou de um pedido em instancia, o proprietario terá o direito de requerer o cancellamento da marca registrada anteriormente, desde que prove, de accôrdo com o procedimento legal do Estado em que seja solicitado o cancellamento, existir tal recusa, e mais ainda:

a) Que gozava da protecção legal para a sua marca em um dos Estados signatarios antes da data do pedido do registro que quer annular; ou

b) Que a pessoa que obteve o registro não tinha direito á propriedade, uso ou emprego da marca registrada na data do seu deposito; ou

c) Que a marca protegida pelo registro, cujo cancellamento elle solicita, foi abandonada.

Paragrapho 3°. Transitorio. Aquelles que houverem solicitado as vantagens desta Convenção para as suas marcas e que não tiverem conseguido a protecção em certos Estados poderão prevalecer-se do direito estabelecido neste artigo

dentro do prazo de dous annos, a partir da data em que esta Convenção reformada entrar em vigor. Aquelles que desejarem obter posteriormente as vantagens desta Convenção terão o prazo de um anno, contado em cada caso a partir do dia seguinte ao do recebimento pela respectiva Secretaria Interamericana do aviso de recusa da protecção.

Paragrapho 4°. Esse recurso não será applicavel ás marcas de commercio cujo registro ou deposito já seja inatacavel em virtude da lei nacional, porém será applicavel ás renovações.

Paragrapho 5°. A prova de que uma marca de fabrica encobre ou simula a verdadeira qualidade, natureza ou procedencia da mercadoria será causa de annullação do registro ou deposito effectuado por intermedio da respectiva Secretaria Interamericana.

Artigo VI

Para os fins indicados na presente Convenção fica constituida uma União das Nações Americanas, que actuará por meio de duas Secretarias Interamericanas, estabelecidas, uma na cidade de Havana e outra na do Rio de Janeiro.

Artigo VII

As Altas Partes Contractantes convêm em conceder livre franquia á correspondencia official das Secretarias.

Artigo VIII

As Secretarias Interamericanas para o registro das marcas terão as seguintes funções:

Paragrapho 1°. Manter um assentamento detalhado dos pedidos de reconhecimento de marcas recebidos por intermedio das repartições nacionaes e que lhes forem enviados para os effeitos desta Convenção, assim como das transferencias ou demais informações relativas ás ditas marcas.

Paragrapho 2°. Communicar a cada um dos Estados Contractantes os pedidos de reconhecimento recebidos, para os devidos effeitos.

Paragrapho 3°. Repartir as quotas que receberem, de accôrdo com as prescripções da alinea b) do Artigo I.

As Secretarias Interamericanas entregarão aos respectivos Góvernos ou aos seus Agentes devidamente autorizados na

Havana e no Rio de Janeiro, se aquelles assim o resolverem, os emolumentos fixados, na occasião de pedir o reconhecimento dos direitos allegados pelo peticionario de accôrdo com esta Convenção. O custo da remessa dos ditos emolumentos correrá por conta do Estado ao qual forem remettidos. As Secretarias Interamericanas enviarão aos interessados as quantias que lhes forem devôlvidas.

Paragrapho 4°. Communicar ao Estado do primeiro registro ou deposito, para o conhecimento do proprietario da marca, os avisos recebidos dos outros Estados, relativamente á concessão, opposição ou recusa de protecção, ou qualquer outra circumstancia relativa á marca.

Paragrapho 5°. Publicar periodicamente boletins onde sejam noticiados os pedidos de protecção feitos de accôrdo com esta Convenção, recebidos e remettidos aos varios Estados segundo as estipulações desta Convenção, assim como documentos, informes, estudos e artigos sobre a protecção da propriedade industrial.

As Altas Partes Contractantes convêm em fornecer ás Secretarias Interamericanas todos os jornaes, revistas e outras publicações officiaes que contenham noticias de registro de marcas de fabrica e nomes commerciaes, assim como dos processos judiciarios e resoluções relativas a essa materia..

Paragrapho 6°. Effectuar toda investigação que o Governo de qualquer dos Estados signatarios lhes peça sobre as questões relacionadas com as marcas de fabrica e estimular o estudo de problemas, difficuldades e obstaculos que embaçarem o funccionamento da Convenção.

Paragrapho 7°. Cooperar com os Governos dos Estados Contractantes na elaboração do material para as conferencias internacionaes sobre este assumpto; apresentar aos ditos Estados as indicações que julguem uteis, assim como as opiniões que lhes sejam solicitadas sobre as modificações que devam ser introduzidas na presente Convenção ou nas leis relativas á propriedade industrial; e, de um modo geral, facilitar a consecução dos objectivos desta Convenção.

Paragrapho 8°. Informar, pelo menos uma vez por anno, aos Governos contractantes sobre os trabalhos realizados pelas Secretarias.

Paragrapho 9°. Manter relações com Repartições analogas, com Sociedades e organizações scientificas e industriaes afim de trocar publicações, informes e dados que contribuam para o progresso do direito da propriedade industrial.

Paragrapho 10.. Estabelecer, de accôrdo com as estipulações desta Convenção, os regulamentos que os Directores julguem necesarios para o trabalho interno das Secretarias.

Artigo IX

A Secretaria estabelecida na cidade de Havana se entenderá com os Estados Contractantes sobre o registro ou deposito das marcas de commercio, de fabrica e de agricultura procedentes dos Estados Unidos da America, de Cuba, do Haiti, da Republica Dominicana, da Guatemala, do Salvador, de Honduras, de Nicaragua, de Costa Rica, do Panamá, da Colombia e do Equador.

A Secretaria estabelecida na cidade do Rio de Janeiro tratará do registro das marcas procedentes do Brasil, do Uruguay, da Republica Argentina, do Paraguay, do Chile e da Venezuela.

Paragrapho Transitorio. A Secretaria Interamericana do Rio de Janeiro será installada logo que a presente Convenção haja sido ratificada por um terço dos Estados signatarios.

Artigo X

As duas Secretarias Interamericanas serão consideradas como uma só e, afim de uniformizar o seu modo de proceder, fica resolvido:

a) Que ambas adoptem um mesmo systema de livros de contabilidade;

b) Que cada qual remetta á outra copias de todos requerimentos, registros, communicações e mais documentos relativos ao reconhecimento dos direitos dos proprietarios de marcas.

Artigo XI

As Secretarias Interamericanas se regerão por um só regulamento, redigido de conformidade pelos Governos das Republicas de Cuba e dos Estados Unidos do Brasil.

Artigo XII

A parte dos direitos que cada Secretaria receber e que fôr para isso estipulada pela presente Convenção será destinada ao custeio da mesma; terá igual destino o producto

da venda de publicações a particulares. Se essas quantias não forem sufficientes, o *deficit* será coberto pelos Estados Contractantes da seguinte maneira:

80 % do *deficit* total do orçamento vigente de ambas as Secretarias serão pagos pelos Estados Contractantes proporcionalmente ao numero de marcas que annualmente houverem feito registrar por intermedio das Secretarias Interamericanas, e os restantes vinte por cento, pelos mesmos Estados, proporcionalmente ao numero de marcas que tiverem registrado a pedido das Secretarias Interamericanas.

O saldo annual que se verificar em uma das Secretarias será applicado na diminuição do *deficit* que se verificar na outra.

As Secretarias Interamericanas não incorrerão em dispendio ou compromisso não previsto em seus orçamentos definitivos e para o qual não existam fundos disponiveis na occasião em que se deva attender a tal dispendio ou compromisso.

O orçamento provisorio das despesas annuaes de cada uma das Secretarias será submettido á approvação do Governo do paiz em que tenha séde, e será communicado aos Estados Contractantes para as observações que julguem conveniente fazer.

A fiscalização das contas de cada Secretaria Interamericana será feita por um funcionario autorizado pelo Governo do paiz da respectiva séde e o seu relatorio será remettido pelo Director da Secretaria aos Estados Contractantes, pela via diplomatica.

Artigo XIII

As marcas que gozarem da protecção da Convenção de 1910 continuarão sendo protegidas sem pagamento de emolumento algum aos Estados Contractantes.

As Altas Partes Contractantes convêm em continuar a conceder a protecção de suas leis de accôrdo com a Convenção de 1910, se a tiverem ratificado, a todas as marcas que forem recebidas até o dia em que no seu territorio entre em vigor a Convenção reformada.

Artigo XIV

As ratificações ou adhesões a esta Convenção serão communicadas ao Governo da Republica do Chile, o qual as comunicará aos demais Estados signatarios ou adherentes. Essas

communicações farão as vezes de permuta. A Convenção reformada entrará em vigor trinta dias depois que o Governo do Chile receba aviso da sua ratificação por um numero de Estados igual a um terço dos Estados signatarios; e desde esse momento deixará de vigorar a Convenção firmada em 20 de agosto de 1910, sem prejuizo do que se estipulou no artigo XIII da presente Convenção.

O Governo do Chile se compromette a notificar, pelas vias telegraphica e postal, a todos os Estados signatarios e adherentes, a data em que a Convenção em sua fôrma actual entrará em vigor de accôrdo com o que prevê este artigo.

Artigo XV

Os Estados Americanos que não estiverem representados nesta Conferencia poderão adherir a esta Convenção communicando a sua decisão em devida fôrma ao Governo da Republica do Chile; elles serão incorporados ao grupo a que desejarem pertencer.

Artigo XVI

O Estado Contractante que julgar conveniente desligar-se desta Convenção o fará saber ao Governo da Republica do Chile, o qual dará disso communicação aos demais Estados signatarios, e um anno depois de recebida tal notificação cessará a vigencia desta Convenção, relativamente ao Estado que a tiver denunciado; tal denuncia não affectará, entretanto, os direitos previamente adquiridos em virtude desta Convenção.

Artigo XVII

As Secretarias Interamericanas continuarão funcçãoando enquanto permaneçam adherentes a esta Convenção não menos da metade dos Estados que a tiverem ratificado. Se o numero de Estados adherentes á Convenção se reduzir a menos da metade, as Secretarias serão liquidadas sob a direcção dos Governos de Cuba e do Brasil, e os fundos serão distribuidos entre os Estados adherentes na mesma proporção em que teriam, respectivamente, de contribuir para a sua manutenção. Os edificios e outras propriedades materiaes das Secretarias passarão a ser propriedades dos Governos de Cuba e do Brasil, respectivamente, como reconhecimento dos serviços prestados por essas Republicas para tornar exequivel a Convenção; porém os referidos Governos se compromettem a

Annexo C — 8

dedicar essas propriedades a fins de character essencialmente interamericano.

As Altas Partes Contractantes convêm em acceitar como definitiva toda providencia que fôr tomada para liquidação das Secretarias.

A cessação da Convenção não affectará os direitos adquiridos durante o tempo em que tiver estado vigente.

Artigo XVIII

As divergencias entre os Estados Contractantes relativas á interpretação ou execução d'esta Convenção serão resolvidas por arbitramento.

APPENDICE

Disposições regulamentares

Artigo I

Todo requerimento de concessão da protecção, de accôrdo com a Convenção da qual é parte este Appendice, deve ser apresentado pelo proprietario da marca ou o seu representante legal á Administração do Estado de primeiro registro ou deposito, segundo as prescripções dos respectivos regulamentos, e acompanhada de uma ordem de pagamento ao Director da respectiva Secretaria Interamericana, pela quantia correspondente, conforme esta Convenção. O pedido e a ordem de pagamento deverão ser acompanhados de um *cliché* que reproduza a marca tal como tiver sido registrada no Estado de primeiro registro ou deposito, e das mesmas dimensões exigidas no Estado de primeiro registro ou deposito.

Artigo II

Desde que a referida Administração Nacional constate que o registro da marca é regular e está em vigor, transmitirá á Secretaria Interamericana correspondente:

- a) A ordem de pagamento;
- b) O *cliché* da marca;
- c) Um certificado em duplicata que contenha os seguintes dados:
 - 1º. O nome e o endereço do proprietario da marca;
 - 2º. A data do pedido de registro no Estado de primeiro registro ou deposito;

- 3°. A data do registro da marca no dito Estado;
- 4°. O numero de ordem desse registro;
- 5°. A data de expiração da protecção da marca no Estado de primeiro registro ou deposito;
- 6°. Um *fac-simile* da marca;
- 7°. Uma especificação dos productos aos quaes a marca se applicará;
- 8°. A data do pedido do reconhecimento de direitos de accôrdo com esta Convenção.

Quando o peticionario desejar que a côr seja protegida como elemento distinctivo da marca, enviará trinta copias da marca impressas em papel, com reproducção das côres e uma breve descripção da marca.

Artigo III

A respectiva Secretaria Interamericana, ao receber da Repartição do Estado do primeiro registro ou deposito a comunicação mencionada no artigo anterior, assentará todos os dados em seus livros e communicará á Repartição do Estado remettente o recebimento do requerimento, o numero e a data da annotação.

Artigo IV

A Secretaria Interamericana respectiva enviará copias dos assentamentos, com todos detalhes necessarios, ás Administrações dos Estados que tiverem ratificado a Convenção e onde seja pedida a protecção; e, com caracter puramente informativo, aos demais Estados Contractantes.

Artigo V

As Secretarias Interamericanas publicarão em seus boletins reproducções das marcas recebidas e as necessarias informações.

Artigo VI

O aviso de acceitação, opposição ou recusa de uma marca por parte dos Estados Contractantes será transmittido pela respectiva Secretaria Interamericana á Administração do Estado do primeiro registro ou deposito para que esta o communique aos interessados.

Artigo VII

As Secretarias Interamericanas annotarão em seus livros a mudança de propriedade de marcas que lhes forem communicadas e enviarão a respectiva notificação aos outros Estados Contractantes.

Artigo VIII

Os Directores das Secretarias Interamericanas nomearão ou removerão, a seu juizo, os funcionarios ou empregados de suas Secretarias e communicarão essas decisões aos Governos dos paizes de sua séde.

Em fé de que os referidos Plenipotenciarios assignam e sellam a presente Convenção em Santiago do Chile, aos vinte e oito dias do mez de Abril do anno de mil novecentos e vinte e tres, em hespanhol, inglez, portuguez e francez. Esta Convenção será depositada no Ministerio das Relações Exteriores da Republica do Chile afim de que se tirem copias autenticadas que serão enviadas, pela via diplomatica, a cada um dos Estados signatarios.

(Assignados) por VENEZUELA: *César Zumeta, José Austria*; por PANAMÁ: *Narciso Garay, José Lefevre*; pelos ESTADOS UNIDOS DA AMERICA DO NORTE: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe*; pelo URUGUAY: *J. Antonio Buero, Eugenio Martinez Thedy*; pelo EQUADOR: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza*; pelo CHILE: *Agustin Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Rio*; por GUATEMALA: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall*; por NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo*; por COSTA RICA: *Alejandro Alvarado Quirós*; pelos ESTADOS UNIDOS DO BRASIL: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo*; pelo SÃO SALVADOR: *Cecilio Bustamante*; por COLOMBIA: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri*; por CUBA: *José C. Vidal y Caró, Carlos Garcia Vélez, Aristides Agüero, Manuel Márquez Sterling*; por PARAGUAY: *Manuel Gondra*; pela REPUBLICA DOMINICANA: *Tulio M. Cestero*; por HONDURAS: *Benjamin Vilaseca Mujica*; pela ARGENTINA: *Manuel Montes de Oca, Fernando Saguier, Manuel E. Malbrán*; por HAITÍ: *Arthur Rameau*.

CONVENCIÓN

Para la protección de marcas de fábrica, comercio y agricultura y nombres comerciales

S. S. E. E. los Presidentes de Venezuela, de Panamá, de los Estados Unidos de América, del Uruguay, del Ecuador, de Chile, de Guatemala, de Nicaragua, de Costa Rica, del Brasil, de El Salvador, de Colombia, de Cuba, del Paraguay, de la República Dominicana, de Honduras, de la República Argentina y de Haití:

Deseando que sus países respectivos fueran representados en la Quinta Conferencia Internacional Americana, enviaron a ella, debidamente autorizados para aprobar las Recomendaciones, Resoluciones, Convenciones y Tratados que juzgaren útiles para los intereses de América, a los siguientes Señores Delegados:

Venezuela: *Cesar Zumeta, José Austria;*

Panamá: *Narciso Garay, José Lefevre;*

Estados Unidos de América: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Franck C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe;*

Uruguay: *J. Antonio Buero, Eugenio Martinez Thedy;*

Ecuador: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza;*

Chile: *Agustin Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Rio;*

Guatemala: *Eduardo Poirier, Maximo Soto Hall;*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo;*

Costa Rica: *Alejandro Alvarado Quirós;*

Estados Unidos del Brasil: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo;*

El Salvador: *Cecilio Bustamante;*

Colombia: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri;*

Cuba: *José C. Vidal y Caro, Carlos García Vélez, Aristides Agüero, Manuel Márquez Sterling;*

Paraguay: *Manuel Gondra;*

Republica Dominicana: *Tulio M. Cestero*;

Honduras: *Benjamin Villaseca Mujica*;

Argentina: *Manuel Augusto Montes de Oca, Fernando Saguier, Manuel Malbrán*;

Haití: *Arturo Rameau*.

Quienes, después de haberse comunicado sus poderes y haberlos encontrado en buena y debida forma, han acordado celebrar la siguiente Convención para la Protección de Marcas de Fábrica, Comercio y Agricultura y Nombres Comerciales, que reforma la de 1910:

Artículo I

Párrafo 1. Las Altas Partes Contratantes convienen en que toda marca de fábrica, comercio o agricultura, registrada o depositada en uno de los Estados signatarios de la Convención, por persona domiciliada en cualquiera de ellos, directamente o por medio de representante legal, podrá obtener en los demás la misma protección que éstos otorguen a las marcas registradas o depositadas en su propio territorio, sin perjuicio de derechos de terceros y siempre que se llenen las formalidades y condiciones exigidas por la legislación interna de cada Estado, y se cumpla con los siguientes requisitos:

a) El interesado en el registro o depósito de la marca, deberá presentar a la respectiva Oficina Interamericana, por medio de la Oficina correspondiente del Estado del primer registro o depósito, una solicitud de reconocimiento de los derechos que alegue, de acuerdo con los requisitos exigidos en el Apéndice, que se declara parte integrante de esta Convención;

b) Pagará, además de los derechos o emolumentos fijados por la legislación interna de cada Estado en que solicite el reconocimiento de sus derechos, y los otros gastos que esto reconocimiento origine, una suma equivalente a cincuenta dólares oro americano por una sola vez en cada período y por una misma marca, que se destinará a cubrir los gastos de la respectiva Oficina Interamericana.

Párrafo 2. El periodo durante el cual se otorgue protección, será el mismo que acuerden a las marcas las leyes del respectivo Estado.

Párrafo 3. Al fin de cada período podrá renovarse en cada Estado la protección que otorga esta Convención, previo cumplimiento de los requisitos establecidos en el inciso

b) de este artículo. El interesado podrá también presentar directamente a la respectiva Oficina Interamericana la solicitud de renovación.

Párrafo 4. Los nombres comerciales, formen o no parte de una marca, serán protegidos, con arreglo a la ley interna de cada Estado, en todos los Estados signatarios, sin obligación de depósito o registro.

Artículo II

La fecha de presentación en el país en que se haga la primera solicitud para el registro o depósito mediante la Oficina Interamericana respectiva, determinará a falta de otros medios de prueba de la propiedad de la marca, la prioridad para el registro o depósito en cualquiera de los Estados contratantes.

Artículo III

Párrafo 1. Los Estados contratantes, inmediatamente que reciban una solicitud de reconocimiento remitida por la Oficina Interamericana respectiva, determinarán, conforme a sus propias leyes, si puede concederse la protección, y notificarán su resolución a la misma Oficina Interamericana a la mayor brevedad posible.

Párrafo 2. En caso de oposición al registro o depósito de una marca conforme a esta Convención, el plazo para contestarla dentro del Estado en que se formule, empezará a correr noventa días después de remitido el aviso de la oposición a la Oficina Interamericana respectiva, la cual no tendrá otra intervención en el proceso a que dé lugar la oposición.

Artículo IV

La transferencia de marca registrada o depositada en uno de los Estados contratantes será reconocida igualmente en cada uno de los otros Estados con la misma fuerza y efectos que si se hubiese efectuado conforme a sus leyes respectivas, siempre que se trate de una marca que haya sido registrada o depositada en el Estado en que se solicite el reconocimiento de la transferencia conforme a esta Convención, y mientras no se contrarién las bases del artículo V de esta Convención. Se notificará la transferencia por medio de la Administración del Estado del primer registro o depósito

y de la respectiva Oficina Interamericana, previo pago de los derechos que correspondan en cada Estado por dicha transferencia.

Artículo V

Párrafo 1. En toda cuestión de índole civil, criminal o administrativa que se suscite en un Estado con respecto a una marca, tal como oposición, falsificación, simulación o apropiación indebida, así como la falsa indicación de procedencia de un producto, sólo serán competentes las autoridades de ese mismo Estado, con sujeción a sus propias leyes.

Párrafo 2. Cuando al propietario de una marca que pida el reconocimiento de derechos conforme a esta Convención, se le niegue en uno de los Estados signatarios la protección que esta Convención concede, y esa negativa se base en un registro previo e en una solicitud pendiente, el propietario tendrá derecho a solicitar la cancelación de la marca registrada anteriormente y a obtener dicha cancelación, si probare, conforme a los procedimientos legales del Estado en que se solicite la cancelación, esa negativa y además, lo siguiente:

a) Que gozaba de protección legal para su marca en uno de los Estados signatarios antes de la fecha de la solicitud del registro que trata de anular; o

b) Que el registrador no tenía derecho a la propiedad, uso e empleo de la marca registrada en la fecha de su depósito; o

c) Que ha sido abandonada la marca protegida por el registro cuya cancelación solicita.

Párrafo 3. Transitorio. — Los que hayan solicitado los beneficios de esta Convención para sus marcas y no hayan obtenido protección en algunos Estados, podrán aprovecharse del derecho establecido en este artículo dentro del plazo de dos años, contado desde la fecha en que esta Convención reformada entre en vigor. Los que soliciten dichos beneficios posteriormente podrán hacer valer este derecho dentro del término de un año contado, en cada caso, desde el día siguiente a la fecha en que la Oficina Interamericana respectiva reciba el aviso, de denegación de la protección.

Párrafo 4. No serán objeto de este recurso las marcas cuyo registro o depósito sea ya inatacable, según la ley nacional; pero podrán serlo las renovaciones.

Párrafo 5. La comprobación de que una marca de fábrica encubre o simula la calidad, naturaleza o procedencia

reales de la mercadería que protege, es causa de anulación del registro o depósito efectuado por medio de la Oficina Interamericana correspondiente.

Artículo VI

Para los fines indicados en la presente Convención, se constituye una Unión de las Naciones Americanas que funcionará por medio de dos Oficinas Interamericanas, establecidas, una en la ciudad de Habana y otra en la de Río de Janeiro.

Artículo VII

Las Altas Partes Contratantes convienen en otorgar franquéo libre a la correspondencia oficial de las Oficinas.

Artículo VIII

Las Oficinas Interamericanas para el registro de marcas tendrán las siguientes funciones:

Párrafo 1. Llevar nota circunstanciada de las solicitudes de reconocimiento de marcas que reciban por medio de las oficinas nacionales y tramiten para los efectos de esta Convención, así como de las transferencias y demás datos que a dichas marcas se refieran.

Párrafo 2. Comunicar a cada uno de los Estados contratantes, las solicitudes de reconocimiento recibidas, para los efectos que correspondan.

Párrafo 3. Distribuir las cuotas que reciban, en conformidad a lo prescrito en el inciso b) del artículo I.

Las Oficinas Interamericanas harán a los respectivos Gobiernos o a sus Agentes debidamente autorizados en La Habana y en Río de Janeiro, si aquéllos así lo resolvieren, los pagos estipulados, al tiempo de pedir el reconocimiento de los derechos alegados por el solicitante conforme a esta Convención. El costo de la remesa de dichos pagos será de cuenta del Estado a quien se haga. Las Oficinas Interamericanas harán llegar a los interesados las sumas que les sean devueltas.

Párrafo 4. Comunicar al Estado de primer registro o depósito, para conocimiento del propietario de la marca, los avisos recibidos de los otros Estados, con respecto a la concesión, oposición o denegación de protección, o cualquiera otra circunstancia que se relacione con la marca.

Párrafo 5. Publicar periódicamente boletines en que se dé noticia de las solicitudes de protección conforme a esta Convención recibidas de los distintos Estados y remitidas a ellos conforme a los preceptos de la Convención, así como documentos, informes, estudios y artículos sobre protección de la propiedad industrial.

Las Altas Partes Contratantes convienen en proporcionar a las Oficinas Interamericanas todas las gacetas, revistas y otras publicaciones oficiales que contengan noticias de registro de marcas de fábrica y nombres comerciales, así como de las actuaciones judiciales y resoluciones relacionadas con esta materia.

Párrafo 6. Llevar a efecto toda investigación que el Gobierno de cualquiera de los Estados signatarios les pída sobre esta materia, y fomentar el estudio de problemas, dificultades o obstáculos que entorpezcan el funcionamiento de la Convención.

Párrafo 7. Cooperar con los Gobiernos de los Estados contratantes en la preparación del material para conferencias internacionales sobre esta materia; presentar a dichos Estados las indicaciones que estimen útiles y las opiniones que se les soliciten sobre las modificaciones que deban introducirse en la presente Convención o las leyes que afecten la propiedad industrial; y, en general, facilitar la realización de los fines de esta Convención.

Párrafo 8. Dar cuenta a los Gobiernos contratantes, por lo menos una vez al año, de los trabajos realizados por las Oficinas.

Párrafo 9. Mantener relaciones con oficinas análogas, con sociedades y organizaciones científicas e industriales, para el canje de publicaciones, informes y datos que tiendan al progreso del derecho de la propiedad industrial.

Párrafo 10. Establecer, de acuerdo con las estipulaciones de esta Convención, los preceptos que los Directores estimen necesarios para el manejo interno de las Oficinas.

Artículo IX

La Oficina establecida en la ciudad de La Habana gestionará ante los Estados contratantes el registro o depósito de las marcas de comercio, de fábrica y de agricultura que procedan de los Estados Unidos de América, Cuba, Haití, República Dominicana, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicaragua, Costa Rica, Panamá, Colombia y Ecuador.

La Oficina establecida en la ciudad de Rio de Janeiro gestionará el registro de las marcas que procedan del Brasil, Uruguay, la República Argentina, Paraguay, Chile y Venezuela.

Párrafo transitorio — La Oficina Interamericana de Rio de Janeiro se instalará tan pronto como la presente Convención haya sido ratificada por un tercio de los Estados signatarios.

Artículo X

Las dos Oficinas Interamericanas se considerarán como una sola y, con el objeto de uniformar sus procedimientos, se dispone:

a) Que ambas adopten un mismo sistema de libros y de contabilidad;

b) Que se remitan, reciprocamente, copias de todas las solicitudes, registros, comunicaciones y demás documentos que se refiran al reconocimiento de los derechos de los propietarios de marcas.

Artículo XI

Las Oficinas Interamericanas se regirán por un mismo Reglamento, redactado de acuerdo entre los Gobiernos de las Repúblicas de Cuba y de los Estados Unidos del Brasil.

Artículo XII

Se dedicará al costo del sostenimiento y funcionamiento de cada Oficina Interamericana la parte de los derechos recibidos por la misma, destinados a este propósito, conforme a lo determinado en esta Convención, y el producto de la venta de sus publicaciones a particulares; y si esas sumas no bastaren, el exceso del costo será pagado por los Estados contratantes en la forma siguiente:

El déficit total del presupuesto de funcionamiento de ambas Oficinas será cubierto en un ochenta por ciento por los Estados contratantes en proporción al número de marcas que anualmente hayan hecho registrar por medio de las Oficinas Interamericanas, y el veinte por ciento restante, por los mismos Estados, en proporción al número de marcas que hayan registrado a pedido de las Oficinas Interamericanas.

El saldo sobrante anual que hubiere en una Oficina, se aplicará a disminuir el déficit que pudiera haber en la otra.

Las Oficinas Interamericanas no incurrirán en gasto o compromiso alguno que no aparezca en sus presupuestos definitivos y para el cual no existan fondos disponibles en la época en que hubiera de incurrirse en dicho gasto e compromiso.

El presupuesto provisional de gastos anuales de cada una de las Oficinas se someterá a la aprobación del Gobierno del país en que tenga su sede, y se comunicará a los Estados contratantes para las observaciones que juzguen conveniente hacer.

La fiscalización de las cuentas de las Oficinas Interamericanas la hará el funcionario autorizado por el respectivo Gobierno, y su informe lo remitirán los Directores de las Oficinas a los Estados contratantes, por la vía diplomática.

Artículo XIII

Las marcas que gocen de la protección de la Convención de 1910 continuarán siendo protegidas sin pago de derecho alguno a los Estados contratantes.

Las Altas Partes Contratantes convienen en continuar otorgando la protección de sus leyes de acuerdo con la Convención de 1910, si la hubieren ratificado, a todas las marcas que se reciban hasta el día en que rija en ellas la Convención reformada.

Artículo XIV

Las ratificaciones o adhesiones a esta Convención serán comunicadas al Gobierno de la República de Chile, el cual las hará saber a los demás Estados signatarios o adherentes. Estas comunicaciones harán las veces de canje de ratificaciones. La convención reformada entrará en vigor treinta días después de que reciba el Gobierno de Chile aviso de su ratificación por un número de Estados que constituya un tercio de los Estados signatarios; y desde ese momento cesará la Convención firmada el 20 de Agosto de 1910, sin perjuicio de lo que se previene en el artículo XIII de la presente Convención.

El Gobierno de Chile se compromete a notificar, por las vías telegráfica y postal, a todos los Estados signatarios y adherentes, la fecha en que la Convención en su forma actual entre en vigor conforme a lo prevenido en este artículo.

Artículo XV

Los Estados americanos que no han estado representados en esta Conferencia podrán adherirse a esta Convención comunicando su decisión en debida forma al Gobierno de la República de Chile, debiendo ser incorporados al grupo a que deseen pertenecer.

Artículo XVI

El Estado contratante que ereyere conveniente desligarse de esta Convención lo hará saber al Gobierno de la República de Chile, el cual lo comunicará a los demás Estados signatarios; y, un año después de recibida la comunicación respectiva, cesará la vigencia de esta Convención respecto del Estado que la hubiere denunciado; pero esta denuncia no afectará los derechos previamente adquiridos conforme a esta Convención.

Artículo XVII

Las Oficinas Interamericanas continuarán funcionando mientras permanezcan adheridos a la Convención no menos de la mitad de los Estados ratificantes. Si el número de Estados adherentes a la Convención se redujere a menos de la mitad, se liquidarán las Oficinas bajo la dirección de los Gobiernos de Cuba y del Brasil, y se distribuirán sus fondos entre los Estados adherentes en la misma proporción en que ellos, en su caso, hubieran de contribuir para sostenerla. Los edificios y otras propiedades materiales de las Oficinas pasarán a ser propiedad de los Gobiernos de Cuba y del Brasil, respectivamente, en reconocimiento de los servicios de esas Repúblicas para llevar a la práctica la Convención; pero dichos Gobiernos se comprometen a dedicar esas propiedades a objetos de carácter esencialmente interamericano.

Las Altas Partes Contratantes convienen en aceptar como definitiva toda disposición que se tome para la liquidación de las Oficinas.

La terminación de la Convención no afectará los derechos adquiridos durante el tiempo en que haya estado en vigor.

Artículo XVIII

Las diferencias entre los Estados contratantes, relativas a la interpretación o ejecución de esta Convención, se decidirán por arbitraje.

APENDICE

Disposiciones reglamentarias

Artículo I

Toda solicitud para obtener protección conforme a la Convención de la cual forma parte este Apendice, debe ser presentada por el dueño de la marca o su representante legal a la Administración del Estado de primer registro o depósito, de la manera prescrita por los reglamentos respectivos, y acompañada de un giro pagadero al Director de la Oficina Interamericana respectiva, por la suma correspondiente, según la Convención. La solicitud y el giro deberán ir acompañados de un clisé que reproduza la marca como haya sido registrada en el Estado de primer registro o depósito, y con las dimensiones exigidas en el Estado de primer registro o depósito.

Artículo II

Luego que dicha Administración Nacional se cerciore de que el registro de la marca es regular y está en vigor, transmitirá a la Oficina Interamericana correspondiente:

- a) El giro;
- b) El clisé de la marca;
- c) Un certificado por duplicado que contenga los siguientes datos:
 1. El nombre y dirección del propietario de la marca;
 2. La fecha de la solicitud de registro en el Estado de primer registro o depósito;
 3. La fecha del registro de la marca en el mismo Estado;
 4. El número de orden de ese registro;
 5. La fecha en que expire la protección de la marca en el Estado de primer registro o depósito;
 6. Un facsímile de la marca;
 7. Una especificación de los productos en que se usa la marca;
 8. La fecha de solicitud de reconocimiento de derechos conforme a esta Convención.

Cuando el solicitante desee que el color sea protegido como elemento distintivo de la marca, enviará treinta copias de la marca, impresas en papel, con los colores reproducidos, y una breve descripción de la misma.

Artículo III

La Oficina Interamericana respectiva, al recibir de la Oficina del Estado del primer registro o depósito la comunicación mencionada en el artículo anterior, inscribirá todos los datos en sus libros y notificará a la Oficina del Estado remitente el recibo de la solicitud y el número y la fecha del asiento.

Artículo IV

La Oficina Interamericana respectiva enviará copias de la partida del asiento, que contengan todos los detalles necesarios, a las Administraciones de los Estados en donde la Convención haya sido ratificada y se solicite la protección; y, con fines puramente informativos, a los demás Estados contratantes.

Artículo V

Las Oficinas Interamericanas publicarán en sus boletines reproducciones de las marcas recibidas y los datos que sean necesarios.

Artículo VI

El aviso de aceptación, oposición o rechazo de una marca por parte de los Estados contratantes, será transmitido por la Oficina Interamericana respectiva a la Administración del Estado de primer registro o depósito para que ésta lo comunique a los interesados.

Artículo VII

Las Oficinas Interamericanas anotarán en sus libros los cambios de propiedad de marcas que se les comuniquen y enviarán la notificación correspondiente a los otros Estados contratantes.

Artículo VIII

Los Directores de las Oficinas Interamericanas nombrarán o removerán a su arbitrio, a los funcionarios o empleados de sus oficinas, y comunicarán estas determinaciones a los Gobiernos de los países en que tengan su sede.

EN TESTIMONIO de lo cual, firman y sellan la presente Convención en Santiago de Chile, a los veintiocho días del mes de Abril del año mil novecientos veintitrés, en caste-

llano, inglés, portugués y francés. Esta Convención se depositará en el Ministerio de Relaciones Exteriores de la República de Chile a fin de que se saquen copias certificadas para enviarlas, por la vía diplomática, a cada uno de los Estados Signatarios.

(Firmado) por VENEZUELA: *César Zumeta, José Austria*; por PANAMÁ: *Narciso Garay, José Lefevre*; por ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe*; por URUGUAY: *J. Antonio Buero, Eugenio Martínez Thedy*; por ECUADOR: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza*; por CHILE: *Agustín Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río*; por GUATEMALA: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall*; por NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elisondo*; por COSTA RICA: *Alejandro Alvarado Quirós*; por ESTADOS UNIDOS DO BRASIL: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo*; por EL SALVADOR: *Cecilio Bustamante*; por COLOMBIA: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri*; por CUBA: *José C. Vidal y Caro, Carlos García Vélez, Aristides Agüero, Manoel Márquez Sterling*; por PARAGUAY: *Manoel Gondra*; por la REPÚBLICA DOMINICANA: *Tulio M. Cestero*; por HONDURAS: *Benjamín Villaseca Mujica*; por ARGENTINA: *Manuel Augusto Montes de Oca, Fernando Saguier, Manuel E. Malbrán*; por HAÍTÍ: *Arturo Rameau*.

CONVENTION

Pour la protection des marques de fabrique, commerce et agriculture et noms commerciaux

LL. EE. les Présidents du Vénézuéla, de Panama, des états-Unis d'Amérique, de l'Uruguay, de l'Equateur, du Chili, du Guatémala, du Nicaragua, de Costa Rica, du Brésil, du Salvador, de la Colombie, de Cuba, du Paraguay, de la République Dominicaine, du Honduras, de la République Argentine et d'Haiti;

Désirant que leurs pays respectifs soient représentés à la Cinquième Conférence Internationale Américaine, y ont envoyé, dûment autorisés, pour approuver les Recommandations, Ré-

solutions, Conventions et Traités qu'ils jugeraient utiles aux intérêts de l'Amérique, Messieurs Délégués dont les noms suivent:

Vénézuéla: *César Zumeta, José Austria.*

Panama: *Narciso Garay, José E. Lefevre.*

États-Unis d'Amérique: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe.*

Uruguay: *J. Antonio Buero, Eugenio Martinez Thédj.*

Equateur: *Rafael M. Arízaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza.*

Chili: *Agustín Edwards, Manoel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcebiades Roldán, Guillermo Subercasseaux, Alejandro del Río.*

Guatémala: *Eduardo Poirier, Maximo Soto Hall.*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo.*

Costa Rica: *Alejandro Alvarado Quirós.*

États-Unis du Brésil: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo.*

Le Salvador: *Cecilio Bustamante.*

Colombie: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri.*

Cuba: *José C. Vidal y Caro, Carlos Garcia Vélez, Aristides Agüero, Manoel Márquez Sterling.*

Paraguay: *Manoel Gondra.*

République Dominicaine: *Tulio M. Cestero.*

Honduras: *Benjamin Villaseca Mujica.*

République Argentine: *Manoel Augusto Montes de Oca, Fernando Saguier, Manoel E. Malbrán.*

Haiti: *Arthur Rameau.*

Lesquels, après avoir communiqué leurs pouvoirs à la Conférence, qui les a trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes, qui modifient la Convention de 1910, pour la protection des Marques de Fabrique, Commerce, d'Agriculture, et des Noms Commerciaux.

Article I

Paragraphe I. Toute personne, domiciliée dans l'un des États signataires de la présente Convention, qui aura déposé ou fait enregistrer une marque de Fabrique, de Commerce ou d'Agriculture, soit directement ou par l'intermédiaire de son représentant legal, pourra obtenir dans les autres États, une

protection identique à celle qui est accordée aux marques enregistrées ou déposées dans leur propre territoire, sans préjudice des droits des tiers. L'intéressé devra se soumettre aux formalités prescrites par la Législation interne de chaque E'tat et satisfaire aux conditions suivantes:

a) Faire passer, par l'intermédiaire de l'Office auquel est attaché l'E'tat où la première inscription a été faite, la demande de reconnaissance de ses droits, que sera transmise à l'Office Interaméricain respectif, conformément aux conditions indiquées à l'Appendice qui fait partie intégrante de cette Convention.

b) Payer les droits et émoluments fixés par la Législation interne de chaque E'tat où il demandera la reconnaissance de ses droits;

Acquitter les autres frais que cette reconnaissance occasionnera;

Verser, de plus, une somme équivalente à cinquante dollars-or américain, en une seule fois pour chaque période et pour une même marque. Cette somme sera destinée à couvrir les frais de l'Office Interaméricain respectif.

Paragraphe 2. La durée de la protection sera la même que celle accordée aux marques par les lois de l'E'tat respectif.

Paragraphe 3. A la fin de chaque période l'inscription donnant droit à la protection que cette Convention accorde pourra être renouvelée dans chaque E'tat suivant les conditions établies à la lettre b) de cet article. L'intéressé pourra aussi présenter directement à l'Office Interaméricain respectif la demande de renouvellement.

Paragraphe 4. Les noms commerciaux, faisant ou non partie d'une marque, seront protégés dans tous les Pays signataires conformément à la loi interne de chaque E'tat sans être tenus au dépôt ou à l'enregistrement.

Article II

La priorité, pour obtenir l'enregistrement ou le dépôt d'une marque par l'intermédiaire de l'Office Interaméricain respectif, sera déterminée, à défaut d'autres preuves de propriété de celle-ci, par la date de la première inscription ou dépôt dans l'un des E'tats signataires.

Article III

Paragraphe 1. Dès la réception d'une demande de reconnaissance de droits, transmise par l'Office Interaméricain respectif, les E'tats Contractants détermineront si, d'après leurs

propres lois, la protection peut être accordée, et notifieront, dans le plus bref délai, leur résolution au même Office Interaméricain.

Paragraphe 2. Le délai accordé pour répondre à une opposition d'enregistrement ou de dépôt d'une marque conformément à cette Convention, commencera à compter, dans l'E'tat où elle sera formulée, quatre-vingt dix jours après la remise de l'avis d'opposition à l'Office Interaméricain respectif, qui n'aura aucune autre intervention dans la procédure relative à cette opposition.

Article IV

Le transfert d'une marque enregistrée ou déposée dans l'un des E'tats Contractants sera reconnu également dans chacun des autres États, avec la même force et les mêmes effets que s'il était effectué d'après ses lois respectives, pourvu qu'il s'agisse d'une marque qui ait été enregistrée ou déposée dans l'E'tat où sera demandée la reconnaissance du transfert conformément à cette Convention, et tant qu'il n'y aura pas contravention aux bases de l'article V. Le transfert sera notifié par l'Administration de l'E'tat du premier enregistrement ou dépôt et par l'Office Interaméricain respectif, après paiement du droit correspondant au dit transfert dans chaque E'tat.

Article V

Paragraphe 1. Toute question d'ordre civil, criminel ou administratif, — telle que: opposition, contrafaçon, imitation, ou détournement et fausse indication sur la provenance d'un produit, — soulevée au sujet d'une marque, sera déférée aux autorités compétentes agissant conformément aux lois de l'E'tat où elle se produira.

Paragraphe 2. Lorsque, dans l'un des E'tats signataires, le propriétaire d'une marque qui demandera la reconnaissance de ses droits, se verra refuser la protection établie par la présente Convention, et que ce refus sera basé sur un enregistrement préalable ou une demande pendante, l'annulation de la marque enregistrée antérieurement pourra être demandée et obtenue, suivant la procédure légale de l'E'tat où elle sera sollicitée, si le propriétaire prouve, en outre du refus d'inscription, ce qui suit:

a) Que sa marque jouissait de la protection légale dans l'un des E'tats Signataires avant la date de la demande d'enregistrement qu'il cherche à annuler; ou

b) Que l'enregistreur n'avait pas droit à la propriété, à l'usage ou à l'emploi de la marque de fabrique enregistrée à la date de son dépôt; ou

c) Que la marque protégée par l'enregistrement dont il demande l'annulation a été abandonnée.

Paragraphe 3. Transitoire: Toute personne qui aura sollicité dans certains Etats le bénéfice de cette Convention pour ses marques sans pouvoir l'obtenir pourra profiter du droit établi par cet article dans un délai de deux ans, à partir de la date de mise en application de cette Convention reformée. Postérieurement, l'intéressé pourra faire valoir ce droit dans le délai d'un an, à compter, pour chaque cas, du lendemain du jour où l'Office Interaméricain respectif recevra avis du rejet de la demande de protection.

Paragraphe 4. Les marques dont l'enregistrement ou dépôt sera inattaquable d'après la loi nationale, ne seront point l'objet de ce recours, mais les renouvellements pourront l'être.

Paragraphe 5. S'il est démontré qu'une marque de fabrique cache ou simule la qualité, nature ou provenance réelles d'une marchandise, l'annulation d'enregistrement ou de dépôt, effectué par l'intermédiaire de l'Office Interaméricain correspondant, peut s'ensuivre.

Article VI

Aux fins indiquées, par la présente Convention, une Union des Nations Américaines est instituée et fonctionnera à l'aide de deux Offices Interaméricains établis, l'un dans la ville de La Havane et l'autre à Rio de Janeiro.

Article VII

Les Hautes Parties Contractantes conviennent d'accorder la franchise de port à la correspondance officielle des Offices.

Article VIII

Les Offices Interaméricains, pour l'enregistrement des marques, auront les fonctions suivantes:

Paragraphe I. Prendre note détaillée des demandes de reconnaissance de marques, transmises par l'intermédiaire des bureaux nationaux. Leur donner cours, selon cette Convention. Tenir compte des transferts et autres renseignements se rapportant à ces marques.

Paragraphe 2. Communiquer à chacun des Etats Contractants, pour la suite à donner, les demandes de reconnaissance requies.

Paragraphe 3. Distribuer les cotes qu'ils recevront, conformément aux prescriptions de la lettre b) de l'article I.

Les sommes perçues des intéressés, pour demande de reconnaissance de droits par les Offices Interaméricains, seront versées aux Gouvernements qui en feront la demande ou à leurs agents régulièrement accrédités à La Havane et à Rio de Janeiro. Les frais de remise des dits versements seront à la charge de ces Gouvernements. Les Offices Interaméricains feront parvenir aux intéressés les sommes qui leur seront rendues.

Paragraphe 4. Communiquer à l'Etat du premier enregistrement ou dépôt, les avis reçus des autres Etats relatifs à la concession, opposition ou dénégation de protection, ou à toute autre circonstance se rapportant à la marque, pour être portés à la connaissance du propriétaire.

Paragraphe 5. Publier périodiquement des bulletins faisant connaître les demandes de protection, requies et envoyées par les différents Etats, conformément à la présente Convention, ainsi que les documents, rapports, études et articles ayant trait à la protection de la propriété industrielle.

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent à fournir aux Offices Interaméricains toutes les gazettes, revues et autres publications officielles contenant les nouvelles marques de fabrique et noms commerciaux enregistrés, ainsi que les actions judiciaires et résolutions relatives à cette matière.

Paragraphe 6. Faire les enquêtes que solliciteront les Gouvernements des Etats Signataires à ce sujet et encourager l'étude des problèmes, difficultés ou obstacles qui gêneraient l'application de cette Convention.

Paragraphe 7. Coopérer avec les Gouvernements des Etats Contractants à la préparation du matériel destiné aux Conférences Internationales qui traiteront de cette matière, présenter aux dits Etats les indications qu'ils jugeront utiles et les opinions qu'on leur demandera sur les modifications à introduire dans la présente Convention ou les lois qui affectent la propriété industrielle, et, en général, faciliter la réalisation des fins de cette Convention.

Paragraphe 8. Rendre compte aux Gouvernements Contractants, au moins une fois par un, des travaux effectués par les Bureaux.

Paragraphe 9. Maintenir des relations avec les Offices analogues, les Sociétés et organisations scientifiques et industrielles, pour l'échange des publications, rapports et renseignements tendant au progrès du droit de propriété industrielle.

Paragraphe 10. Etablir, d'après les indications de cette Convention, les règles que les Directeurs estimeront nécessaires au fonctionnement intérieur des Bureaux.

Article IX

L'Office établi dans la ville de La Havana fera toutes les démarches nécessaires auprès des E'tats Contractants pour obtenir l'enregistrement ou dépôt des marques de Commerce, de Fabrique et d'Agriculture qui proviendront des E'tats-Unis d'Amérique, Cuba, Haiti, République Dominicaine, Guatémala, Le Salvador, Honduras, Nicaragua, Costa-Rica, Panama, la Colombie et l'E'quateur.

L'Office établi dans la ville de Rio de Janeiro fera toutes les démarches nécessaires pour obtenir l'enregistrement des marques provenant du Brésil, Uruguay, République Argentine, Paraguay, Chili et Vénézuëla.

Paragraphe transitoire: L'Office Interaméricain de Rio de Janeiro sera installé aussitôt que la présente Convention aura été ratifiée par un tiers des E'tats signataires.

Article X

Les deux Offices Interaméricains seront considérés comme n'en formant qu'un et, afin d'uniformiser leurs procédés, il est prescrit:

a) Qu'ils adopteront un même système de livres et de comptabilité.

b) Qu'ils s'adresseront, réciproquement, des copies de toutes les demandes, enregistrements, communications et autres documents relatifs à la reconnaissance des droits des propriétaires de marques.

Article XI

Les Offices Interaméricains seront régis par le même Règlement, rédigé d'accord par les Gouvernements des Républiques de Cuba et des E'tats-Unis du Brésil.

Article XII

Conformément aux indications de la présente Convention, les dépenses d'entretien et d'administration des Bureau Interaméricains seront couvertes: par la part qui revient à cha-

cun d'eux sur les droits qu'il aura perçus; par le produit de la vente de leurs publications aux particuliers; et si ces sommes ne suffisaient pas, le complément sera payé par les E'tats Contractants, de la manière suivante:

Quatre-vingts pour cent du déficit total du budget des deux Offices sera couvert par les E'tats Contractants, proportionnellement au nombre de marques qu'ils feront annuellement enregistrer par les Offices Interaméricains, et vingt pour cent par ces mêmes E'tats, proportionnellement au nombre de marques qu'ils auront enregistrées sur la demande des Bureaux Interaméricains respectifs.

L'excédent budgétaire annuel qu'il pourra y avoir dans un Office sera appliqué à diminuer le déficit qu'il pourra y avoir dans l'autre.

Les Offices Interaméricains ne feront aucune dépense ou ne prendront aucun engagement qui n'apparaisse dans leurs budgets définitifs et pour lesquels il n'y aurait pas de fonds disponibles à l'époque où il faudrait faire cette dépense ou prendre cet engagement.

Le budget provisoire des dépenses annuelles de chacun des Offices sera soumis à l'approbation du Gouvernement du pays où il aura son siège, et sera communiqué aux E'tats Contractants, pour les observations qu'ils pourront juger convenable de faire.

Le contrôle des comptes des Offices Interaméricains sera par un fonctionnaire autorisé du Gouvernement respectif et les Directeurs des Offices en remettront le rapport par la voie diplomatique aux E'tats Contractants.

Article XIII

Les marques jouissant de la protection de la Convention de 1910 continueront d'être protégées sans payer aucun droit aux E'tats Contractants.

Ceux-ci conviennent de maintenir la protection de leurs lois d'après la Convention de 1910, s'ils l'ont ratifiée, à toutes les marques qui seront reçues jusqu'au jour où entrera en vigueur la Convention réformée.

Article XIV

Les ratifications ou adhésions à cette Convention seront communiquées au Gouvernement de la République du Chili, qui les fera connaître aux autres E'tats Signataires ou adhé-

rents. Ces communications tiendront lieu d'échange de ratifications.

La Convention réformée entrera en vigueur trente jours après que le Gouvernement du Chili aura reçu avis de sa ratification par un nombre d'Etats égal au tiers des Etats Signataires; dès ce moment, la Convention signée le 20 Août 1910 cessera, sans préjudice de ce que prescrit l'article XIII de la présente Convention.

Le Gouvernement du Chili s'engage à notifier, par les voies télégraphique et postale, à tous les Etats Signataires et adhérents, la date de la mise en vigueur de la Convention, sous sa forme actuelle, conformément à ce que prescrit cet article.

Article XV

Les Etats Américains, qui n'ont pas été représentés à cette Conférence, pourront adhérer à la présente Convention, en communiquant leur décision en bonne et due forme au Gouvernement de la République du Chili, et ils devront être incorporés au groupe auquel ils désirent appartenir.

Article XVI

L'Etat Contractant qui croira devoir se délier de cette Convention, en avertira le Gouvernement de la République du Chili, qui en fera part aux autres Etats Signataires. Cette Convention cessera d'être en vigueur, pour l'Etat qui l'aura dénoncée, un an après la réception de la communication respective, mais cette dénonciation n'affectera point les droits préalablement acquis, conformément à cette Convention.

Article XVII

Les Offices Interaméricains continueront à fonctionner tant que la Convention aura l'adhésion de la moitié, au moins, des Etats Signataires et si leur nombre était inférieur, les Offices seront liquidés par les soins des Gouvernements de Cuba et du Brésil, leurs fonds seront distribués entre les Etats adhérents, au prorata des sommes qu'ils auraient dû verser pour contribuer à les soutenir. Les édifices et autres propriétés matérielles des Offices seront attribués aux Gouvernements de Cuba et du Brésil, respectivement, en reconnaissance des services qu'ils ont rendus pour permettre l'application de la Convention. Ces Gouvernements s'engagent à affecter ces biens à des fins de caractère essentiellement interaméricain.

Les Hautes Parties Contractantes conviennent d'accepter comme définitive toute disposition qui sera prise pour la liquidation des Offices.

La cessation de la Convention n'affectera point les droits acquis pendant le temps où elle aura été en vigueur.

Article XVIII

Les différends entre les Etats Contractants, relatifs à l'interprétation ou à l'exécution de cette Convention, seront résolus par arbitrage.

APPENDICE

Dispositions réglementaires

Article I

Toute demande faite pour obtenir la protection conformément à la présente Convention, dont fait partie cet Appendice, doit être présentée à l'Administration de l'Etat du premier enregistrement ou dépôt par le propriétaire de la marque ou son représentant légal, dans la forme prescrite par les règlements respectifs, et accompagnée d'un mandat-post de la somme correspondante, adressé au Directeur de l'Office Interaméricain respectif. A la demande et au mandat sera adjoint un cliché reproduisant exactement les dimensions exigées lors du premier enregistrement ou dépôt de marque.

Article II

Dès que l'Administration d'un Etat se sera assurée de l'enregistrement régulier d'une marque et de sa mise en usage, elle transmettra à l'Office Interaméricain correspondant:

- a) Le mandat;
- b) Le cliché de la marque;
- c) Un certificat en double exemplaire contenant les renseignements suivants:

- 1. Le nom et l'adresse du propriétaire de la marque.
- 2. La date de la première demande d'enregistrement ou dépôt.
- 3. La date d'enregistrement dans le premier Etat.
- 4. Le numéro d'ordre de cet enregistrement.
- 5. La date à laquelle expire la protection accordée à la marque dans le pays du premier enregistrement ou dépôt.

6. Un facsimile de la marque.

7. La spécification des produits sur lesquels on appose la marque.

8. La date de l'avis de reconnaissance des droits, conformément à cette Convention.

Lorsque l'intéressé désirera que la couleur soit protégé comme élément distinctif de la marque, il en enverra trente copies imprimées en couleur sur papier, accompagnées d'une courte description de la marque.

Article III

Quand un Office interaméricain recevra du Bureau de l'E'tat, du premier enregistrement ou dépôt, la communication mentionnée dans l'article précédent, il inscrira sur ses livres tous les renseignements qui y sont relatifs et en accusera réception à l'Office expéditeur à qui il indiquera le numéro et la date de l'inscription.

Article IV

L'Office Interaméricain respectif enverra aux Administrations des E'tats Signataires de la présente Convention où une demande de protection aura été formulée, et, à titre d'information seulement, aux autres E'tats Contractants, des copies de l'inscription, contenant tous les détails nécessaires.

Article V

Les Offices Interaméricains publieront dans leurs Bulletins la reproduction des marques reçues et les renseignements qui seront nécessaires.

Article VI

L'Office Interaméricain respectif communiquera à l'Administration de l'E'tat du premier enregistrement ou dépôt l'avis d'acceptation, d'opposition ou de refus d'inscription d'une marque, dès qu'il en aura été informé par l'un des E'tats Contractants, pour en donner connaissance à l'intéressé.

Article VII

Les Offices Interaméricains consigneront dans leurs livres les changements qui leur seront communiqués au sujet de la propriété des marques. Ils enverront la notification correspondante aux autres E'tats Contractants.

Article VIII

Les nominations et destitutions des employés des Bureaux Interaméricains seront du ressort des Directeurs des Offices respectifs, qui en donneront connaissance aux Gouvernements des pays où ils sont établis.

EN FOI DE QUOI, les Plénipotentiaires ont signé la présente Convention, qui a été revêtue du sceau de la Cinquième Conférence Internationale Américaine.

Fait à Santiago du Chili, le vingt-huit Avril mil neuf cent vingt-trois, en espagnol, en anglais, en portugais et en français. Cette Convention sera déposée au Ministère des Affaires Étrangères de la République du Chili, afin qu'il en soit fait des copies authentiques qui seront envoyées par la voie diplomatique à chacun des États signataires.

(Signé) pour le VÉNÉZUÉLA: *C. Zumeta, José Austria*; pour PANAMÁ: *Narciso Garay, J. E. Lefevre*; pour les ÉTATS UNIS D'AMÉRIQUE: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Patridge, William Eric Fowler, L. S. Rowe*; pour L'URUGUAY: *J. A. Buero, Eugenio Martinez Thedy*; pour L'ÉQUATEUR: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, A. Muñoz Vernaza*; pour le CHILI: *Agustin Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate S., L. Baros B., Emilio Bello C., Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Rio*; pour le GUATÉMALA: *Eduardo Poirier, Maximo Soto Hall*; pour le NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo*; pour COSTA-RICA: *Alejandro Alvarado Quirós*; pour les ÉTATS UNIS DU BRÉSIL: *Afranio de Mello Franco, S. Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo*; pour le SALVADOR: *Cecilio Bustamante*; pour la COLOMBIE: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri*; pour CUBA: *J. C. Vidal y Caro, Carlos Garcia Vélez, A. de Agüero, M. Márquez Sterling*; pour PARAGUAY: *M. Gondra*; pour la RÉPUBLIQUE DOMINICAINE: *Tulio M. Cestero*; pour le HONDURAS: *Benjamin Villaseca M.*; pour la RÉPUBLIQUE ARGENTINE: *M. A. Montes de Oca, Fernando Saquier, Manuel E. Malbrán*; pour HAÏTI: *Arthur Rameau*.

CONVENTION

For the Protection of Commercial, Industrial and Agricultural Trade-Marks and Commercial Names

Their excellencies the Presidents of Venezuela, Panamá, United States of America, Uruguay, Ecuador, Chile, Guatemala, Nicaragua, Costa Rica, United States of Brazil, Salvador, Colombia, Cuba, Paraguay, Dominican Republic, Honduras, Argentine Republic and Haiti.

Being desirous that their respective countries may be represented at the Fifth International Conference of American States, have sent thereto the following Delegates, duly authorized to approve the recommendations, resolutions, conventions and treaties which they might deem advantageous to the interest of America:

Venezuela: *César Zumeta, José Austria;*

Panamá: *Narciso Garay, José Lefevre;*

United States of America: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellog, Atlee Pomerene, Williard Saulsbury, Frank C. Partridge, George E. Vincent, William Eric Fowler, Leo S. Rowe;*

Uruguay: *J. Antonio Buero, Eugenio Martinez Thedy;*

Ecuador: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza;*

Chile: *Agustin Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luiz Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Rio;*

Guatemala: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall;*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo;*

Costa Rica: *Alejandro Alvarado Quirós;*

United States of Brasil: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo;*

El Salvador: *Cecilio Bustamante;*

Colombia: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri;*

Cuba: *José C. Vidal y Caro, Carlos Garcia Vélez, Aristides Aguero, Manoel Márquez Sterling;*

Paraguay: *Manuel Gondra;*

Dominican Republic: *Tulio M. Cestero;*

Honduras: *Benjamin Villaseca Mujica*;

Argentine Republic: *Manuel Augusto Montes de Oca*,
Fernando Saguier, *Manuel Malbrán*;

Haiti: *Arturo Rameau*.

Who, after presented their credentials and the same having been found in due and proper form, have upon the following Convention for ther Protection of Commercial, Industrial and Agricultural Trade-Marks, and Commercial Names, which shall be regarded as revision of the Convention of Buenos Aires of 1910.

Article I

Section 1. The High Contracting Parties agree that any commercial, industrial or agricultural trade-mark registered or deposited in any of the States signatory of the Convention, by a person domiciled in any of such States, either directly, or through his duly authorized representative, may obtain in the other signatory States the same protection granted by them to the mark registered or deposited in their own territory, without prejudice to the rights of third parties and provided that the formalities and conditions required by the domestic law of each State, as well as the following requirements, are complied with:

a) Any person interested in the registration or deposit of the mark shall present to the proper Inter American Bureau through the proper office of the State of first registration or deposit, an application for recognition of the rights claimed, in accordance, with the requirements prescribed in the Appendix of this Convention, which is declared to be a part hereof.

b) He shall pay, besides the fees of charges established by the domestic legislation of each State in which recognition of rights is desired, and other expenses incident to such recognition, a fee equivalent in value to fifty dollars (\$ 50.00) United States gold, this sum to be paid only once for each period and for a single mark. Such fee shall be used to cover the expenses of the said Inter American Bureau.

Section 2. The period during which protection is granted shall be the same as that accorded by the laws of the particular State.

Section 3. Protection under this Convention may be renewed at the expiration of each period upon fulfillment of the requirements set forth in paragraph (b) hereof. Application for renewal may also be made by the interested party directly to the proper Inter American Bureau.

Section 4. Commercial names shall be protected in all the signatory States, without deposit or registration, whether the same form part of a trade mark or not, in accordance with the domestic law of each State.

Article II

The date of filing in the State where first application is made for registration or deposit through the proper Inter American Bureau, in the absense of other proof of ownership of a mark, shall determine priority for the registration or deposit of such mark in any of the signatory States.

Article III

Section 1. Each signatory State, upon receipt of an application for recognition communicated by the proper Inter American Bureau, shall determine whether protection can be granted in accordance with its laws, and notify the Inter American Bureau as soon as possible of its decision.

Section 2. In case objection is made to the registration or deposit of a mark under this Convention, the terme to answer such objection in the country where it is made shall begin ninety days after the date of sending notice of such objection to the proper Inter American Bureau. This Bureau shall have no other part in the controversy originated by the opposition.

Article IV

The transfer of a mark registered or deposited in one of the contracting States shall be equally recognized in each of the other States with the same force and effect as if made in accordance with the respective laws of each one of those States, provided that the mark transferred is a mark registered or deposited in the country where the recognition of transference under this Convention is applied for, and provided that the principles of Article V of this Convention are not

impaired. Notification of transfer shall be made through the proper office of the State of first registration or deposit and the proper Inter American Bureau upon payment of the fees corresponding to each State for such transference.

Article V

Section I. In any civil, criminal or administrative proceeding arising in a country with respect to a mark, such as opposition, falsification, imitation or unauthorized appropriation, as also the false representation as to the origin of a product, the domestic authorities of the same State alone shall have jurisdiction thereof, and the precepts of law and procedure of that State shall be observed.

Section 2. When refused protection under this Convention in a signatory State because of prior registration or a pending application for registration, the proprietor of a mark claiming recognition of right under this Convention shall have the right to seek and obtain the cancellation of the previously registered mark, upon proving, according to the procedure by law of the country where cancellation is sought, such refusal, and either.

a) That he had legal protection for his mark in any of the contracting States before that date of application for the registration which he seeks to cancel; or

b) That the registrant had no right to the ownership, use or employment of the registered mark at the date of its deposit; or

c) That the mark covered by the registration which he seeks to cancel has been abandoned.

Section 3. Transitory. Those who have heretofore sought the benefits of this Convention for their marks and who have been denied protection in certain States, may avail themselves of the right established in this article within two years after the present revision enters into effect. Those who subsequently seek to secure the benefits of the Convention shall have a period of one year, calculated in each instance from the day following that receipt by the proper Inter American Bureau of notice of refusal of protection, within which they may avail themselves of this right.

Section 4. This recourse shall not be applicable to trademarks the registration or deposit of which is already beyond

question under national legislation; but it shall apply to renewals.

Section 5. The proof that a trade mark conceals or misrepresents the true quality, nature or origin of the merchandise covered by it, shall be cause for cancellation of the registration or deposit effected through the respective Inter American Bureau.

Article VI

For the purposes indicated in the present Convention, a union of American Nations is hereby constituted which shall act through two international bureaus, established, one in the city of Havana and the other in the city of Rio de Janeiro.

Article VII

The High Contracting Parties agree to confer the postal frank on the official correspondence of the Bureaus.

Article VIII

The Inter American Bureaus for the registration of trade-marks shall have the following duties:

Section 1. To keep a detailed record of the applications for the recognition of marks received through the national offices of registration of this Convention, as well as of all assignments or transfers thereof and all notices pertaining thereto.

Section 2. To communicate to each of the contracting States, for such action as may be necessary, the application for recognition received.

Section 3. To distribute the fees received, in accordance with the provisions of paragraph (b) Article I.

The Inter American Bureau shall remit to the proper governments or, if the governments should so desire, to their local representatives in Havana and Rio de Janeiro, duly authorized therefore, the charges stipulated, at the time when recognition of the alleged rights is requested by the applicant in accordance with this Convention. The cost of remitting the said charges shall be for account of the States to

which remittance is made. The Inter American Bureaus shall return to the interested parties any dums returned to such Bureaus.

Section 4. To communicate to the State of first registration or deposit, for the information of the owner of the mark, the notices from other countries with respect to the granting, opposition to, or denial of protection, or any other circumstance related to the mark.

Section 5. To publish periodical bulletins in which shall appear notices of applications for protection in accordance with this Convention, received from and sent to the various States under the provisions of the Convention, as well as documents, information, studies and articles concerning protection of industrial property.

The High Contracting Parties agree to furnish to the Inter American Bureaus all the official gazettes, reviews and other publications containing notices of the registration of trade-marks and commercial names, as well as of judicial proceedings and decisions relative thereto.

Section 6. To carry on any investigation on the subject of trade-marks which the government of any of the signatory States may request, and to encourage the investigations of problems, difficulties or obstacles which may hinder the operation of this Convention.

Section 7. To cooperate with the government of the contracting States in the preparation of material for international conferences on this subject; to present to the said States such suggestions as they may consider useful, and such opinions as may be requested as to what modifications should be introduced in the present Convention, or in the laws concerning industrial property; and in general to facilitate the execution of the purposes of this Convention.

Section 8. To inform the signatory governments at least once a year as to the work which the Bureaus are doing.

Section 9. To maintain relations with similar offices, and scientific and industrial institutions and organizations for the exchange of publications, informations, and data relative to the progress of the law of industrial property.

Section 10. To establish, in accordance with the provisions of this Convention, the regulations which the Directors may consider necessary for the internal administration of the Bureaus.

Article IX

The Bureau established in the city of Havana shall arrange with the contracting States for the registration or deposit of commercial, industrial and agricultural trade-marks coming from the United States of America, Cuba, Haiti, Dominican Republic, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicaragua, Costa Rica, Panamá, Colombia and Equador.

The Bureau establish in Rio de Janeiro shall arrange for the registration of the marks coming from Brazil, Uruguay, the Argentine Republic, Paraguay, Chile and Venezuela.

Transitory Paragraph. The Inter American Bureau of Rio de Janeiro shall be intalled as soon as the present Convention shall have been ratified by one third of the signatory States.

Article X

The two Inter American Bureaus shall be considered as one, and for the purposes of uniformity in their procedure, it is provided:

a) That both Bureaus adopt the same system of books and of accounts;

b) That each of them send to the other copies of all applications, registrations, communications, and other documents relative to the recognition on the rights of owners of marks.

Article XI

The Inter American Bureaus shall both governed by the same regulations, prepared for the purpose by the government of the Republics of Cuba and of Brazil.

Article XII

The part of the fees received by each Inter American Bureau which is stipulated for this purpose by the provisions of this Convention, shall be assigned to the maintenance and operation thereof.

The proceeds of the sale of publications by the Inter-American Bureaus to individuals shall be assigned to the same purpose; and if both these sums should be insufficient

the deficit shall be paid by the contracting States in the following manner:

80 % of the total deficit of the operating budget of both Bureaus shall be paid by the contracting States in proportion to the number of marks which they may have had registered each year through the Inter American Bureaus, and the balance of 20 % by the same States in proportion to the number of marks they may have registered at the request of the Inter American Bureaus.

Any annual surplus in one of the Bureaus shall be assigned to the reduction of the deficit, if any, of the other.

The Inter American Bureaus shall not incur any expense or obligation which does not appear in their definitive budgets and for which no funds may have been made available at the time of incurring such expense or obligation.

The provisional budget of annual expenditures of each Bureau shall be submitted to the approval of the Government of the State in which such Bureau is established, and shall be communicated to the contracting States for such observations as they may see fit to formulate.

The auditing of the accounts of the Inter American Bureaus shall be done by the officer authorized by the respective government, and the Directors of the Bureaus shall transmit the auditor's report to the contracting States through diplomatic channels.

Article XIII

Trade-marks which enjoy the protection of the Convention of 1910 shall continue to enjoy this protection without payment of any fees to the contracting States.

The High Contracting Parties agree that the protection accorded by their national legislation to all marks received up to the day on which the revise Convention becomes effective shall continue to be granted in accordance with the Convention of 1910 if they have ratified it.

Article XIV

The ratification or adhesions to this Convention shall be communicated to the Government of the Republic of Chile, which shall communicate them to the other signatory or adhering States. These communications shall take the place of an exchange of ratifications.

The revised Convention shall become effective thirty days after the receipt by the Government of Chile of notice of ratification by a number of countries equivalent to one third of the signatory States; and from that moment the Convention signed on August 20, 1910, shall cease to exist, without prejudice to the provisions of Article XIII of this Convention.

The Government of Chile obligates itself to communicate by telegraph and in writing to all the signatory and adhering States the date on which the Convention in its present form becomes effective in accordance with the provisions of this Article.

Article XV

The American States not represented in this Conference may adhere to this Convention by communicating their decision in due form to the Government of the Republic of Chile, and shall be assigned to the group which each may select.

Article XVI

Any signatory State that may see fit to withdraw from this Convention shall so notify the Government of the Republic of Chile, which shall communicate the fact to the other signatory States; and one year after the receipt of such notification, this Convention shall cease in respect on the State that shall have withdrawn, but such withdrawn shall not affect the rights previously acquired in accordance with this Convention.

Article XVII

The Inter American Bureaus shall continue so long as not less than one half of the ratifying States adhere to the Convention. If the number of States adhering to the Convention shall become less than half, the Bureaus shall be liquidated under the direction of the Governments of Cuba and Brazil, and their funds shall be distributed among the adhering countries in the same proportion as they would have contributed to their support. The buildings and other tangible property of the Bureaus shall become the property of the Governments of Cuba and Brazil, respectively, in recognition of the services of those Republics in giving effect

to the Convention, it being understood the said Governments shall dedicate such property to purposes preeminently Inter-American in character.

The High Contracting Parties agree to accept as final any steps which may be taken for the liquidation of the Bureaus.

The termination of the Convention shall not affect rights adquired during the period of its effectiveness.

Article XVIII

Any differences between the contracting States relative to the interpretation or execution of this Convention shall be decided by arbitration.

APPENDIX

Regulations

Article I

Any application to obtain protection under the Convention of which the present appendix is a part shall be made by the owner of the mark or marks or his legal, representative to the administration of the State of first registration or deposit, in the manner prescribed by the respective regulations, accompanied by a money order payable to the Director of the proper Inter American Bureau in the sum required by this Convention. His application and money order shall be accompanied by an electrotype of the mark reproducing it as registered in the State of first registration or deposit, and having the dimensions required in the State of first registration or deposit.

Article II

The administration of the State of first registration or deposit, having ascertained that the registration of the mark is regular and in force, shall send to the Inter American Bureau:

- A. The money order;
- B. The electrotype of the mark;
- C. A certificate in duplicate containing the following details:

- 1. The name and address of the owner of the mark:

2. The date of the application in the State of first registration or deposit;
3. The date of registration of the mark in the State of first registration or deposit;
4. The order number of the registration in the State of first registration or deposit;
5. The date of expiration of the protection of the mark in the State of first registration or deposit;
6. A fac-simile of the mark;
7. A statement of the goods on which the mark is used;
8. The date of the application for recognition of the rights claimed under the Convention.

Should the applicant wish to claim color as a distinctive element of his mark, he shall send thirty copies of the mark printed on paper, showing the color, and a brief description of the same.

Article III

The proper Inter American Bureau, upon receipt of the communication of the office of the State of first registration or deposit, mentioned in the foregoing article, shall enter all the information in its books and inform the office of the State of first registration or deposit of the receipt of the application and of the number and date of the entry.

Article IV

Copies of the entry in the books of the respective Inter American Bureau containing all the details required shall be sent to the administration of the States in which the Convention has been ratified and in which protection is applied for. This date shall also be sent to the other contracting States, for the purposes of information.

Article V

The Inter American Bureau shall publish in their bulletins reproductions of the marks received and such particulars as are necessary.

Article VI

The notice of acceptance, opposition or refusal of a mark by the contracting States shall be transmitted by the proper

Inter American Bureau to the administration of the State of first registration or deposit with to its communication to whom it may concern.

Article VII

Changes in ownership of a mark communicated to the respective Inter American Bureau shall be entered in its register and corresponding notice sent to the other contracting States.

Article VIII

The Directors of the Inter American Bureaus may, in their discretion, appoint or remove the officials or employees of their Bureaus giving notice thereof to the governments of the countries where such offices are established.

IN WITNESS WHEREOF, the Delegates sign this Convention, and affix the seal of the Fifth International Conference of American States, in the city of Santiago, Chile, on the twenty eighth day of the month of April in the year one thousand nine hundred and twenty three, in English, Spanish, Portuguese and French.

This Convention shall be filed in the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Chile in order that certified copies may be made and forwarded through appropriate diplomatic channels to each of the Signatory States.

(Signed) For VENEZUELA: *C. Zumeta, José Austria*; for PANAMA: *Narciso Garay, J. F. Lefevre*; for the UNITED STATES OF AMERICA: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, Frank C. Partridge, George E. Vincent, William Eric Fowler, L. S. Rowe*; for URUGUAY: *J. A. Buero, Eugenio Martínez Thedy*; for ECUADOR: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, A. Muñoz Vernaza*; for CHILE: *Agustin Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate S., L. Barros B., Emilio Bello C., Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río*; for GUATEMALA: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall*; for NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo*; for COSTA RICA: *Alejandro Alvarado Quirós*; for the UNITED STATES OF BRAZIL: *Afranio de Mello Franco, S. Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo*; for EL SALVADOR: *Cecilio Bustamante*; for COLOMBIA: *Guillermo Valencia*,

Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri; for CUBA: *C. Vidal Caro, Carlos Garcia Vélez, A. de Agüero, M. Márquez Sterling*; for PARAGUAY: *M. Gondra*; for the DOMINICAN REPUBLIC: *Tulio M. Cestero*; for HONDURAS: *Benjamín Villaseca M.*; for the ARGENTINE REPUBLIC: *M. A. Montes de Oca, Fernando Saguier, Manoel E. Malbrán*; for HAYTI: *Arthur Rameau*.

CONVENÇÃO

Sobre a uniformidade de nomenclatura para a classificação de mercadorias

Suas Excellencias os Senhores Presidentes dos Estados Unidos de Venezuela, de Panamá, dos Estados Unidos da America do Norte, do Uruguay, do Equador, do Chile, de Guatemala, de Nicaragua, da Costa Rica, dos Estados Unidos do Brasil, do Salvador, da Colombia, de Cuba, do Paraguay, da Republica Dominicana, de Honduras, da Republica Argentina e de Haítí,

Desejando que os seus respectivos paizes fossem representados na Quinta Conferencia Internacional Americana, mandaram, devidamente autorizados, para approvar as Resoluções, Recommendações, Convenções e Tratados que julgarem de utilidade para os interesses da America, os seguintes Senhores Delegados:

Venezuela: *Pedro César Dominici, César Zumeta, José Austria*.

Panamá: *Narciso Garay, José Lefevre*.

Estados Unidos da America: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, Frank C. Partridge, George E. Vincent, William Eric Fowler, Leo S. Rowe*.

Uruguay: *J. Antonio Bucro, Justino Jiménez de Aréchaga, Eugenio Martínez Thedy*.

Equador: *Rafael M. Arízaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza*.

Chile: *Agustín Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río*.

Guatemala: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall*.

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo*.

Costa-Rica: *Alejandro Alvarado Quirós*.

Brasil: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, James Darcy, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo*.

São Salvador: *Cecilio Bustamante*.

Colombia: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri*.

Cuba: *José Vidal y Caro, Carlos García Vélez, Aristides Agüero, Manuel Márquez Sterling*.

Paraguay: *Manuel Gondra, Higinio Arbo*.

Republica Dominicana: *Tulio M. Cestero*.

Honduras: *Benjamín Vilaseca Mujica*.

Argentina: *Manuel A. Montes de Oca, Fernando Saguier, Manuel Malbrán*.

Haiti: *Arthur Rameau*,

Os quaes, depois de terem apresentado as suas credenciaes, que foram consideradas em bôa e devida fórma, deliberaram celebrar a seguinte Convenção:

Artigo I

As Altas Partes Contractantes convêm em usar a Nomenclatura de Bruxellas, de 1913, nas suas estatisticas de commercio internacional, quer exclusivamente, quer como supplemento de outros systemas.

Artigo II

Todas as divergencias entre as Partes Contractantes, relativas á interpretação ou execução desta Convenção, serão resolvidas por arbitramento.

Artigo III

Os paizes americanos que não se fizerem representar na presente Conferencia poderão adherir a esta Convenção, desde que communicuem tal decisão, em devida fórma, ao Governo da Republica do Chile.

Artigo IV

As ratificações serão depositadas na cidade de Santiago do Chile, e o Governo Chileno as communicará aos demais Estados Contractantes. Esta communicação produzirá o effeito de troca de ratificações.

Artigo V

Esta Convenção entrará em vigor, em cada um dos Estados signatarios, na data em que elle a ratificar, e ficará em vigor sem limitação de prazo, reservando-se cada um dos Estados signatarios o direito de retirar-se desta mesma Convenção mediante aviso, dado em devida fórma, ao Governo da Republica do Chile, com um anno de antecedencia.

EM TESTEMUNHO do que, os Delegados Plenipotenciarios assignam a presente Convenção e põem nella o sello da Quinta Conferencia Internacional Americana, na cidade de Santiago do Chile, aos dias do mez de Maio de mil e novecentos e vinte e tres, em Hespanhol, Portuguez, Inglez e Francex. Esta Convenção deve ser entregue ao Ministerio das Relações Exteriores da Republica do Chile, para que se tirem copias authenticas, que serão enviadas, por via diplomatica, a cada um dos Estados signatarios.

POR VENEZUELA: *Pedro César Dominici, César Zumeta e José Austria*; pelo PANAMÁ: *Narciso Garay e José Lefevre*; pelos ESTADOS UNIDOS DA AMERICA DO NORTE: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler e Leo S. Rowe*; pelo URUGUAY: *J. Antonio Buero, Justino Jiménez de Aréchaga e Eugenio Martínez Thedy*; pelo EQUADOR: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante e Alberto Muñoz Vernaza*; pelo CHILE: *Agustin Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux e Alejandro del Río*; por GUATEMALA: *Eduardo Poirier e Máximo Soto Hall*; por NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasos y Arturo Elizondo*; por COSTA RICA: *Alejandro Alvarado Quirós*; pelos ESTADOS UNIDOS DO BRASIL: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, James Darcy, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira e Helio Lobo*; por SÃO SALVADOR: *Cecilio Bustamante*; pela COLOMBIA: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez e Carlos Uribe Echeverri*; por CUBA: *José Vidal y Caro, Carlos García Vélez, Aristides Agüero e Manuel Márquez Sterling*; pelo PARAGUAY: *Manuel Gondra e Higinio Arbo*; pela REPUBLICA DOMINICANA: *Tulio M. Cestero*; por HONDURAS: *Benjamín Villaseca Mujica*; pela ARGENTINA: *Manuel Augusto Montes de Oca, Fernando Saguier e Manuel Malbrán*; pelo HAITI: *Arthur Rameau*.

CONVENCIÓN

sobre uniformidad de nomenclatura para la clasificación de mercaderías

S. S. E. E. los Presidentes de Venezuela, de Panamá, de los Estados Unidos de América, del Uruguay, del Ecuador, de Chile, de Guatemala, de Nicaragua, de Costa Rica, del Brasil, de El Salvador, de Colombia, de Cuba, del Paraguay, de la República Dominicana, de Honduras, de la República Argentina y de Haifí:

Deseando que sus países respectivos fueran representados en la Quinta Conferencia Internacional Americana, enviaron a ella, debidamente autorizados, para aprobar las Recomendaciones, Resoluciones, Convenciones y Tratados que juzgaron útiles para los intereses de América, a los siguientes Señores Delegados:

Venezuela: *Pedro César Dominici, César Zumeta, José Austria;*

Panamá: *Narciso Garay, José Lefevre;*

Estados Unidos de América: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe;*

Uruguay: *J. Antonio Buero, Justino Jiménez de Aréchaga, Eugenio Martínez Thedy;*

Ecuador: *Rafael M. Arízaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza;*

Chile: *Agustín Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux Alejandro del Río;*

Guatemala: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall;*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo;*

Costa Rica: *Alejandro Alvaro Quirós;*

Estados Unidos del Brasil: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, James Darcy, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo;*

El Salvador: *Cecilio Bustamante;*

Colombia: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri;*

Cuba: *José C. Vidal y Caro, Carlos García Vélez, Aristides Agüero, Manuel Márquez Sterling*;

Paraguay: *Manuel Gondra, Higinio Arbo*;

República Dominicana: *Tulio M. Cestero*;

Honduras: *Benjamín Villaseca Mujica*;

República Argentina: *Manuel Augusto Montes de Oca, Fernando Sagüier, Manuel E. Malbrán*; y

Haití: *Arturo Rameau*.

Quienes después de haberse comunicado sus poderes y encontrándolos en buena y debida forma, han acordado celebrar la siguiente Convención:

Artículo I

Las Altas Partes Contratantes convienen en usar la Nomenclatura de Bruselas de 1913 en sus estadísticas de comercio internacional, sea exclusivamente o como suplemento de otros sistemas.

Artículo II

Todas las diferencias entre las Altas Partes Contratantes, relativas a la interpretación o ejecución de este Tratado, se decidirán por arbitraje.

Artículo III

Los países americanos que no han estado representados en la Quinta Conferencia Internacional Americana podrán adherirse a esta Convención comunicando su decisión en debida forma al Gobierno de la República de Chile.

Artículo IV

Las ratificaciones se depositarán en la ciudad de Santiago de Chile, y el Gobierno Chileno comunicará dichas ratificaciones a los otros Estados signatarios. Esta comunicación producirá el efecto de canje de ratificaciones.

Artículo V

Esta Convención empezará a regir en cada uno de los Estados signatarios en la fecha de la ratificación por dicho Estado, y quedará en vigor sin limitación de tiempo, reservándose cada uno de los Estados signatarios el derecho de retirarse

de esta Convención mediante aviso dado en debida forma al Gobierno de la República de Chile con un año de anticipación.

EN TESTIMONIO de lo cual, firman y sellan con el sello de la Quinta Conferencia Internacional Americana la presente Convención en Santiago de Chile, a los ventiocho días del mes de Abril del año mil novecientos veintitrés, en castellano, inglés, portugués y francés. Esta Convención será depositada en el Ministerio de Relaciones Exteriores de la República de Chile a fin de que se saquen copias certificadas para enviarlas, por la vía diplomática, a cada uno de los Estados signatarios.

(Firmado) por VENEZUELA: *Pedro César Dominici, César Zumeta, José Austria*; por PANAMÁ: *Narciso Garay, José Lefevre*; por los ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe*; por URUGUAY: *J. Antonio Buero, Justino Jiménez de Aréchaga, Eugenio Martínez Theby*; por ECUADOR: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza*; por CHILE: *Agustín Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río*; por GUATEMALA: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall*; por NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo*; por COSTA RICA: *Alejandro Alvarado Quirós*; por los ESTADOS UNIDOS DEL BRASIL: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, James Darcy, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo*; por EL SALVADOR: *Cecilio Bustamante*; por COLOMBIA: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri*; por CUBA: *José C. Vidal y Caro, Carlos García Vélez, Aristides Agüero, Manuel Márquez Sterling*; por PARAGUAY: *Manuel Gondra, Higinio Arbo*; por la REPÚBLICA DOMINICANA: *Tulio M. Cestero*; por HONDURAS: *Benjamin Villaseca Mujica*; por la REPÚBLICA ARGENTINA: *Manuel Augusto Montes de Oca, Fernando Saguier, Manuel E. Malbrán*; y por HAITI: *Arturo Rameau*.

CONVENTION

on uniformity of nomenclature for the classification
of merchandise

Their Excellencies the Presidents of Venezuela, Panamá, United States of America, Uruguay, Ecuador, Chile, Guatemala, Nicaragua, Costa Rica, Brazil, Salvador, Colombia, Cuba,

Paraguay, Dominican Republic, Honduras, Argentine Republic, and Hayti:

Being desirous that their respective countries may be represented at the Fifth International Conference of American States, have sent thereto the following Delegates, duly authorized to approve the recommendations, resolutions, conventions and treaties which they might deem advantageous to the interest of America.

Venezuela: *Pedro César Dominici, César Zumeta, José Austria;*

Panama: *Narciso Garay, José E. Lefevre;*

United States of America: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe;*

Uruguay: *J. Antonio Buero, Justino Jiménez de Aréchaga, Eugenio Martínez Thedy;*

Ecuador: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza;*

Chile: *Agustín Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río;*

Guatemala: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall;*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo;*

Costa Rica: *Alejandro Alvarado Quirós;*

United States of Brazil: *Afranio de Mello Franco, Sylvini Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo;*

El Salvador: *Cecilio Bustamante;*

Colombia: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri;*

Cuba: *José C. Vidal y Caro, Carlos García Vélaz, Aristides Agüero, Manuel Márquez Sterling;*

Paraguay: *Manuel Gondra, Higinio Arbo;*

Dominican Republic: *Tulio M. Cestero;*

Honduras: *Benjamin Villaseca Mujica;*

Argentine Republic: *Manuel Augusto Montes de Oca, Fernando Saguier, Manuel E. Malbrán;*

Hayti: *Arthur Rameau.*

Who, after having presented their credentials and the same having been found in due and proper form, have agreed upon the following Convention:

Article I

The High Contracting Parties agree to employ the Brussels nomenclature of 1913 in their statistics of international commerce, either exclusively or as a supplement to other systems.

Article II

Any controversy which may arise between the High Contracting Parties regarding the interpretation or operation of this Convention shall be settled by arbitration.

Article III

The American States not represented at the Fifth International Conference may adhere to this Convention by communicating their decision in due form to the Government of the Republic of Chile.

Article IV

The deposit of ratifications shall be made in the city of Santiago, Chile. The Chilean Government shall communicate such ratifications to the other Signatory States. This communication shall have the effect of an exchange of ratifications.

Article V

This Convention shall become effective for each Signatory State on the date of the ratification thereof by such State. It shall remain in force without limitation of time, but each Signatory State, upon notification of its intention to the Government of the Republic of Chile, may withdraw from said Convention upon the expiration of the period of one year counting from the date of the notification of such intention.

IN WITNESS WHEREOF, the Delegates sign this Convention in English, Spanish, Portuguese, and French and affix the seal of the Fifth International Conference of American States, in the city of Santiago, Chile, on the 3rd day of May in the year one thousand nine hundred and twenty three.

This Convention shall be filed in the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Chile, in order that certified copies

may be made and forwarded through appropriate diplomatic channels to each of the Signatory States.

(Signed) FOR VENEZUELA: *Pedro César Dominici, César Zumeta, José Austria*; for PANAMA: *Narciso Garay, José Lefevre*; for the UNITED STATES OF AMERICA: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, George E. Vincent, Frank B. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe*; for URUGUAY: *J. Antonio Buero, Justino Jiménez de Aréchaga, Eugenio Martínez Thedy*; for ECUADOR: *Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza*; for CHILE: *Agustín Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río*; for GUATEMALA: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall*; for NICARAGUA: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo*; for COSTA RICA: *Alejandro Alvarado Quirós*; for the UNITED STATES OF BRAZIL: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo*; for EL SALVADOR: *Cecilio Bustamante*; for COLOMBIA: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri*; for CUBA: *José C. Vidal y Caro, Carlos García Vélaz, Aristides Agüero, Manuel Marquez Sterling*; for PARAGUAY: *Manuel Gondra, Higinio Arbo*; for the DOMINICAN REPUBLIC: *Tulio M. Cestero*; for HONDURAS: *Benjamin Villaseca Mujica*; for the ARGENTINE REPUBLIC: *Manuel A. Montes de Oca, Fernando Sagüier, Manuel E. Malbrán*; and for HAYTI: *Arthur Rameau*.

CONVENTION

Sur l'uniformité de nomenclature pour la classification des marchandises

LL. EE. les Présidents du Vénézuéla, de Panamá, des E'tats-Unis d'Amérique, de l'Uruguay, de l'E'quateur, du Chili, du Guatémala, du Nicaragua, de Costa-Rica, du Brésil, du Salvador, de la Colombie, de Cuba, du Paraguay, de la République Dominicaine, du Honduras, de la République Argentine et d'Haiti:

Désirant que leurs pays respectifs fussent représentés à la Cinquième Conférence Internationale Américaine, y ont envoyé, dûment autorisés pour approuver les Recommandations, Résolutions, Conventions et Traités qu'ils jugeraient utiles

aux intérêts de l'Amérique, MM. les Délégués dont les noms suivent:

Vénézuéla: *Pedro César Dominici, César Zumeta, José Austria;*

Panamá: *Narciso Garay, José E. Lefevre;*

Etats-Unis d'Amérique: *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Saulsbury, Frank C. Partridge, George E. Vincent, William Eric Fowler, Leo S. Rowe;*

Uruguay: *J. Antonio Buero, Justino Jiménez de Aréchaga, Eugenio Martínez Thedy;*

Equateur: *Rafael M. Arízaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza;*

Chili: *Agustín Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luiz Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldan, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Rio;*

Guatemala: *Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall;*

Nicaragua: *Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo;*

Costa-Rica: *Alejandro Alvarado Quirós;*

Etats-Unis du Brésil: *Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo;*

Le Salvador: *Cecilio Bustamante;*

Colombie: *Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri;*

Cuba: *José C. Vidal y Caro, Carlos Garcia Vélez, Aristides Agüero, Manuel Márquez Sterling;*

Paraguay: *Manuel Gondra, Higinio Arbo;*

République Dominicaine: *Tulio M. Cestero;*

Honduras: *Benjamin Villaseca Mujica;*

République Argentine: *Manuel A. Montes de Oca, Fernando Sagquier, Manuel E. Malbrán;*

Haiti: *Arthur Rameau.*

Lesquels, après s'être communiqués leurs pouvoirs et les avoir reconnus comme étant en bonne et due forme, ont décidé de conclure la Convention suivante.

Article I

Les Hautes Parties Contractantes conviennent de se servir de la Nomenclature de Bruxelles de 1913 dans leurs statisti-

ques du Commerce International, soit exclusivement soit comme supplément à d'autres systèmes.

Article II

Tous les différends entre les Hautes Parties Contractantes relatifs à l'interprétation ou exécution de ce Traité se décideront par l'arbitrage.

Article III

Les Pays Américains qui n'ont pas été représentés à la Cinquième Conférence Internationale Américaine pourront adhérer à cette Convention en communiquant leur décision dans la forme établie, au Gouvernement de la République du Chili.

Article IV

Les ratifications seront déposées dans la ville de Santiago du Chili, et le Gouvernement Chilien communiquera les dites ratifications aux autres États Signataires. Cette communication aura effet d'un échange de ratifications.

Article V

Cette Convention commencera à régir dans chacun des États Signataires, à partir de la date de sa ratification par le dit État, et restera en vigueur sans limitation de durée, chacun des États Signataires se réservant le droit de se retirer de cette Convention après en avoir donné avis une année à l'avance, dans la forme établie, au Gouvernement de la République du Chili.

EN FOI DE QUOI, les Délégués Plenipotentiaires souscrivent la présente Convention et y apposent le sceau de la Cinquième Conférence Internationale Américaine, à Santiago du Chili, le trois du mois de mai de l'an mil neuf cent vingt-trois en espagnol, en anglais, en portugais, et en français. Cette Convention est déposée au Ministère des Affaires Étrangères de la République du Chili, afin qu'il en soit fait des copies authentiques, qui seront envoyées par la Voie Diplomatique à chacun des États Signataires.

(Signé) : pour le VÉNÉZUÉLA : *Pedro César Dominici, César Zumeta, José Austria*; pour PANAMÁ : *Narciso Garay, J. E. Lefevre*; pour les ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE : *Henry P. Fletcher, Frank B. Kellogg, Atlee Pomerene, Willard Sauls-*

bury, George E. Vincent, Frank C. Partridge, William Eric Fowler, Leo S. Rowe; pour l'URUGUAY: J. Antonio Buero, Justino Jiménez de Aréchaga, Eugenio Martínez Thedy; pour l'EQUATEUR: Rafael M. Arizaga, José Rafael Bustamante, Alberto Muñoz Vernaza; pour le CHILI: Agustín Edwards, Manuel Rivas Vicuña, Carlos Aldunate Solar, Luis Barros Borgoño, Emilio Bello Codesido, Antonio Huneeus, Alcibiades Roldán, Guillermo Subercaseaux, Alejandro del Río; pour le GUATEMALA: Eduardo Poirier, Máximo Soto Hall; pour NICARAGUA: Carlos Cuadra Pasos, Arturo Elizondo; pour COSTA-RICA: Alejandro Alvarado Quirós; pour les ETATS-UNIS DU BRÉSIL: Afranio de Mello Franco, Sylvino Gurgel do Amaral, J. de P. Rodrigues Alves, A. de Ipanema Moreira, Helio Lobo; pour le SALVADOR: Cecilio Bustamante; pour la COLUMBIE: Guillermo Valencia, Laureano Gómez, Carlos Uribe Echeverri; pour CUBA: José C. Vidal y Caro, Carlos García Vélaz, Aristides Agüero, Manuel Márquez Sterling; pour le PARAGUAY: Manuel Gondra, Higinio Arbo; pour la RÉPUBLIQUE DOMINICAINE: Tulio M. Cestero; pour HONDURAS: Benjamin Villaseca Mujica; pour la RÉPUBLIQUE ARGENTINE: Manuel A. Montes de Oca, Fernando Saguier, Manuel E. Malbrán; et pour HAITI: Arthur Rameau.

E, tendo sido os mesmos Actos, cujo teor fica acima transcripto, approvados pelo Congresso Nacional, os confirmo e ratifico e, pela presente, os dou por firmes e valiosos, para produzirem seus devidos effeitos, prometendo que elles serão cumpridos inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos treze dias do mez de agosto de mil novecentos e vinte e quatro, 103º da Independencia e 36º da Republica.

DECRETO N. 16.704 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1924

Publica a adhesão da Romania ao Ajuste de Berna, de 1920, relativo á conservação ou ao restabelecimento dos direitos de propriedade industrial attingidos pela guerra mundial

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo publicado pelo Decreto n. 14.445, de 3 de novembro de 1920, a adhesão do Reino da Romania á Convenção para a

protecção da propriedade industrial, revista em Washington a 2 de junho de 1911 e ao Ajuste sobre o registro de marcas de fabrica ou de commercio, tambem revisto em Washington em igual data, faz publica a declaração do mesmo reino de que estendeu essa adhesão ao Ajuste, firmado em Berna a 30 de junho de 1920, relativo á conservação ou ao restabelecimento dos direitos de propriedade industrial attingidos pela guerra mundial — conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta capital, por nota de 25 de outubro proximo passado, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES
José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO OFFICIAL

Legação da Suissa no Brasil, n. GG2/12. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1924.

Senhor Ministro,

De ordem de meu Governo, tenho a honra de endereçar a Vossa Excellencia as seguintes communicações, relativas á situação da Romania quanto á União internacional para a protecção da propriedade industrial:

1. O Governo da Romania, tendo notificado ao Conselho Federal Suisso, por uma nota de 26 de agosto de 1920 e em virtude do decreto-lei de 17 de junho de 1920, a adhesão desse Reino á Convenção da União de 20 de março de 1883 para a protecção da propriedade industrial e ao Ajuste de 14 de abril de 1891 relativo ao registro internacional das marcas de fabrica (os dous actos revistos em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911), — adhesão que foi notificada ao predecessor de Vossa Excellencia por nota n. 1.453/2, de 11 de outubro de 1920, como produzindo seus effeitos a partir de 6 de outubro de 1920 — o mesmo Governo fez saber ao Conselho Federal Suisso, por uma nota de 12 de junho de 1924, que deseja estender esta adhesão ao Ajuste assignado em Berna a 30 de junho de 1920, relativo á conservação ou ao restabelecimento dos direitos de propriedade industrial attingidos pela Guerra mundial.

2. Em data de 20 de agosto de 1924, S. E. o Senhor N. Petresco-Comnène, Ministro da Romania em Berna, devidamente autorizado para isto por plenos poderes expedidos, a 30 de julho de 1924, por S. E. o Senhor J. S. Duca, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Romania, depositou no Departamento Politico Federal o instrumento de ratificação dos tres actos acima enumerados, documento que foi incorporado aos Archivos federaes.

3. Resulta do artigo III d'uma lei adoptada pelo Senado Romeno a 25 de junho de 1924 e pela Camara dos Deputados da Romania a 29 de junho de 1924, sancionada por S. M. o Rei da Romania a 9 de julho de 1924, e promulgada no "Moniturul Oficial" n. 197, de 10 de setembro de 1924, que os tres precitados actos "são considerados como tendo entrado em vigor um mez após a data da notificação da adesão da Romania, endereçada pelo Governo Federal aos Estados que fazem parte da União produzindo, pois, effeito a partir de 6 de outubro de 1920 (adica ou Incepere dela 6 Octemvrie 1920)".

Os documentos acima referidos serão publicados no numero de outubro de 1924 da "Propriété industrielle".

Aproveito com empenho esta occasião, Senhor Ministro, para lhe renovar a segurança de minha mais alta consideração. — *Chs. Redard.*

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.705 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1924

Publica a adesão da Colonia da Costa do Ouro á Convenção Internacional para a repressão do trafico de brancas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão da Colonia da Costa do Ouro á Convenção Internacional para a repressão do trafico de mulheres brancas, assignada em Paris a 4 de maio de 1910, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada do Brasil em Paris, em officio de 13 de agosto ultimo, remettendo uma cópia authentica da carta da Embaixada Bri-

tannica naquella capital, dirigida ao Presidente do Conselho de Ministros da França, e cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.
José Felix Alves Pacheco.

Cópia.

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Paris, 13 de agosto de 1924.

NP. N. 108.

Indice: — Trafico de brancas e repressão das publicações obscenas.

Senhor Ministro,

Em resposta ao Despacho n. 7, de 20 de março ultimo, desta mesma Secção e Serie, tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. as cópias authenticas das actas de deposito de ratificações pelo Brasil:

a) da Convenção Internacional relativa á repressão do trafico de brancas de 4 de maio de 1910 e do Protocollo da mesma data, e

b) do Accordo internacional relativo á repressão da circulação das publicações obscenas, da mesma data.

Junto encontrará tambem V. Ex. as cópias authenticas da carta da Embaixada da Inglaterra notificando a adhesão da Costa do Ouro á Convenção sobre trafico de brancas e da acta de adhesão da Esthonia relativa ao accôrdo sobre repressão de publicações obscenas.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a V. Ex. os protestos da minha respeitosa consideração. — *L. M. de Souza Dantas.*

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco — Ministro de Estado das Relações Exteriores.

TRADUCÇÃO

Embaixada Britannica — Paris, 21 de junho de 1924.

Senhor Presidente do Conselho,

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia, de accôrdo com as instrucções do Principal Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de Sua Majestade, que Sua Majes-

tade Britannica adhere, por parte da Colonia da Costa do Ouro, á Convenção Internacional para a suppressão do trafico de mulheres brancas, assignada em Paris a 4 de maio de 1910.

Tenho a honra de ser, com a mais alta consideração, Senhor Presidente do Conselho, o mais obediente e humilde servo de Vossa Excellencia. — *Eric Phipps*.

DECRETO N. 16.742 A — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1924

Faz publica a ratificação da Hungria á Convenção Sanitaria Internacional, de Paris, de 1912

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a ratificação, pela Hungria, da Convenção Sanitaria Internacional, assignada em Paris a 17 de janeiro de 1912, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada do Brasil em Paris, em officio n. 112, de 27 de agosto ultimo, com a acta do deposito annexo, da qual uma traducção acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.
José Felix Alves Pacheco.

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil — NP. N. 112—
Paris, 27 de agosto de 1924.

Senhor ministro,

Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. a inclusa cópia authentica da acta de deposito de ratificação pela Hungria da Convenção Sanitaria, assignada em Paris a 17 de janeiro de 1912.

Approveito o ensejo, Sr. ministro, para reiterar a V. Ex. os protestos da minha respeitosa consideração. — *L. M. de Souza Dantas*.

A S. Ex. o Sr. Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

TRADUÇÃO

Acta de deposito das ratificações da Hungria relativas á Convenção Sanitaria Internacional, assignada em Paris a 17 de janeiro de 1912.

Executando o art. 160 da Convenção Sanitaria Internacional, assignada em Paris a 17 de janeiro de 1912, pela Alemanha, Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brasil, Bulgaria, Chile, Colombia, Costa-Rica, Cuba, Dinamarca, Equador, Espanha, França, Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda, Grecia, Guatemala, Haiti, Honduras, Italia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Noruega, Panamá, Paizes-Baixos, Persia, Portugal, Romania, Russia, Salvador, Estado Servio Croata-Sloveno, Sião, Suecia, Suissa, Turquia, Egypto e Uruguay, o abaixo assignado apresentou-se ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros em Paris, para realizar o deposito, nos archivos do Governo da Republica Franceza, do instrumento das ratificações do seu Governo.

Em fé do que foi redigida a presente acta, da qual uma cópia certificada conforme será endereçada, por intermedio do Governo da Republica Franceza, a cada uma das Potencias signatarias da Convenção Sanitaria de 17 de janeiro de 1912.

Feita em Paris a 1^o de agosto de 1924. — (L. S.) *René Renoult*. — (L. S.) *de Hevesy*.

Por cópia certificada conforme.

O sub-chefe do Serviço do Protocollo. — *Maurice Fernand Carré*.

DECRETO N. 16.800 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1925

Crêa um consulado honorario em Concordia, Republica Argentina

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando ser necessaria a existencia de um consulado honorario em Concordia e usando da autorização concedida pela lettra *a* do art. 4^o do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Concordia, na Republica Argentina; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1925, 104^o da Independencia e 37^o da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.801 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1925

Crea um consulado honorario em Corrientes, Republica Argentina

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando ser necessaria a existencia de um consulado honorario em Corrientes, e usando da autorizaçãõ concedida pela lettra *a* do art. 4º do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Corrientes, na Republica Argentina; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1925, 104º da Independencia e 37º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.818 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1925

Crêa um consulado honorario em Kristianstad, na Suecia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorizaçãõ concedida pela lettra *a* do art. 4º do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Kristianstad, na Suecia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1925, 104º da Independencia e 37º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.819 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1925

Crêa um consulado honorario em Lausanne, na Suissa

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorizaçãõ concedida pelo art. 4º, lettra *a*, do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Lausanne, na Suissa; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1925, 104º da Independencia e 37º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.820 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1925

Crêa um consulado honorario em Coruña, na Hespanha

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 4º, letra *a*, do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Coruña, na Hespanha; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1925, 104º da Independencia e 37º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.821 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1925

Crêa um consulado honorario em Saint Gall, na Suissa

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 4º, letra *a*, do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Saint Gall, na Suissa; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1925, 104º da Independencia e 37º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.822 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1925

Crêa um consulado honorario em Medellin, na Republica da Colombia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 4º, letra *a*, do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Medellin, na Republica da Colombia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1925, 104º da Independencia e 37º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.823 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1925

Publica a adesão do Irak á Convenção Postal de Madrid

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão do Irak á Convenção Postal Universal, concluida em Madrid a 30 de novembro de 1920, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta Capital, em nota n. GG 3/25, de 5 de dezembro de 1924.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1925, 104º da Independencia e 37º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO OFFICIAL

Legação da Suissa no Brasil — N. GG 3/25 — Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1924.

Senhor Ministro — De ordem do meu Governo, tenho a honra de dar conhecimento a V. Ex. que, em nota de 12 de julho de 1924, a Legação da Gran Bretanha em Berna notificou, em nome de seu Governo, ao Conselho Federal Suíço, a adesão do Irak á Convenção Postal Universal, concluida em Madrid a 30 de novembro de 1920.

Por uma nota complementar de 19 de setembro ultimo a dita Legação deu conhecimento ainda do seguinte:

1º, que o Irak devia ser comprehendido “nos outros Dominios e no conjuncto das colonias e protectorados britannicos” mencionados sob o n. 6 do art. 29 da Convenção Postal de Madrid;

2º, que a adesão do Irak á União Postal universal podia ser considerada valida a partir da data, na qual a notificação de adesão seria communicada pelo Governo Suíço aos governos dos paizes que fazem parte da União Postal.

A notificação da adesão do Irak á União Postal é communicada a V. Ex. pela presente, em virtude do art. 26 da Convenção Postal Universal de Madrid.

De accôrdo com a nota da Gran Bretanha, de 18 de setembro, acima indicada, esta adesão é valida a partir da data de 13 de novembro ultimo.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para renovar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração. — *Charles Redard.*

A S. Ex. o Sr. Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.824 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1925

Publica a adesão da Nova Zelandia á Convenção Internacional de Roma, para a criação de uma Repartição Internacional de Hygiene Publica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão do Dominio da Nova Zelandia á Convenção Internacional, assignada em Roma a 9 de dezembro de 1907, para a criação de uma Repartição Internacional de Hygiene Publica, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores á Embaixada Italiana nesta Capital, por nota de 22 de novembro proximo findo, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO

Embaixada de Italia — N. 122/196 — Pos. XII — Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1924:

Senhor Ministro — Por nota verbal de 10 de maio de 1924, a Embaixada de S. M. Britannica em Roma notificou ao Governo do Rei que o Governo do Dominio da Nova Zelandia deseja adherir ao accôrdo internacional firmado em Roma a 9 de dezembro de 1907 para a criação, em Paris, de uma Repartição Internacional de Hygiene Publica.

Por outra nota verbal de 5 de outubro do corrente, a mesma Embaixada communicou, em resposta a uma solicitação do Regio Ministerio dos Negocios Estrangeiros em Roma,

que o referido Dominio pede ser inscripto, de accôrdo com o art. 11 dos Ostatutos da Repartição em questão, na quarta categoria dos Estados adherentes.

De conformidade com o art. 6 do Accôrdo, esta Regia Embaixada está encarregada de levar o que precede ao conhecimento de V. Ex.

Serei, portanto, grato a V. Ex. si se dignar accusar-me o recebimento desta minha communicação e rogo-lhe acceitar, Sr. Ministro, os protestos da minha mais alta consideração. — *Pietro Badoglio.*

A S. Ex. o Sr. Dr. Felix Pacheco, Ministro dos Negocios Estrangeiros, Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.825 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1925

Publica a adhesão do Egypto á Convenção para o melhoramento da sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Egypto á Convenção, assignada em Genebra, a 6 de julho de 1906, para o melhoramento da sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha (Convenção da Cruz Vermelha), conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 16 de janeiro do corrente anno, n. GG. 1/17, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1925, 104° da Independência e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUCÇÃO OFFICIAL

Legação da Suissa no Brasil — N. GG 1/17 — Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1925:

Senhor Ministro — Em additamento á minha nota n. GG 1/2, de 11 de janeiro de 1924, e de ordem do meu Governo,

tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que no prazo de um anno, previsto pelo art. 32, alinea 3, da Convenção assignada em Genebra a 6 de julho de 1906, para o melhoramento da sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha, nenhuma opposição sobre a adhesão do Egypto á dita Convenção foi communicada ao Conselho federal suíço. Por conseguinte, a adhesão do Egypto tornou-se definitiva, a partir de 17 de dezembro de 1924.

Apresso-me em aproveitar esta occasião para reiterar a V. Ex., Senhor Ministro, as seguranças da minha mais alta consideração. — *Charles Redard.*

A S. Ex. o Sr. Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.826 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1925

Faz publica a ratificação, pela Venezuela, de actos postaes assignados em Madrid a 30 de novembro de 1920

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, segundo communicação dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação Hespanhola nesta Capital, por nota de 20 de novembro findo, o Governo dos Estados Unidos da Venezuela fez depositar no Archivo do Ministerio de Estado, em Madrid, aos vinte e seis de agosto deste anno, o instrumento de ratificação, por parte daquelle Governo, da Convenção Postal Universal e da Convenção sobre encomendas postaes, com os respectivos Protocollos finaes, concluidos em Madrid aos 30 de novembro de 1920, por occasião do VII Congresso da União Postal Universal.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.858 — DE 27 DE MARÇO DE 1925

Crêa um Consulado honorario em Viborg (Finlandia)

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela letra *a* do art. 4º do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em Viborg, na Finlandia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1925, 104ª da Independencia e 37ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.859 — DE 27 DE MARÇO DE 1925

Faz publico o deposito de ratificação, pela Venezuela, do Convenio sobre encomendas postaes assignado em Buenos Aires em 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, segundo comunicação dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada Argentina nesta Capital em Nota datada de 3 de fevereiro de 1925, o Governo da Republica da Venezuela fez depositar no archivo do Ministerio das Relações Exteriores e Culto, em Buenos Aires, aos 27 de março de 1924, o instrumento de ratificação, por parte daquelle Governo, do Convenio sobre encomendas postaes, assignado em Buenos Aires a 15 de setembro de 1921, com o respectivo Protocollo final e Regulamento de execução.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1925, 104ª da Independencia e 37ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.860 — DE 27 DE MARÇO DE 1925

Faz publico o deposito de ratificação, pela Republica de Nicaragua, dos Actos postaes assignados em Buenos Aires em 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, segundo communicacão dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada Argentina nesta Capital por Nota de 3 de fevereiro de 1925, o Governo da Republica de Nicaragua fez depositar no archivo do Ministerio das Relações Exteriores e Culto, em Bueno Aires, aos 30 de novembro ultimo, o instrumento de ratificação, por parte daquelle Governo, da Convenção principal da União Postal Pan-Americana e do Convenio sobre encomendas postaes, assignados em Buenos Aires a 15 de setembro de 1921, com os respectivos Protocollos finaes e Regulamentos de execução, assim como do Convenio sobre vales postaes, tambem concluido na mesma cidade, em igual data.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.878 — DE 16 DE ABRIL DE 1925

Cassa o exequatur ao consul do Haiti em Pernambuco

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo presentes informações do Presidente do Estado de Pernambuco, decreta:

Fica sem effeito o *exequatur* concedido em 17 de setembro de 1919, ao bacharel Sylvio de Guimarães Cravo, para exercer o cargo de consul do Haiti em Pernambuco.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.886 — DE 17 DE ABRIL DE 1925

Publica a adesão do Uruguay á Convenção Internacional de Armas e Munições

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão da Republica Oriental do Uruguay á Convenção Internacional relativa ao commercio de armas e munições, assignada em Saint-Germain-en-Laye, a 10 de Setembro de 1919, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada do Brasil em Paris, em Officio n. 28, de 19 de fevereiro ultimo, do qual uma cópia acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Cópia — N. P. n. 28 — Embaixada dos Estados Unidos do Brasil — Paris, 19 de fevereiro de 1925.

Indice: Convenção Internacional de Armas e Munições.

Senhor Ministro:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia uma cópia, fornecida pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros de França, da Acta de Adesão do Uruguay á Convenção Internacional de Armas e Munições, e 10 de setembro de 1919.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha respeitosa consideração. —
L. M. de Souza Dantas.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.887 — DE 17 DE ABRIL DE 1925

Promulga o Tratado para a Solução Judicial de Controversias entre o Brasil e a Suissa, de 23 de junho de 1924

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, havendo sancionado pelo decreto n. 4.882, de 22 de novembro de 1924, a resolução do Congresso Nacional que approvou o Tratado para a Solução Judicial de Controversias entre o

Brasil e a Suíça assignado no Rio de Janeiro a 23 de junho de 1924; e tendo sido trocados os respectivos instrumentos de ratificação, nesta cidade, aos 7 dias de abril de 1925:

Decreta que o mesmo Tratado, appenso por cópia ao presente decreto, seja executado e cumprido tão fielmente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Tratado para a solução judicial de controversias entre o Brasil e a Suíça

Tratado relativo á solução judicial das controversias que venham a surgir entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Confederação Suíça

Traité relatif au règlement judiciaire des différends qui viendraient à s'élever entre la République des Etats-Unis du Brésil et la Confédération Suisse

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil e o Conselho Federal Suíço, animados do desejo de fortalecer, cada vez mais, os laços de boa amizade existentes entre os dois países, resolveram celebrar um Tratado para a solução das controversias que se possam suscitar, no futuro, entre os Estados Unidos do Brasil e a Confederação Suíça, e para esse fim nomearam seus Plenipotenciarios, a saber:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Senhor José Felix Alves Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores,

O Conselho Federal Suíço o Senhor Alberto Gertsch,

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil et le Conseil Fédéral Suisse animés du désir de resserrer toujours plus les liens de bonne amitié qui unissent les deux pays et de résoudre, autant que possible, par la voie judiciaire les différends qui viendraient à s'élever entre les Etats-Unis du Brésil et la Confédération Suisse, ont résolu de conclure à cet effet un traité et ont désigné leurs Plénipotentiaires, savoir:

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil, Monsieur José Felix Alves Pacheco, Ministre d'Etat des Relations Extérieures,

Le Conseil Fédéral Suisse, Monsieur Albert Gertsch, En-

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Confederação Suissa nos Estados Unidos do Brasil.

Os quaes, depois de se haverem communicado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

Artigo I

As Altas Partes Contractantes obrigam-se a submeter á Côrte Permanente de Justiça Internacional as controversias que surgirem entre ellas e que não tenham sido resolvidas por via diplomatica ou por outro qualquer meio de conciliação, contanto que taes controversias não versem sobre questões que affectem preceitos constitucionaes de um ou outro dos Estados Contractantes.

Artigo II

As questões que já tenham sido objecto de accordos definitivos entre as duas Partes não poderão dar causa a recurso para a Côrte Permanente de Justiça Internacional, a menos que a controversia seja sobre a interpretação ou execução dos mesmos accordos.

Artigo III

Em cada caso occorrente as Altas Partes Contractantes assignarão um compromisso especial determinando claramente o objecto da controversia, as competencias parti-

voyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la Confédération Suisse aux Etats-Unis du Brésil.

Lesquels, après s'être fait connaître leurs pleins pouvoirs, reconnus en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

Article I

Les Hautes Parties contractantes s'engagent à soumettre à la Cour Permanente de Justice Internationale les différends que s'élèveraient entre elles et n'auraient pu être résolus par la voie diplomatique ou par tout autre moyen de conciliation, à la condition, toutefois, qu'il ne portent pas sur des questions qui affectent des principes constitutionnels de l'un ou l'autre des Etats contractants.

Article II

Les questions qui on déjà fait l'objet d'accords définitifs entre les deux Parties ne peuvent donner lieu à recours à la Cour Permanente de Justice Internationale, à moins que le différend ne porte sur l'interprétation ou l'exécution de ces mêmes accordos.

Article III

Dans chaque cas particulier, les Hautes Parties contractantes signeront un compromis spécial déterminant nettement l'objet du différend, les compétences parti-

culares que poderiam ser devolvidas á Côrte, assim como todas as outras condições combinadas entre ellas.

O compromisso será estabelecido por troca de notas entre os Governos das Altas Partes Contractantes.

O compromisso será interpretado em todos os pontos pela Côrte Permanente de Justiça Internacional.

Se nos seis mezes que seguirem á notificação de um projecto de compromisso apresentado por uma das Partes, as Altas Partes Contractantes não conseguirem entender-se sobre as medidas a tomar, qualquer dellas poderá submeter a questão á Côrte de Justiça Internacional, por meio de simples requerimento, de accordo com o artigo 40 dos seus Estatutos.

Artigo IV

As Altas Partes Contractantes obrigam-se a observar e cumprir lealmente a sentença proferida pela Côrte Permanente de Justiça Internacional.

As Altas Partes Contractantes abster-se-ão durante o curso do processo judicial de qualquer medida que possa ter repercussão que prejudique a execução da sentença a ser proferida pela Côrte de Justiça.

Artigo V

As difficuldades que possam surgir na execução da

culières qui pourraient être dévolues à la Cour, ainsi que toutes autres conditions arrêtées entre elles.

Le compromis est établi par échange de notes entre les Gouvernements des Hautes Parties contractantes.

Il est interprété en tous points par la Cour Permanente de Justice Internationale.

Si, dans les six mois qui suivent la notification d'un projet de compromis par l'une des Parties, les Hautes Parties contractantes ne parviennent pas à s'entendre sur les dispositions à prendre, chacune d'entre elles peut saisir la Cour de Justice Internationale par voie de simple requête, conformément à l'article 40 de son Statut.

Article IV

Les Hautes Parties contractantes s'engagent à observer et à exécuter loyalement l'arrêt rendu par la Cour Permanente de Justice Internationale.

Elles s'abstiendront, durant le cours de la procédure judiciaire, de toute mesure pouvant avoir une répercussion préjudiciable sur l'exécution de l'arrêt à rendre par la Cour de Justice.

Article V

Les difficultés auxquelles peut donner lieu l'exécution

sentença serão resolvidas pela
Côrte Permanente de Justiça
Internacional.

Neste caso, qualquer das
Partes poderá submeter a
questão á Côrte de Justiça por
meio de simples requerimento.

de l'arrêt seront tranchées par
la Cour Permanente de Justice
Internationale.

Dans ce cas, chacune des
Parties peut saisir la Cour de
Justice du différend par voie
de simple requête.

Artigo VI

Cada uma das Partes pagará
as despesas que fizer no pro-
cesso.

Article VI

Chaque Partie supporte ses
propres frais de procédure.

Artigo VII

O presente Tratado será ra-
tificado. Os instrumentos de
ratificação serão trocados no
Rio de Janeiro no mais breve
prazo possível.

O Tratado vigorará por dez
annos, a contar da troca das
ratificações. Se não for de-
nunciado seis mezes antes da
expiração deste prazo, conti-
nuará em vigor durante novo
periodo de dez annos e assim
successivamente.

Em fé do que os Plenipoten-
ciarios acima nomeados assi-
gnaram o presente Tratado em
dois exemplares, cada um nas
linguas portugueza e france-
za, appondo nelles os respe-
ctivos sellos.

Feito, em duplicata, na ci-
dade do Rio de Janeiro, aos
vinte e tres dias de Junho de
1924. (Ass.) *José Felix Alves
Pacheco.* (Ass.) *Albert Ger-
tsch.*

Article VII

Le présent traité sera ra-
tifié. Les instruments de la
ratification en seront échan-
gés à Rio de Janeiro dans le
plus bref délai possible.

Le traité est conclu pour la
durée de dix ans à compter de
l'échange des ratifications.
S'il n'est pas dénoncé six mois
avant l'expiration de ce délai,
il demeure en vigueur pour
une nouvelle période de dix
ans, et ainsi de suite.

En foi de quoi, les Plénipo-
tentiaires ci-dessus nommés
ont signé le présent traité en
deux exemplaires, chacun en
langues portugaise et fran-
çaise, et y ont apposé leurs
sceaux.

Fait en double exemplaire,
à Rio de Janeiro, le vingt-
trois Juin 1924. (Ass.) *José
Felix Alves Pacheco.* (Ass.)
Albert Gertsch.

DECRETO N. 16.887 — DE 17 DE ABRIL DE 1925

Crêa um Consulado honorario em Katowice

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 4º, lettra *a* do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Katowice na Polonia, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1925, 104º da Independencia e 37º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

N. 3

DECISÕES

Circular ao Corpo Diplomatico e ao Consular Brasileiros
sobre a expedição de sementes, plantas ou partes vi-
vas de plantas.

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares
— N. 9 — Circular — Rio de Janeiro, 1º de julho de 1924.

Por solicitação do Ministerio da Agricultura, Industria e
Commercio peço ás Legações e aos Consulados Brasileiros
providencias afim de que, em obediencia ao Regulamento de
Defesa Sanitaria Vegetal, não sejam remettidas sementes,
plantas ou partes vivas de plantas, sem preenchimento das
formalidades exigidas pelo alludido regulamento, devendo
aquellas ser acompanhadas de attestado de sanidade da au-
toridade competente do paiz de origem e sujeitas ao exame
do respectivo Serviço nas Repartições aduaneiras e postaes
da Republica, pelo que não póde ser permittida a remessa
em mala diplomatica.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular sobre nota do Banco pela
remessa de emolumentos a Londres

Secção de Contabilidade — Circular n. 10 — Rio de Ja-
neiro, 19 de agosto de 1924.

Senhor.

Os Consulados em sua maioria teem remettido a esta
Secretaria de Estado, conjuntamente com a guia mensal da
renda consular, a nota do Banco (bordereau) como prova da

operação de cambio feita no momento da remessa dos emolumentos á Delegacia do Thesouro Nacional em Londres. Outras Chancellarias teem-se descuidado da remessa dessa prova essencial á fiscalização deste Ministerio.

Para que, pois esta Secretaria de Estado possa examinar com efficiencia e maior facilidade os mappas de emolumentos, peço a V. S. queira remetter, daqui por deante, com as referidas contas de emolumentos as notas dos Bancos que effectuaram as remessas da renda a favor daquella Delegacia, dentro do respectivo trimestre.

Aproveito este ensejo para reiterar a V. S. os protestos da minha...

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre assignatura nos rões de equipagem

Ministerio das Relações Exteriores — Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1924 — N. C. 12. Circular.

O Ministerio dos Negocios da Marinha solicitou providencias no sentido de serem observadas nos consulados brasileiros as disposições do art. 585, § 1º, do regulamento das Capitancias de Portos apporavod e mandado executar pelo decreto n. 16.197, de 31 de dezembro de 1923 e publicado no *Diario Official* de 14 de dezembro do mesmo anno.

Motivou aquelle pedido o facto de haver o capitão do porto do Estado de Pernambuco notado que os consules brasileiros em diversos portos da Europa costumam escrever observações nos rões de equipagem, nas folhas reservadas ás notas de desembarque, prejudicando por essa fórmula a assignatura dos capitães de portos.

Assim, peço aos senhores consules evitarem o lançamento de notas em logares destinados a assignaturas e outras discriminações nos respectivos rões de equipagem.

FELIX PACHECO.

Telegramma-circular expedido ás Embaixadas e Legações Brasileiras, extensivo aos Consulados Brasileiros sobre os pagamentos que se effectuam pela Delegacia do Thesouro Nacional em Londres.

Circular 1 — Em 2 de janeiro de 1925:

Communico Vocencia este Ministerio approvou inteiramente alvitre constante officio circular 15 outubro ultimo expedido delegado Thesouro Londres cujo fiel cumprimento espera ser observado sem discrepância stop queira commu-
nicar consules carreira ahi estes honorarios seus jurisdiccio-
nados. — *Felix Pacheco*.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O TELEGRAMMA-CIRCULAR SUPRA

“Delegacia do Thesouro Brasileiro. — Londres, 12 de Novembro de 1924. — N. 4 — Senhor Ministro. — Começo nesta data a endereçar aos membros dos Corpos Diplomatico e Consular o officio-circular aqui junto, com o intuito de regularizar os pagamentos que competem a esta repartição.

Pediria a V. Ex. a bondade de recommendar o cumprimento exacto dessas prescripções legaes, o que muito contribuirá para bôa ordem de alguns dos serviços a cargo da Delegacia.

Tenho a honra de renovar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta estima e respeitosa consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. — *Oscar Bormann*, Delegado.”

Officio-circular — Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres, aos 15 de outubro de 1924.

Senhor:

No intuito de regularizar os processos não só de tomada de contas dos adeantamentos de qualquer natureza, com excepção dos concernentes a despesas de character reservado, como tambem de pagamentos feitos por esta repartição, venho pedir a V. Ex. se digne observar as seguintes prescripções legaes:

1°. Os adeantamentos serão sempre por trimestre, não sendo os mesmos applicaveis a despesas que digam respeito a mezes anteriores (art. 296 do Codigo de Contabilidade).

2°. Taes adeantamentos estão sujeitos a prestação de contas, que terá de ser approvada pela Delegação do Tribunal, não podendo ser feito o terceiro adeantamento, sem approvação do emprego do primeiro; do quarto, sem approvação do emprego do segundo, e assim por deante (Codigo de Contabilidade, art. 303).

3°. A prestação de contas dos adeantamentos é remet-tida directamente a esta Delegacia, que a encaminhará áquellea Delegação.

4°. Os saldos dos adeantamentos, salvo os relativos a despezas de representação, devem ser recolhidos aos cofres da Delegacia, por occasião da prestação de contas (Codigo de Contabilidade, art. 293). O saldo dos dous terços de representação, que fôr verificado em cada trimestre, poderá ser levado ao seguinte, fazendo-se a liquidação final na prestação de contas concernentes ao quarto (art. 41 da lei vigente do orçamento de Despeza).

5°. Na prestação de contas, os responsaveis devem, com clareza e precisão, indicar: Na receita, a somma em libras recebidas da Delegacia e o equivalente em moeda do paiz apresentando a nota de conversão de moeda, com a taxa de cambio, fornecida pelo banco ou estabelecimento commercial que tiver pago o saque. Na despeza, todos os gastos realizados, que deverão não só ser discriminados detalhadamente, como comprovados mediante contas e recibos, salvo as despesas inferiores a dez mil réis ouro, que deverão, entretanto, ser relacionadas.

6°. Os recibos e outros documentos que instruirem o processo de prestação de contas e que não forem redigidos em francez ou inglez devem ser traduzidos em portuguez.

7°. A prestação de contas de cada adeantamento deve ser feita dentro de noventa dias, que começarão a ser contados da data do recebimento, e terminarão no dia em que foi registrada no Correio a remessa dos documentos de prestação de contas. O responsavel fica sujeito á multa de 1 % ao mez, se ultrapassar esse prazo. (Codigo de Contabilidade, art. 298).

8°. As prestações de contas devem ser feitas separadamente para cada adeantamento.

9°. Os saques de vencimentos pódem ser effectuados mensalmente e constarão apenas de ordenado, gratificação, 25 % sobre estes, gratificação adicional, gratificação local, gratificação por substituição, quando ordenada, e um terço de representação. Do total serão descontados o sello devido, contribuição para o montepio, consignação (declarando a fa-

vor de quem), gratificação para o substituto e as importâncias sacadas a maior, quando reclamadas.

10. Os quantitativos para expediente, facturas consulares e expediente de vice-consulados não remunerados devem ser sacados por mez ou mezes vencidos.

11. Deve ser tido muito em attenção que as despesas de pessoal (vencimentos, 25 %, 1/3 de representação e gratificação local) — formação saques distinctos dos destinados aos dispendios de material (expediente, dous terços de representação, aluguel de casa, facturas consulares, expediente dos vice-consulados não remunerados, telegrammas, ajudas de custo, despesas de viagem, extraordinarias, etc.) e de gratificações addicionaes a primeiros secretarios e por substituições.

12. Das despesas quer de pessoal, quer de material, serão enviados recibos em triplicata, os quaes, como os saques respectivos, devem ser tambem distinctos.

13. Os funcionarios que residem na Europa só pódem sacar contra a delegacia, depois de terem recebido desta o necessario aviso; e os que residirem na America, depois de avisados pelo Ministerio das Relações Exteriores, citando a data do telegramma ou officio que autorizou o saque, (artigo 70, da Consolidação das Leis sobre o Corpo Diplomatico, e 98 da Consolidação das Leis sobre o Corpo Consular, ambas de agosto de 1913).

14. Quando houver alteração de vencimentos, por qualquer motivo, ou quanto o funcionario tiver duvida sobre as vantagens que lhe devem caber, pedirá calculos e esclarecimentos á delegacia.

15. Quando o funcionario verificar que sacou de menos qualquer quantia, sob qualquer titulo, não poderá se indemnizar, sem estar autorizado pela delegacia.

16. No recolhimento, pedido pela delegacia, de importancias pagas irregularmente, devem ser indicados o numero e a data do officio que o solicitou, bem como a natureza da divida.

17. Os documentos comprobatorios de despesas extraordinarias, salvo as de character reservado, devem ser enviados com o saque á repartição pagadora, com excepção das que digam respeito a adeantamentos, dos quaes serão prestadas contas ulteriormente (paragraphos 1º e 2º do art. 39 do Regulamento do Corpo Diplomatico Brasileiro, que acompanhou o decreto n. 14.607, de 11 de fevereiro de 1920).

18. Os embaixadores, ministros, encarregados de negócios e consules ou encarregados de consulados, quando removidos, devem communicar á delegacia a data em que deixaram o exercicio do antigo posto e a em que assumiram o do novo, procedendo do mesmo modo com relação a qualquer funcçionario que lhes for subordinado. No caso de férias, licença ou commissão, será feita identica communicação. Os embaixadores e ministros communicarão tambem a data da apresentação das credenciaes e a em que fizerem o pedido de *exequatur* para nomeação de consules.

19. Os embaixadores, ministros, encarregados de negócios, consules e encarregados de consulados não apporão o *cumpra-se* em licenças, que lhes forem concedidas ou a seus subordinados, sem o prévio pagamento do sello (por tres mezes dollars 5,46; por mais tempo dollars 10,92) sob pena de multa de 100\$ a 500\$, como dispõe o art. 62, lettra c, do vigente regulamento do sello (aviso do Ministerio da Fazenda ao do Exterior, n. 263, de 14 de novembro de 1922). O sello assim cobrado deve ser recolhido immediatamente á delegacia, acompanhada a remessa, de officio em que se declare o nome do funcçionario, posto, tempo de licença, data do *cumpra-se* e da portaria ou telegramma da autoridade que tiver concedido a licença. De accôrdo com a lei, nenhum saque de vencimentos poderá ser acceito sem o cumprimento de taes formalidades.

20. Os que tiverem procuradores em Londres, para recebimento de vencimentos, devem communicar, por telegramma ou officio, no dia primeiro de cada mez, o tempo de exercicio no anterior, ficando o respectivo pagamento dependendo dessa informação. A expedição do telegramma correrá por conta do interessado.

21. A carta de aviso de saque, acompanhada do recibo em triplicata, deve ser enviada, pelo Correio, directamente á delegacia. Quando se tratar de pagamento a empregado subordinado, deve o saque vir acompanhado não só do recibo em triplicata do sacador, como do daquelle empregado.

22. A despeza de telegrammas deve ser comprovada com recibos do telegrapho expeditor, e só serão acceitos saques de tal dispendio até a quantia para isso fixada annualmente pelo Ministerio das Relações Exteriores.

23. A renda arrecadada pelos consulados, inclusive os não remunerados pelo Thesouro, deve ser recolhida á delegacia, nos oito primeiros dias de cada mez. A obediencia a esse prazo será verificada pela data do cheque, o qual deve

ser cruzado e pagavel á vista á Brazilian Treasury Delegation.

24. Quando não houver arrecadação de renda, deve o facto ser communicado, dentro do referido prazo, á delegacia.

25. Os que retiverem em seu poder, além do prazo, renda arrecadada ficarão sujeitos ao pagamento do juro de um por cento ao mez, pela móra, e pagarão a multa correspondente a tantos dias de vencimentos quantos forem os do retardamento da entrega (Regulamento do Codigo de Contabilidade, art. 154, § 1°).

26. As despesas de um exercicio devem ser sacadas separadamente das de outro, acompanhado cada saque de recibos e documentos tambem distinctos.

Tenho a honra de renovar a V. Ex. as seguranças da minha elevada estima e mui distincta consideração. — *Oscar Bormann, delegado.*"

Circular ao Corpo Diplomatico Estrangeiro, sobre franquias aduaneiras

N. 2 — Rio de Janeiro, 14 de março de 1925.

Senhor.

No intuito de melhor orientar a applicação da lei fiscal na parte referente ao privilegio de franquia alfandegaria aos Chefes das missões diplomaticas estrangeiras e, em geral, ás pessoas empregadas na diplomacia, aos Consules geraes e demais Consules de carreira dos paizes estrangeiros e ainda com o fim de evitar, quanto possivel, que uma interpretação menos verdadeira das disposições legislativas possa crear, momentaneamente, uma qualquer situação desagradavel, tenho a honra de solicitar a attenção de V... para os seguintes esclarecimentos:

A Tarifa das Alfandegas, revista de accôrdo com as leis ns. 640 e 659, de 14 e 22 de novembro de 1899, dispõe que será concedida isenção de direitos de consumo: "Art. 2°. XVI — § 5°. A todos os objectos de uso proprio dos embaixadores e ministros estrangeiros, e, em geral, de todas as pessoas empregadas na diplomacia, considerados como pertencentes á sua bagagem, que chegarem á Republica.

§ 6°. Aos generos e objectos importados pelos embaixadores, ministros residentes e encarregados de negocios acre-

ditados junto ao Governo da Republica, na fórma da legislação em vigor, e pelos consules geraes de carreira das nações que não teem Legação no Brasil; e aos moveis e outros objectos de uso proprio dos consules geraes e consules de carreira, importados para o seu primeiro estabelecimento.”

São essas as disposições geraes que regem a materia e que este Ministerio péde ás Representações Diplomaticas estrangeiras terem presentes por occasião de fazerem suas requisições de franquias aduaneiras.

Agradecendo antecipadamente a V... de o seu auxilio para a melhor regularidade do serviço das requisições referidas, aproveito o ensejo para ter a honra de...

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Diplomatico Estrangeiro, sobre franquias aduaneiras

N. 4 — Rio de Janeiro, 17 de abril de 1925.

Senhor.

Levo ao conhecimento de V... que, no Brasil, o privilegio de franquias aduaneiras concedido aos Chefes das missões diplomaticas estrangeiras e, em geral, ás pessoas empregadas na diplomacia, assim como aos Consules Geraes e demais consules de carreira dos paizes estrangeiros, não se basea no principio de reciprocidade e, para que V... esteja habilitado a responder qualquer consulta sobre o assumpto, transcrevo, abaixo, a parte da legislação fiscal a que o mesmo se refere:

ALTERAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DA TARIFA DAS ALFANDEGAS

“ Art. 2º. Será concedida isenção de direitos de consumo...:

§ 5.º A todos os objectos de uso proprio dos embaixadores e ministros estrangeiros, e, em geral, de todas as pessoas empregadas na diplomacia, considerados como pertencentes á sua bagagem, que chegarem á Republica.

§ 6.º Aos generos e objectos importados pelos embaixadores, ministros residentes e encarregados de negocios acreditados junto ao Governo da Republica, na fórma da legis-

lação em vigor, e pelos consules geraes de carreira das nações que não teem Legação no Brasil; e aos moveis e outros objectos de uso próprio dos consules geraes e consules de carreira, importados para o seu primeiro estabelecimento.

Nota — Nesta disposição não se comprehendem os objectos de expediente e outros importados para o serviço dos consulados estrangeiros. (Circular n. 34, de 29 de julho de 1905).

Observação. As requisições para os despachos dos artigos a que se referem os §§ 5º e 6º, deverão mencionar as marcas e numeros dos volumes e ser feitas ao inspector da Alfandega por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores.

§ 8º. Aos generos e objectos importados para uso nos navios de guerra das nações amigas, e de seus officiaes ou tripulações, que chegarem em transportes dos respectivos Estados, em paquetes ou em navios mercantes, mediante requisição da competente Legação, ou Chefe da Estação naval."

Aproveito o ensejo, Sr...

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular sobre certificados de vida para os pensionistas residentes no estrangeiro

Secção de Contabilidade — Circular n. 5 — Em 29 de abril de 1925.

Senhor Consul,

Peço a attenção de V. S. para o dispositivo do art. 341 do Regulamento de Contabilidade Publica, que V. S. deverá transmittir ás repartições consulares sob sua jurisdicção, afim de que seja rigorosamente cumprido:

"Art. 341. Os certificados de vida para os inactivos ou pensionistas que tenham obtido permissão para residir no estrangeiro serão passados pela autoridade consular do Brasil, quando o credor morar no lugar da séde do Consulado, ou pela autoridade local, quando residir em outra parte.

A firma desta autoridade deverá ser reconhecida pelo representante do Governo brasileiro e a deste pelo Ministerio das Relações Exteriores."

Aproveito o ensejo para reiterar a V. S. os protestos da minha perfeita estima e consideração.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular referente á abolição do sello proporcional sobre venda de embarcações

Secção de Contabilidade — Circular n. 6 — Em 29 de abril de 1925.

Senhor Consul,

Alguns consulados continuam a cobrar o sello proporcional nos contractos de compra e venda de embarcações.

Na antiga tabella de emolumentos consulares, estabelecida pelo decreto n. 11.576, de 20 de fevereiro de 1916, citava-se, nos ns. 20 e 21, esse sello proporcional, que, de accôrdo com o paragrapho n. 1, da tabella A, do regulamento annexo ao decreto n. 3.564, de 22 de janeiro de 1900, devia ser cobrado, além dos emolumentos indicados nos referidos numeros, pela mudança de bandeira de embarcações.

Mas na actual tabella de emolumentos, que baixou com o decreto n. 15.905, de 27 de dezembro de 1922, estão fixados, nos seus ns. 23 e 24, os emolumentos que se devem cobrar pela mudança de bandeira de embarcações, no caso de venda, não se fazendo menção do referido sello proporcional, porque o mesmo havia sido omittido na tabella A do regulamento em vigor para a cobrança do sello, annexo ao decreto n. 14.339, de 1 de setembro de 1920, regulamento este que é posterior á antiga tabella de emolumentos consulares, de 1916, e anterior á actual, de 1922.

Segundo o n. 26 do art. 13 do vigente regulamento para a cobrança do sello (decreto n. 14.339, de 1 de setembro de 1920), póde parecer que, nos contractos de compra e venda de embarcações, o sello proporcional deve ser cobrado, porquanto o citado art. 13 declara: — “O valor dos titulos para pagamento do sello será:” e o n. 26: “Nos contractos da compra e venda, sob penhor ou hypotheca do proprio objecto ou não, a importancia da venda”. Precedentemente, porém, o art. 12 do mesmo regulamento estabelece: Recae o sello proporcional *em todos os actos e documentos comprehendidos na tabella A*, sendo cobrado em estampilhas o sello dos indicados nos paragraphos 1º a 6º e 9º, salvo o caso de preferencia a que allude o art. 4º, n. 3, e por verba o dos referidos nos paragraphos 7º, 8º e 10.

Ora, como na tabella A foram omittidos os contractos da compra e venda de embarcações, ficou *ipso facto*, abolido o sello proporcional sobre a sua transmissão, devendo ser co-

brado, portanto, apenas os emolumentos do n. 23 ou do n. 24, pela mudança da bandeira nacional para estrangeira ou estrangeira para nacional.

Pedindo a V. S. o obsequio de trasmittir as presentes instrucções aos consulados honorarios do districto e aos vice-consulados sob sua subordinação, aproveito o ensejo para lhe reiterar os protestos da minha perfeita estima e consideração.

FELIX PACHECO.

ANNEXO D

CONTABILIDADE

N. 1

Renda dos Consulados Geraes e Consulados remunerados pelo Thesouro
Nacional no exercicio de 1924

SÉDE	RENDA (Ouro)
<i>Consulados Geraes :</i>	
Amsterdam.....	44 :998\$333
Antuerpia.....	161 :320\$074
Assumpção.....	7 :853\$000
Barcelona.....	21 :543\$518
Berlim.....	13 :472\$962
Buenos-Aires.....	181 :586\$297
Genova.....	119 :443\$150
Hamburgo.....	398 :997\$046
Havre.....	80 :500\$222
Lisbôa.....	129 :174\$333
Liverpool.....	235 :375\$815
Londres.....	101 :935\$650
Marselha.....	21 :636\$556
Montevideo.....	64 :333\$185
Napoles.....	38 :623\$741
Nova-Orleans.....	11 :204\$518
Nova York.....	383 :891\$630
Paris.....	100 :853\$482
Porto.....	176 :970\$074
Shanghai.....	374\$147
Southampton.....	59 :986\$111
Valparaizo.....	1 :433\$889
Yokohama.....	3 :430\$520
<i>Consulados de 1ª classe :</i>	
Alexandria.....	588\$704
Baltimore.....	853\$518
Bordéos.....	22 :006\$705
Boulogne-sur-Mer.....	2 :713\$889
A transportar.....	2.385:101\$069

SÉDE	RENDA (Ouro)
Transporte.....	2.385:101\$069
Bremen.....	20 :168\$222
Bruxellas.....	2 :787\$112
Cadiz.....	7 :788\$518
Capetown.....	—
Cardiff.....	68 :652\$536
Chicago.....	1 :370\$556
Christiania (Oslo).....	19 :111\$629
Constantinopla.....	—
Dantzig.....	757\$704
Genebra.....	3 :236\$036
Glasgow.....	25 :982\$758
Gothemburgo.....	11 :785\$482
Kobe.....	13 :801\$111
Lyon.....	4 :184\$592
Madrid.....	237\$444
Manchester.....	41 :941\$629
Panamá.....	72\$889
Philadelphia.....	9 :454\$518
Posadas.....	3 :914\$000
Rivera.....	5 :244\$962
Roma.....	3 :132\$852
Rosario de Santa Fé.....	67 :128\$851
Rotterdam.....	17 :153\$259
Salto.....	551\$296
Trieste.....	12 :748\$926
Vienna.....	3 :676\$926
Vigo.....	21 :780\$445
Zurich.....	9 :943\$778

Consulados de 2ª classe :

Alvear.....	647\$592
Artigas.....	871\$333
Barbados.....	1 :344\$444
Calcuttá.....	—
Cayenna.....	685\$258
Cherburgo.....	4 :228\$297
Cobijá.....	1 :347\$962
Copenhague.....	6 :871\$333
A transportar.....	2.777:705\$319

SÉDE	RENDA (Ouro)
Transporte.....	2.777:705\$319
Dakar.....	5 :200\$740
Dublin.....	17\$947
Funchal (Ilha da Madeira).....	12 :346\$482
Galatz.....	1 :527\$667
Guayará-Mirim.....	1 :370\$185
Helsingfors.....	6 :254\$740
Iquitos.....	7 :135\$185
La Rochelle-Pallice.....	1 :263\$555
Livorno.....	5 :175\$666
Melo.....	504\$778
Milão.....	7 :036\$740
Montreal.....	113\$296
Munich.....	4 :023\$592
Norfolk-Newport-Neros.....	32 :602\$778
Odessa.....	—
Paso de los Libres.....	6 :013\$000
Paysandú.....	1 :642\$000
Praga.....	416\$852
Rio Branco.....	245\$407
Santa Rosa.....	242\$074
Santo Tomé.....	680\$862
Tampico.....	10 :122\$815
Varsovia.....	884\$407
Total.....Rs. ouro.	2.882 :526\$087

N. 2

Renda líquida dos Consulados não remunerados pelo Thesouro Nacional
no exercicio de 1924

SÉDE	RENDA (Ouro)
Aveiro.....	2 :001\$370
Belgrado.....	100\$518
Beyruth.....	7 :816\$962
Braga.....	8 :597\$445
Bukarest.....	481\$148
Cannes.....	36\$000
Chiavari.....	21\$667
Coimbra.....	5 :175\$333
Colombo.....	19\$704
Florença.....	296\$481
Graz.....	51\$592
Halifax.....	74\$444
Havana.....	306\$518
Haya.....	447\$370
Hong-Kong.....	5 :731\$555
La Plata.....	827\$222
Las Palmas.....	2 :626\$036
Leiria.....	1 :437\$722
Malaga.....	6 :161\$444
Nantes.....	11\$407
Nice.....	490\$259
Palermo.....	2 :012\$518
Port-of-Spain (Trinidad).....	540\$962
Riga.....	264\$445
Santiago do Chile.....	322\$629
Santa Cruz de Teneriffe.....	1 :069\$556
São João da Terra Nova.....	2 :403\$407
São Sebastião.....	133\$629
A transportar.....	49 :325\$774

SÉDE	RENDA (Ouro)
Transporte.....	49 :325\$774
São Vicente do Cabo Verde.....	1 :386\$185
Spezia.....	78\$407
Stockholmo.....	2 :897\$111
Tanger.....	29\$556
Turim.....	1 :888\$814
Veneza.....	1 :753\$889
Renda de diversos Consulados arrecadada por meio de guias da Secretaria do Estado ao Thesouro Nacional.....	448\$000
Total.....Rs. ouro.	57 :941\$305

Movimento de estampilhas, a cargo da Seção de Contabilidade, no exercício de 1924

VALORES	SALDO QUE PASSOU DO EXERCÍCIO DE 1923		RECEBIDAS DA CASA DA MOEDA		DEVOLVIDAS PELOS CONSULADOS		REMETTIDAS AOS CONSULADOS		SALDO EXISTENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 1924	
	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia
100.	40.275	4.027\$500	—	—	—	—	6.125	612\$500	34.150	3.415\$000
200.	62.815	12.563\$000	—	—	—	—	4.525	905\$000	38.250	11.658\$000
300.	25.900	10.360\$000	25.000	10.000\$000	—	—	4.575	2.165\$000	45.325	18.210\$000
400.	75.549	37.774\$500	—	—	—	—	12.725	6.362\$500	62.894	31.412\$000
500.	49.535	49.535\$000	50.000	50.000\$000	—	—	55.890	55.890\$000	43.645	43.645\$000
1.000.	63.933	127.866\$000	50.000	100.000\$000	—	—	55.760	111.520\$000	58.173	116.346\$000
2.000.	60.583	181.749\$000	50.000	150.000\$000	—	—	87.680	263.040\$000	22.903	68.709\$000
3.000.	81.250	245.000\$000	250.000	1.000.000\$000	—	—	283.810	1.133.240\$000	27.440	109.760\$000
4.000.	29.005	145.025\$000	100.000	500.000\$000	—	—	63.290	316.450\$000	65.715	328.575\$000
5.000.	63.280	632.800\$000	25.000	250.000\$000	—	—	22.435	224.350\$000	65.845	658.450\$000
10.000.	53.669	1.073.380\$000	50.000	500.000\$000	—	—	16.497	329.940\$000	62.172	1.243.440\$000
20.000.	154	7.700\$000	50.000	2.500.000\$000	—	—	12.175	608.750\$000	37.979	1.898.550\$000
50.000.	16.950	16.950.000\$000	25.000	2.500.000\$000	—	—	4.600	460.000\$000	37.350	3.735.000\$000
100.000.	602.898	4.222.780\$000	650.000	7.550.000\$000	—	—	630.887	3.515.210\$000	622.011	8.267.570\$000

RESUMO

	Numero	Importancia
Saldo que passou de 1923.	602.898	4.222.780\$000
Recebidas da Casa da Moeda.	650.000	7.560.000\$000
Devolvidas pelos Consulados.	—	—
Total em 1924.	1.252.898	11.782.780\$000
Remettidas aos Consulados.	630.887	3.515.210\$000
Existentes em 31 de dezembro de 1924.	622.011	8.267.570\$000

N. 4

Resumo das tabellas do orçamento da despesa do Ministerio das Relações Exteriores
para o exercicio de 1925

NUMERO	VERBAS	PAPEL		OURO	
		Fixa	Variavel	Fixa	Variavel
1	Secretaria de Estado.....	835:920\$000	236:500\$000		
2	Corpo diplomatico.....			1.389:000\$000	615:305\$555
3	Corpo consular.....			1.308:050\$000	499:582\$223
4	Recepções officiaes.....		120:000\$000		
5	Congressos e Conferencias.....				200:000\$000
6	Serviço telegraphico.....				150:000\$000
7	Repartições internacionaes.....				363:704\$569
8	Ajudas de custo.....				230:000\$000
9	Extraordinarias no Exterior.....				310:000\$000
10	Expansão Economica (1ª).....		50:000\$000		
10	» » (2ª).....				200:000\$000
11	Commissões de limites.....		800:000\$000		
		835:920\$000	1.206:500\$000	2.697:050\$000	2.568:592\$347

Recapitulação

Total papel.....	2.042:420\$000
Total ouro.....	5.265:642\$347

Tabellas explicativas do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para o
exercício de 1925

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL	
				FIXA	VARIÁVEL
		Verba 1 ^a (papel)			
		Secretaria de Estado			
		Legislação: Decreto n. 14.056, de 11 de fevereiro de 1920; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924.			
		1 ^a CONSIGNAÇÃO PESSOAL			
		1 ^a Sub-Consignação vencimentos do pessoal			
1	1	Ministro de Estado..... Ord. 24:000\$000 Rep. 18:000\$000	42:000\$000		
	2	Directores Geraes..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 3:000\$000 21:000\$000	42:000\$000		
	1	Consultor Juridico..... Grat. 24:000\$000	24:000\$000		
	8	Directores de Secção..... Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 1:800\$000 13:800\$000	110:400\$000		
	12	Primeiros Officiaes..... Ord. 6:400\$000 Grat. 3:200\$000 9:600\$000	115:200\$000		
	12	Segundos Officiaes..... Ord. 4:800\$000 Grat. 2:400\$000 7:200\$000	86:400\$000		
	15	Terceiros Officiaes..... Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000 5:400\$000	81:000\$000		
	1	Cartographo..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000	6:000\$000		
	1	Calligrapho..... Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000		
	1	Conservador do Archivo e Bibliotheca..... Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL	
					FIXA	VARIÁVEL
1		Ajudante do Conservador..	Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
1		Zelador da Mappotheca....	Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
1		Porteiro.....	Ord. 6:000\$000 Grat. 3:000\$000	9:000\$000		
1		Ajudante de Porteiro.....	Ord. 4:600\$000 Grat. 2:300\$000	6:900\$000		
10		Continuos.....	Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000			
			5:400\$000	54:000\$000		
2		Correios.....	Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000			
			5:400\$000	10:800\$000		
2		Officiaes de Gabinete do Ministro.....	Grat. 6:000\$000	12:000\$000		
3		Auxiliares de Gabinete do Ministro.....	Grat. 4:800\$000	14:400\$000		
2		Auxiliares dos Directores Geraes.....	Grat. 2:400\$000	4:800\$000		
3		Continuos do Gabinete do Ministro.....	Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
1		Gratificação Especial para o Director da Contabili- dade.....	Grat. 6:000\$000	6:000\$000		
20		Serventes.....	Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000			
			3:600\$000	72:000\$000		
6		Dactylographos.....	Grat. 3:600\$000	21:600\$000		
1		Telephonista.....	Grat. 3:600\$000	3:600\$000		
2		Motoristas.....	Grat. 4:200\$000	8:400\$000		
1		Ajudante de motorista....	Grat. 2:400\$000	2:400\$000		
1		Ajudante de motorista.....	Grat. 2:250\$000	2:250\$000		
1		Cocheiro.....	Grat. 3:000\$000	3:000\$000		
1		Ajudante de cocheiro.....	Grat. 2:250\$000	2:250\$000		
1		Lavador de carros.....	Grat. 2:160\$000	2:160\$000		
2		Jardineiros.....	Grat. 2:250\$000	4:500\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA		SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL	
					FIXA	VARIÁVEL
	1	Jardineiro.....	Grat. 1:800\$000	1:800\$000		
	1	Electricista.....	Grat. 3:600\$000	3:600\$000		
	1	Ajudante de electricista....	Grat. 1:500\$000	1:500\$000	774:860\$000	
2		Diárias dos Correios a 2\$ a diária.....		1:460\$000		
3		Redacção do Boletim do Ministerio do Exterior..		12:000\$000		
4		Diárias dos plantões da Secretaria de Estado a 10\$ a diária.....		7:300\$000		
5		Gratificações pela Redacção do Relatorio.....				10:000\$000
6		Diferença de vencimentos por substituições.....				10:000\$000
7		Gratificações por serviços extraordinarios prestados ao Ministerio por pessoas extranhas ao quadro do respectivo functionalismo.....				20:000\$000
8		Fardamento do pessoal da Portaria.....				12:000\$000
9		Conducção do Ministro.....			12:000\$000	
		Addidos:				
10	1	Secretario Geral, Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro. Ord.	16:000\$000			
		Grat.	8:000\$000	24:000\$000		
	1	Conservador do Material, Anibal Quintiliano da Silva. Ord.	3:200\$000			
		Grat.	1:600\$000	4:800\$000	28:800\$000	
		Totaes da 1ª consignação da Verba 1ª....			835:920\$000	52:000\$000
		SEGUNDA CONSIGNAÇÃO — MATERIAL				
		<i>Material permanente</i>				
1		Compra de moveis e de material de uso permanente para o expediente e serviço da Secretaria de Estado.....				15:000\$000
2		Compra de livros e publicações, encadernação de livros e jornaes destinados á bibliotheca ou ao serviço permanente de consultas do Ministerio.....				7:000\$000
3		Para obras e reparos nos edificios da Secretaria de Estado.....				20:000\$000
		<i>Material de consumo</i>				
4		Para concerto de moveis, automoveis e objectos pertencentes á Secretaria de Estado.....				20:000\$000
5		Acquisição de objectos necessarios ao expediente da Secretaria de Estado.....				20:000\$000
6		Conservação do jardim e asseio da casa e despesa da garage.....				43:000\$000
		<i>Despesas diversas de material</i>				
7		Consumo de gaz e força electrica.....				24:000\$000
8		Serviço telephónico.....				17:500\$000
9		Conducção de empregados em serviço.....				5:000\$000
10		Carretos e transportes de material e espolios....				3:000\$000
11		Despesas miudas.....				5:000\$000
		Total da 2ª consignação da Verba 1ª....				184:500\$000
		Totaes da Verba 1ª.....			835:920\$000	236:500\$000

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
		Verba 2^a (ouro)			
		Corpo Diplomático			
		<i>Legislação</i> : Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918; Lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919; Lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920; Decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920; Lei n. 4.156, de 15 de outubro de 1920; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921; Decreto n. 14.692, de 24 de fevereiro de 1921; Decreto n. 14.733, de 23 de março de 1921; Decreto n. 15.410, de 23 de março de 1922; Decreto n. 15.558, de 12 de julho de 1922; Decreto n. 15.559, de 12 de julho de 1922; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922; Decreto n. 15.751, de 23 de outubro de 1922; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1922, Decreto n. 16.028, de 30 de abril de 1923; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 e Decreto n. 16.412, de 13 de março de 1924.			
		1^a CONSIGNAÇÃO — PESSOAL			
		<i>1^a Sub-consignação — Vencimentos do pessoal</i>			
1	4	Embaixadores nos Estados Unidos da America, na Gran-Bretanha, na França e junto á Liga das Nações. Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 35:000\$000 53:000\$000	212:000\$000		
	1	Embaixador na Italia..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 25:000\$000 43:000\$000	43:000\$000		
	4	Embaixadores na Argentina, na Belgica, em Portugal e na Santa Sé..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 22:000\$000 40:000\$000	160:000\$000		
	1	Embaixador no Chile..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 16:000\$000 34:000\$000	34:000\$000		
	2	Embaixadores no Mexico e no Japão..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 12:000\$000 30:000\$000	60:000\$000		
	1	Ministro no Uruguay..... Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 15:000\$000 30:000\$000	30:000\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
					FIXA	VARIÁVEL
	1	Ministro no Paraguay.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 11:000\$000			
			26:000\$000	26:000\$000		
	7	Ministros na Alemanha, na Bolívia, na China, na Hes- panha, no Perú, na Suécia e na Suíça.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 10:000\$000			
			25:000\$000	175:000\$000		
	1	Ministro em Cuba e na America Central.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 9:000\$000			
			24:000\$000	24:000\$000		
	3	Ministros na Austria, Hol- landa e Polónia.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 8:000\$000			
			23:000\$000	69:000\$000		
	1	Ministro Residente na No- ruega.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 8:000\$000			
			20:000\$000	20:000\$000		
	7	Ministros Residentes na Co- lombia, na Dinamarca, no Equador, no Egypto, na Tcheco-Slovaquia e na Ve- nezuela e junto á Liga das Nações.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 6:000\$000			
			18:000\$000	126:000\$000		
	22	Primeiros Secretarios dis- tribuidos um para a Alle- manha, Argentina, Aus- tria, Belgica, Bolívia, Chile, Estados Unidos, França, Gran-Bretanha, Hespa- nha, Hollanda, Italia, Mexico, Japão, Paraguay, Perú, Portugal, Polónia, Santa Sé, Suíça e Uru- guay e mais um Pri- meiro Secretario da Dele- gação junto á Liga das Nações.....	Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667			
			8:000\$000	176:000\$000		
	39	Segundos Secretarios, ser- vindo dous em cada uma das Embaixadas nos Es- tados Unidos, na França, na Gran-Bretanha, na				

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
		Italia e em Portugal; um em cada uma das demais Embaixadas e em cadauma das Legações Brasileiras um da Delegação da Liga das Nações e mais dois avulsos para servirem onde o Governo designar.....	Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000	234:000\$000	1.389:000\$000
2		Para pagamento de gratificações addicionaes de 2:000\$ annuaes aos Primeiros Secretarios que já attingiram cinco annos de serviço e de 4:000\$ annuaes aos que attingiram 10 annos de serviço neste posto, de accôrdo com o decreto n. 13.113, de 24 de julho de 1918.....			20:000\$000
3		Para occorrer ao pagamento das gratificações addicionaes de que trata o art. 26 do decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920, aos Encarregados de Negocios, quando os Chefes das Missões não perdem as respectivas gratificações e representações.....			10:000\$000
4		Para os interpretes, dactylographos, archivistas ou empregados extranumerarios, emquanto necessarios forem e bem servirem ás Embaixadas e Legações, inclusive o pagamento de 3:600\$ de gratificação ao dactylographo-archivista da Embaixada na França e 3:200\$ ao interprete da Embaixada no Japão e 2:000\$ a cada um dos interpretes nas Legações na Noruega e na Dinamarca.....			30:000\$000
5		Para attender ao augmento de 25% nos vencimentos dos funcionarios do Corpo Diplomático em exercicio, excluidas as representações dos embaixadores, ministros plenipotenciarios e residentes, bem como quaesquer gratificações addicionaes.....			157:250\$000
		Totaes da 1ª consignação pessoal da Verba 2ª.....		1.389:000\$000	217:250\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO — “MATERIAL”			
		1ª Sub-consignação (despesas diversas)			
		<i>Aluguel de Chancellarias</i>			
1		Para o aluguel das casas para as Chancellarias das seguintes Embaixadas e Legações, prestadas as contas dos alugueis pagos e recolhidos os saldos ao Thesouro Nacional:			
1		Estados Unidos da America.....	40:000\$000		
1		Gran-Bretanha.....	25:000\$000		
1		Italia.....	20:111\$111		
3		Santa Sé, França e Delegação junto á Liga das Nações, cada uma... 20:000\$000	60:000\$000		
1		Portugal.....	16:000\$000		
1		Chile.....	15:000\$000		
3		Belgica, Mexico e Japão, a cada uma 10:000\$000	30:000\$000		
1		Uruguay.....	13:500\$000		
1		Allemanha.....	12:444\$444		
1		Perú.....	10:000\$000		
5		Austria, Hollanda, Cuba e America Central, Suissa e Hespanha, a cada uma..... 8:000\$000	40:000\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
12		Paraguay, China, Polónia, Tcheco-Slovaquia, Bolívia, C o l o m b i a, Equador, Egypto, Noruega, Suecia, Dinamarca, Venezuela, a cada uma..... 5:000\$000	60:000\$000		342:055\$555
		2ª SUB-CONSIGNAÇÃO (despesas diversas)			
2		Conservação do predio e custeio do serviço da Embaixada na Republica Argentina.....			12:000\$000
		3ª SUB-CONSIGNAÇÃO (material de consumo)			
3		Para o expediente das seguintes Embaixadas e Legações:			
1		Estados Unidos da America.....	4:000\$000		
4		França, Gran-Bretanha, Italia, Portugal, a cada uma..... 3:500\$000	14:000\$000		
3		Chile, Republica Argentina, Delegação á Liga das Nações, a cada uma	2:000\$000	6:000\$000	
4		Santa Sé, Belgica, Mexico e Japão, a cada uma.....	1:000\$000	4:000\$000	
3		Uruguay, Hollanda e Allemanha, a cada uma.....	1:500\$000	4:500\$000	
2		Paraguay e Bolívia, a cada uma....	1:250\$000	2:500\$000	
3		Perú, Cuba e Suissa, a cada uma....	1:000\$000	3:000\$000	
12		Austria, China, Colombia, Equador, Egypto, Hespanha, Noruega, Polónia, Suecia, Dinamarca, Tcheco-Slovaquia e Venezuela, a cada uma 500\$000	6:000\$000		44:000\$000
		Total da 2ª consignação da Verba 2ª.....			398:055\$555
		Totaes da Verba 2ª.....		1.389:000\$000	615:305\$555
		Verba 3ª (ouro)			
		Corpo Consular			
		Legislação ; Lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917 ; Decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920 ; Decreto n. 12.096, de 24 de abril de 1920 ; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921 ; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922 ; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923 ; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 ; Decreto n. 16.368, de 13 de fevereiro de 1924.....			
		1ª CONSIGNAÇÃO — “PESSOAL”			
		1ª SUB-CONSIGNAÇÃO — Vencimentos fixos			
1	23	Consules Geraes em Nova York, Nova Orleans, Buenos Aires, Montevidéo, Valparaíso, Assumpção, Lisboa, Porto, Barcelona, Londres, Liverpool, Southampton, Paris, Havre, Marselha, Genova, Antuerpia, Amsterdam, Hamburgo, Berlim, Napoles, Yokohama e Shangai.....	Ord. 8:666\$667 Grat. 4:333\$333 13:000\$000	299:000\$000	

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
	32	Consules de 1ª classe em Baltimore, Philadelphia, Chicago, Rosario, Posadas, Salto, Rivera, Panamá, Madrid, Cadiz, Vigo, Cardiff, Manchester, Glasgow, Bordéos, Boulogne, Lyon, Bruxellas, Rotterdam, Bremen, Roma Trieste, Genebra, Zurich, Vienna, Gothemburgo, Christiania, Constantinopla, Dantzig, Capetown, Alexandria, Kobe..... Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667 8:000\$000	256:000\$000		
	32	Consules de 2ª classe em Norfolk, Newport-News, Montreal, Tampico, Barbados, Cayenna, Cobija, Guayará-Mirim, Iquitos, Paso de los Libres, Alvear, Santo Tomé, Artigas, Melo, Paysandú, Rio Branco, Santa Rosa, Cherburgo, La Rochelle-Pallice, Dublin, Munich, Copenhagen, Milão, Livorno, Varsovia, Odessa, Helsingfors, Praga, Galatz, Dakar, Funchal, Calcuttá..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000	192:000\$000		
	13	Consules de 2ª classe Adjuntos que exercerão as funções de seus cargos nos seguintes Consulados Geraes: Nova York, Buenos Aires, Montevideo, Lisboa, Porto, Londres, Liverpool, Paris, Havre, Antuerpia, Hamburgo, Genova e Barcelona..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000	78:000\$000		
	23	Auxiliares dos Consulados Geraes em Buenos Aires, Nova York, Paris e Londres..... Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000 3:600\$000	82:800\$000		
	87	Auxiliares dos outros Consulados..... Ord. 2:000\$000 Grat. 1:000\$000 3:000\$000	261:000\$000		
	6	Addidos Commerciaes..... Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 12:000\$000	72:000\$000		

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
	3	Inspectores Consulares..... Ord. 9:333\$333 Grat. 4:666\$667 14:000\$000	42:000\$000	1.282:800\$000	
2	1	Consul addido: Ildefonso Ayres Marinho considerado de 1ª classe.. Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667	8:000\$000	8:000\$000	
		<i>Adicionaes e eventuaes</i>			
3	5	Gratificações supplementares aos Consules em Iquitos, Cobija, Guayará Mirim, Cayenna e Dakar, a cada um..... Grat. 3:000\$000	15:000\$000	15:000\$000	
4	1	Gratificação annual ao Con- sul Geral em Nova York. Grat. 1:250\$000	1:250\$000	1:250\$000	
5	1	Gratificação annual ao Con- sul adjunto em Nova York Grat. 1:000\$000	1:000\$000	1:000\$000	
6		Para occorrer ao pagamento de gratificações addicio- naes de que trata o art. 36 do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1922 e ao pagamento de gratifica- ções a empregados extra- ordinarios, como sejam in- terpretes, dactylographos, escripturarios e archivistas que forem necessarios du- rante o exercicio, incluindo a gratificação de 1:280\$000, ouro, para o interprete do Consulado em Gothem- burgo e de 3:000\$000, ouro, para os Consules hono- rarios em Dresden e Swansea, 1:500\$000, ouro, a cada um dos Auxiliares mandados servir interina- mente nos Consulados Ge- raes em Buenos Ayres, Nova York, Paris e Lon- dres.....	40:000\$000		40:000\$000
7		Para attender ao augmento de 25 % nos vencimentos dos funcionarios Consu- lares, constantes da 1ª sub- consignação, quando em effectivo exercicio nos por- tos.....	240:700\$000		240:700\$000
		Totaea da 1ª Consignação pessoal da Verba 3ª		1.308:050\$000	280:700\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO — MATERIAL			
		1ª SUB-CONSIGNAÇÃO (despesas diversas)			
		<i>Aluguel de Chancellarias</i>			
		Aluguel de Chancellarias, pre- stadas contas e recolhidos os saldos ao Thesouro Nacional:			
2		Buenos Ayres e Nova York, cada uma 8:000\$000	16:000\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
	1	Londres.....	—	3:066\$667	
	1	Montevideo.....	—	2:700\$000	
	3	Paris, Havre e Bordéus, a cada um.	2:200\$000	6:600\$000	
	1	Hamburgo.....	—	2:000\$000	
	1	Nova Orleans.....	—	1:800\$000	
	1	Liverpool.....	—	1:778\$889	
	1	Chicago.....	—	1:600\$000	
	2	Rosario de Santa Fé e Baltimore, cada um.....	1:500\$000	3:000\$000	
	3	Marselha, Amsterdam e Galatz, cada um.....	1:400\$000	4:200\$000	
	1	Valparaíso.....	—	1:366\$667	
	1	Milão.....	—	1:300\$000	
	10	Salto, Iquitos, Antuerpia, Lisboa, Genova, Norfolk, Berlim, Phila- delphia, Lyon e Bruxellas, cada um.....	1:200\$000	12:000\$000	
	3	Barcelona, Zurich e Helsingfors, cada um.....	1:066\$667	3:200\$000	
	37	Cobija, Guyará-Mirim, Calcuttá, As- sumpção, Montreal, Porto Alvear, Artigas, Melo, Libres, Paysandú, Posadas, Rio Branco, Rivera, Santa Rosa, Santo Tomé, Barbados, Dublin, Glasgow, Southampton, La Rochelle-Pallice, Boulogne- sur-Mer, Cherburgo, Yokohama, Christiania, Gothemburgo, Napo- les, Cadiz, Kobe, Vienna, Genebra, Swansea, Capetown, Panamá, Shanghai, Madrid e Constanti- nople, cada um.....	1:000\$000	37:000\$000	
	20	Livorno, Alexandria, Dakar, Trieste, Manchester, Vigo, Cardiff, Cope- nhague, Bremen, Funchal, Rot- terdam, Cayenna, Newport News, Munich, Rema, Dantzig, Sto- ckholmo Tampico, Varsovia e Praga, cada um.....	800\$000	16:000\$000	
	1	Braga.....	—	500\$000	
	2	S. Vicente e Gibraltar, a cada um.	250\$000	500\$000	
	1	Coimbra.....	—	200\$000	114:812\$223
		2ª SUB-CONSIGNAÇÃO — (Despesas diversas)			
	2	Para possíveis aumentos de alu- guel de Chancelarias e despesas correlatas.....	—	30:000\$000	30:000\$000
		3ª SUB-CONSIGNAÇÃO (MATERIAL DE CONSUMO)			
		<i>Expediente dos Consulados de carreira e honorários, a saber:</i>			
	3	1 Nova York.....	—	4:000\$000	
		1 Paris.....	—	3:700\$000	
		1 Liverpool.....	—	3:600\$000	
	5	Hamburgo, Lisboa, Londres, Porto e Buenos Ayres, a cada um.....	1:500\$000	7:500\$000	
	5	Antuerpia, Genova, Havre, Bordéus e Montevideo, a cada um.....	1:200\$000	6:000\$000	
	2	Amsterdam e Marselha, a cada um.	1:000\$000	2:000\$000	
	6	Barcelona, Manchester, Norfolk, Nova Orleans, Napoles e Glasgow, a cada um.....	800\$000	4:800\$000	
	11	Assumpção, Cobija, Yokohama, Valparaíso, Genebra, Gothem- burgo, Vigo, Berlim, Kobe, Sou- thampton e Shanghai, a cada um.	600\$000	6:600\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
4	16	Iquitos, Zurich, Montreal, Baltimore, Rotterdam, Posadas, Rosario de Santa Fé, Cardiff, Bremen, Trieste, Lyon, Philadelphia, Bruxelas, Guyará Mirim, Capetown, Madrid e Constantinopla, a cada um.....	500\$000	8:000\$000	
	17	Salto, Livorno, Christiania, Helsingfors, Cadiz, Galatz, Calcuttá, Milão, Barbados, Bombaim, Rivera, Chicago, Paso de los Libres, Dakar, La Rochelle-Pallice e Boulogne-sur-Mer, a cada um.....	400\$000	6:800\$000	
	10	Dantzig, Alexandria, Cherburgo, Viena, Funchal, Munich, Malaga, Panamá, Swansea e Roma, a cada um.....	240\$000	2:400\$000	
	12	Alvear, Artigas, Melo, Paysandú, Cayenna, Rio Branco, Santa Rosa, Santo Thomé, Newport News, Tampico, Varsovia e Praga, cada um.....	150\$000	1:800\$000	
	8	Braga, S. Vicente, Cannes, Terra-Nova, Stockholm, Copenhagen, Coimbra e Gibraltar, a cada um..	120\$000	960\$000	58:160\$000
		4ª SUB-CONSIGNAÇÃO (MATERIAL DE CONSUMO)			
		Para possíveis aumentos de expedientes de Chancellarias e despesas correlatas.....	10:000\$000		10:000\$000
		5ª SUB-CONSIGNAÇÃO (MATERIAL DE CONSUMO)			
		<i>Despesas com as facturas consulares e respectivas remessas á Estatística Commercial</i>			
	1	Nova York.....	750\$000		
	2	Liverpool e Hamburgo, a cada um..	800\$000		
	2	Paris e Buenos Ayres, a cada um..	600\$000		
	2	Montevideo e Porto, a cada um...	300\$000		
	2	Lisboa e Genova, a cada um.....	200\$000		
	6	Manchester, Bordéus, Glasgow, Southampton, Londres e Napoles, a cada um.....	300\$000		
	11	Amsterdam, Barcelona, Havre, Marselha, Cardiff, Genebra, Bremen, Norfolk, Antuerpia, Rosario de Santa Fé, Gothemburgo, a cada um.....	440\$000		
	6	Valparaiso, Shanghai, Nova Orleans, Yokohama, Assumpção e Zurich, a cada um.....	120\$000		
	12	Berlim, Cadiz, Viena, Dantzig, Chicago, Philadelphia, Baltimore, Rotterdam, Vigo, Helsingfors, Milão e Funchal a cada um.....	180\$000		3:690\$000
		6ª SUB-CONSIGNAÇÃO (MATERIAL DE CONSUMO)			
		<i>Expediente dos Vice-Consulados não remunerados</i>			
	2	Liverpool e Nova York, a cada um.....	1:000\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESAS	
				VARIÁVEL Papel	VARIÁVEL Ouro
1	4	Genova..... —	180\$000		
4		Buenos Aires, Barcelona, Ham- burgo e Assumpção, a cada um..	160\$000	640\$000	
4		Lisbôa, Porto, Genebra e Paris, a cada um.....	100\$000	400\$000	2:220\$000
		Total da parte "Material" da Verba 3ª.....			218:882\$223
		Totais da Verba 3ª.....		1.308:050\$000	499:582\$223
		Verba 4ª (papel)			
		(MATERIAL DE DESPESAS DIVERSAS)			
		Recepções officiaes			
		CONSIGNAÇÃO ÚNICA			
		Para despesas com a recepção e hospedagem e outras relativas a representantes de governos estrangeiros e hospedes illustres em visita ao Brasil.....		120:000\$000	
		Verba 5ª (ouro)			
		Congressos e Conferencias			
		CONSIGNAÇÃO ÚNICA (PESSOAL)			
		Para representação do Brasil nos Congressos e Conferencias que se reunirem no exterior, quando as respectivas representações forem nomeadas pelo Ministerio das Relações Ex- teriores.....			200:000\$000
		Verba 6ª			
		Serviço telegraphico (ouro)			
		CONSIGNAÇÃO (única)			
		<i>(Despesas diversas)</i>			
		Telegrammas officiaes do Ministerio, das Embai- xadas, Legações e Consulados, transmittidos pelos Cabos sub-marinos.....			150:000\$000
		Verba 7ª (ouro)			
		Repartições Internacionais			
		(MATERIAL DE DESPESAS DIVERSAS)			
		Para o pagamento, ao cambio par ouro, das contribuições com que o Brasil concorre para diversas Repartições Internacionais, sendo:			
1		Para a União Pan-Americana, 30.635 dollars e 61 centavos, moeda americana.....	56:775\$878		

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA	
				VARIÁVEL Papel	VARIÁVEL Ouro
2		Para o Instituto Internacional de Agricultura de Roma, além da contribuição fixa de 40.000 francos, moeda franceza, uma adicional de 60.000 francos, ou sejam 100.000 francos.....			
3		Para a Repartição Internacional de Hygiene Publica em Paris, 20.000 francos, moeda franceza.	11:766\$667		
4		Para a Secretaria das Tarifas Aduaneiras em Bruxellas, 7.425 francos, moeda belga.....	2:353\$333		
5		Para o Congresso Internacional Permanente de Navegação, 2.000 francos, moeda franceza....	786\$307		
6		Para o Escriptorio Internacional das Estradas de Ferro em Bruxellas, 1.000 francos, belgas...	235\$333		
7		Para a Liga das Nações duas prestações semestres de 369.144,24 francos, ouro, moeda franceza, no total de 738.288,49 francos, ouro.	105\$900		
8		Para o Instituto Internacional do Frio, em Paris, 12.000 francos, moeda franceza.....	270:951\$875		
9		Para a Côte de Arbitragem do Tribunal de Haya — despesa provavel 3.500 florins.....	1:411\$998		
10		Para o Instituto Internacional Commercial de Bruxellas — 10.000 francos, moeda belga.....	2:572\$500		
11		Para o Bureau Internacional de Berna, para a protecção dos direitos autoraes, 5.000 francos, moeda suissa.....	1:059\$000		
12		Para subvenções a Institutos Internacionaes de Telegraphos.....	1:765\$000		
13		Para subvenção á Commissão permanente do Congresso Ferro-Viario Sul-Americano.....	6:691\$444		
14		Para a Commissão permanente dos Congressos Internacionaes de Sciencias Administrativas em Bruxellas, 1.500,00 francos, ouro, belga.....	1:766\$500		
15		Para a Camara de Commercio Belga-Brasileira...	529\$500		
16		Para a manutenção da Cadeira de Camões no King's College de Londres, £ 300 annuaes....	2:500\$000		
			2:533\$334		363:704\$569
		Total da verba.....			363:704\$569
		Verba 8ª			
		Ajudas de custo			
		1ª CONSIGNAÇÃO (PESSOAL)			
		Para ajudas de custo de nomeações, remoções, exonerações e retiradas dos funcionarios do quadro do Ministerio do Exterior.....			200:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>(Material de diversas despesas)</i>			
		Para auxilios de viagem a funcionarios em férias extraordinarias ou por motivo de serviço.....			30:000\$000
		Total da verba.....			230:000\$000
		Verba 9ª (ouro)			
		Extraordinarias no Exterior			
		1ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>(Material de diversas despesas)</i>			
		Para despesas extraordinarias, inclusive as de caracter reservado, decorrentes do serviço internacional.....			250:000\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DAS REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA	
				VARIÁVEL — Papel	VARIÁVEL — Ouro
		2ª CONSIGNAÇÃO (Material de diversas despesas)			
		Para repatriações e socorros a brasileiros des- validos.....			20:000\$000
		3ª CONSIGNAÇÃO Material de diversas despesas			
		Para os estudos destinados a ligar a Viação Ferreá Brasileira com a Estrada de Ferro Pan-Americana.....			40:000\$000
		Totais.....			310:000\$000
		 Verba 10ª			
		Expansão Economica			
		1ª CONSIGNAÇÃO (PAPEL) (Material de consumo)			
1		Para despesas com aquisição de revistas eco- nomicas e commerciaes, jornaes e publicações de propaganda para serem distribuidas pelas			30:000\$000
2		Embaixadas, Legações e Consulados.....			20:000\$000
		Para impressão do Boletim do Ministerio.....			
		2ª CONSIGNAÇÃO (OURO) (Material de diversas despesas)			
3		Para serviços de propaganda e defesa do Brasil no Estrangeiro, inclusive 20:000\$ para manu- tenção do serviço Propaganda da herva matte na Europa, destacando-se nos termos dos ar- tigos 39 e 43 da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 (orçamento da despesa), a dotação 20:000\$, para manter o mesmo serviço, que será exclusi- vamente applicada deacordo com os Governos do Paraná e Santa Catharina.....			200:000\$000
		Totais da Verba.....		50:000\$000	200:000\$000
		 Verba 11ª (papel)			
		Commissões de limites			
		3ª CONSIGNAÇÃO (PESSOAL)			
1		Para gratificações do pessoal que serve na ca- racterização dos limites com a Republica Oriental do Uruguay.....	98:000\$000		
2		Para gratificações do pessoal que serve na ca- racterização dos limites com a Republica do Perú.....	390:000\$000		
3		Para despesas e augmentos eventuaes do pessoal, que occorrerem durante o anno.....	15:000\$000	503:000\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA	
				VARIÁVEL — Papel	VARIÁVEL — Ouro
		2ª CONSIGNAÇÃO <i>(Material de diversas despesas)</i>			
1		Para o material de serviço da caracterização dos limites com a Republica do Uruguay.....	62:000\$000		
2		Para o material do serviço da caracterização dos limites com a Republica do Perú.....	220:000\$000		
3		Para eventuaes do material das Comissões de Limites.....	15:000\$000	297:000\$000	
		Total da verba.....		800:000\$000	

N. 5

Resumo das tabellas da proposta do orçamento da despesa do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1926

NUMERO	VERBAS	PAPEL		OURO	
		Fixa	Variavel	Fixa	Variavel
1	Secretaria de Estado.....	835:920\$000	286:500\$000		
2	Corpo diplomatico.....			1.389:000\$000	635:305\$555
3	Corpo consular.....			1.308:050\$000	499:582\$223
4	Recepções officiaes.....		120:000\$000		
5	Congressos e Conferencias.....				180:000\$000
6	Serviço telegraphico.....				150:000\$000
7	Repartições internacionaes.....				363:704\$569
8	Ajudas de custo.....				230:000\$000
9	Extraordinarias no Exterior.....				310:000\$000
10	Expansão Economica (1º).....		50:000\$000		
10	» » (2º).....				200:000\$000
11	Commissões de limites.....		800:000\$000		
		835:920\$000	1.206:500\$000	2.697:050\$000	2.568:592\$347

Recapitulação

Total papel.....	2.042:420\$000
Total ouro.....	5.265:642\$347

Votado para 1925

Total papel.....	2.042:420\$000
Total ouro.....	5.265:642\$347

Proposta do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para 1926

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		DESPESA PAPEL	
				FIXA	VARIÁVEL
		Verba 1ª (papel)			
		Secretaria de Estado			
		Legislação : Decreto n. 14.056, de 11 de fevereiro de 1920 ; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922 ; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923 ; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924; Lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.			
		1ª CONSIGNAÇÃO PESSOAL			
		1ª Sub-consignação Vencimentos do pessoal			
1	1	Ministro de Estado.....	Ord. 24:000\$000 Rep. 18:000\$000	42:000\$000	
	2	Directores Geraes.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 3:000\$000	21:000\$000	42:000\$000
	1	Consultor Juridico.....	Grat. 24:000\$000	24:000\$000	
	8	Directores de Secção.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 1:800\$000	13:800\$000	110:400\$000
	12	Primeiros Officiaes.....	Ord. 6:400\$000 Grat. 3:200\$000	9:600\$000	115:200\$000
	12	Segundos Officiaes.....	Ord. 4:800\$000 Grat. 2:400\$000	7:200\$000	86:400\$000
	15	Terceiros Officiaes.....	Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000	5:400\$000	81:000\$000
	1	Cartographo.....	Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000	6:000\$000	
	1	Calligrapho.....	Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000	
	1	Conservador do Archivo e Bibliotheca.....	Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA			DESPESA PAPEL	
					FIXA	VARIÁVEL
	1	Ajudante do Conservador... Ord. Grat.	2:400\$000 1:200\$000	3:600\$000		
	1	Zelador da Mappotheca..... Ord. Grat.	2:400\$000 1:200\$000	3:600\$000		
	1	Porteiro..... Ord. Grat.	6:000\$000 3:000\$000	9:000\$000		
	1	Ajudante de Porteiro..... Ord. Grat.	4:600\$000 2:300\$000	6:900\$000		
	10	Continuos..... Ord. Grat.	3:600\$000 1:800\$000	54:000\$000		
	2	Correios..... Ord. Grat.	3:600\$000 1:800\$000	10:800\$000		
	2	Officiaes de Gabinete do Mi- nistro..... Grat.	5:400\$000 6:000\$000	12:000\$000		
	3	Auxiliares de Gabinete do Ministro..... Grat.	4:800\$000	14:400\$000		
	2	Auxiliares dos Directores Geraes..... Grat.	2:400\$000	4:800\$000		
	3	Continuos do Gabinete do Ministro..... Grat.	1:200\$000	3:600\$000		
	1	Gratificação especial para o Director da Contabilidade Grat.	6:000\$000	6:000\$000		
	20	Serventes..... Ord. Grat.	2:400\$000 1:200\$000	72:000\$000		
	6	Dactylographos..... Grat.	3:600\$000	21:600\$000		
	1	Telephonista..... Grat.	3:600\$000	3:600\$000		
	2	Motoristas..... Grat.	4:200\$000	8:400\$000		
	1	Ajudante de motorista..... Grat.	2:400\$000	2:400\$000		
	1	Ajudante de motorista..... Grat.	2:250\$000	2:250\$000		
	1	Cocheiro..... Grat.	3:000\$000	3:000\$000		
	1	Ajudante de cocheiro..... Grat.	2:250\$000	2:250\$000		
	1	Lavador de carros..... Grat.	2:160\$000	2:160\$000		
	2	Jardineiros..... Grat.	2:250\$000	4:500\$000		
	1	Jardineiro..... Grat.	1:800\$000	1:800\$000		
	1	Electricista..... Grat.	3:600\$000	3:600\$000		
	1	Ajudante de electricista.... Grat.	1:500\$000	1:500\$000	774:860\$000	
	2	Diarias dos correios, a 2\$ a diaria.....		1:460\$000		
	3	Redacção do <i>Boletim do Ministerio do Exterior</i>		12:000\$000		

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA PAPEL	
			FIXA	VARIÁVEL
4		Diaria dos plantões da Secretaria de Estado, a 10\$ a diaria..	7:300\$000	
5		Gratificações pela redacção do Relatorio.....		10:000\$000
6		Diferença de vencimentos por substituições.....		10:000\$000
7		Gratificações por serviços extraordinarios prestados ao Minis- terio por pessoas extranhas ao quadro do respectivo funcio- nalismo.....		20:000\$000
8		Fardamento do pessoal da Portaria.....		12:000\$000
9		Conducção do Ministro.....	12:000\$000	
		Addidos:		
10	1	Secretario Geral Luiz Leo- poldo Fernandes Pinheiro. Ord. 16:000\$000 Grat. 8:000\$000 24:000\$000		
	1	Conservador do Material Annibal Quintiliano da Silva..... Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000 4:800\$000	28:800\$000	
		Totaes da 1ª consignaço da Verba 1ª.....	835:920\$000	52:000\$000
		SEGUNDA CONSIGNAÇÃO — MATERIAL		
		<i>Material permanente</i>		
1		Compra de moveis e de material de uso permanente para o expediente e serviço da Secretaria de Estado		15:000\$000
2		Compra de livros e publicações, encadernação de livros e jornaes destinados á bibliotheca ou ao serviço permanente de consultas do Ministerio.....		7:000\$000
3		Para obras e reparos nos edificios da Secretaria de Estado..		20:000\$000
		<i>Material de consumo</i>		
4		Para concerto de moveis, automoveis e objectos pertencentes á Secretaria de Estado.....		20:000\$000
5		Acquisição de objectos necessarios ao expediente da Secretaria de Estado.....		20:000\$000
6		Conservação do jardim e asseio da casa e despesa da garage..		48:000\$000
		<i>Despesas diversas de material</i>		
7				
8		Consumo de gaz e força electrica.....		24:000\$000
9		Serviço telephonic.....		17:500\$000
10		Conducção de empregados em serviço.....		5:000\$000
11		Carretos e transportes de material e espolios.....		3:000\$000
		Despesas miudas.....		5:000\$000
		Total da 2ª consignaço da Verba 1ª.....		184:500\$000
		Totaes da Verba 1ª.....	835:920\$000	236:500\$000
		Total geral da verba..... 1.072:420\$000		
		Mantida a verba votada para 1925.		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
		Verba 2ª (ouro)		
		Corpo Diplomático		
		Legislação : Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918 ; Lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919 ; Lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920 ; Decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920 ; Lei n. 4.156, de 15 de outubro de 1920 ; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921 ; Decreto n. 14.692, de 24 de fevereiro de 1921 ; Decreto n. 14.733, de 23 de março de 1921 ; Decreto n. 15.410, de 23 de março de 1922 ; Decreto n. 15.558, de 12 de julho de 1922 ; Decreto n. 15.559, de 12 de julho de 1922 ; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922 ; Decreto n. 15.751, de 23 de outubro de 1922 ; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1922 ; Decreto n. 16.028, de 30 de abril de 1923 ; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 e Decreto n. 16.412, de 13 de março de 1924 e Lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.		
		PRIMEIRA CONSIGNAÇÃO — PESSOAL		
		1ª Sub-consignação — Vencimentos do pessoal		
1	4	Embaixadores nos Estados Unidos da America, na Gran-Bretanha, na França e junto á Liga das Nações	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 35:000\$000 53:000\$000	212:000\$000
	1	Embaixador na Italia.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 25:000\$000 43:000\$000	43:000\$000
	4	Embaixadores na Argentina, na Belgica, em Portugal e na Santa Sé.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 22:000\$000 40:000\$000	160:000\$000
	1	Embaixador no Chile.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 16:000\$000 34:000\$000	34:000\$000
	2	Embaixadores no Mexico e no Japão.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 12:000\$000 30:000\$000	60:000\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
	1	Ministro no Uruguay.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 15:000\$000 30:000\$000	30:000\$000	
	1	Ministro no Paraguay.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 11:000\$000 26:000\$000	26:000\$000	
	7	Ministros na Alemanha, na Bolívia, na China, na Hes- panha, no Perú, na Suécia e na Suíça.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 10:000\$000 25:000\$000	175:000\$000	
	1	Ministro em Cuba e na Ame- rica Central.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 9:000\$000 24:000\$000	24:000\$000	
	3	Ministros na Austria, Hol- landa e Polónia.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 7:000\$000 22:000\$000	66:000\$000	
	1	Ministro Residente na No- ruega.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 8:000\$000 20:000\$000	20:000\$000	
	7	Ministros Residentes na Co- lômbia, na Dinamarca, no Equador, no Egypto, na Tcheco-Slováquia, na Ve- nezuela e junto á Liga das Nações.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 6:000\$000 18:000\$000	126:000\$000	
	22	Primeiros Secretarios dis- tribuidos um para a Alle- manha, Argentina, Austria, Belgica, Bolívia, Chile, Estados Unidos, França, Gran-Bretanha, Hespanha, Hollanda, Italia, Mexico, Japão, Paraguay, Perú, Portugal, Polónia, Santa			

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
		Sé, Suíça, Uruguay, e mais um Primeiro Secre- tário da Delegação junto à Liga das Nações.	Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667	
			8:000\$000	176:000\$000
39		Segundos Secretários ser- vindo dois em cada uma das Embaixadas nos Es- tados Unidos, na França, na Gran-Bretanha, na Ita- lia e em Portugal; um em cada uma das demais Em- baixadas e em cada uma das Legações Brasileiras; um da Delegação da Liga das Nações e mais dois avulsos para servirem onde o Governo designar.	Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000	
			6:000\$000	234:000\$000
			1.386.000\$000	
2		Para pagamento de gratificações additionaes de 2:000\$ annuaes aos Primeiros Secretários que já attingiram cinco annos de serviço e de 4:000\$ annuaes aos que attingiram 10 annos de serviço neste posto, de accordo com o decreto n. 13.113, de 24 de julho de 1918.		40:000\$000
3		Para occorrer ao pagamento das gratificações additionaes de que trata o art. 26 do decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920, aos Encarregados de Negocios, quando os Chefes das Missões não perdem as respectivas gratificações e representações.		10:000\$000
4		Para os interpretes, dactylographos, archivistas ou empregados extranumerarios, enquanto necessarios forem e bem ser- virem ás Embaixadas e Legações, inclusive o pagamento de 3:600\$ de gratificação ao dactylographo-archivista da Embaixada na França e 3:200\$ ao interprete da Embaixada no Japão e 2:000\$ a cada um dos interpretes nas Legações na Noruega e na Dinamarca.		30:000\$000
5		Para attender ao augmento de 25 % nos vencimentos dos funcionarios do Corpo Diplomatico em exercicio, excluidas as representações dos embaixadores, ministros plenipoten- ciarios e residentes, bem como quaesquer gratificações additionaes.		157:250\$000
		Totaes da 1ª Consignação — Pessoal da verba 2ª.	1.389:000\$000	237:250\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO — MATERIAL		
		1ª Sub-consignação (despesas diversas)		
		<i>Aluguel de Chancellarias</i>		
1		Para o aluguel das casas para as Chancellarias das seguintes Embaixadas e Legações, prestadas as contas dos alugueis pagos e recolhidos os saldos ao Thesouro Nacional :		
1		Estados Unidos da America.	—	40:000\$000
1		Gran-Bretanha.	—	25:000\$000
1		Italia.	—	20:111\$111
3		Santa Sé, França, e Delegação junto à Liga das Nações, cada uma ...	20:000\$000	60:000\$000
1		Portugal.	—	16:000\$000
1		Chile.	—	15:000\$000
3		Belgica, Mexico e Japão, cada uma.	10:000\$000	30:000\$000
1		Uruguay, ...	—	13:500\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
	1	1	Alemanha.....	—	12:444\$444
	1	1	Peru.....	—	10:000\$000
	5		Austria, Hollanda, Cuba e America Central, Suissa e Hespanha, a cada uma.....	8:000\$000	40:000\$000
	12		Paraguay, China, Polonia, Tcheco- Slovaquia, Bolivia, Colombia, Equador, Egypto, Noruega, Sue- cia, Dinamarca e Venezuela, a cada uma.....	5:000\$000	60:000\$000
			2ª Sub-consignação (despesas diversas)		
	2		Conservação do predio e custeio do serviço da Embaixada na Republica Argentina.....		12:000\$800
			3ª Sub-consignação (material de consumo)		
	3		Para o expediente das seguintes Embaixadas e Legações :		
		1	Estados Unidos da America.....	4:000\$000	
		4	França, Gran-Bretanha, Italia e Por- tugal, a cada uma.....	3:500\$000	14:000\$000
		3	Chile, Republica Argentina e Dele- gação á Liga das Nações, a cada uma.....	2:000\$000	6:000\$000
		4	Santa Sé, Belgica, Mexico e Japão, a cada uma.....	1:000\$000	4:000\$000
		3	Uruguay, Hollanda e Alemanha, a cada uma.....	1:500\$000	4:500\$000
		2	Paraguay e Bolivia, a cada uma..	1:250\$000	2:500\$000
		3	Peru, Cuba e Suissa a cada uma.	1:000\$000	3:000\$000
		12	Austria, China, Colombia, Equador, Egypto, Hespanha, Noruega, Po- lonia, Suecia, Dinamarca, Tcheco- Slovaquia e Venezuela, a cada uma.....	500\$000	6:000\$000
			Total da 2ª consignação da Verba 2ª.....		398:055\$555
			Totaes da Verba 2ª.....	1.383:000\$000	635:305\$555
			Total geral da Verba 2ª, proposta para 1926.....	2.024:305\$555	
			Votada para 1925.....	2.004:305\$555	
			Diferença para mais em 1926.....	20:000\$000	
			Verba 3ª (ouro)		
			Corpo Consular		
			<i>Legislação :</i> Lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917 ; Decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920 ; Decreto n. 12.096, de 24 de abril de 1920 ; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921 ; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922 ; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923 ; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 ; Decreto n. 16.368, de 13 de fevereiro de 1924 e Lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.		
			1ª CONSIGNAÇÃO — PESSOAL		
			1ª sub-consignação — Vencimentos fixos		
	1	23	Consules Geraes em Nova York, Nova Orleans, Buenos Ayres, Montevideo, Valparaiso, Assum-		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
		ção, Lisboa, Porto, Barcelona, Londres, Liverpool, Southampton, Paris, Havre, Marselha, Genova, Antuérpia, Amsterdam, Hamburgo, Berlim, Nápoles, Yokohama, Shanghai..... Ord. 8:666\$667 Grat. 4:333\$333 13:000\$000 299:000\$000		
32		Consules de primeira classe em Baltimore, Philadelphia, Chicago, Rosario, Posadas, Salto, Rivera, Panamá, Madrid, Cadiz, Vigo, Cardiff, Manchester, Glasgow, Bordéas, Boulogne, Lyon, Bruxellas, Rotterdam, Bremen, Roma, Trieste, Gênebra, Zurich, Vienna, Gothemburgo, Christiania, Constantinopla, Dantzig, Capetown, Alexandria, Kobe..... Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667 8:000\$000 256:000\$000		
32		Consules de segunda classe em Norfolk, Newport-News, Montreal, Tampico, Barbados, Cayenna, Cobija, Guayará-Mirim, Iquitos, Paso de los Libres, Alvear, Santo Tomé, Artigas, Melo, Paysandú, Rio Branco, Santa Rosa, Cherbúrgo, La Rochelle-Pallice, Dublin, Munich, Copenhague, Milão, Livorno, Varsóvia, Odessa, Helsingfors, Praga, Galatz, Dakar, Funchal, Calcuttá..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000 192:000\$000		
13		Consules de segunda classe adjunctos, que exercerão as funcções de seus cargos nos seguintes Consulados Geraes: Nova York, Buenos Ayres, Montevideo, Lisboa, Porto, Londres, Liverpool, Paris, Havre, Antuérpia, Hamburgo, Genova, Barcelona..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000 78:000\$000		
23		Auxiliares dos Consulados Geraes em Buenos Ayres, Nova York, Paris e Londres Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000 3:600\$000 82:800\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
	87	Auxiliares de outros Consu- lados.....	Ord. 2:000\$000 Grat. 1:000\$000 3:000\$000	261:000\$000	
	6	Addidos Commerciaes.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 12:000\$000	72:000\$000	
	3	Inspectores Consulares.....	Ord. 9:333\$333 Grat. 4:666\$667 14:000\$000	42:000\$000	1.282:800\$000
		Consul addido :			
2	1	Ildefonso Ayres Marinho, con- siderado de 1ª classe.....	Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667 8:000\$000	8:000\$000	
		<i>Addicionaes e eventuaes</i>			
3	1	Gratificações supplementares aos Con- sules em Iquitos, Cobiya, Guayará- Mirim, Cayenna e Dakar, a cada um..	Grat. 3:000\$000	15:000\$000	
4	1	Gratificação annual ao Consul Geral em Nova York.....	Grat. 1:250\$000	1:250\$000	
5	1	Gratificação annual ao Consul adjunto em Nova York.....	Grat. 1:000\$000	1:000\$000	
6		Para occorrer ao pagamento de gratificações adicionaes de que trata o art. 36 do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1922, e ao pagamento de gratificações a empregados extraordinarios, como sejam interpretes, dacty- lographos, escripturarios e archivistas que forem necessarios durante o exercicio, incluindo a gratificação de 1:280\$, ouro, para o interprete do Consulado em Gothemburgo e de 3:000\$, ouro, para os Consules honorarios em Dres- den e Swansea 1:500\$, ouro, a cada um, e dos Auxiliares mandados servir interinamente nos Consulados Geraes em Buenos Ayres, Nova York, Paris e Londres.....	40:000\$000		40:000\$000
7		Para attender ao augmento de 25 % nos ven- cimentos dos funcionarios consulares, con- stantes da 1ª sub-consignação, quando em effectivo exercicio nos postos.....	240:700\$000		240:700\$000
		Totaes da 1ª Consignação pessoal da Verba 3ª..		1.308:050\$000	280:700\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO — MATERIAL			
		1ª sub-consignação (despesas diversas)			
		<i>Aluguel de Chancellarias</i>			
1		Aluguel de Chancellarias, prestadas contas e recolhidos os saldos ao Thesouro Nacional :			
2		Buenos Ayres e Nova York, cada um	8:000\$000	16:000\$000	
1		Londres.....	—	3:066\$667	
1		Montevideo.....	—	2:700\$000	

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA		DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
	3	Paris, Havre e Bordéas, a cada uma	2:200\$000	6:600\$000	
	1	Hamburgo.....	—	2:000\$000	
	1	Nova Orleans.....	—	1:800\$000	
	1	Liverpool.....	—	1:778\$889	
	1	Chicago.....	—	1:600\$000	
	2	Rosário de Santa Fé e Baltimore a cada uma.....	1:500\$000	3:000\$000	
	3	Marselha, Amsterdam e Galatz, a cada uma.....	1:400\$000	4:200\$000	
	1	Valparaíso.....	—	1:366\$667	
	1	Milão.....	—	1:300\$000	
	10	Salto, Iquitos, Antuerpia, Lisboa, Genova, Norfolk, Berlim, Philadel- phia, Lyon e Bruxellas, cada uma	1:200\$000	12:000\$000	
	3	Barcelona, Zurich e Helsingfors....	1:066\$667	3:200\$000	
	37	Cobija, Guayará-Mirim, Calcuttá, Assumpção, Montreal, Porto, Al- vear, Artigas, Melo, Libres, Pay- sandú, Posadas, Rio Branco, Rivera, Santa Rosa, Santo Tomé, Barbados, Dublin, Glasgow, Sou- thampton, La Rochelle-Pallice, Boulogne-sur-Mer, Cherburgo, Yo- kohama, Christiania, Gothem- burgo, Napoles, Cadiz, Kobe, Vienna, Genebra, Swansea, Cape- town, Panamá, Shanghai, Madrid e Constantinopla, a cada uma...	1:000\$000	37:000\$000	
	20	Livorno, Alexandria, Dakar, Tri- este, Manchester, Vigo, Cardiff, Copenhague, Bremen, Funchal, Rotterdam, Cayena, Newport- News, Munich, Roma, Dantzig, Stockholmo, Tampico, Varsovia e Praga, a cada uma.....	800\$000	16:000\$000	
	1	Braga.....	—	500\$000	
	2	S. Vicente e Gibraltar, a cada uma.....	250\$000	500\$000	
	1	Coimbra.....	—	200\$000	114:812\$223
		2ª Sub-consignação — (Despesas diversas)			
	2	Para possíveis aumentos de aluguel de Chancel- laria e despesas correlatas.....	30:000\$000		30:000\$000
		3ª Sub-consignação (Material de consumo)			
		<i>Expediente dos Consulados de carreira e honorarios, a saber:</i>			
	3	1 Nova York.....	—	4:000\$000	
		1 Paris.....	—	3:700\$000	
		1 Liverpool.....	—	3:600\$000	
	5	Hamburgo, Lisboa, Londres, Porto e Buenos Aires, a cada um..	1:500\$000	7:500\$000	
	5	Antuerpia, Genova, Havre, Bor- déas e Montevideo, a cada um	1:200\$000	6:000\$000	
	2	Amsterdam e Marselha, a cada um.....	1:000\$000	2:000\$000	
	6	Barcelona, Manchester, Norfolk, Nova Orleans, Napoles e Glas- gow, a cada um.....	800\$000	4:800\$000	
	11	Assumpção, Cobija, Yokohama, Valparaíso, Genebra, Gothem- burgo, Vigo, Berlim, Kobe, Sou- thampton e Shanghai, a cada um.....	600\$000	6:600\$000	
	16	Iquitos, Zurich, Montreal, Balti- more, Rotterdam, Posadas, Ro-			

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA		DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
		sario de Santa Fé, Cardiff, Bremen, Trieste, Lyon, Philadelphia, Bruxellas, Guayará-Mirim, Capetown, Madrid e Constantinopla, a cada um.....	500\$000	8:000\$000	
	17	Salto, Livorno, Christiania, Helsingfors, Cadiz, Galatz, Calcuttá, Milão, Barbados, Bombaim, Rivera, Chicago, Paso de los Libres, Dakar, La Rochelle-Pallice e Boulogne-sur-Mer, a cada um.....	400\$000	6:800\$000	
	10	Dantzic, Alexandria, Cherburgo, Vienna, Funchal, Munich, Malaga, Panamá, Swansea e Roma, a cada um.....	240\$000	2:400\$000	
	12	Alvear, Artigas, Melo, Paysandú, Cayenna, Rio Branco, Santa Rosa, Santo Tomé, Newport-News, Tampico, Varsovia e Praga, a cada um.....	150\$000	1:800\$000	
	8	Braga, S. Vicente, Cannes, Terra-Nova, Stockholm, Copenhague, Coimbra e Gibraltar, a cada um.	120\$000	960\$000	58:160\$000
		4ª Sub-consignação (Material de consumo)			
4		Para possíveis aumentos de expediente de Chancellarias e despesas correlatas.....	10:000\$000		10:000\$000
		5ª Sub-consignação (Material de consumo)			
		<i>Despesas com as facturas consulares e respectivas remessas à Estatística Commercial</i>			
5	1	Nova York.....	—	750\$000	
	2	Liverpool e Hamburgo, a cada um	400\$000	800\$000	
	2	Paris e Buenos Aires, a cada um.	300\$000	600\$000	
	2	Montevideo e Porto, a cada um..	150\$000	300\$000	
	2	Lisboa e Genova, a cada um....	100\$000	200\$000	
	6	Manchester Bordéos, Glasgow, Southampton, Londres e Napoles, a cada um.....	50\$000	300\$000	
	11	Amsterdam, Barcelona, Hayre, Marselha, Cardiff, Genebra, Bremen, Norfolk, Antuerpia, Rosario de Santa Fé, Gothemburgo, a cada um.....	40\$000	440\$000	
	6	Valparaiso, Shanghai, Nova Orleans, Yokohama, Assumpção e Zurich, a cada um.....	20\$000	120\$000	
	12	Berlim, Cadiz, Vienna, Dantzic, Chicago, Philadelphia, Baltimore, Rotterdam, Vigo, Helsingfors, Milão e Funchal, a cada um....	15\$000	180\$000	3:690\$000
		6ª Sub-consignação (Material de consumo)			
		<i>Expediente dos Vice-Consulados não remunerados</i>			
6	2	Liverpool e Nova York, a cada um.....	500\$000	1:000\$000	
	1	Genova.....	—	180\$000	

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
4		Buenos Aires, Barcelona, Ham- burgo e Assumpção, a cada um. 160\$000 640\$000		
4		Lisboa, Porto, Genebra e Paris, a cada um..... 100\$000 400\$000		2:220\$000
		Total da parte Material da Verba 3ª.....		218:882\$223
		Totaes da Verba 3ª.....	1.308:050\$000	499:582\$223
		Total geral da Verba 3ª..... 1.807:632\$223		
		Mantida a Verba votada para 1925.		
			DESPESA PAPEL	DESPESA OURO
			VARIÁVEL	VARIÁVEL
		Verba 4ª (papel)		
		(Material de despesas diversas)		
		Recepções officiaes		
		CONSIGNAÇÃO UNICA		
1		Para despesas com a recepção e hospedagem e outras relativas a representantes de governos estrangeiros e hospedes illustres em visita ao Brasil.....	120:000\$000	
		Mantida a verba votada para 1925.		
		Verba 5ª (ouro)		
		Congressos e Conferencias		
		CONSIGNAÇÃO UNICA (PESSOAL)		
1		Para representação do Brasil nos Congressos e Conferencias que se reunirem no exterior, quando as respectivas represen- tações forem nomeadas pelo Ministerio das Relações Exte- riores.....		180:000\$000
		Total geral da Verba 5ª, proposta para 1926..... 180:000\$000		
		Votada para 1925..... 200:000\$000		
		Diferença para menos na proposta..... 20:000\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA	
			VARIÁVEL — Papel	VARIÁVEL — Ouro
		Verba 6ª		
		Serviço telegraphico (ouro)		
		CONSIGNAÇÃO (única)		
		(Despesas diversas)		
		Telegrammas officiaes do Ministerio, das Embaixadas, Legações e Consulados, transmittidos por empresas estrangeiras.....		150:000\$000
		Mantida a verba votada para 1925.		
		Verba 7ª (ouro)		
		Repartições Internacionais		
		(MATERIAL DE DESPESAS DIVERSAS)		
		Para o pagamento ao cambio par, ouro, das contribuições com que o Brasil concorre para diversas Repartições Internacionais, sendo :		
1		Para a União Pan-America 30.635 dollares e 61 centavos, moeda americana.....	56:675\$878	
2		Para o Instituto Internacional de Agricultura de Roma, além da contribuição fixa de 40.000 francos, moeda franceza, uma additional de 60.000 francos, ou sejam 100.000 francos.....	11:766\$667	
3		Para Repartição Internacional de Hygiene Publica em Paris 20.000 francos, moeda franceza.	2:353\$333	
4		Para a Secretaria das Tarifas Aduaneiras em Bruxellas, 7.425 francos, moeda belga.....	786\$307	
5		Para o Congresso Internacional Permanente de Navegação, 2.000 francos, moeda franceza....	235\$333	
6		Para o Escriptorio Internacional das Estradas de Ferro em Bruxellas, 1.000 francos, moeda franceza, no total de 738.288,49 francos, ouro.	270:951\$875	
7		Para a Liga das Nações, duas prestações semestres de 369.144,24 francos, ouro, moeda franceza, no total de 738.288,49 francos, ouro.	1:411\$998	
8		Para o Instituto Internacional do Frio, em Paris, 12.000 francos, moeda franceza.....	2:572\$500	
9		Para a Corte de Arbitragem do Tribunal de Haya, despesa provavel, 3.500 florins.....	1:059\$000	
10		Para o Instituto Internacional Commercial de Bruxellas, 10.000 francos, moeda belga.....	1:765\$000	
11		Para o Bureau Internacional de Berna, para a protecção dos direitos autoraes, 5.000 francos, moeda suissa.....	6:691\$444	
12		Para subvenções a Institutos Internacionais de Telegraphos.....	1:766\$500	
13		Para subvenção á Comissão permanente do Congresso Ferro Viario Sul-Americano.....	529\$500	
14		Para a Comissão permanente dos Congressos Internacionais de Sciencias Administrativas em Bruxellas, 1.500,00 francos, ouro, belga...	2:500\$000	
15		Para a Camara de Commercio Belga-Brasileira.		
16		Para a manutenção da Cadeira de Camões no "Kings College" de Londres, £ 300 annuaes..	2:533\$334	363:704\$569
		Total da verba.....		363:704\$569
		Mantida a verba votada para 1925.		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA	
		VARIÁVEL — Papel	VARIÁVEL — Ouro
	Verba 8ª		
	Ajudas de custo		
	1ª CONSIGNAÇÃO (pessoal)		
	Para ajudas de custo de nomeações, remoções, exonerações e retiradas dos funcionários do quadro do Ministério do Exterior.....		200:000\$000
	2ª CONSIGNAÇÃO		
	(Material de diversas despesas)		
	Para auxílios de viagem a funcionários em férias extraordinárias ou por motivo de serviço.....		30:000\$000
	Total da verba.....		230:000\$000
	Mantida a verba votada para 1925.		
	Verba 9ª (ouro)		
	Extraordinárias no Exterior		
	1ª CONSIGNAÇÃO		
	(Material de diversas despesas)		
	Para despesas extraordinárias, inclusive as de carácter reservado, decorrentes do serviço internacional.....		250:000\$000
	2ª CONSIGNAÇÃO		
	(Material de diversas despesas)		
	Para repatriações e socorros a brasileiros desvalidos.....		20:000\$000
	3ª CONSIGNAÇÃO		
	(Material de diversas despesas)		
	Para os estudos destinados a ligar a Viação Férrea Brasileira com a Estrada de Ferro Pan-Americana.....		40:000\$000
	Total da verba.....		310:000\$000
	Mantida a verba votada para 1925.		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA	
			VARIÁVEL — Papel	VARIÁVEL — Ouro
		Verba 10ª		
		Expansão Económica		
		1ª CONSIGNAÇÃO (papel)		
		<i>(Material de consumo)</i>		
1		Para despesas com aquisição de revistas económicas e com-		
		merciaes, jornaes e publicações de propaganda para serem		
2		distribuidas pelas Embaixadas, Legações e Consulados.....	30:000\$000	
		Para impressão do Boletim do Ministerio.....	20:000\$000	
		2ª CONSIGNAÇÃO (ouro)		
		<i>(Material de diversas despesas)</i>		
3		Para serviços de propaganda e defesa do Brasil no estrangeiro,		
		inclusive 20:000\$ para manutenção do serviço de propaganda		
		da herva matte na Europa, destacando-se, nos termos dos ar-		
		tigos 39 e 43 da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 (orçamento		
		da despesa), a dotação de 20:000\$, para manter o mesmo ser-		
		viço, que será exclusivamente applicada de accordo com os		
		Governos do Paraná e Santa Catharina.....		200:000\$000
		Totais da verba.....	50:000\$000	200:000\$000
		Mantida a verba votada para 1925.		
		Verba 11ª (papel)		
		Commissões de limites		
		1ª CONSIGNAÇÃO (pessoal)		
1		Para gratificações do pessoal que serve na		
		caracterização dos limites com a Republica		
		Oriental do Uruguay.....	98:000\$000	
2		Para gratificações do pessoal que serve na		
		caracterização dos limites com a Republica do		
		Perú.....	390:000\$000	
3		Para despesas e augmentos eventuaes do pes-		
		soal, que occorrerem durante o anno.....	15:000\$000	503:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO		
		<i>(Material de diversas despesas)</i>		
1		Para o material do serviço da caracterização		
		dos limites com a Republica do Uruguay	62:000\$000	
2		Para o material do serviço da caracterização		
		dos limites com a Republica do Perú.....	220:000\$000	
3		Para eventuaes do material das Commissões de		
		Limites.....	15:000\$000	297:000\$000
		Total da verba.....	800:000\$000	
		Mantida a verba votada para 1925.		

ANNEXO E

Montepio

Quadro dos contribuintes do montepio dos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores que falleceram e a cujas famílias foram abonadas quantias para funeral ou luto e pensões, desde 1890 até 30 de abril de 1925

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA ANNUAL DE PENSAO
Francisco Gil Castello Branco.	Consul Geral de 2a classe	8 de setembro de 1891.	200\$000	(*) Theodora de Brito Castello Branco, viuva. Filhos... { (*) Francisco Gil. { Dora Antonietta.	23 de janeiro de 1892... Idem..... Idem.....	750\$000 375\$000 375\$000
José Coelho Gomes.....	2o Secretario de Legação	6 de julho de 1892.....	200\$000	Luiza Hatcher Gomes, viuva.....	5 de setembro de 1892.	1:250\$000
Dr. Luiz Pires Garcia.....	Consul Geral de 1a classe	24 de outubro de 1892..	200\$000 (*)	Rosa de Amorim Pires Garcia, viuva....	25 de dezembro de 1892.	2:000\$000
Francisco Paulo de Faria.....	Continuo desta Secretaria de Estado.....	16 de abril de 1893.....	200\$000 (*)	Rita Maria de Faria, viuva..... Filhos... { (*) Horacio. { Julia. { (*) Carlos.	17 de abril de 1893..... Idem..... Idem..... Idem.....	300\$000 100\$000 100\$000 100\$000
Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrade.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1a classe.....	25 de março de 1893.....	200\$000	Filhos... { Georgina..... { Helena..... { (*) Eduardo..... { Maria.....	23 de maio de 1893..... Idem..... Idem..... Idem.....	750\$000 750\$000 750\$000 750\$000
Luiz Caetano da Silva.....	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	22 de julho de 1893.....	200\$000 (*)	Firmina Caetano da Silva Cremona, irmã, sobrinha.....	27 de julho de 1893..... Idem.....	1:200\$000 1:200\$000
José Gurgel do Amaral Valente.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1a classe....	3 de junho de 1893.....	200\$000	Leopoldina Gasselseder, viuva.....	24 de agosto de 1893...	3:000\$000
João Carneiro do Amaral.....	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	1 de outubro de 1893..	200\$000	Lavinia Ludwig do Amaral, neta.....	7 de outubro de 1893..	2:400\$000
Antonio Augusto de Castilho..	Consul Geral de 1a classe	19 de janeiro de 1894...	200\$000	Maria Oliveira de Castilho, viuva..... Maria de Castilho, filha.....	17 de março de 1894... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIA	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Thomaz Fortunato de Brito...	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe...	27 de fevereiro de 1894...	200\$000	(*) Maria Fortunata Hartley, irmã (*) Elisa Fortunata de Brito Azambuja, irmã Carolina Saldanha da Gama, sobrinha...	31 de março de 1894.... Idem..... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000 500\$000
Cesar Augusto Vianna de Lima	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2ª classe...	15 de setembro de 1894...	200\$000	Grinaneza Vianna de Lima, viúva.....	28 de dezembro de 1894...	2:500\$000
Quirino Augusto da Cunha Bastos.....	1º Official desta Secretaria de Estado.....	1 de maio de 1895.....	200\$000	Alzira Herminia Bruce da Cunha Bastos, viúva..... Filhos... { (*) Irineu..... (*) Quirino..... (*) Hortencia..... Laura..... }	27 de maio de 1895..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	950\$000 237\$500 237\$500 237\$500 237\$500
Pedro Candido Affonso de Carvalho.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2ª classe.....	11 de maio de 1895.....	200\$000	Manoela Affonso de Carvalho, viúva..... Filhos... { (*) Julia Adelia..... (*) Henrique José Sebastião... (*) Frederico Affonso..... }	19 de setembro de 1895... Idem..... 25 de maio de 1895.... 19 de setembro de 1895..	4:250\$000 410\$866 410\$866 410\$866
Rita Maria de Faria.....	Viúva do continuo desta Secretaria de Estado Francisco Paula de Faria.....	16 de janeiro de 1893.....		(*) Carlos Paulo de Faria, filho.....	4 de março de 1893.....	300\$000
João Francisco Leite Nunes..	Consul.....	29 de janeiro de 1893.....	200\$000	(*) Thereza da Conceição Castro Nunes, viúva Filhos... { (*) Francisca..... (*) Clotia..... (*) José..... (*) Thereza..... (*) Maria Estella..... (*) Mariana..... (*) Carlos..... (*) Plinio..... }	25 de março de 1893.... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	625\$000 73\$125 73\$125 73\$125 73\$125 73\$125 73\$125 73\$125

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA PUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSAO ANNUAL
Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado....	12 de junho de 1896.....	200\$000	(*) Feliciano Vandelli de Andrade Azambuja, viuva.....	3 de julho de 1896.....	1:600\$000
Pedro Pinheiro Guimarães....	Director de Secção desta Secretaria de Estado....	8 de junho de 1896.....	200\$000	(*) Henriqueta Ferreira Pinheiro Guimarães, viuva.....	15 de outubro de 1893..	2:400\$000
Antonio de Araujo Itajubá....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	3 de novembro de 1897..	200\$000	Maria Elisa Pereira da Silva, viuva.....	18 de março de 1893.....	3:000\$000
Francisco Vieira Monteiro....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	23 de fevereiro de 1893..	200\$000	Joaquina de Amorim Vieira Monteiro, viuva Filhos... { Maria Isabel..... { Joaquina Maria Anna.....	15 de junho de 1893..... Idem..... Idem.....	1:500\$000 750\$000 750\$000
Napoleão de Siqueira Lameix..	1º Secretario de Legação aposentado.....	31 de outubro de 1896...	200\$000	Frederica de Siqueira Lameix, viuva.....	1º de outubro de 1893..	1:500\$000
Dr. Casemiro Dias Vieira Junior.....	Consul.....	30 de janeiro de 1897....	200\$000	Filhos... { Ricardo..... { Maria Thereza..... { Amalia..... { Mercedes..... { Delia..... { Fernando.....	23 de novembro de 1898. Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	20\$333 20\$333 20\$333 20\$333 20\$333 20\$333
Alfredo José Ferreira Baptista	2º Official desta Secretaria de Estado.....	21 de outubro de 1899...	200\$000	Maria Carolina Ferreira Baptista, viuva..... Filhos... { Nestor..... { Valkyria..... { Eduardo.....	8 de novembro de 1899 Idem..... Idem..... Idem.....	750\$000 550\$000 550\$000 550\$000
Bacharel Luiz Caetano Pereira Guimarães.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado....	19 de maio de 1893.....	200\$000	Filhos... { Iracema..... { Gabriella..... { Horacio..... { Gabriel.....	23 de março de 1900... Idem..... Idem..... Idem.....	625\$000 625\$000 625\$000 625\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA PUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSAO ANNUAL
Theodora de Brito Castello Branco.....	Viuva do Consul Geral de 2ª classe Francisco Gil Castello Branco...	25 de março de 1899.....		Filhos.... { (*) Francisco Gil..... Dora Antonietta.....	Apostilla de 20 de fevereiro de 1900.....	375\$000 375\$000
Leonardo Lessa Junior.....	Amanuense desta Secretaria de Estado.....	15 de fevereiro de 1900..	200\$000	Emilia Carolina Coelho Lessa, irmã.....	3 de abril de 1900.....	1:100\$000
Egas Muniz Barreto de Araújo.....	1º Secretário de Legação	8 de outubro de 1898...	200\$000	Filhos.... { (*) Josephina Hoffmann do Des-terro..... (*) Carolina Hoffmann do Des-terro.....	11 de julho de 1900..... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000
Oscar Reyndner do Amaral....	1º Secretário de Legação	29 de setembro de 1899..	200\$000			
Dr. José Joaquim Ferreira Valle.....	Consul Geral de 1ª classe	2 de fevereiro de 1899..	200\$000	Filhos....	Idem.....	Idem.....
Bacharel Carlos Vieira Ferreira.....	Ex-2º Secretário de Legação.....	3 de junho de 1900.....	200\$000	(*) Albertina de Gusmão Vieira Ferreira, viuva.....	24 do outubro de 1900..	1:250\$000
João Pereira de Andrada.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado.....	28 de agosto de 1900.....	200\$000	Filhas.... { Julia de Argollo Ferrão, casada. Alexandrina Olga de Andrada e Silva, casada..... Paulina Andrada Accioli de Brito, casada.....	19 de janeiro de 1901... Idem..... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000 1:000\$000
Bacharel Americo de Campos.	Consul Geral de 2ª classe	21 de janeiro de 1900...	200\$000	(*) Anna Amalia Peixoto de Azevedo Campos, viuva..... (*) Maria Amalia de Campos, filha.....	8 de março de 1901.... Idem.....	750\$000 750\$000
Joaquim Tibirica Pinheiro Guimarães.....	2º Official desta Secretaria de Estado.....	25 de fevereiro de 1901..	200\$000	Cecilia Roxo Pinheiro Guimarães, viuva....	8 de abril de 1901....	750\$000
				Filhos.... { Heloisa..... Jayme..... Abelardo..... Nair.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	187\$000 187\$500 187\$500 187\$500

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DI PENSÃO ANNUAL
Manoel de Azevedo Barroso Bastos.....	Consul Geral de 1ª classe	9 de abril de 1904.....	200\$000	(*) Mathilde de Azevedo Barroso Bastos, viúva.....	31 de dezembro de 1904.	2:000\$000
Antonio Joaquin Netto dos Reis.....	Consul Geral de 2ª classe	22 de agosto de 1904....	200\$000	Filhos..... (*) Maria Antonia..... (*) Hugo..... (*) Mario..... (*) Francisca Hilda..... (*) Luiz.....	22 de fevereiro de 1902.. Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	300\$000 300\$000 300\$000 300\$000 300\$000
Miguel Francisco do Monte Junior.....	1º Official desta Secretaria de Estado.....	20 de janeiro de 1902....	200\$000	Florescia de Castro Monte, viúva..... Dulce..... Anna..... (*) Rubens..... (*) Cordelia..... Heloisa..... Luiz..... Abelardo..... (*) Maria de Lourdes.....	13 de março de 1902.... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	950\$000 418\$750 418\$750 418\$750 418\$750 418\$750 418\$750 418\$750 418\$750
Luiz Pedro da Silva Rosa.....	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado.....	21 de novembro de 1903..	200\$000	Amalia Lisboa de Oliveira Rosa, viúva.. Filhas..... (*) Albertina Lisboa da Silva Rosa.. (*) Maria Olympia Lisboa da Silva Rosa.. (*) Silva Rosa.....	3 de dezembro de 1903.. Idem..... Idem..... Idem.....	1:200\$000 600\$000 600\$000
José Antonio de Oliveira Leitão	Correio aposentado desta Secretaria de Estado..	24 de setembro de 1903..	200\$000	Josepha Honorata Pereira Leitão, viúva..	11 de janeiro de 1904....	300\$000
João Germano Vieira de Barros	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado.....	13 de janeiro de 1904....	200\$000	Abigail de Barros, filha solteira	3 de fevereiro de 1904.	2:400\$000
José de Almeida e Vasconcellos.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario	29 de julho de 1903	200\$000	Adelaide de Almeida e Vasconcellos, viúva..	23 de fevereiro de 1904.	3:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Domingos José da Silva Azevedo.....	Consul Geral de 1a classe	21 de julho de 1903.....	200\$000	Maria Isabel de Azevedo, viuva..... Filhos.... (*) Esther de Azevedo..... (*) Euclides Inah de Azevedo..... (*) Luiz de Azevedo.....	20 de fevereiro de 1904.. Idem..... Idem..... Idem.....	1:000\$000 333\$333 333\$333 333\$333
Henrique de Barros Cavalcante de Lacerda.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado.....	24 de novembro de 1904.	200\$000	Luiza Maria Peixoto de Brito e Mello Cavalcante de Lacerda, viuva.....	19 de dezembro de 1904.	3:000\$000
José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1a classe aposentado.....	18 de outubro de 1903....	200\$000	Albertina Werneck Ribeiro de Aguiar, viuva, interdicta.....	21 de março de 1905....	3:000\$000
Eduardo Octaviano.....	Consul Geral de 2a classe	13 de novembro de 1903.	200\$000	Vera Octaviano, viuva.....	19 de março de 1903....	1:500\$000
Carlos Mauricio da Silva.....	Correio aposentado desta Secretaria do Estado.	15 de julho de 1904.....	200\$000	(*) Carlota Joaquina das Dores, viuva.....	29 de março de 1903....	300\$000
Carlos Fraenkel.....	Consul aposentado.....	12 de maio de 1906.....	200\$000	(*) Marianna Mauricia da Silva, filha..... Aldina de Magalhães Fraenkel, viuva.....	Idem..... 31 de agosto de 1906....	300\$000 700\$000
Pedro de Castro Pereira Sodré	Consul Geral de 1a classe	8 de julho de 1906.....	200\$000	(*) Walter..... (*) Edith..... (*) Benjamin Constant..... (*) Carlos.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	175\$000 175\$000 175\$000 175\$000
Olympio Adolpho de Souza Pitanga.....	Consul Geral de 1a classe	13 de outubro de 1906...	200\$000	Regina Lydia Pitanga, filha maior e solteira	2 de julho de 1907.....	2:000\$000
José Alexandrino de Oliveira..	Director de Secção desta Secretaria do Estado.	20 de novembro de 1907.)	200\$000	Eugenia Baptista de Oliveira, viuva.....	11 de dezembro de 1907.	3:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Francisco Ignacio de Carvalho Moreira.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado.....	1 de abril de 1906.....	200\$000	Carlota de Carvalho Moreira, viuva.....	6 de maio de 1908.....	3:000\$000
Vital do Espirito Santo Fontenelle.....	2º Official desta Secretaria de Estado.....	22 de junho de 1908.....	200\$000	(*) Castorina de Oliveira Fontenelle, viuva..... Gilda, filha.....	30 de julho de 1908..... Idem.....	800\$000 800\$000
Feliciano José da Costa.....	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado.....	17 de julho de 1909.....	200\$000	Filhas (Amelia Mattos da Costa..... Elvira Mattos da Costa..... solteiras e Maria da Gloria Mattos da maiores Costa.....	3 de setembro de 1909..... Idem..... Idem.....	800\$000 800\$000 800\$000
Francisco de Paula Araujo e Silva.....	2º Secretário de Legação	20 de agosto de 1909.....	200\$000	Luiza Carolina de Araujo e Silva, irmã solteira.....	27 de setembro 1909.....	2:000\$000
Dr. Alfredo Sergio Teixeira de Macedo.....	Ex-Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	10 de janeiro de 1906.....	200\$000	Anna Francisca da Silveira Teixeira de Macedo, viuva.....	7 de junho de 1910.....	3:000\$000
Ernesto Augusto Ferreira....	1º Official desta Secretaria de Estado.....	9 de maio de 1910.....	200\$000	Maria Augusta Ferreira, irmã maior e solteira.....	28 de junho de 1910.....	3:100\$000
José Cordeiro do Rego Barros	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	31 de dezembro de 1908.....	200\$000	Ellen do Rego Barros, Viuva.....	20 de julho de 1910.....	3:333\$333
José Augusto Ferreira da Costa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	1 de abril de 1910.....	200\$000	Candida Dyonisia da Costa, irmã maior e solteira..... Maria Aurea Porciuncula da Costa, irmã maior e solteira.....	13 de fevereiro de 1911..... Idem.....	1:666\$666 1:666\$666
Castorina de Oliveira Fontenelle.....	Viuva do 2º Official desta Secretaria de Estado, Vital do Espirito Santo Fontenelle.....			Gilda, filha menor e solteira.....	28 de março de 1911.....	800\$000

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATAS DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
José Antonio d'Espinheiro.....	Director de Secção desta Secretaria de Estado..	30 de março de 1911.....	200\$000	Maria Carlota da Conceição Espinheiro, viuva	7 de julho de 1911	3:600\$000
José Joaquim Gomes dos Santos.....	Consul Geral de 1ª classe	23 de julho de 1910.....	200\$000	Firmina Ferrer de Gomes dos Santos, viuva.	25 de julho de 1911.....	3:600\$000
João Belmiro Leoni.....	Consul Geral de 1ª classe	3 de junho de 1910.....	200\$000	Mercedes Werneck Leoni, filha menor e sol- teira.....	25 de julho de 1911.....	1:800\$000
Dr. David Moretzsohn Cam- pista.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	12 de outubro de 1911....	200\$000	Carmen Werneck Leoni, filha menor e sol- teira.....	Idem.....	1:800\$000
Joaquim da Silva Lessa Para- anhos.....	Vice-Consul	9 de abril de 1912.....	200\$000	Jovita Maia Campista, viuva	20 de julho de 1912.....	1:600\$000
Julio Henrique de Mello e Alvim.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario	9 de março de 1912.....	200\$000	Olga Campista, filha maior e solteira.....	Idem.....	416\$000
Paulino José Soares Pereira...	Porteiro desta Secre- ria de Estado.....	13 de novembro de 1912.	200\$000	Filhas menores { Lucilia	Idem.....	416\$000
Eugenio Ferraz de Abreu.....	1º Official desta Secre- taria de Estado.....	22 de outubro de 1912...	200\$000	Amelia Sabina Jacomella Paranhos, viuva..	29 de julho de 1912.....	416\$000
João Ventura Rodrigues.....	Continuo desta Secre- taria de Estado.....	10 de novembro de 1912.	200\$000	Henriqueta da Terra Vianna, filha casada..	5 de novembro de 1912.	3:333\$333
João Vieira da Silva.....	Consul Geral de 1ª classe.	18 de agosto de 1912.....	200\$000	Evangelina Pereira Franco de Sá, filha ca- sada.....	9 de janeiro de 1913.....	2:000\$000
				Carmen Ferraz de Oliveira, filha casada....	21 de janeiro de 1913....	3:200\$000
				Cecilia Ventura Rodrigues, filha maior e solteira.....	7 de março de 1913....	1:200\$000
				Ida Reis Vieira da Silva, viuva.....	12 de março de 1913....	3:600\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Raul de Souza Carvalho.....	3º Official desta Secre- taria de Estado.....	20 de outubro de 1912...	200\$000	(*) Maria Izabel Pinheiro de Souza Carvalho, viuva.....	25 de agosto de 1913....	900\$000
Josquin Ferraz Rego.....	Consul Geral de 1ª classe	28 de julho de 1912.....	200\$000	Murillo, filho menor.....	Idem.....	1:800\$000
Aluizio Azevedo.....	Consul Geral de 2ª classe	21 de janeiro de 1913....	200\$000	Maria de Azambuja Ferraz Rego, viuva.. Gabriel, filho menor.....	26 de agosto de 1913....	4:800\$000
João Antonio Rodrigues Mar- tins.....	Consul Geral de 1ª classe	27 de dezembro de 1912..	200\$000	(*) Camilla Amalia de Azevedo Lobato, irmã viuva.....	Idem.....	1:800\$000
Manoel Ferraz de Campos Salles.....	Envio Extraordinario e Ministro Plenipotên- ciario.....	28 de junho de 1913.....	200\$000	Helena Tavares Rodrigues Martins, viuva..	25 de agosto de 1913....	3:600\$000
Arthur Stockler Pinto de Me- nezes.....	3º Secretario de Legação	23 de maio de 1913.....	200\$000	(*) Anna Gabriella de Campos Salles, viuva.. (*) Helena de Campos Salles, filha maior e sol- teira.....	22 de dezembro de 1913..	1:666\$366
				(*) Leonor de Campos Salles, filha maior e sol- teira.....	Idem.....	1:666\$366
				Olga Brandini Stockler Pinto de Menezes, viuva.....	Idem.....	1:666\$366
				Thales Alexandre.....	12 de janeiro de 1913....	1:333\$333
				Moema Herminia.....	Idem.....	255\$366
				Filhos { Archimedes.....	Idem.....	255\$366
				{ Blotina.....	Idem.....	255\$366
				{ Nary.....	Idem.....	255\$366
José Calmon Nogueira Valle da Gama.....	Consul Geral de 1ª classe	5 de fevereiro de 1913..	200\$000	(*) Rosa Monica Nogueira Valle da Gama, viuva.....	13 de março de 1920....	4:666\$366
				(*) Rosa Maria Calmon da Gama, filha maior e solteira.....	Idem.....	900\$000
				(*) Anna Romana Calmon da Gama, filha maior e solteira.....	23 de janeiro de 1914....	2:333\$333
Thomaz Pompeu Lopes Fer- reira.....	2º Secretario de Legação	15 de julho de 1913.....	200\$000	(*) Jesuina Inglez de Souza Lopes Ferreira, viuva.....	13 de março de 1920....	4:000\$000
				(*) Herculano, filho menor.....	Idem.....	1:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	17 de janeiro de 1910...	200\$000	Evelina Nabuco, viuva..... Maria Carolina Nabuco, filha maior e solteira.....	14 de fevereiro de 1914. Idem.....	1:66\$366 333\$333
Benjamin Borges Ribeiro da Costa.....	2º Official desta Secretaria de Estado.....	12 de fevereiro de 1914...	200\$000	Filhos menores, { (*) Mauricio Nabuco..... (*) Joaquim..... (*) Maria Anna..... (*) José Thomaz.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	333\$333 333\$333 333\$333 333\$333
Salvador de Mendonça.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	5 de junho de 1913.....	200\$000	Constança do Paço Borges da Costa, mãe viuva..... Evangalina Borges Ribeiro da Costa, irmã maior e solteira.....	10 de março de 1914... Idem.....	1:20\$000 1:20\$000
Francisco Xavier da Cunha..	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	13 de dezembro de 1913..	200\$000	(*) Maria Rednar de Mendonça, viuva..... (*) Amalia Helena de Mendonça, filha maior e solteira..... (*) Valentina de Mendonça, filha maior e solteira.....	20 de março de 1914... Idem..... Idem.....	1:66\$366 833\$333 833\$333
Hevalcito de Alencastro Pereira da Graça.....	2º Consultor Juridico do Ministerio.....	16 de abril de 1914.....	200\$000	Amelia Coutinho Xavier da Cunha, viuva.....	8 de julho de 1914.....	3:33\$333
José Maria da Gama Dias Berquó.....	Consul Geral.....	17 de outubro de 1913...	200\$000	Eliza Barreto da Graça, viuva..... Maria Adelaide Graça, filha maior e solteira..... Fernando Barreto Graça, menor.....	2 de outubro de 1914... Idem..... Idem.....	1:50\$000 900\$000 900\$000
Brazilio Ithieré da Cunha....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	11 de agosto de 1913....	200\$000	Maria Thereza Berquó, neta maior e solteira.....	16 de dezembro de 1914..	1:50\$000
				(*) Leopoldina Ithieré da Cunha, viuva..... (*) Maria Leopoldina, filha menor e solteira..... (*) Maria Adelaide, idem..... (*) Maria Brazilia, idem.....	15 de dezembro de 1914.. Idem..... Idem..... Idem.....	1:66\$366 55\$555 55\$555 55\$555

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA ANNUAL
Raymundo de Sá Valle.....	Consul Geral de 1ª classe	25 de setembro de 1914..	200\$000 (*)	Sylvia de Sá Valle, viúva.....	19 de fevereiro de 1915..	3:600\$000
Eduardo Drolhe Fasciotti.....	Consul Geral de 1ª classe	23 de outubro de 1913...	200\$000	Leocadia Fonseca de Drolhe Fasciotti, viúva	25 de maio de 1915.....	3:600\$000
Eduardo Callado.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	14 de outubro de 1914...	200\$000	Henriqueta Zeballos de Callado, viúva.....	25 de maio de 1915.....	1:600\$000
Oscar de Souza Azevedo.....	Continuo desta Secre- taria de Estado.....	17 de março de 1915.....	200\$000	Maria Martins de Azevedo, viúva.....	20 de julho de 1915.....	600\$000
Jorge Francisco Henrique Feldtmann.....	Chanceller.....	1 de dezembro de 1913..	200\$000	Oscarina..... (Maria Amélia Filhos menores, { Oswaldina..... Hilda..... Adriano.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	420\$000 420\$000 420\$000 420\$000 420\$000
Raul Franklin Reynher do Amaral.....	1º Secretário de Legação	12 de junho de 1913.....	200\$000	Martha Feldtmann, viúva.....	5 de novembro de 1915	1:333\$333
				Sarah Durrant do Amaral, viúva.....	8 de novembro de 1915	1:333\$333
				Moida Lilla Violet Durrant do Amaral, filha menor.....	Idem.....	666\$666
				Orlando Victor Reynher do Amaral, filho menor.....	Idem.....	666\$666
Carlos Gonçalves da Silva....	2º Secretário de Legação	13 de agosto de 1915.....	200\$000	Alice Pereira Pinto da Silva, viúva.....	14 de março de 1916...	1:000\$000
Vicente Ferrer de Barros Wan- derley e Araujo.....	Vice-Consul.....	16 de maio de 1915.....	200\$000	Carlos Emilio, filho menor.....	Idem.....	1:000\$000
				Ephigenia Villares Wanderley Araujo, viúva	13 de maio de 1916.....	666\$666
				Maria Vicentina Araujo Ferrer, filha maior e solteira.....	Idem.....	333\$333
				Ephigenia Villares Wanderley e Araujo, filha maior e solteira	Idem.....	333\$333

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA PENSÃO OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Jorge de Vasconcellos Esteves.	3º Secretario de Legação	21 de julho de 1915.....	200\$000	(*) Estella de Vasconcellos Esteves, viúva...	21 de julho de 1915.....	2:000\$000
José Lucas Gomes da Silva....	Continuo.....	12 de agosto de 1916....	200\$000	Cecilia Vianna Gomes da Silva, viúva.....	7 de outubro de 1916...	1:200\$000
Antonio Pereira de Miranda...	Porteiro aposentado....	13 de maio de 1917.....	200\$000	Odilia Pereira de Miranda, filha maior e solteira.....	9 de junho de 1917.....	1:600\$000
Sully José de Souza.....	Consul Geral de 1ª classe	23 de março de 1917.....	200\$000	Isaura Pereira de Miranda, filha maior e solteira.....	Idem.....	1:000\$000
Joaquim Carneiro de Men- donça.....	Consul Geral de 2ª classe	2 de março de 1917.....	200\$000	Amelia Sully de Souza, viúva.....	2 de outubro de 1917...	1:800\$000
Dr. José Fortunato da Silveira Bulcão.....	Consul Geral de 1ª clas- se, aposentado.....	30 de setembro de 1917..	200\$000	Amelia Sully de Souza, filha maior e sol- teira.....	Idem.....	1:800\$000
Henrique Mamede Lins de Al- meida.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario, aposentado....	19 de janeiro de 1913 ..	200\$000	(*) Dora Carneiro de Mendonça, filha maior e solteira.....	2 de outubro de 1917...	1:800\$000
José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	10 de fevereiro de 1912	200\$000	Brasília Bulcão, filha maior e solteira.....	12 de novembro de 1917	1:600\$000
Alberto Fialho.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario, aposentado....	6 de agosto de 1917....	200\$000	(*) Maria Luiza Lins de Almeida, viúva...	19 de janeiro de 1918...	1:600\$366
				(*) Helena Lins de Almeida, filha maior e solteira.....	Idem.....	1:600\$366
				(*) Clotilde da Silva Paranhos do Rio- Branco, filha maior e divorciada.....	23 de janeiro de 1918...	3:353\$336
				Sarah Hamilton de Fialho, viúva.....	8 de março de 1918...	4:000\$000
				Constança, filha menor, nascida em 4 de Outubro de 1910.....	Idem.....	2:000\$000
				Sarah, filha menor, nascida em 4 de ou- tubro de 1900.....	8 de março de 1918...	2:000\$000
Benjamin Graca.....	Consul Geral de 2ª clas- se, aposentado.....	10 de dezembro de 1917	200\$000	(*) Josepha Henriques Graca, viúva.....	24 de abril de 1918.....	1:600\$366

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Joaquim Carneiro de Mendonça.....	Consul Geral de 2ª classe.....	2 de março de 1914...	200\$000	(*) Laura Graça, filha maior e solteira.....	24 de abril de 1918.....	833\$333
Torquato Rosa Moreira Junior	1º Oficial.....	23 de janeiro de 1919...	200\$000	(*) Noemia Graça, filha maior e solteira.....	Idem.....	833\$333
				Ernestina Carneiro de Mendonça, viúva.....	10 de outubro de 1918..	1.800\$000
				Nair Aguiar Moreira, viúva.....	28 de abril de 1919.....	1.800\$000
				Elsa, filha menor, nascida em 8 de julho de 1916.....	Idem.....	1.600\$000
Paulo de Godoy.....	2º Secretário de Legação	3 de fevereiro de 1919..	200\$000	Luz Mendez Godoy, viúva.....	15 de maio de 1919.....	2.700\$000
Americo Santos.....	Consul.....	21 de dezembro de 1918..	200\$000	(*) Palmyra Aranha Santos, viúva.....	21 de maio de 1919.....	1.333\$333
				(*) Elisabeth Maria America, filha menor, nascida em 15 de janeiro de 1905.....	Idem.....	666\$666
				(*) Maria Ernestina, filha menor, nascida em 13 de janeiro de 1910.....	Idem.....	666\$666
Adolpho Afonso da Silva Gordo.....	1º Secretário de Legação	31 de dezembro de 1918..	200\$000	Helena, irmã menor e solteira, nascida em 23 de novembro de 1911.....	24 de julho de 1919.....	1.333\$333
				Carolina, irmã menor e solteira, nascida em 31 de janeiro de 1905.....	Idem.....	1.333\$333
Dr. Francisco Eugenio Emilio Emery.....	Consul Geral de 1ª classe.....	25 de fevereiro de 1919..	200\$000	Serafina Lages de Emery, viúva.....	13 de agosto de 1919...	2.333\$333
Alfredo Carlos Alcoforado.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	8 de agosto de 1918...	200\$000	Sofia Serafina Emery, filha maior e solteira.....	Idem.....	2.333\$333
Arimo Ferreira Pinto.....	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	7 de abril de 1919.....	200\$000	Alice Alcoforado, viúva.....	6 de setembro de 1919..	5.000\$000
Nicoláo Pinto da Silva Valle..	Consul Geral de 1ª classe aposentado.....	20 de maio de 1919.....	200\$000	Elvira Reis Ferreira Pinto, viúva.....	26 de abril de 1919.....	4.000\$000
				Hilda de Mattos Pereira Valle, viúva.....	18 de maio de 1920.....	4.033\$044
				Maria Antonia, filha menor, nascida em 16 de dezembro de 1912.....	18 de maio de 1920.....	673\$674

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA PARA FUEBAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA ANNUAL DA PENSÃO
Henrique Mamede Lins de Almeida.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado.....	25 de outubro de 1917...	200\$000	Maria Angelica, filha menor, nascida em 26 de setembro de 1916.....	18 de maio de 1920.....	672\$871
Joaquim Carneiro de Mendonça.....	Consul Geral de 2ª classe.....	2 de março de 1915....	200\$000	Carlos Antonio, filho menor, nascido em 30 de agosto de 1914.....	Idem.....	672\$871
Dr. Bazilio Ithieré da Cunha..	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	11 de agosto de 1913...	200\$000	Jayne, filho menor, nascido em 7 de setembro de 1910.....	Idem.....	672\$871
				Fernando, filho menor, nascido em 16 de julho de 1909.....	Idem.....	672\$871
				Octavio, filho menor, nascido em 23 de novembro de 1900.....	Idem.....	682\$871
				Maria Luiza Lins de Almeida, viuva.....	11 de junho de 1920....	4:000\$000
				Helena Lins de Almeida, filha menor.....	Idem.....	4:000\$000
				Ernestina Carneiro de Mendonça, viuva.....	25 de junho de 1920....	4:363\$836
				Dora Carneiro de Mendonça, filha maior, solteira.....	Idem.....	4:363\$836
				Leopoldina Ithieré da Cunha, viuva.....	10 de julho de 1920....	2:328\$300
				Maria Leopoldina, filha menor, nascida em 4 de dezembro de 1928.....	Idem.....	912\$100
				Maria Adelaide, filha menor, nascida em 1 de setembro de 1901.....	Idem.....	912\$100
José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	10 de fevereiro de 1912.	200\$000	Maria Brazilia, filha menor, nascida em 2 de maio de 1909.....	Idem.....	912\$100
Dr. Raymundo de Sã Valle...	Consul Geral de 1ª classe.....	25 de setembro de 1914.	200\$000	Clotilde da Silva Paranhos do Rio Branco, filha maior, divorciada.....	11 de agosto de 1920...	5:617\$253
José Calmon Nogueira Valle da Gama.....	Consul Geral em Montevideo.....	5 de fevereiro de 1913.	200\$000	Sylvia Varella de Sã Valle, viuva.....	19 de agosto de 1920...	11:131\$151
				Rosa Monica Nogueira Valle da Gama, viuva.....	27 de agosto de 1920....	3:910\$705

NOMES DOS CONTRIBUINTEES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA PUBERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Americo Santos.....	Consul.....	21 de dezembro de 1918.	200\$000	Anna Romana Calmon da Gama, filha maior, solteira.....	27 de agosto de 1920....	1:955\$392
				Palmyra Aranha Santos, viuva.....	11 de setembro de 1920.	2:639\$171
				Elizabeth Maria America, filha menor, nascida em 15 de janeiro de 1915.....	Idem.....	1:319\$587
Salvador de Mendonça.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	5 de dezembro de 1913.	200\$000	Maria Ernestina, filha menor, nascida em 12 de janeiro de 1910.....	Idem.....	1:319\$587
				Maria Redanan de Mendonça, viuva.....	13 de setembro de 1920.	4:000\$000
				Amalia Helena de Mendonça, filha maior, solteira.....	Idem.....	2:000\$000
Manoel de Azevedo Barroso Bastos.....	Consul Geral de 1ª classe em Iquitos.....	9 de abril de 1901.....	200\$000	Valentina de Mendonça, filha maior, solteira.....	Idem.....	2:000\$000
Pedro de Castro Pereira Sodré.				Mathilde de Azevedo Barroso Bastos, viuva.....	23 de novembro de 1920.	4:529\$488
Thomaz Pompéu Lopes Ferreira.....	Consul Geral de 1ª classe.....	8 de julho de 1906.....	200\$000	Isabel Tross Pereira Sodré, viuva.....	Idem.....	3:293\$027
	Segundo Secretario de Legação.....	15 de julho de 1913.....	200\$000	Jesuína Inglez de Souza Lopes Ferreira, viuva.....	27 de novembro de 1920.	1:699\$415
João Francisco Leite Nunes..	Consul no Salto.....	29 de janeiro de 1898...	200\$000	Herculano, filho menor, nascido em 8 de novembro de 1907.....	Idem.....	1:699\$415
				Therêza da Conceição Castro Nunes, viuva.....	29 de novembro de 1920.	1:881\$533
				Francisca Castro Nunes, filha maior, solteira.....	Idem.....	235\$491
				Therêza Castro Nunes, filha maior, solteira.....	Idem.....	235\$491
				Maria Estella Castro Nunes, filha maior, solteira.....	Idem.....	235\$491
				Marianna Castro Nunes, filha maior, solteira.....	Idem.....	235\$491
				Clelia Castro Nunes, filha maior, solteira.....	Idem.....	235\$491

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Aluizio de Azevedo.....	Consul Geral de 2ª classe.....	21 de janeiro de 1913..	200\$000	Camilla Amalia de Azevedo Lobato, irmã viúva.....	2 de dezembro de 1920.	6:70\$170
Manoel Ferraz de Campos Salles.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciado.....	28 de junho de 1913....	200\$000	Helena de Campos Salles, filha maior, solteira Leonor de Campos Salles, filha maior, solteira.....	24 de dezembro de 1920.	2:83\$358
Henrique Carlos de Ribeiro Lisboa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciado.....	8 de julho de 1920.....	200\$000	Henriqueta de Rostaing Lisboa, viúva.....	Idem.....	2:38\$851
Alfredo Sergio Teixeira de Macedo.....	Ex-Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	40 de janeiro de 1903...	200\$000	Guágeria Henriqueta Rostaing Lisboa de Shian, filha maior e viúva.....	Idem.....	2:65\$866
Benjamin Graça.....	Consul Geral de 2ª classe aposentado.....	40 de novembro de 1917.	200\$000	Anna Francisca da Silveira Teixeira de Macedo, viúva.....	2 de fevereiro de 1921.	4:35\$932
Antonio Joaquim Netto dos Reis.....	Consul Geral de 2ª classe em disponibilidade.....	22 de agosto de 1901...	200\$000	Josephina Henriques Graça, viúva.....	35 de fevereiro de 1921.	3:100\$928
Jorge de Vasconcellos Esteves.	Segundo Secretario de Legação.....	21 de julho de 1915.....	200\$000	Laura Graça, filha maior, solteira.....	Idem.....	1:550\$461
João Francisco Leite Nunes..	Consul no Salto.....	29 de janeiro de 1893...	200\$000	Noemia Graça, filha maior, solteira.....	Idem.....	1:550\$461
Eduardo Augusto Guilherme Thompson.....	Cartographo.....	31 de outubro de 1920..	200\$000	Francisca Hilda Netto dos Reis, filha maior, solteira.....	3 de março de 1921....	77\$378
				Maria Antonia Netto dos Reis, filha maior, solteira.....	23 de março de 1921....	77\$378
				Stella de Vasconcellos Esteves, viúva.....	31 de março de 1921....	4:19\$370
				Clelia de Castro Nunes, filha maior, solteira	2 de abril de 1921.....	23\$198
				Julietta Thompson Guimarães, irmã viúva...	16 de abril de 1921....	8\$333
				Emilia Lilly Reeve, sobrinha, solteira	Idem.....	41\$516
				Amelia Julieta Henriqueta Reeve, sobrinha, solteira.....	Idem.....	41\$665

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA PUNERAL DO LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Antonio de Freitas.....	Correio da Secretaria de Estado.....	26 de fevereiro de 1921.	200\$000	Maria da Silva Freitas..... Filhos menores { Odette..... Hilda..... Humberto..... Wilson.....	23 de maio de 1921..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	600\$001 458\$000 130\$000 150\$000 450\$000
Eduardo Felix Simões dos San- tos Lisboa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	11 de junho de 1921.....	200\$000	Laura Latorre Lisboa..... Maria Helena Latorre Lisboa, filha maior e solteira.....	21 de setembro de 1921..... Idem.....	4:000\$000 4:000\$000
Enéas Martins.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	2 de julho de 1919.....	200\$000	Cacilda Martins, viuva..... Enéas Martins Filho, filho menor.....	31 de agosto de 1921..... Idem.....	2:500\$000 2:500\$000
Leonel Martiniano de Alencar. Lisboa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	26 de março de 1921.....	200\$000	Maria Angela de Alencar, filha maior e sol- teira..... Josephina Alencar Isquendo, filha maior e solteira.....	13 de dezembro de 1921..... Idem.....	4:000\$000 4:000\$000
Henrique Carlos de Ribeiro Lisboa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	8 de julho de 1920.....	200\$000	Henriette de Rostaing Lisboa, viuva.....	16 de janeiro de 1922...	8:000\$000
Rodrigo Heracito Ribeiro....	Consul de 1ª classe.....	22 de maio de 1921.....	200\$000	Noemia Caldeira de Sousa, viuva..... Filhos menores { Ilka..... Heracito..... Enéas.....	5 de outubro de 1922.. Idem..... Idem..... Idem.....	1:656\$365 555\$555 555\$555 555\$555
Miguel José da Costa.....	Porteiro da Secretaria de Estado.....	5 de julho de 1923.....	200\$000	Carolina Tavares da Costa, viuva.....	8 de dezembro de 1923.	3:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA PENSÃO OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Antonio da Fontoura Xavier.	Embaixador Extraordi- nario e Plenipotencia- rio.....	1 de abril de 1932.....	200\$000	Anna Sophia da Fontoura Xavier, viuva..... Anna Margarida da Fontoura Xavier, filha maior e solteira.....	11 de dezembro de 1932. Idem.....	3:000\$000 3:000\$000
Francisco Regis de Oliveira..	Embaixador Extraordi- nario e Plenipoten- ciario.....	22 de janeiro de 1916..	200\$000	Amelia Maria Regina Luiza Regis de Oli- veira, filha maior e divorciada.....	21 de março de 1923....	3:333\$333
Antonio Jansen do Paço.....	Director de Secção da Secretaria de Estado..	23 de outubro de 1913..	200\$000	Laura Cardoso Jansen do Paço, viuva..... José, filho menor..... Marta Jansen do Paço, filha maior e solteira. Idem.....	6 de abril de 1923..... Idem..... Idem.....	2:000\$000 1:000\$000 1:000\$000
Manoel da Silva Pontes.....	Consul Geral de 1ª clas- se.....	20 de setembro de 1920.	200\$000	Hermantino Langgaard de Menezes.....	24 de julho de 1923.....	4:000\$000
Arthur Eduardo Raoux Briggs	Director Geral da Se- cretaria de Estado....	4 de junho de 1923....	200\$000	Francisca Eduarda Ribeiro Briggs.....	24 de junho de 1923...	6:000\$000
Frederico Affonso de Carvalho	Director Geral aposen- tado.....	5 de junho de 1923.....	200\$000	Maria Amélia Affonso de Carvalho.....	31 de julho de 1923.....	6:000\$000
Francisco Regis de Oliveira..	Embaixador Extraor- dinario e Plenipoten- ciario.....	22 de janeiro de 1910....	200\$000	Amelia da Silva Guimarães..... Amelia Maria Luiza Regis de Oliveira...	14 de setembro de 1923. Idem.....	1:666\$556 1:666\$556
Bruno Gonçalves Chaves.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario, aposentado....	10 de abril de 1923.....	200\$000	Casimira Garcia Chaves..... Maria Gisella Chaves, filha maior e solteira. Idem.....	15 de outubro de 1923.. Idem.....	4:000\$000 4:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTE	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Antonio José de Paula Fonseca.....	Consul Geral aposentado	1 de setembro de 1923.	200\$000	Alice Porto de Paula. Fonseca..... Filhos { Armando..... { Murillo..... { Fernando..... { Alice.....	23 de fevereiro de 1924. Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	2.333\$333 583\$333 583\$333 583\$333 583\$333
Antonio Alves da Fonseca....	1o Official da Secretaria de Estado.....	30 de novembro de 1923.	200\$000	Luiza Barutti da Fonseca..... Filhas { Luiza Alzira, solteira..... { Hilda Maria, solteira.....	20 de março de 1924..... Idem..... Idem.....	1.600\$000 800\$000 800\$000
Dr. Graccho de Sá Valle.....	Ministro Residente, aposentado.....	2 de janeiro de 1924...	200\$000	Sophia Guillon de Sá Valle, viuva.....	30 de junho de 1924.....	2.000\$000
Dr. Manoel Carlos de Gonçalves Pereira.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipo- tenciario, aposentado.	7 de junho de 1924.....	200\$000	Maria Augusta de Gonçalves Pereira, viuva.	15 de setembro de 1924.	8.000\$000
Benjamin de Carvalho e Silva	Consul.....	25 de julho de 1924.....	200\$000	Maria Deolinda Ferraz de Carvalho e Silva, viuva..... Filhos { Hortencia Ferraz de Carvalho.. { Cicero de Carvalho e Silva.. { Eliza de Carvalho e Silva.. { Zeila de Carvalho e Silva.. { Flavio de Carvalho e Silva.. { Benjamin Ferraz de Carvalho e { Silva.....	24 de setembro de 1924. Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	833\$333 438\$383 438\$383 438\$383 438\$383 438\$383 438\$383
Dr. Manoel da Costa Barradas	Consul Geral	1 de setembro de 1923.	200\$000	Maria da Piedade Cezar Barradas, viuva . Filhas { Marina Constança Cezar Bar- { radas..... { Lydia Americana Cezar Bar- { radas.....	3 de outubro de 1924.. Idem..... Idem.....	2.000\$000 1.000\$000 1.000\$000

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATAS DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Dario Freire.....	Consul Geral.....	26 de setembro de 1924.	200\$000	Julia Danin Freire, viuva.....	11 de dezembro de 1924.	2.000\$000
Pedro de Araujo Beltrão....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario, aposentado....	16 de setembro de 1924.		Filhas { Dulce..... { Dido..... { Dirce.....	Idem..... Idem..... Idem.....	777\$777 777\$777 777\$717
Godofredo de Bulhões.....	Primeiro Secretario de Legação.....	18 de setembro de 1924.	200\$000	Maria Oliveira de Araujo Beltrão, viuva..	17 de fevereiro de 1925..	8.000\$000
Fernando de Lara Palmeiro.	Segundo Secretario da Legação.....	30 novembro de 1923...	200\$000	Octavia Gouvêa de Bulhões, viuva..... Filhos { Octavio Gouvêa de Bulhões..... { Ruth Gouvêa de Bulhões..... menores {	17 de fevereiro de 1925.. Idem..... Idem..... 6 de abril de 1925.....	1.333\$333 666\$666 666\$666 2.000\$000

(*) As pensões marcadas com um asteristico não estão mais em vigor.

